

Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente:

A Experiência Brasileira Recente



Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente:

A Experiência Brasileira Recente

Setembro 2008

© Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL 2008

© Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD 2008

© Organização Internacional do Trabalho - OIT 2008

Produção Editorial: Prima Página • www.primapagina.com.br

Projeto Gráfico, Infográficos e Diagramação: Buono Disegno • www.buonodisegno.com.br

Revisão: Paula Bosi

Tiragem: 2000 exemplares

Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente.

Brasília: CEPAL/ PNUD/OIT, 2008

(Projeto CEPAL/PNUD/OIT)

176 p.

1. Emprego 2. Desenvolvimento humano 3. Trabalho decente

I. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL

II. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

III. Organização Internacional do Trabalho – OIT

CDU 331

Este trabalho foi realizado no âmbito do Projeto CEPAL/PNUD/OIT

É permitida reprodução do texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Observação

As designações empregadas nesta publicação, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, assim como a apresentação do material nela incluído, não significam, da parte do Projeto CEPAL/PNUD/OIT, qualquer juízo com referência à situação legal do país ou de suas Autoridades.

A responsabilidade por opiniões contidas nos artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua divulgação pelo Projeto CEPAL/PNUD/OIT não significa endosso às opiniões neles expressadas.

Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente

Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente:

A Experiência Brasileira Recente

Equipe responsável pela preparação do Documento Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente

Coordenação Geral Renato Baumann

Coordenação Técnica Renato Baumann, Laís Abramo, Kim Bolduc

Equipe de Redação Laís Abramo, Renato Baumann, Ricardo Bielschowsky, Rogério Costanzi, Lilian Marques, Carlos Mussi, Solange Sanches

Colaboradores As pessoas mencionadas a seguir colaboraram na preparação deste documento com pesquisa, provisão de informações, comentários e apoio na elaboração do texto:

Jorge Arbache, Wilson Amorim, Soraia Barbosa, Fabiano Bastos, Janine Berg, Lenice Bezerra, Andrea Bolzon, Maria Cristina Cacciamali, José Celso Cardoso, José Paulo Chahad, Gonzalo Delgado, Álvaro Diaz, Thais Dumet, Christopher Ernst, Juan Carlos Feres, Decio Fialho, Nayara Gomes, Reinaldo Gonçalves, Maria Pulcheria Graziani, Nadya Guimarães, Antonio Ibarra, Virgilio Levaggi, Carlos Lopes (R.R. PNUD (2003-2005), Luiz Antonio Machado, Felipe Marques, Renato Mendes, Naércio Menezes, Lucien Muñoz, Leonardo Neves, Armand Pereira, Eduarda Tannuri Pianto, Maria Donald Pianto, Anne Posthuma, Márcio Pochmann, Antonio Prado, Carlos Alberto Ramos, Gerhard Reinecke, João Sabóia, Pedro Sainz, Luiz Guilherme Scorzafave, Fábio Tatei, Paulo Tigre, Janina Tolentino, Jurgen Weller, Equipe PNUD Brasil, Especialistas do Escritório RHD-NY.

			Apresentação	08
			Introdução	10
			Capítulo 1 • O Desempenho do Mercado de Trabalho	16
			Capítulo 2 • Déficits de Trabalho Decente no Brasil	40
			Capítulo 3 • Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente	76
			Capítulo 4 • A Promoção do Desenvolvimento Humano por Meio de Emprego de Qualidade, Proteção Social e Respeito aos Direitos do Trabalho	98
			Anexo Estatístico	120
			Bibliografia	162

Apresentação

Já se passou metade do prazo de 15 anos para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM, uma série de metas socioeconômicas que os países da ONU, Brasil inclusive, se comprometeram a atingir até 2015). Os resultados globais demonstram que, apesar dos importantes avanços, ainda há muito a ser feito. Hoje, temos certeza de que o alcance dos ODM só será efetivo se conseguirmos reduzir as desigualdades entre países, regiões, mulheres e homens, brancos, negros e indígenas, ricos e pobres. E também se houver novos consensos para evitar fatores como as mudanças climáticas e a crise alimentar mundial, que ameaçam reverter os progressos já feitos.

O caso do Brasil confirma essa avaliação. O país já alcançou a meta de redução da pobreza estabelecida pela ONU, está prestes a universalizar o acesso ao ensino fundamental e, no ritmo atual, deverá cumprir a maior parte das metas globais. Mas, ainda que a desigualdade de renda no Brasil venha diminuindo constantemente desde 1995 e tenha atingido seu nível mais baixo em 25 anos, milhões de pessoas continuam vivendo em situação de extrema pobreza.

A experiência internacional indica que o sucesso no combate às desigualdades depende em grande parte do crescimento econômico sustentado. Também confirma que, por si só, o crescimento econômico pode não ser suficiente — a maneira como a riqueza é criada e distribuída tem um papel igualmente importante na construção de sociedades mais prósperas e justas. O foco sobre a questão do trabalho, como elo articulador entre crescimento e desenvolvimento humano, torna-se, portanto, fundamental.

Esse é o entendimento das três agências das Nações Unidas que decidiram juntar esforços para produzir este relatório, a partir do conhecimento acumulado e de sinergias entre seus diferentes mandatos. Trata-se de um projeto conjunto de análise das relações entre desenvolvimento humano e trabalho decente, a partir da evolução recente do mercado de trabalho no Brasil. Identificaram-se algumas implicações e foram propostos rumos a serem seguidos.

Ao longo dos seus 60 anos, a CEPAL tem enfatizado a importância de se adequar o modelo de desenvolvimento adotado pelos países da América Latina, de modo a assegurar não só um crescimento contínuo e com ritmo apropriado, mas, sobretudo, de forma a incorporar o maior número possível de indivíduos aos benefícios desse processo.

O PNUD tem como foco a promoção do desenvolvimento humano, entendido como a criação de condições para que as pessoas possam desenvolver plenamente seu potencial e levar uma vida produtiva e criativa de acordo com suas necessidades e interesses. Por meio de cooperações técnicas e da divulgação dos índices de desenvolvimento humano em diversos países, tem contribuído para que as nações possam identificar as melhores estratégias para atingir os ODM sem se limitarem às médias nacionais.

A OIT tem destacado a importância de a promoção do trabalho decente ser vista como eixo das estratégias de desenvolvimento dos países e garantia de governabilidade democrática. Essa perspectiva é especialmente importante frente aos desafios da globalização e à crise mundial do trabalho — que se caracteriza não apenas pela existência de aproximadamente 200 milhões de pessoas desempregadas no mundo, mas também pelo fato de que metade das pessoas que trabalham vive com menos de 2 dólares por dia (e está, portanto, em situação de pobreza). A agenda do trabalho decente inclui

a promoção do emprego de qualidade e dos direitos no trabalho, o fortalecimento da proteção social e do diálogo social sobre temas laborais.

A economia brasileira mostrou, nas últimas décadas, que períodos de crescimento notável da produção podem gerar sociedades injustas, com elevada concentração da riqueza. Nas décadas de 80 e 90, esse modelo de desenvolvimento foi fortemente afetado — tanto no Brasil como no restante da América Latina — pelo fraco desempenho das economias da região.

A globalização dos mercados, a reestruturação produtiva e a introdução de reformas em diversas áreas, como nas legislações trabalhistas e nos sistemas de negociação coletiva, tiveram impactos profundos no trabalho. Seja pelo efeito das reformas, como consequência das variações do ciclo econômico ou em razão do maior grau de concorrência com itens produzidos no exterior, o fato é que houve mudanças significativas no ritmo de criação de postos de trabalho, nas taxas de participação, nas características dos indivíduos empregados, nas instituições relevantes e em diversos outros aspectos. Sintetizar essas alterações e identificar seus efeitos não é uma tarefa trivial.

O presente trabalho parte do reconhecimento da importância de gerar — por meio de correções nas distorções de mercado ou da ação orientada por parte do Estado — postos de trabalho de qualidade, com características não-discriminatórias, que assegurem proteção social, direito de associação e diversas outras dimensões do que se convencionou definir como trabalho decente. Assim, estabelecer as dimensões de desenvolvimento humano e trabalho decente como condição para as proposições relativas a políticas públicas é um dos eixos centrais da argumentação aqui exposta.

Além disso, este relatório apresenta uma análise tanto da estrutura institucional básica do mercado de trabalho brasileiro quanto das mais importantes iniciativas públicas e privadas em áreas como criação de postos de trabalho, capacitação da mão-de-obra e melhora nos sistemas de informação. Para tanto, foi possível contar com o apoio de diversos consultores, cujos textos são divulgados em CD anexo.

Esta publicação inova ao analisar a relação quantitativa entre crescimento do PIB, geração de emprego, indicadores de desenvolvimento humano e indicadores de trabalho decente para um mesmo país, já que a

literatura sobre o tema, até o momento, está centrada na análise para grupos de países.

Nossa proposta é ambiciosa. A interação dos indicadores do mercado de trabalho com os indicadores de desenvolvimento humano ganha complexidade em razão da própria dificuldade para identificar os canais relevantes de influência. O desafio é ampliado pela inclusão da dimensão de geração de trabalho de qualidade. Este relatório apresenta um tipo de abordagem metodológica que — ao mesmo tempo em que permite vislumbrar a confirmação empírica de alguns efeitos previsíveis — pretende estimular a elaboração de abordagens quantitativas mais detalhadas.

Este documento traz uma clara contribuição à análise das características e da evolução das políticas de emprego no Brasil. CEPAL, PNUD e OIT compartilham a convicção de que o trabalho decente tem impactos reais sobre a pobreza e sobre o desenvolvimento humano. Esperamos que esta publicação facilite o debate e dê origem a muitos outros estudos, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas. Ele terá cumprido seus objetivos se vier a se materializar, de alguma forma, em maiores oportunidades para mulheres e homens que depositam nos ODM a esperança de uma sociedade mais justa.

Renato Baumann
Diretor
Escritório da CEPAL no Brasil

Kim Bolduc
Representante - Residente
do PNUD no Brasil

Laís Abramo
Diretora
Escritório da OIT no Brasil

Introdução

O mercado de trabalho do Brasil — como o da América Latina, de um modo geral — mostrou nas últimas décadas intensa variação na taxa de participação (proporção das pessoas de 15 a 64 anos que trabalha ou procura emprego), no ritmo de criação de postos de trabalho, no perfil dos trabalhadores (em termos de gênero, idade, escolaridade e qualificação) e em diversos aspectos relacionados a qualidade dos empregos e condições de contratação.

Este relatório, feito pelas representações no Brasil da CEPAL, da OIT e do PNUD, é um esforço de apresentação e análise do comportamento do mercado de trabalho brasileiro de 1990 até hoje, com ênfase na avaliação conceitual e empírica das relações entre emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente. O argumento central aqui desenvolvido é que a expansão econômica é condição necessária, mas não suficiente, para promover desenvolvimento humano, construir

sociedades mais eqüitativas e gerar postos de trabalho de qualidade e na quantidade necessária para atender à crescente oferta de mão-de-obra. Para isso, são necessárias também políticas de Estado. Os benefícios desse processo para o bem-estar social serão tanto maiores quanto mais as oportunidades corresponderem aos requisitos do trabalho decente.

As três agências das Nações Unidas que prepararam esta publicação ressaltam, já há algum tempo, aspectos do desenvolvimento econômico e social que podem ser considerados de forma complementar.

A CEPAL destaca, desde sua criação, a importância de se manter crescimento econômico elevado com equidade: a redução da desigualdade em contextos como o latino-americano (e o brasileiro, em particular) requer que a sociedade desenvolva sistemas de proteção e promoção de oportunidades e de qualidade de vida que permitam que todos participem dos benefícios e sejam atores do desenvolvimento. O PNUD resalta o desenvolvimento humano, contribuindo com metodologia para medi-lo e monitorá-lo. A OIT salienta a importância do trabalho decente como via fundamental para superar a pobreza, criar sociedades mais justas e inclusivas e fomentar a governabilidade democrática.

Apesar de complementares, essas três dimensões de análise têm sido poucas vezes consideradas de forma conjunta e raramente combinadas em abordagens sobre um país específico. Este trabalho procura contribuir para esse tratamento sistematizado, com base na análise do mercado de trabalho do Brasil entre 1990 e 2006.

Em linhas gerais, o contexto brasileiro pós-1990 guarda forte relação com as características observadas no mercado de trabalho da América Latina. No subcontinente (e o Brasil não é exceção), predominou durante o século 20 um modelo de desenvolvimento que, embora tenha resultado em altas taxas de crescimento econômico até a década de 70, acentuou a forte concentração de renda e a expressiva desigualdade social que sempre caracterizaram a região.

Nas décadas de 80 e 90 a crise da dívida externa, as hiperinflações e os programas de estabilização, as rápidas e importantes transformações tecnológicas e o surgimento ou a consolidação de outras regiões emergentes e competidoras pressionaram pela adoção de reformas, em um quadro de maior liberdade política e de crescente demanda por melhorias sociais. Entre as reformas mais significativas do período, e comuns a um

maior número de países, destacam-se a redução do papel do Estado no processo produtivo, a maior abertura das economias e maior interação com os fluxos comerciais e financeiros externos, a flexibilização nas relações trabalhistas, a democratização dos sistemas políticos e a ampliação das políticas públicas sociais.

Na década de 80 o PIB da América Latina cresceu a um ritmo anual de 1%, enquanto a população economicamente ativa (PEA) aumentou a um ritmo três vezes superior¹. Esse diferencial tornou ainda mais difícil atender à demanda por postos de trabalho. A parcela da população que conseguiu se empregar teve de aceitar frequentemente vínculos informais de trabalho em ocupações de baixo rendimento e baixa produtividade. Na década seguinte, o comportamento das duas variáveis foi mais similar: a PEA teve alta média de 3,1% ao ano e o PIB, de 3,3%². No entanto, a taxa de desemprego urbano da América Latina subiu de 5,8%, em 1990, para 11,4%, em 1999. Como se verá nos capítulos 1 e 2 do relatório, os indicadores brasileiros registraram trajetória semelhante.

Após a recessão do começo dos anos 2000, em 2003 inicia-se um período de retomada da expansão econômica. Nesse cenário mais favorável, o PIB cresceu a taxas superiores às dos anos 80 e 90, com conseqüente elevação do PIB per capita. A PEA continuou a aumentar de maneira mais lenta, em razão de alterações demográficas, e a taxa média de desemprego caiu para cerca de 8% em 2007.

É possível identificar algumas características gerais do mercado de trabalho na América Latina nesse período³, que também estiveram presentes na experiência recente do Brasil, como será discutido nos capítulos 1, 2 e 4: a) a geração de postos de trabalho foi insuficiente, mesmo com o menor crescimento da população economicamente ativa; b) o crescimento mais acelerado da produtividade da mão-de-obra restringiu-se a um grupo de setores produtivos; nos demais, houve pequena expansão ou estabilidade, o que indica que em parte das ocupações a modernização esteve associada à informalidade do trabalho; c) houve proliferação de empregos temporários e sem contrato, aumento da população ocupada sem acesso à seguridade social, flexibilização das condições para o término dos contratos de trabalho, redução de indenizações por demissão e limitações ao direito de greve; d) o desemprego e a informalidade aumentaram; e) os rendi-

mentos do trabalho se deterioraram em um número significativo de países; f) o setor terciário ganhou peso no emprego. Em contrapartida, o gasto público na área social aumentou de maneira generalizada na década de 90 — tanto em valores absolutos quanto em proporção ao total dos gastos públicos — em parte para atuar sobre as dificuldades causadas pelo lento crescimento econômico e pelas transformações do mercado de trabalho. Assim, ao mesmo tempo em que o Estado se retraía de sua função de promotor da atividade produtiva, reconhecia, por meio da maior despesa social per capita, a necessidade de adotar políticas públicas para reduzir a pobreza e promover bem-estar social, respondendo a demandas explicitadas pela reconstrução democrática.

Não basta, contudo, elevar o volume de recursos destinados à área social. A ação do Estado, para legitimar-se, precisa levar em conta a eficácia econômica e o atendimento das necessidades da sociedade, de modo que possibilite a expansão da economia e, principalmente, do emprego.

O crescimento econômico sustentado é o principal estímulo à maior demanda por mão-de-obra, mas não assegura automaticamente a criação de mais e melhores empregos. Por isso, devem ser priorizadas as políticas que ajudem a conciliar as estruturas de demanda e de oferta de trabalho, assim como aquelas que apoiem setores que contribuem mais para a geração de trabalho decente.

O acesso a um trabalho decente permite às pessoas obter certo número de bens e serviços, por meio de seus rendimentos. Ao mesmo tempo, oferece a oportunidade de prover um serviço produtivo à sociedade e expandir habilidades e talentos. Também proporciona segurança para tomar decisões que não tenham impacto negativo sobre o desenvolvimento humano, evitando, por exemplo, os efeitos do desemprego de homens e mulheres sobre a educação e a alimentação dos filhos ou sobre a entrada precoce das crianças no mercado de trabalho (trabalho infantil). Um trabalho decente habilita as pessoas em termos políticos e sociais e, nesse sentido, é, simultaneamente, via fundamental de inclusão social, condição para o exercício efetivo da cidadania e para assegurar a governabilidade democrática.

O crescimento econômico tem potencial de expandir as capacidades humanas, mas, para isso, ele deve

quadro 1 • O conceito de trabalho decente

Trabalho decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias. Permite satisfazer às necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança. Também pode ser entendido como emprego de qualidade, seguro e saudável, que respeite os direitos fundamentais do trabalho, garanta proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros) e assegure uma renda para a aposentadoria. Por seu caráter multidimensional, também engloba o direito à representação e à participação no diálogo social. Em todos os lugares, e para todas as pessoas, o trabalho decente diz respeito à dignidade humana.

Este conceito está embasado em quatro pilares: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação de todas as formas de discriminação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; e d) diálogo social.

Um elemento central e transversal do conceito de trabalho decente é a igualdade de oportunidades e de tratamento e o combate a todas as formas de discriminação — de gênero, raça/cor, etnia, idade, orientação sexual, contra pessoas com deficiência, vivendo com HIV e Aids etc.

ser equitativo e aumentar as oportunidades que permitam às pessoas tomar decisões sobre como viver uma vida que elas valorizem.

Todas as oportunidades que constituem o desenvolvimento humano são importantes — liberdade para ir e vir e liberdade de expressão, oportunidade de acesso a serviços básicos de educação e saúde, oportunidade de acesso à moradia digna, com água potável e saneamento, entre outras. Porém, só o acesso ao trabalho decente pode converter o crescimento econômico em desenvolvimento humano.

Se a expansão da economia não resulta sempre em empregos decentes nem se traduz necessariamente em desenvolvimento humano, para alcançar o vínculo virtuoso entre esses três elementos — em que o objetivo final é o desenvolvimento humano — é preciso que o crescimento gere empregos de qualidade, com proteção social e respeito aos direitos do trabalho, e que permita às pessoas serem partes integrais da sociedade.

Com a maior interação econômica dos países, também se torna relevante, para superar os problemas de emprego no longo prazo, uma política de competitividade e de estímulo ao incremento da produtividade. No entanto, promover a competitividade por meio da redução de pessoal ou aumentar a produção com má distribuição de renda, além de ter efeitos negativos sobre a oferta de emprego e a renda do trabalho, acaba por limitar a expansão da demanda agregada e, conseqüentemente, o próprio desenvolvimento com geração de emprego.

O conjunto das políticas públicas deve assegurar que todas as pessoas tenham acesso equitativo ao mercado de trabalho, o que supõe enfrentar as segmentações, desigualdades e discriminações que impedem que parcela da população se incorpore adequadamente à atividade econômica e desenvolva seu potencial produtivo. O diálogo entre governo, trabalhadores e empregadores deve fortalecer os interesses comuns e permitir soluções justas e transparentes aos conflitos, gerando um ambiente propício ao crescimento do emprego.

A articulação de políticas econômicas e políticas sociais favorece a ampliação da competitividade das economias em um mundo globalizado e promove melhores condições para a inserção dos países no mercado global e para seu desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, são importantes os elementos que conectam o desenvolvimento econômico e o social — como a ge-

ração estável e sustentada de emprego e renda; a superação de disparidades produtivas por meio de medidas que estimulem a contribuição das pequenas empresas ao desenvolvimento; a possibilidade de canalizar uma proporção maior de recursos para a melhoria da educação e para sua efetiva universalização; a promoção da igualdade de gênero e raça/cor no mundo do trabalho; a extensão da proteção social e a implementação de programas integrais de luta contra a pobreza, consistentes com uma política fiscal adequada.

O desenvolvimento, em seu conceito mais amplo, deve ter como metas erradicar a pobreza e enfrentar decididamente a exclusão social; construir um ambiente social de maior segurança e confiança mútua; consolidar uma ordem política democrática com mais participação das pessoas na gestão e nas decisões públicas; difundir o bem-estar a quem tem menos acesso aos benefícios da modernidade; concretizar-se em projetos coletivos em que os cidadãos adquiram um maior sentido de compromisso e pertinência em relação à sociedade em que vivem; e buscar a proteção e a melhoria do meio ambiente tanto para os indivíduos de hoje quanto para as próximas gerações⁴.

O desenvolvimento integral passa, portanto, pela busca simultânea de desenvolvimento humano, equidade e trabalho decente, conceitos interdependentes e que se reforçam mutuamente. O desenvolvimento humano, em seu sentido amplo de expansão das escolhas e das capacidades dos indivíduos, contribui para a promoção do trabalho decente — logo, a relação entre os dois conceitos é uma via positiva de mão dupla.

A melhoria do acesso à educação e à saúde, ponto importante do desenvolvimento humano, certamente tem impacto positivo sobre a qualidade da força de trabalho e contribui para elevar a produtividade e a competitividade do país na economia global, assim como para atrair investimentos e promover o desenvolvimento de setores produtivos com maior valor adicionado.

Um modelo de desenvolvimento, para que privilegie a inclusão, tem de orientar-se pela busca do crescimento mais equânime, do trabalho decente e do desenvolvimento humano, tomados como direitos universais.

Este relatório é um esforço de análise sistemática das dimensões de crescimento e equidade, desenvolvimento e trabalho decente, a partir da experiência brasileira dos últimos anos. Embora sejam conceitos próximos,

quadro 2 • O conceito de desenvolvimento humano

O desenvolvimento humano pode ser definido como um processo de expansão das escolhas e das capacidades individuais, de tudo aquilo que a pessoa pode fazer e ser na sua vida. É, portanto, mais amplo que a combinação de desenvolvimento social e crescimento econômico equitativo, pois incorpora outras dimensões, como a expansão da democracia, a necessidade de proteger o ambiente e a promoção e proteção dos direitos humanos.

A verdadeira riqueza de uma nação é o desenvolvimento humano de seus cidadãos. Para que isso seja possível, é fundamental a criação de um ambiente que permita a todas as pessoas desfrutarem de uma vida de qualidade, longa, saudável e criativa. Nesse sentido, a renda não deve ser vista como uma finalidade em si mesma, mas como um meio para obter bem-estar.

Essa perspectiva demandou novas formas de medir o desenvolvimento. A partir do pressuposto de que para aferir o avanço de uma população se deve considerar não apenas a dimensão econômica (como faz o PIB per capita), mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade de vida, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que leva em conta renda, educação e longevidade.

Diante dos desafios atuais à maioria dos países, podem ser propostos cinco pontos para uma agenda geral de desenvolvimento humano:

- prioridade para o desenvolvimento social, com metas de expansão da educação, de oportunidades de saúde, de distribuição de renda e redução da pobreza;
- crescimento econômico que gere recursos para o desenvolvimento humano e estimule a geração de trabalho decente — o incremento sustentado da produção, embora não seja suficiente, é uma condição necessária para a criação de empregos de boa qualidade;
- reforma política para garantir a governança democrática, que assegure os direitos humanos;
- equidade nos três elementos acima, de maneira que se reflita a preocupação com todos os indivíduos;
- reformas institucionais e políticas na esfera global, para criar um ambiente econômico mais favorável e dar aos países mais pobres acesso aos mercados globais, à tecnologia e à informação.

suas inter-relações e complementaridades nem sempre estão claras desde o primeiro momento.

O Brasil registrou, nos últimos anos, melhora expressiva em indicadores importantes do mercado de trabalho, com destaque para o aumento dos níveis de ocupação, para a geração de empregos formais e para a reversão da trajetória de queda dos rendimentos do trabalho, acompanhando uma recuperação do crescimento econômico. Apesar disso, o país ainda convive com um mercado de trabalho estruturalmente segmentado, que exclui social e economicamente uma parcela expressiva de trabalhadores, em função do elevado déficit de trabalho decente.

Este relatório, que procura contribuir para a compreensão da trajetória recente do emprego no Brasil, estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro mostra os principais indicadores do trabalho no Brasil desde a década de 80, destaca as características de cada subperíodo e a evolução do emprego setorial, além de analisar a relação entre o ritmo de crescimento da produção e da geração de postos de trabalho formais e informais. O capítulo 2 descreve os principais déficits de trabalho decente no Brasil, entre 1992 e 2006, considerando gênero, raça/cor e idade e abrangendo emprego, proteção social e direitos no trabalho. O terceiro capítulo inova ao, debruçando-se sobre um país específico, fazer um estudo quantitativo que sugere a existência de efeitos positivos entre a geração de trabalho decente e os indicadores de desenvolvimento humano. O quarto capítulo discute alguns elementos de uma estratégia para geração de trabalho decente, como o papel dos setores público e privado na geração de emprego e capacitação da mão-de-obra, as políticas ativas de mercado de trabalho, as condições da negociação coletiva e as políticas de promoção da igualdade de oportunidades.

Por último, mas nem de longe menos importante, uma contribuição adicional deste relatório encontra-se em seus anexos. Aí são apresentadas diversas informações estatísticas usadas na análise, dentre as quais se destacam estimativas inéditas de séries de Índices de Desenvolvimento Humano por unidades da Federação para diversos anos, assim como vários indicadores de trabalho decente. Também são divulgados nos anexos 12 trabalhos de especialistas que muito contribuíram para a análise apresentada no relatório. A riqueza desse material será de grande utilidade para pesquisas futuras sobre os temas envolvidos.

NOTAS

1. CEPAL (2004b).
2. Números da Base de Dados BADEINSO (CEPAL); Observatório Demográfico N° 2 (CELADE); Bases de datos en línea: estimaciones y proyecciones de la población económicamente activa 1980-2020 (OIT).
3. CEPAL (2004b); OIT, 2006 (Agenda Hemisférica) e OIT 2004.
4. Ver, a propósito, a publicação conjunta CEPAL/AECI /SEGIB (2007b).



O desempenho recente do mercado de trabalho



O desempenho recente do mercado de trabalho

1 • Introdução

O mercado de trabalho no Brasil, entre o início dos anos 90 e 2006¹, caracterizou-se pela heterogeneidade e por um elevado déficit de trabalho decente, que se revela sobretudo em quatro principais traços: a) elevadas taxas de desemprego e de informalidade, que resultam em baixo grau de proteção social e inserção inadequada dos trabalhadores; b) expressiva parcela da mão-de-obra sujeita a baixos níveis de rendimentos e produtividade; c) alta rotatividade no emprego; d) alto grau de desigualdade entre diferentes grupos, refletindo um nível significativo de discriminação, sobretudo em relação às mulheres e à população negra.

Assim, não apenas o desemprego é um grave problema no país, mas também a insuficiente qualidade das ocupações. Portanto, a taxa de desocupação não é capaz de indicar, isoladamente, todo o grau de precariedade da inserção dos trabalhadores no mercado — é necessário levar em consideração outros aspectos, como a alta taxa de informalidade, os baixos níveis de rendimento, as condições de trabalho inadequadas e a persistência da discriminação.

Neste capítulo, que procura contribuir para a análise da situação atual e da evolução do déficit de trabalho decente no Brasil, serão examinados indicadores que têm impacto direto e indireto sobre todos os trabalhadores, como taxa de desemprego e de informalidade,

rendimentos do trabalho e distribuição de renda. Serão usados principalmente dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que cobrem a ocupação formal e informal em todo o país. No entanto, para os anos 90 não foi possível utilizar os dados dessa fonte referentes ao período 1990-92², o que restringe a descrição ao restante da década.

2 • Como a economia influenciou o mercado de trabalho

O período abrangido por este relatório foi marcado, do ponto de vista do mercado de trabalho, por um lento ritmo de crescimento econômico e por mudanças institucionais que alteraram significativamente o desempenho das empresas.

Ao final da década de 80, diversos tipos de reformas se difundiam por quase toda a América Latina. Defendia-se então uma profunda mudança na participação do Estado na economia, com abertura ao comércio externo, privatização e menor interferência na determinação dos preços — inclusive nas taxas de câmbio e de juros —, ao mesmo tempo em que se pregava uma forte redução da dívida pública interna e externa.

Naquele período, ensaiou-se no Brasil a aplicação dessas recomendações, com a diminuição de tarifas alfandegárias, um programa de privatização e a venda de algumas empresas menores da carteira de bancos federais. Mas foi a partir de 1990 que o programa reformista ganhou destaque, com a redução de barreiras às importações, a ampliação do processo de privatização e um primeiro movimento de reestruturação do governo federal.

Na década de 90, teve início a liberação dos movimentos de capitais pelo Banco Central. Apesar das dificuldades com o endividamento externo, isso permitiu que o país aproveitasse a ampliação da liquidez internacional para atrair recursos — algo que seria fundamental quando da adoção do Plano Real, por permitir que, no período 1995-98, a entrada de financiamento externo compensasse os crescentes déficits em conta corrente do balanço de pagamentos.

A partir de 1995, junto com a política de estabilização macroeconômica, o processo de reformas voltou a ganhar força. Foram aprovadas emendas constitucionais que encerraram o monopólio estatal em setores

como telecomunicações e energia. Uma nova lei de concessões para obras e serviços públicos foi instituída. Tais medidas geraram uma onda de privatizações, tanto pela venda de ativos como pela transferência de gestão para o setor privado.

As privatizações, porém, tiveram efeito negativo sobre o nível de emprego. Mas o impacto mais significativo desse período veio de dois outros fatores: a reestruturação das indústrias e o baixo ritmo de expansão da economia.

Na primeira metade dos anos 90, sob o impulso da abertura comercial, as empresas brasileiras, principalmente as expostas à concorrência internacional, haviam começado a se reestruturar. Ao desafio de enfrentar a competição estrangeira somaram-se, a partir de 1994, a implementação de novas reformas institucionais e as dificuldades de concorrer sob um câmbio progressivamente valorizado e uma taxa de juros elevada, pontos centrais da política de estabilização dos preços.

Durante a década de 90, as empresas reagiram por meio de um processo de adaptação e modernização. Ajustaram o quadro de funcionários, atualizaram equipamentos, racionalizaram custos e reviram composição de produtos, logística, equação energética etc. O processo, relativamente rápido, realizou-se em duas fases. Primeiro, sob o impulso inicial da abertura, racionalizou-se a estrutura produtiva por meio de forte redução dos custos com mão-de-obra e materiais. A partir de 1994, já com a inflação controlada — o que reduzia incertezas e devolvia às empresas a capacidade de calcular custos reais — e a apreciação cambial, teve origem um significativo processo de modernização via reposição de equipamentos, com forte participação de importações.

O reduzido crescimento econômico foi o outro fator de influência decisiva no mercado de trabalho. A partir do início dos anos 80, a economia do Brasil, como outras da América Latina, recebeu forte impacto da crise da dívida externa, tanto pelas restrições de divisas como pela aceleração da inflação, intercalada por tentativas frustradas de estabilização. Adotaram-se diversos mecanismos para procurar adaptar a economia brasileira às condições internacionais de escassez e de alto custo do capital. As exportações surgiram como prioridade, estimuladas por uma política cambial mais agressiva, que também desestimulava as importações. No entanto, esse movimento impulsionava a

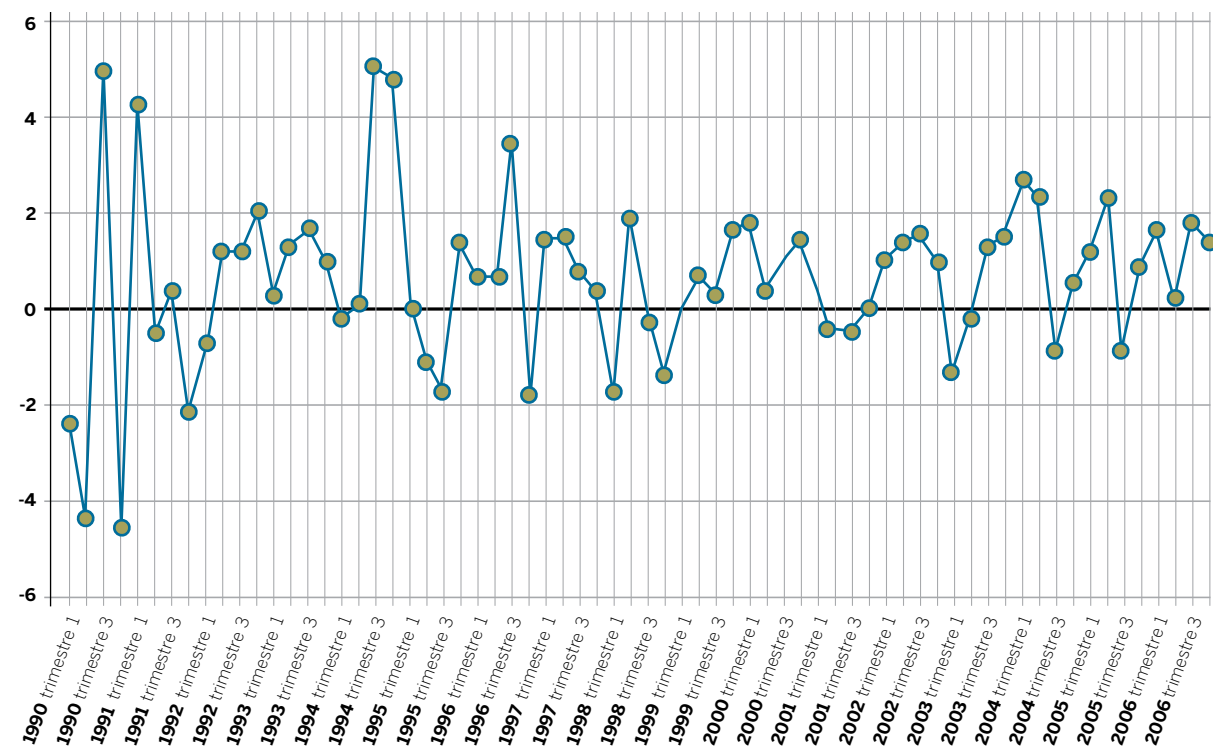
inflação, que subia exponencialmente e perpetuava novos patamares de aumentos de preços por meio de mecanismos de indexação.

A implementação do Plano Real pôs fim à instabilidade nos preços. A nova política macroeconômica foi iniciada em fevereiro de 1994, com a introdução de um mecanismo de indexação diária para contratos, salários, câmbio, impostos etc., o que permitiu atacar, de forma coordenada, a alta inflação e sua resistência inercial. A introdução da nova moeda, o real, em julho daquele ano, implicou a possibilidade de voltar a usar valores nominais para a política macroeconômica, do orçamento público à taxa de câmbio. Os mecanismos de indexação foram gradualmente retirados ao se ampliar o período mínimo de reajustes para um ano. Em pouco tempo, após 1995, eliminaram-se reajustes obrigatórios em vários tipos de contratos, especialmente com o fim das políticas salariais e com a “livre” negociação³.

A estabilização monetária foi auxiliada pelo uso de uma taxa de câmbio que, limitada a oscilações dentro de um intervalo pouco flexível e progressivamente valorizada, freava a elevação dos preços. O fortalecimento do real deteriorou a conta corrente do balanço de pagamentos. Em contrapartida, houve uma forte entrada de capitais externos, atraídos acima de tudo pelas altas taxas de juros, mas também pelas privatizações, que foram muito freqüentes no período 1995-98.

O extraordinário avanço em matéria de estabilidade de preços não teve equivalência no ritmo de expansão da economia, que prosseguiu alternando períodos relativamente bons e relativamente ruins, todos de duração curta. O comportamento do tipo “stop-and-go” (“para-anda-pára”) foi uma constante até 2006. O sobe e desce do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro no período é ilustrado pelo gráfico 1 — cada ponto na parte de cima é seguido, quase que invariavelmente, de um ponto na parte de baixo.

Estabilidade de preços na década de 90 foi avanço extraordinário, mas não se refletiu no ritmo de crescimento da economia


gráfico 1 • Variação do PIB trimestral, descontados fatores sazonais — Brasil, 1990 a 2006 (em %)


Fonte: IBGE, Contas Nacionais

Os anos 1990-92 foram de recessão, e os de 1993-94, de recuperação. No período 1995-98, as crises do México, da Ásia e da Rússia motivaram políticas monetárias cautelosas, que contribuíram para um baixo ritmo de crescimento. A crise brasileira no início de 1999, conjugada às características do programa de estabilização (ajuste fiscal e altas taxas de juros), restringiu a evolução da economia brasileira até 2003. A escassez de energia, em 2001, e as incertezas sobre o processo eleitoral, em 2002, também contribuíram para a desaceleração dos investimentos.

A crise cambial de 1999 marca, porém, o início de um novo período. A partir daí, buscou-se obter superávits fiscais primários significativos e sustentados, foi implementado o sistema de metas de inflação para direcionar a política de juros e assimilou-se uma forte desvalorização do real com a mudança do regime de câmbio, de fixo para flutuante.

Como se observará mais adiante, a desvalorização e o novo regime cambial coincidiram com uma mudança radical na elasticidade do emprego (impacto do cres-

Juros altos não permitiram que economia brasileira tivesse taxas de crescimento equiparáveis às da maioria dos países latino-americanos

cimento econômico na criação de emprego), especialmente o formal, rompendo o ciclo de ajustes observado nas empresas desde o início da década de 90.

Uma agressiva política de juros elevados, o apoio internacional recebido com a crescente liquidez e o forte ajuste nas contas públicas permitiram melhorar as expectativas dos agentes econômicos e manter a estabilidade de preços, com perdas econômicas menores que as observadas em outros países que passaram por crises cambiais⁴. Isso pode ter contribuído para a mencionada mudança radical nas elasticidades do emprego.

Se no setor privado o investimento foi sufocado pelas condições econômicas, no setor público o gasto em capital foi explicitamente limitado e postergado. Não só o orçamento foi afetado, com redução na parcela de investimentos; as empresas estatais foram privatizadas ou restringiram seus aportes em razão da necessidade de gerar recursos para a meta fiscal.

A partir de 2004, a economia brasileira teve desempenho mais favorável. Colaboraram para isso a continuidade da estabilidade de preços, a consolidação dos resultados fiscais e um cenário externo muito favorável, que, por meio do aumento da demanda e dos preços das exportações, permitiu gerar saldos cada vez mais positivos na balança comercial. Esses fatores, assim como a estratégia de redução da vulnerabilidade externa — diminuição do passivo externo do setor público e menor endividamento externo pelo setor privado — tiveram repercussão favorável sobre as expectativas, com efeitos potencialmente positivos sobre a geração de empregos e o investimento na economia brasileira. Mesmo assim, uma política monetária austera não permitiu que a performance do Brasil se equiparasse à da maioria dos países latino-americanos.

3 • O que aconteceu de mais importante

Os principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro sofreram mudanças significativas no período analisado. Em linhas gerais, a evolução foi positiva nos anos 2000:

- A população economicamente ativa (PEA) aumentou ao longo do período, mas de forma lenta até 1996, um pouco mais acelerada no final dos anos 90 e mais intensa até 2005. Isso ocorreu apesar de um crescimento menor da população em idade ativa (PIA), o que tende a diminuir a oferta de contingente para o

mercado de trabalho. Não houve essa diminuição em razão, entre outros fatores, do aumento da taxa de participação feminina⁵, que continua, apesar disso, em nível bem inferior à masculina. Ao mesmo tempo, houve uma redução na participação dos jovens, o que se explica em parte pelo aumento da escolaridade;

- A taxa de ocupação⁶ cresceu bem menos nos anos 90 do que na década anterior. Posteriormente (1999-2006), porém, houve aumento acentuado. Nos dois períodos (década de 90 e anos 2000) a economia cresceu de modo relativamente limitado, mas, no segundo, a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) refletiu-se mais diretamente na criação de empregos;
- A taxa de desemprego cresceu ao longo da década de 90 e estabilizou-se em patamar elevado nos anos 2000;
- O emprego formal caiu de 1990 a 1992, teve lenta ampliação de 1993 a 1999 e um forte aumento nos anos 2000. De 1993 a 1999, o emprego informal cresceu mais que o formal, mas essa tendência se inverteu no período 2000-2006;
- O valor médio dos rendimentos do trabalho foi um dos indicadores cujo desempenho mais variou. Aumentou com o fim da hiperinflação (Plano Real), sofreu leve queda até 1998 e queda acentuada de 1999 até 2003. Houve estabilidade em 2004 e forte recuperação em 2005 e 2006;
- A distribuição de renda pouco mudou durante os anos 90, embora começasse a melhorar a partir de 1995. Contudo, a distribuição funcional da renda — a participação dos diversos tipos de renda no PIB — piorou nos dois períodos.

Esses pontos serão detalhados a seguir. Cabe ressaltar que a evolução da produtividade do trabalho, apesar de relevante, não será aqui abordada. Há diferenças importantes entre fontes estatísticas diversas, o que torna arriscada uma análise exclusivamente baseada na fonte aqui utilizada, a PNAD, e recomenda um tratamento mais detalhado do que o realizado para este relatório.

4 • Expansão da força de trabalho

A expansão da força de trabalho (ou seja, da população economicamente ativa) depende do aumento da população em idade ativa e da taxa de participação (propor-



ção de pessoas que têm idade para trabalhar e de fato trabalham ou procuram emprego).

Como mostra a tabela 1, de 1993 a 1999 a PEA ampliou-se em 2,2% ao ano, ritmo inferior ao da expansão da população em idade ativa (2,4% ao ano). O resultado foi afetado pelo declínio da taxa de participação, especialmente forte em 1996 (cerca de 2 pontos percentuais). O oposto tem ocorrido nos anos 2000: a PIA aumenta menos (1,9% ao ano, em média, nos anos 2002-2006), mas a PEA se expande rapidamente (2,9% ao ano), porque a taxa de participação cresce 2 pontos percentuais entre 2001 e 2006.

Os dados e as projeções do IBGE mostram uma acelerada transição demográfica no Brasil, caracterizada, entre outras coisas, pelo crescimento acentuadamente menor da população em idade ativa. Em 2006, por exemplo, a PIA cresceu apenas 1,7%, menos que a média de 2,4% dos anos 90. Para 2010, a estimativa do IBGE é de que a população de 10 anos ou mais cresça 1,5%.

Uma expansão menor da população em idade de trabalhar não significa necessariamente que a oferta de mão-de-obra também vai crescer menos. A taxa de participação pode continuar aumentando nos próximos anos se a provável presença menor dos jovens — que estariam estudando em vez de trabalhar — for mais do que compensada pela entrada das mulheres no mercado de trabalho. Esses temas serão abordados no próximo capítulo.

Além disso, ocorreu uma mudança importante na composição da PIA nos anos recentes. Há mais adultos e idosos e menor participação das populações infantil e juvenil (ver gráfico 2).

Essa mudança já foi observada por vários autores e, como enfatizou o IBGE (2006), resultou da associação entre as tendências de queda na taxa de fecundidade e de mortalidade, que vêm prevalecendo há várias déca-

das — a taxa de fecundidade, por exemplo, caiu de 2,7 filhos por mulher, em 1991, para 2,0 em 2000, e deve chegar a 1,7 em 2015, de acordo com o IBGE.

A combinação desses movimentos mantém a expectativa de um processo de envelhecimento da população. Se o ritmo atual de declínio dessas taxas permanecer, a participação da população em idade ativa na população total diminuirá.

Nos anos recentes, a transição demográfica que o país vivenciou criou um cenário favorável ao crescimento econômico: o contingente de indivíduos em idade ativa tem aumentado, enquanto diminui a razão de dependência (relação entre o número de pessoas economicamente ativas e o número de inativos). Ao mesmo tempo, a expansão mais lenta da PIA pode levar a uma diminuição relativa do hiato entre a oferta e a demanda da mão-de-obra, o que poderia valorizar a força de trabalho, embora isso dependa do crescimento da economia, da intensidade com que esse crescimento vier a se transformar em criação de empregos e da evolução da taxa de participação no mercado de trabalho.

5 • Como o crescimento do PIB se traduz em ocupação

As principais fontes de dados sobre emprego e ocupação no Brasil — PNAD e a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego⁷ — indicam tendências semelhantes, durante o período analisado⁸. Ambas mostram rápida expansão da ocupação nos anos 80⁹, a taxas superiores a 3,5%. Houve retração no início da década de 90 (como indica a RAIS), lento crescimento até 1998 (segundo as duas fontes) e rápida expansão a partir de 1999 (ver tabela 2)¹⁰.

O comportamento do PIB influenciou o desempenho da ocupação. A taxa média de expansão anual da economia foi de aproximadamente 4,5% em 1984-89, caiu para 1,8% em 1990-1998 e alcançou cerca de 2,8% anuais, em 1999-2006. No entanto, o que de fato motivou as bruscas variações foi o modo como o crescimento econômico se refletiu na criação de empregos — um conceito chamado elasticidade da ocupação em relação ao produto¹¹. Os números relativos ao período 1993-1998, quando o PIB teve alta de 3,3% ao ano, comparados com o período 2002-2006, de expansão semelhante do PIB, revelam que a média anual de crescimento da ocupação foi de 1,2%, no primeiro período, enquanto no segundo a ocupação ampliou-se 2,9%, ritmo 140% superior.

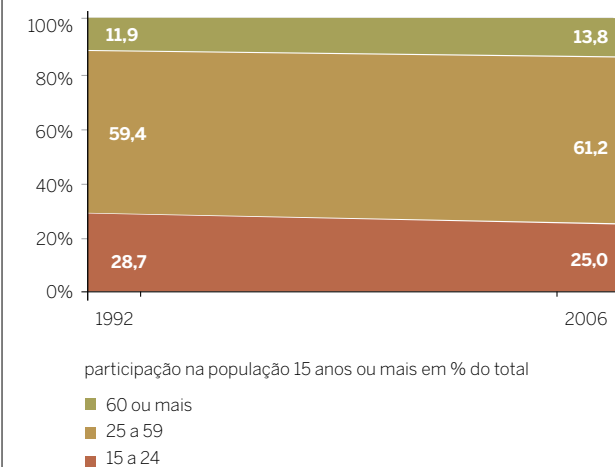
Calculando-se a elasticidade por meio da divisão da variação da ocupação pela variação do PIB¹², nota-se que o indicador do período 1993-98 foi muito inferior ao registrado em 1984-89, como mostra a tabela 3. Ele voltou a subir entre 1999 e 2003, mas caiu no triênio 2004-2006.

Uma outra maneira de calcular o indicador é ajustando-o pelo número de horas trabalhadas na ocupação principal — já que por vezes a aceleração da produção se traduz não em mais contratações, mas em aumento do número de horas trabalhadas. Esse critério resulta em tendência semelhante para a elasticidade, embora indique alta menos intensa em 1999-2003 e 2004-2006 (ver tabela 3).

Assim, o crescimento do PIB de 1999 a 2003, embora lento (1,9%, em média), teve efeito mais positivo no mercado de trabalho: a ocupação cresceu 2,1% (pelo critério de pessoas ocupadas) ou 1,8% ao ano (pelo critério de horas trabalhadas)¹³. A recuperação do crescimento do PIB após 2004 (4,2% ao ano), acompanhada de elasticidades da ocupação de 0,7 ou 0,6 (respectivamente, por pessoas ocupadas e por horas trabalhadas), teria permitido, pela primeira vez em muitos anos, uma combinação virtuosa: expansão da ocupação e aumento da produtividade.

Ao longo dos anos 90 e no início da década de 2000, predominou no Brasil uma visão pessimista sobre a evolução da ocupação¹⁴. Prevalecia a opinião de que havia sido inaugurado um período econômico em que o crescimento do PIB teria impacto cada vez menor no mercado de trabalho, em razão da busca de crescentes ganhos de produtividade e dos elevados custos de contratação de mão-de-obra. Tais ganhos seriam resultan-

gráfico 2 • Evolução da proporção de grupos etários na população em idade ativa – Brasil, 1992 e 2006



Fonte: IBGE, PNAD.
Obs.: Não inclui a zona rural da região Norte, exceto a de Tocantins como forma de ajuste à mudança da cobertura geográfica que ocorreu em 2004.

tabela 2 • Taxas médias anuais de expansão da ocupação — Brasil, 1984 a 2006 (em %)

Fonte	Anos 80	1990-92	1993-98	1999-2006
PNAD	3,6 ^{(1) (2)}	Nd	1,2	2,5
RAIS	4,6 ⁽³⁾	-3,1	1,6	4,6

Fonte: MTE, RAIS e IBGE, PNAD.
Notas: (1) Dados relativos à variação no período 1984-89. (2) Os resultados da PNAD para os anos 80 e 90 não são comparáveis, pois houve mudanças metodológicas entre os dois períodos. (3) Dados relativos à variação no período 1986-89.

Obs.: a) Na PNAD, não foi incluída a zona rural da região Norte, exceto a de Tocantins; b) A série da PNAD foi ajustada à mudança da cobertura geográfica em 2004 e também às mudanças de projeção da população, sendo encadeadas as taxas de crescimento da ocupação para construir a série ajustada; c) Para os dados de ocupação, levou-se em conta a faixa etária de 10 anos ou mais, conforme padrão do IBGE, devido à dificuldade de construir a série de ocupação em função das mudanças na projeção de população no período. A série de ocupação foi construída pelo encadeamento das taxas de variação da ocupação total entre os anos em que a PNAD foi feita. O ideal seria o cálculo a partir dos 16 anos, pela questão do trabalho infantil, como será feito para alguns indicadores no capítulo 1 e como padrão para o capítulo 2.

tabela 1 • Expansão da PIA e da PEA e taxa de participação — Brasil, 1993 a 2006 (em %)

Período	Crescimento médio anual da PIA*	Crescimento médio anual da PEA*	Taxa de participação (média dos anos de cada período)*
variação 1993-1999	2,4	2,2	68,4 (média 1992-1999)
variação 2002-2006	1,9	2,9	69,2 (média 2001-2006)
2006	1,7	1,9	69,9

Fonte: IBGE, PNAD e Projeções Populacionais.
Obs.: a) Os dados de 2004 a 2006 não incluem a zona rural da região Norte (exceto a de Tocantins), para que possam ser comparados com os dados de 1992 a 2003; b) os dados da PEA e da taxa de participação consideram apenas informações dos domicílios particulares permanentes e pessoas de 16 anos ou mais; c) * os dados de crescimento da PIA (população em idade ativa) foram obtidos das projeções populacionais do IBGE para a idade de 15 anos ou mais e os da PEA (população economicamente ativa) e da taxa de participação da PNAD para a idade de 16 anos ou mais.



quadro 1 • A relação entre PIB e ocupação no mundo

A comparação com outras regiões ajuda a dimensionar melhor a capacidade do Brasil de transformar crescimento econômico em novas ocupações. Os dados da tabela 4 mostram que, no mundo como um todo, a elasticidade emprego-produto variou entre 0,3 e 0,4 no período 1991-2003. Na mesma época, o indicador foi maior no Oriente Médio e na África — o que, segundo Kapsos (2005), reflete a abundância da oferta de mão-de-obra, o subemprego e o baixo crescimento da produtividade nos países dessas regiões. Já os países da Ásia e do Pacífico apresentam uma combinação virtuosa entre fortes ganhos de produtividade e robusto crescimento da ocupação.

A América Latina tem apresentado taxas intermediárias — nem tão altas quanto as dos países pobres nem tão baixas quanto as do mundo desenvolvido. No Brasil, a elasticidade da ocupação foi inferior à da América Latina e Caribe nos anos 90 e superior na primeira década do século 21 (ver tabela 4).

tabela 4 • Elasticidade ocupação-produto — Mundo, regiões mundiais, 1991 a 2003

Regiões	Elasticidade Ocupação - Produto		
	1991-1995	1995-1999	1999-2003
Mundo	0,34	0,38	0,30
Países desenvolvidos e União Européia	0,25	0,34	0,21
Europa Central e Europa Oriental (exceto União Européia e Comunidade dos Estados Independentes)	0,28	0,21	0,10
Ásia oriental	0,14	0,14	0,18
Sudeste asiático e Oceania	0,39	0,20	0,42
Sul da Ásia	0,40	0,49	0,36
América Latina e Caribe	0,64	0,68	0,41
Oriente Médio e África do Norte	0,66	1,01	0,70
África Subsaariana	0,73	0,82	0,53

Fonte: OIT, Global Employment Trends Model. (Ver box 3 em "A Guide to Understanding the KILM" para mais informações sobre a metodologia de cálculo)

tes da adoção de novas formas de gestão administrativa e produtiva e de novas tecnologias, estimuladas pela abertura econômica (OLIVEIRA, 2002). Esse tipo de diagnóstico disseminou-se em trabalhos que reproduziam análises como a de Rifkin (1997) sobre os efeitos da tecnologia na criação do desemprego estrutural.

Supunha-se, além disso, que essa tendência não seria facilmente reversível (SOARES et alii, 2001). A abertura econômica e os fortes aumentos de produtividade eram tendências comuns das economias em processo de internacionalização. A partir de 1994, houve uma expressiva valorização da moeda nacional, como em outros países da América Latina, com o objetivo de pressionar para baixo os preços dos bens afetados pelo mercado internacional (bens comercializáveis). Como ressaltaram à época Coutinho et alii (1999), em um cenário como esse o eventual aumento da demanda agregada tem impacto menor na atividade econômica e na geração de emprego.

Alguns autores destacaram a idéia de que uma rápida abertura comercial em ambientes macro-institucionais instáveis resultaria em redução de leque de produtos e processos com que as empresas trabalham (FERRAZ, HAGUENAUER e KUPFER, 1997). Tal estilo de modernização elevaria a produtividade, mas não de maneira sustentada. Como muitas empresas reduziram custos e participaram de fusões e aquisições que pouco estimularam o desenvolvimento industrial, a liberalização comercial tenderia a provocar um processo de especialização regressiva da indústria (contração de alguns setores de ponta tecnológica), cujas implicações sobre o emprego são pesadamente negativas (KUPFER, 2005).

Independentemente da avaliação de quanto duraria essa segunda tendência, ela parecia de fato encontrar respaldo nos indicadores. Um trabalho que abrangeu o período 1989-1999 e baseou-se no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE) indicou que a década de 90 foi um período em que teria havido crescimento na grande maioria dos setores da economia, acompanhada de uma queda no emprego formal (NEVES et alii, 2000). Os dados sugeriam, inclusive, que entre 1995 e 1999 teria havido um aprofundamento dessa tendência, observável na indústria de transformação, nos serviços industriais de utilidade pública, nas instituições financeiras e em outros serviços, assim como na agropecuária.

tabela 3 • Taxas médias anuais de variação da ocupação e do PIB e elasticidade ocupação-produto – Brasil, 1984 a 2006

Indicador	1984-1989	1993-1998	1999-2003	2004-2006
(1) Variação da Ocupação – número de ocupados (em % a.a.)	3,6	1,2	2,1	3,0
(2) Variação da Ocupação – horas trabalhadas (em % a.a.)	n.d.	1,1	1,8	2,4
(3) Variação PIB (em % a. a.)	4,5*	3,3	1,9	4,2
Elasticidade da ocupação, segundo número de ocupados (1)/(3)	0,8	0,3	1,1	0,7
Elasticidade da ocupação, segundo horas trabalhadas (2)/(3)	n.d.	0,3	0,9	0,6

Fonte: IBGE, PNAD e Contas Nacionais (SIDRA) * Banco Central

Obs.: a) Para assegurar compatibilidade, nos dados do PNAD não foi incluída a zona rural da região Norte, exceto a de Tocantins; b) A série do PNAD foi ajustada à mudança da cobertura geográfica em 2004 e também às mudanças de projeção da população, sendo encadeadas as taxas de crescimento da ocupação na série ajustada; c) Os dados do PIB referem-se à nova série, divulgada em 2007; d) Foi feito ajuste pelo número de horas trabalhadas na ocupação principal; e) para os dados de ocupação, foi considerada a faixa etária de 10 anos ou mais (ver observação à tabela 2); f) os cálculos de elasticidade foram feitos a partir da variação acumulada da ocupação e do PIB, nos respectivos períodos, e não pelas médias anuais.

Entretanto, em alguns ramos da indústria de transformação (plástico, química, alimentos, perfumes e sabões, produtos farmacêuticos e veterinários e minerais não-metálicos) a segunda metade da década de 90 foi marcada pela recuperação de “alguma capacidade de geração de postos de trabalho formais”, principalmente em 1999, destacam Neves et alii (2000, p. 142), ano em que o real sofreu forte desvalorização. O trabalho mencionado aponta ainda, embora esse não tenha sido seu foco central, que as mudanças cambiais foram importante elemento de proteção de alguns subsetores da economia com intensidade de mão-de-obra e até então menos expostos à competição internacional.

Um trabalho de Chahad, Diaz & Pazello (2002), que descreveu a elasticidade emprego-produto para os setores agrícola (1984-1999) e industrial (1983-1999), também indica que da década de 80 para a de 90 houve uma queda na intensidade com que o crescimento econômico se transformou em geração de emprego, especialmente de emprego formal. Essa tendência parecia fazer crer que o Brasil acompanhava tendências mundiais e estava registrando tanto baixa geração de empregos quanto precarização da força de trabalho (RAMOS, 2003).

A drástica mudança de tendência, a partir de 1999, levou a uma revisão desse tipo de análise. Vários autores — como Ramos (2003), Passos et alii (2005), Ramos & Ferreira (2005) e Baltar et alii (2006) — destacaram que, a partir daquele ano, a expansão da economia passou a trazer impactos positivos sobre o mercado de trabalho: “o emprego formal reagiu de uma forma quase inesperada” (RAMOS, 2003).

A mudança no regime cambial em 1999 fortaleceu os produtores de bens comercializáveis e aumentou a

confiança na economia brasileira, favorecendo a contratação de mão-de-obra. Os temores dos agentes econômicos quanto aos efeitos de uma provável deterioração da estabilidade monetária teriam sido eliminados, inclusive a um custo menor do que se supunha, já que a inflação foi razoavelmente contida e a economia não tardou a se recuperar.

Em relação ao impacto no mercado de trabalho, é possível notar que a queda dos salários reais, entre 1999 e 2003, pode ter influenciado a geração de vagas. Ainda que a contratação de mão-de-obra se dê essencialmente em razão da perspectiva de aumento da demanda por produtos — muito mais do que devido a variações moderadas de salários —, a redução salarial pode ter compensado parcialmente as incertezas das empresas e reduzido a resistência à contratação, em todos os setores.

Além disso, é provável que nos anos mais recentes, a partir do aumento dos rendimentos das famílias mais pobres (2003), a expansão do consumo popular tenha beneficiado empreendimentos de pequeno porte, relativamente intensivos em mão-de-obra

A ocupação pode também ter sido impulsionada, nos primeiros anos deste século, pelo esgotamento, ao final dos anos 90, de um ciclo de reestruturação na indústria

A partir da desvalorização do real, em 1999, o crescimento econômico passou a ter forte impacto positivo na geração de trabalho formal



de transformação. Teria sido um primeiro ciclo de reestruturação pós-abertura (aparentemente ainda não sucedido, até 2006, por outro ciclo reestruturante). Ele se caracterizaria, num primeiro momento, por ajustes principalmente emergenciais e defensivos, de racionalização produtiva e administrativa, e, em um segundo momento, por investimentos pontuais em reposição e modernização. Essa possibilidade foi mencionada algumas vezes na literatura especializada, mas não chegou a merecer atenção (IPEA, 2002, PARREIRAS, 2002).

6 • O comportamento de cada setor

Há um razoável consenso no Brasil de que, no início dos anos 90 — marcado tanto por abertura comercial quanto por baixo crescimento econômico —, as alterações no comportamento da ocupação total e formal tiveram como uma das suas principais causas a acelerada e radical reestruturação da indústria. No entanto, essa tendência se inverteu no final dos anos 90 e no início do século 21, quando houve forte recuperação da ocupação total e formal.

A tabela 5 mostra, para grandes setores, a evolução da ocupação a partir dos dados da PNAD, do PIB e da elasticidade nos períodos 1984-89¹⁵, 1993-98 e 1999-2006 (subdividida em 1999-2003 e 2004-2006). Para o setor industrial, apresentam-se também os números dos dois maiores segmentos, transformação e construção civil (saliente-se que, como não foram feitos os ajustes pelo número de horas trabalhadas, a elasticidade pode estar superestimada em alguns casos)¹⁶.

Em termos da ocupação total, as informações básicas já foram apresentadas anteriormente: a década de 80 caracteriza-se por acelerado crescimento a partir de 1984, o período 1993-98 foi de crescimento reduzido (precedido, segundo os dados da RAIS, por redução na ocupação no triênio 1990-92), e sucedido por rápida expansão, entre 1999 e 2006. Os dados de emprego na década de 80, acrescente-se, não são diretamente comparáveis com os dados a partir de 1992, em razão da alteração metodológica no conceito de ocupação e também nos questionários da PNAD.

Na agricultura, que nos anos 80 registrou aumento relativamente pequeno da ocupação, a elasticidade ocupação-produto foi negativa tanto em 1993-98 como em 1999-2006. A queda foi menor no segundo período, provavelmente em razão da expansão da produção agrícola ter sido muito superior, estimulada pelas exportações de commodities. A queda da ocupação no setor agrícola foi atenuada por um forte aumento na produção.

O avanço do agronegócio e a mecanização que o acompanha são as causas principais da “expulsão” de mão-de-obra do campo há algumas décadas. Sucessivos governos vêm buscando atenuar esse processo por meio de políticas de apoio à agricultura familiar e à reforma agrária. No entanto, as tendências gerais da ocupação agrícola têm sido definidas muito mais pelos avanços do setor, crescentemente mecanizado, do que por esses elementos compensatórios.

Tal como na agricultura, no setor de serviços a trajetória da criação de postos de trabalho tem apresentado

relativamente poucas mudanças, em termos quantitativos¹⁷. Mas o comportamento é exatamente o oposto ao da agricultura: o que vem ocorrendo é uma expansão acelerada da ocupação nas últimas décadas. Com a possível exceção dos anos 1990-92, o setor exibiu elevadas elasticidades de ocupação com relação ao PIB e rápidos aumentos na ocupação, mesmo em anos de baixa expansão econômica. Como indicam os dados da tabela 5, o melhor desempenho da ocupação total desde 2000, em relação à década de 90, também se explica por um ritmo mais intenso de criação de postos de trabalho no setor terciário — seja em razão de uma maior elasticidade no período de 1999 a 2003, seja por um maior ritmo de crescimento do PIB no período de 2004 a 2006. Isso é importante porque o setor terciário é justamente aquele que responde pela maior parcela da ocupação total.

Nos anos 90, o setor agrícola e a indústria de transformação “expulsaram” mão-de-obra, mas o setor terciário — formal e informal — absorveu grande número de trabalhadores. No período 1999-2006 há uma aceleração no setor de serviços (a ocupação cresce 2,9% ao ano no período 1993-98 e 3,7% ao ano de 1999 a 2006). Essa evolução, cujas razões são tema ainda a ser estudado, ajuda a entender por que a ampliação da ocupação, entre 1999 e 2003, não foi acompanhada de um comportamento mais animador da produtividade.

A indústria de transformação, ao contrário de agricultura e serviços, não teve uma evolução uniforme entre os períodos. A elasticidade foi muito elevada nos anos 80, ligeiramente negativa no período 1993-98 e novamente elevada de 1999 em diante. O segmento teve influência decisiva na desaceleração do crescimento da ocupação no Brasil, no início dos anos 90. E foi novamente importante quando, ao final dessa década, a ocupação voltou a expandir-se rapidamente.

A tabela 6 mostra a participação dos setores na ocupação total, em 1992, 1999 e 2006, e a criação de ocupações entre esses anos. Os dados, calculados a partir dos valores absolutos divulgados pela PNAD, foram ajustados pelas alterações nas ponderações ocorridas no período de 1992 a 2006, assim como pela mudança de classificação dos setores de atividade, em 2002, e da mudança de cobertura geográfica em 2004. Feitas essas observações, verifica-se que:

- A participação da agricultura no total de ocupados caiu nos dois períodos (28,4% em 1992 e 18,6% em 2006), e essa queda afetou de forma negativa a ocu-

O setor de serviços teve participação decisiva no aumento da ocupação nas décadas de 1990 e de 2000

pação total do país, em cerca de 15% e 13% nos dois períodos, respectivamente;

- O setor secundário (indústria de transformação, construção civil e serviços industriais de utilidade pública) teve pequena contribuição para o aumento do emprego entre 1993 e 1999 (9,7%) e, entre 2000 e 2006, contribuiu com 24,8%.
- Entre 1992 e 1999, a indústria de transformação perdeu peso na ocupação, mas a construção civil compensou parcialmente essa queda¹⁸. Entre 1999 e 2006, a indústria de transformação aumentou sua participação. Ou seja, quando a ocupação cresceu pouco na economia como um todo (anos 90), a indústria de transformação ajudou a agravar o quadro; quando a situação se inverteu, o setor contribuiu com um crescimento superior ao seu peso na ocupação total.
- O setor de serviços teve participação decisiva no aumento da ocupação em ambos períodos, como já vinha ocorrendo nos anos 80. Em 1993-99, compensou a queda da ocupação na agricultura e na indústria de transformação, com pequena ajuda da construção civil. Em 2000-2006 liderou a alta, desta vez com a ajuda da indústria de transformação.

A partir das duas tabelas é possível observar, portanto, que nos anos 2000 a agricultura continuou a eliminar postos de trabalho, como havia ocorrido nos anos 90 (agravando uma tendência verificada na década anterior). O setor de serviços manteve, nos anos 2000, sua trajetória de forte ampliação de postos de trabalho, influenciando significativamente no processo de criação de ocupação no país. O comportamento atípico da ocupação nos anos 90 — baixo impacto do crescimento econômico na criação de postos de trabalho — foi provocado principalmente pelas alterações da indústria de transformação, que cortou empregos, ao contrário do que vinha ocorrendo nos anos 80 e do que voltaria a ocorrer nos anos 2000.

tabela 5 • Variação na ocupação, no PIB e na elasticidade, segundo fatores econômicos – Brasil, 1984 a 2006

Setor	Variação anual média da ocupação(em %) (1)					Variação anual média do PIB (em %) (2)					Elasticidade (1)/(2)				
	1984-1989	1993-1998	1999-2006	1999-2003	2004-2006	1984-1989	1993-1998	1999-2006	1999-2003	2004-2006	1984-1989	1993-1998	1999-2006	1999-2003	2004-2006
Agricultura	1,0	-1,8	-0,6	-0,6	-0,6	3,6	3,5	4,3	5,5	2,2	0,3	-0,5	-0,1	-0,1	-0,2
Indústria	2,4	0,9	2,4	1,5	3,9	4,5	3,9	2,3	1,1	4,3	0,5	0,2	1,0	1,4	0,9
Indústria de transformação	5,9	-0,3	3,2	2,7	4,0	4,3	3,2	2,5	1,7	3,8	1,4	-0,1	1,3	1,6	1,1
Construção civil	-3,4	3,7	0,9	-0,5	3,5	3,7	4,7	0,5	-1,7	4,3	-0,8	0,8	1,9	0,3	0,8
Serviços	5,6	2,9	3,7	3,5	3,9	4,9	2,7	2,9	2,1	4,2	1,2	1,1	1,3	1,7	0,9
Total	3,6	1,2	2,5	2,1	3,0	4,5	3,3	2,8	1,9	4,2	0,8	0,3	0,9	1,1	0,7

Fonte: IBGE, PNAD e Contas Nacionais.
Obs.: a) No PNAD, não foi incluída a zona rural da região Norte, exceto Tocantins, para se poder comparar os dados de 2004 a 2006 com os de 1992 a 2003, ou seja, houve ajuste da mudança de cobertura geográfica em 2004; b) A série da PNAD foi ajustada à mudança da classificação dos ramos de atividades nos diferentes setores realizada em 2002 e também às mudanças de projeção da população, sendo encadeadas as taxas de crescimento da ocupação com a série ajustada; c) Os dados do PIB referem-se à série com nova metodologia, divulgada em 2007, e tiveram como fonte de dados o sistema SIDRA do IBGE. Os dados da década de 80 foram extraídos do IPEADATA; d) Diferentemente do padrão da PNAD, incluiu-se em indústria não só indústria de transformação e outras atividades industriais, mas também a construção civil, para garantir coerência com os dados de PIB; e) Serviços inclui também comércio, ou seja, é o setor terciário como um todo; f) para os dados de ocupação foi considerada a faixa etária de 10 anos ou mais (ver observação à tabela 2); g) os cálculos de elasticidade foram feitos a partir da variação acumulada da ocupação e do PIB, nos respectivos períodos, e não pelas médias anuais.

tabela 6 • Participação dos setores na ocupação total e na variação da ocupação
— Brasil, 1992 a 2006 (em %)

Setor	Participação na ocupação total			Participação na variação da ocupação	
	1992	1999	2006	1993-1999	2000-2006
Agricultura	28,4	24,4	18,6	- 15,1	- 13,1
Indústria (2)	21,9	20,8	21,4	+ 9,7	+ 24,8
Ind.de transformação	14,4	13,0	14,0	- 1,8	+ 19,5
Construção civil	6,4	7,0	6,6	+ 13,2	+ 4,3
Serviços (3)	49,4	54,5	59,8	+ 105,3	+ 88,6
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD

Nota: (1) A soma das participações não atinge 100% porque foram excluídas as atividades mal-definidas; (2) inclui indústria de transformação, construção civil e outras atividades industriais, difere, portanto, do conceito tradicionalmente empregado pela PNAD, que não inclui a construção civil; (3) setor terciário como um todo, inclui comércio e serviços.

Obs.: a) Na PNAD foi excluída a zona rural da região Norte, exceto Tocantins; b) A série da PNAD foi ajustada à mudança da cobertura geográfica em 2004 e também às mudanças de projeção da população, sendo encadeadas as taxas de crescimento da ocupação com a série ajustada; c) Foi feito ajuste na classificação setorial, em função da mudança ocorrida em 2002; d) faixa etária considerada foi de 10 anos ou mais (ver observação à tabela 2).

A reestruturação industrial foi o que mais influenciou a geração de menos ocupações entre a década de 80 e a de 90. No entanto, parece ainda não ter sido adequadamente estudada a modificação radical das indústrias no final da década de 90. A literatura sobre o período enfatiza o regime cambial (a desvalorização de 1999 teria revertido a tendência de redução do emprego). Há, contudo, outra possibilidade: a de que estivesse terminando, cerca de dez anos depois de seu início, um ciclo de reestruturação da indústria — marcado por racionalização produtiva e administrativa na primeira metade da década, e por forte expansão de investimentos em reposição e modernização, entre 1995 e 1998. A desvalorização teria contribuído para acelerar o término desse processo.

As deficiências acumuladas pela indústria até a abertura comercial teriam levado as empresas a uma reestruturação acelerada. Durante praticamente uma década houve mais produtividade, e a desvalorização cambial teria ocorrido num momento em que a possibilidade de aumento da competitividade por essa via já estivesse se esgotando.

Isso não significa que, a partir daquele momento, não houvesse mais ajuste a ser feito — a reposição de equipamentos e a modernização são possibilidades e exigências permanentes. No entanto, o uso desse recurso para manter os ganhos de eficiência e competitividade teria deixado de ser viável a partir do final dos anos 90, porque a produção e a administração das empresas estavam já mais ajustadas e os equipamentos já não eram defasados.

As análises no Brasil destacam que a abertura comer-

cial, primeiro, impôs alterações na pauta de produção e nas decisões empresariais sobre eficiência e progresso técnico. Segundo, como reação, os processos produtivos e administrativos foram racionalizados. No entanto, não se prestou adequada atenção ao fato de que são permanentes os efeitos da abertura sobre o progresso técnico, a produtividade e a competitividade, mas são provisórios os impactos sobre a racionalização de ineficiências operacionais e sobre os investimentos para renovar equipamentos (BIELSCHOWSKY, 2002).

A hipótese aqui proposta é que o uso intensivo desses procedimentos só funcionaria por um período limitado, correspondendo ao comportamento racional dos empresários numa fase de transição de uma economia fechada para uma economia aberta. As empresas em boa medida usaram desses mecanismos com grande êxito, mas, decorridos nove anos, o processo se esgotou.

É difícil precisar qual era o grau de avanço do processo de modernização das indústrias quando o câmbio fixo foi abandonado, em 1999, mas é razoável supor que isso tenha contribuído para o término dessa reestruturação. Também contribuiu a recuperação da confiança na economia brasileira — o abalo causado pela rápida desvalorização foi muito inferior ao que se imaginava, e a sensação de maior estabilidade macroeconômica entre os empresários pode ter colaborado para acelerar as contratações.

O argumento de que o ciclo de reestruturação industrial terminou no fim dos anos 90 ajuda a explicar também duas características básicas do comportamento do mercado de trabalho no início do século 21 — alta da ocupação em geral e simultânea redução da taxa de

informalidade, revertendo a tendência da década anterior. Como a indústria é o setor em que há maior proporção de empregos formais, o aumento de suas contratações, depois de anos de retração, teria influenciado uma maior formalização na economia como um todo.

Em todo caso, não se deve exagerar a importância da indústria de transformação nesse processo. Os dados da RAIS mostram que, embora ela tenha sido responsável por cerca de dois terços do declínio do emprego formal no período 1990-92 e tenha reduzido as contratações formais de 1993 a 1998 (na contramão da economia como um todo), nos últimos anos (2000 a 2006) sua participação na elevação do emprego formal foi de apenas 19,6%¹⁹. A mesma fonte de dados aponta que o setor terciário foi responsável por praticamente todo emprego formal criado entre 1995 e 1999²⁰ e por cerca de três quartos da ampliação do emprego formal entre 2000 e 2006 (72,7%)²¹. A contribuição da indústria de transformação parece ter sido reduzir as demissões de empregados formais e passar a contratá-los de forma acelerada.

Ainda que a participação maior do setor terciário no emprego seja uma tendência clara da economia brasileira, as mudanças verificadas desde os anos 80 foram acentuadas pela terceirização de atividades antes classificadas como industriais, e que passaram a figurar como atividades do setor de serviços²².

De qualquer forma, essa migração, que prevalece desde a década de 80, suscita importantes questões, conforme mostrado em IBGE (1994)²³: é um resultado positivo das mudanças e da modernização na estrutura de consumo e produção da sociedade, à semelhança do que ocorreu nos países desenvolvidos, ou é reflexo negativo de algum sintoma de desindustrialização e/ou de expansão de atividades irregulares, precárias e de baixa produtividade, que conformariam uma estratégia de busca pela sobrevivência nas áreas urbanas?

De acordo com IBGE (1994), na década de 80 a participação maior do setor de serviços na economia e no mercado de trabalho brasileiros se deu tanto em razão da criação e ampliação de atividades modernas e organizadas quanto da permanência ou mesmo a recriação de atividades informais, muitas das quais responderiam mais propriamente a uma estratégia de sobrevivência de seus agentes.

Já na década de 90 o setor terciário absorveu mão-de-obra expulsa da agropecuária e da indústria, frequentemente como uma estratégia de sobrevivência,

numa conjuntura de baixo crescimento econômico. Isso ocorreu sobretudo com trabalhadores de baixo nível de escolaridade ou cuja qualificação estava centrada em processos produtivos que se tornaram obsoletos com o desenvolvimento tecnológico. Contudo, é possível que, assim como nos anos 80, a expansão do setor de serviços nos anos 90 compreenda tanto modernização com desindustrialização quanto luta pela sobrevivência, em especial nas áreas urbanas.

Se os efeitos da expansão do setor terciário são negativos ou positivos, isso certamente depende de fatores como crescimento econômico, comércio internacional, desempenho da indústria e da agricultura. A convivência entre modernização e estratégias de sobrevivência é uma característica do setor terciário no Brasil, refletindo o caráter heterogêneo da economia e do mercado de trabalho.

7 • Desemprego: estabilização em nível elevado

A possibilidade de que a taxa de desemprego tenha subido nos primeiros três anos da década de 90 em razão da recessão econômica e da acelerada reestruturação da indústria de transformação — fruto da abertura comercial — é reforçada por relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho (CESIT)²⁴: a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo aumentou de 8,7% em 1989 para 15,2% em 1992²⁵.

Na década de 80, o desemprego variou entre 2% e 4% para o Brasil como um todo, segundo a PNAD. Em 1992, a pesquisa indica — com metodologia que não permite a comparação com os dados dos anos 80 da própria PNAD — que a taxa de desemprego havia superado 6% (ver gráfico 3). O triênio seguinte (1993-95) foi marcado por forte recuperação no crescimento do

Participação maior do setor de serviços no total de empregos nos anos 90 é resultado tanto de modernização quanto de precarização

Proporção de trabalhadores informais cresceu nos anos 90; entre 2000 e 2006, a ocupação formal se expandiu vigorosamente

PIB (4,8% ao ano, em média), mas sem impacto semelhante na ocupação — ou seja, a taxa de desemprego não recuou na mesma proporção. Foram anos de incertezas na economia (hiperinflação e início do Plano Real) e de continuidade da reestruturação industrial, que prejudicavam as expectativas em relação ao crescimento econômico sustentado.

Em 1996-1999, a taxa de desemprego deu novo salto, chegando a 9,4%. Nesses anos combinaram-se lento avanço da economia (média de 1,4% ao ano) e baixo impacto do crescimento do PIB na ocupação.

Desde 2000 o nível de desemprego permanece elevado, apesar da redução a partir de 2004. Esse processo é resultado da expansão relativamente baixa do PIB e de dois movimentos em sentidos opostos:

- Apesar de a população em idade ativa estar crescendo

em velocidade significativamente menor, a proporção de pessoas dessa faixa que entraram no mercado de trabalho subiu entre 2001 e 2005, ampliando fortemente a população economicamente ativa (PEA) e pressionando o desemprego para cima;

- O impacto do crescimento econômico na ocupação aumentou significativamente, o que ajudou a elevar o ritmo de criação de emprego e a reduzir o desemprego.

Tendo atingido 9,4% em 1999, a taxa de desemprego recuou para 8,4% em 2006. Esse nível mais baixo é resultado de crescimento moderado do PIB, maior impacto da expansão econômica na ocupação e, pela primeira vez em muitos anos, elevação apenas modesta da PEA e redução da parcela de pessoas em idade de trabalhar que de fato entram no mercado de trabalho.

8 • (In)formalidade

As mudanças de tendência no mercado de trabalho foram acompanhadas por alterações bruscas na ocupação formal e informal (considera-se aqui ocupação formal o total de trabalhadores com carteira assinada, inclusive os domésticos, os militares e funcionários públicos estatutários, os empregadores e os tra-

balhadores por conta própria que contribuem para a Previdência Social).

A tabela 7 mostra que entre 1993 e 1999 a ocupação formal cresceu menos que a ocupação total e que no período 2000-2006 cresceu mais.

A expansão da ocupação no período 1993-99 foi lenta porque tanto a ocupação formal como a informal aumentaram pouco (embora esta tenha crescido quase o dobro da outra). Em 1999 a alta da ocupação total foi pela primeira vez significativa, mas se deveu principalmente à forte expansão da ocupação informal. A ocupação formal só ganhou força a partir de 2000.

Na década de 90 destacaram-se, portanto, a criação de poucas vagas e a baixa qualidade dos postos criados (já que o setor informal foi o mais dinâmico nessa área). Uma das explicações para esse fenômeno associa o aumento da informalidade e do desemprego ao aumento do custo do trabalho (por exemplo, NERI, 2003). Outros analistas indicam que o impacto do custo dos encargos trabalhistas sobre o nível geral de emprego é insignificante e o impacto sobre a formalização é, quando muito, limitado (J. GRUBER, 1995; R. FERNANDES & N. MENEZES, 2002; N. GARRO, 2003).

No início do século 21, alguns autores reviram a idéia de informalidade dos anos 90 (PAIVA, 2004; PASSOS et alii, 2005; RAMOS & FERREIRA, 2005) e concluíram que o mercado de trabalho das regiões metropolitanas teve comportamento substantivamente diferente do resto do país. Nas grandes cidades ele sempre foi mais estruturado²⁶. Em um contexto de reestruturação produtiva e tecnológica e baixo crescimento do PIB e da ocupação, o maior impacto acontece nos centros dinâmicos da economia, onde a indústria tem importância bem maior. No entanto, a diferença vem diminuindo nos anos recentes.

Como mostra a tabela 8, de 1992 a 1999 a participação da ocupação formal na ocupação total caiu de 66,1% para 59,2% nas regiões metropolitanas, mas praticamente não sofreu alteração nas outras áreas do país. De 1999 a 2006, o peso do emprego formal ficou estável nas grandes cidades, mas subiu de 37,8% para 43,4% nos outros locais. Um dos fatores que podem ajudar a explicar esse processo é a migração de indústrias para áreas não-metropolitanas, o que contribuiu tanto para aumentar a informalidade nos grandes centros como para reduzi-la nas cidades menores.

O desempenho do mercado de trabalho brasileiro

tabela 7 • Taxas médias de expansão da ocupação total, formal e informal — Brasil, 1993 a 2006 (em %)

Ocupação	1993-1999	2000-2006
Formal	0,9	4,1
Informal	1,7	1,2
Total	1,4	2,5

Fonte: IBGE, PNAD
Obs.: a) Não incluída a zona rural da região Norte, exceto a de Tocantins; b) A série da PNAD foi ajustada à mudança da cobertura geográfica em 2004 e também às mudanças de projeção da população, sendo encadeadas as taxas de crescimento da ocupação com a série ajustada; c) Devido à dificuldade de construção da série de ocupação, a faixa etária utilizada nessa tabela é de 10 anos ou mais (ver observação à tabela 2).

tabela 8 • Participação dos trabalhadores formais no total de ocupados, por áreas — Brasil, 1992 a 2006 (em %)

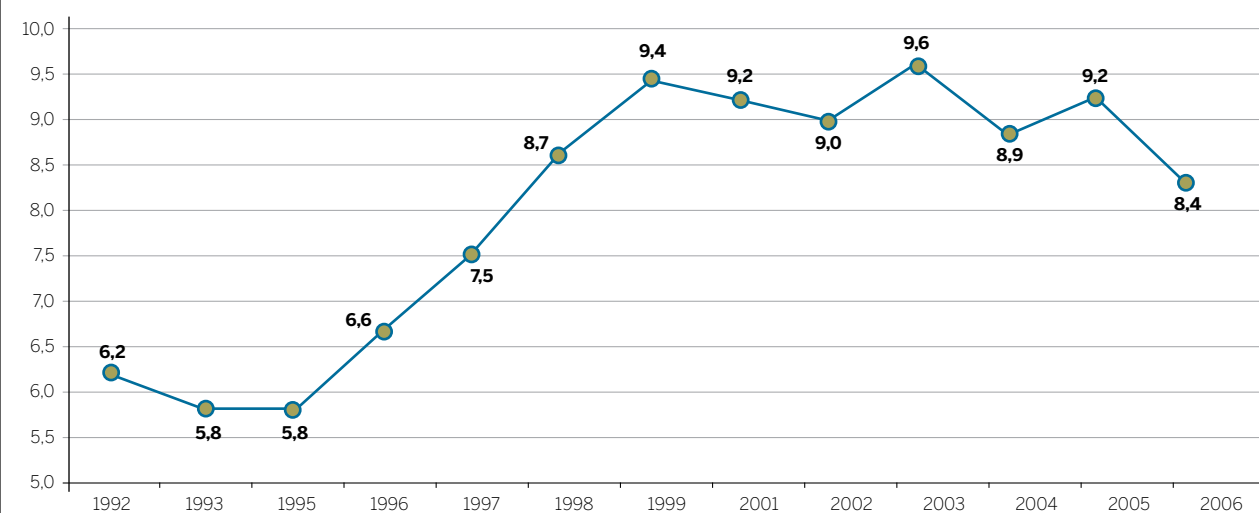
Regiões	1992	1999	2006
Metropolitanas Urbanas	66,1	59,2	59,2
Não metropolitanas Urbanas e Rurais	38,5	37,8	43,4
Total	46,6	44,1	48,2

Fonte: IBGE, PNAD
Obs.: a) Não incluída a zona rural da região Norte, exceto a área rural do Tocantins, para permitir comparação adequada entre os dados de todos os períodos; b) Foram considerados apenas os ocupados de 16 anos ou mais.

entre 1992 e 1999 envolve o crescimento das ocupações informais (independente do critério que as define), em razão principalmente do aumento da proporção de assalariados sem carteira de trabalho e da auto-ocupação como saída para o desemprego e a terceirização. Simultaneamente, houve queda dos rendimentos reais do trabalho e dificuldades na negociação coletiva (DIEESE, 2000; MATTOSO, J., 2001; POCHMANN, M., 2002; KREIN, D., 2000; ver, a propósito, o capítulo 4). No período 2000-2006, a ocupação formal e a ocupação total se expandiram com vigor, e a ocupação informal cresceu mais lentamente.

Para avançar na compreensão do comportamento da ocupação formal no período analisado, foram consideradas cinco medidas do fenômeno, apresentadas na tabela 9²⁷. Foram utilizadas diferentes medidas de formalidade para abranger os vários conceitos existentes. Daqui em diante, porém, este relatório utiliza o termo identificado na tabela como formal 3 para medir o grau de formalidade ou de informalidade — evidentemente, o grau de informalidade é o complemento do grau de formalidade.

gráfico 3 • Taxa de desemprego entre pessoas com 16 anos ou mais — Brasil, 1992 a 2006 (em %)



Fonte: IBGE, PNAD
Obs.: a) Não incluída a zona rural da região Norte, exceto Tocantins, nos anos de 2004 a 2006, para permitir comparação adequada com o período anterior; b) foram considerados apenas os domicílios particulares permanentes.

tabela 9 • Participação dos trabalhadores formais no total de ocupados – Brasil, 1992 a 2006 (em %)

Ano	Empregados com Carteira de Trabalho Assinada	Formal 1 Trabalhadores com Carteira, Funcionários Públicos Estatutários e Militares	Formal 2 Formal 1 e Empregadores	Formal 3 Formal 1 e Empregadores e Trabalhadores por Conta Própria que contribuem para Previdência Social	Ocupados que contribuem para a Previdência Social
1992	32,8	39,4	43,4	46,6	46,4
1993	32,2	38,8	42,6	45,8	45,8
1995	31,4	38,5	42,7	45,6	45,6
1996	32,0	39,1	42,9	46,2	46,0
1997	31,8	38,7	42,9	45,6	46,0
1998	31,6	38,4	42,7	44,9	46,1
1999	30,7	37,6	41,9	44,1	45,4
2001	32,6	39,3	43,7	45,3	47,2
2002	32,4	39,0	43,4	44,7	46,6
2003	33,0	39,8	44,2	45,8	47,6
2004	33,8	40,7	44,9	46,5	48,4
2005	34,5	41,1	45,5	47,0	49,2
2006	35,2	42,1	46,7	48,2	50,5

Fonte: IBGE, PNAD.
Obs.: a) Não incluída a zona rural da região Norte, exceto Tocantins, para garantir comparação adequada com os dados de todos os períodos; b) A série da PNAD foi ajustada às mudanças de projeção da população e construída pelo encadeamento das taxas de crescimento da ocupação; c) Foram considerados apenas os ocupados de 16 anos ou mais.

Na década atual, grandes empresas retomaram a liderança na geração do emprego, o que diminuiu a informalidade

Os dados mostram clara diferença entre os anos 1992-1999, quando diminuiu a formalização no mercado de trabalho, e o período 2000 a 2006, quando se reinicia uma trajetória de crescimento desse indicador, interrompida desde o final da década de 80.

Entre 1992 e 1999, a formalização se reduz principalmente no emprego com carteira de trabalho assinada (empregados e trabalhadores domésticos com 16 anos ou mais) — a participação desse segmento na ocupação total recua de 32,8% para 30,7%. A queda é ligeiramente suavizada quando se incluem militares e funcionários públicos estatutários, mas não tanto quando se acrescentam também os empregadores e os trabalhadores por conta própria com contribuição para a Previdência Social.

Quando o critério de formalidade inclui, além dos empregados com carteira, apenas os empregadores, a retração é a menor — o que pode indicar que uma parte dos

trabalhadores com carteira possivelmente tornou-se empregador que contribui para a Previdência, muitas vezes como resultado da terceirização. Não por acaso, a proporção de contribuintes à Previdência Social caiu menos que alguns tipos de formalidade, graças à substituição de empregados com carteira por empregadores que pagam o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Utilizando o conceito denominado de “formal 3”, adotado como padrão no próximo capítulo, nota-se que o grau de formalidade caiu de 46,6% para 44,1% entre 1992 e 1999.

Na década atual ocorreu rápida formalização, sob qualquer critério. Ou seja, em todas as categorias houve ganhos expressivos nas condições que regem a ocupação, uma reversão do observado nos anos 90 (PRADO, 2006). Assim, a proporção dos que tinham carteira de trabalho assinada subiu de 30,7%, em 1999, para 35,2%, em 2006. No mesmo período, os ocupados contribuindo para a Previdência Social passam de 45,4% para 50,5%. Pelo conceito mais amplo de formalidade (formal 3), o aumento é de 44,1% para 48,2% — observa-se uma expressiva intensificação da geração de postos de trabalho e formalização de postos já existentes.

As grandes empresas retomaram a liderança na geração do emprego graças ao crescimento econômico: segundo a RAIS, os pequenos estabelecimentos foram

responsáveis por 84% das ocupações formais de 1997 a 1999, e por apenas 28% de 2000 a 2004.

As causas da formalização do mercado de trabalho nos últimos anos ainda estão em debate, até porque se trata de um processo recente. Entre os fatores que teriam influenciado esse processo estão:

- Retomada do crescimento econômico, em especial a partir de 2004, ainda que abaixo do desejável;
- Aumento do saldo comercial por conta das exportações, em geral concentradas em grandes empresas, o que explicaria em parte tanto a melhora da ocupação formal como o desempenho do emprego nos grandes estabelecimentos;
- Redução do valor real dos salários no período anterior, o que tornou a formalização menos custosa;
- Expansão do crédito nos anos mais recentes, em especial para setores intensivos em mão-de-obra, como habitação e outras atividades voltadas ao consumo popular. Isso teria estimulado a produção e as vendas em alguns segmentos e levado pequenos empreendimentos, que se mantinham na informalidade, a buscar a formalização;
- Desoneração fiscal e tributária, especialmente pelo Simples (1996), o Simples Nacional (2007) e o novo Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (2006)²⁸;
- Retomada da fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e atuação do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Justiça do Trabalho nesse período (BALTAR et alii, 2006);
- Aumento e desconcentração do gasto social, além de

maior eficácia das ações de intermediação de mão-de-obra (CARDOSO JR, 2007);

- Término do ciclo de reestruturação na indústria de transformação, ao final dos anos 90.

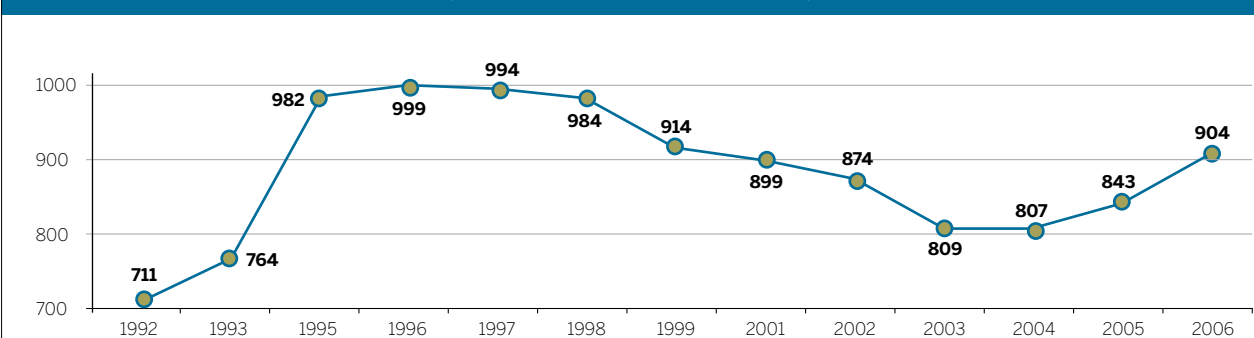
O comportamento da informalidade é uma variável-chave para acompanhar as dimensões de qualidade do emprego e proteção social incluídas no conceito de trabalho decente. Como se verá no próximo capítulo, houve melhora no grau de cobertura pela seguridade social dos trabalhadores ocupados no Brasil nos anos 2000.

9 • Rendimentos do trabalho

O rendimento médio do trabalho para ocupados com 16 anos ou mais de idade aumentou de maneira acentuada entre 1993 e 1995 (ver gráfico 4) por efeito do Plano Real. A partir de 1996 há um declínio e, até 2003, a tendência é de forte queda. Em 2004 inicia-se um movimento de recuperação.

A partir da segunda metade da década de 90, vários fatores contribuíram para acirrar a disputa pelo emprego: o aumento da taxa de participação (entrada de mais trabalhadores), o intenso ingresso de mulheres no mercado de trabalho, a alta do desemprego e a própria queda dos rendimentos reais, que colaborou para elevar o número de membros da família que procuraram emprego para reforçar a renda doméstica.

Ao mesmo tempo, o baixo ritmo de crescimento econômico limitou a demanda por trabalho e, portanto, o rendimento médio do trabalhador. O aumento do peso

gráfico 4 • Rendimento médio mensal real dos ocupados de 16 anos ou mais⁽¹⁾ — Brasil, 1992 a 2006 (em R\$ de setembro de 2007)

Fonte: IBGE, PNAD.
Nota: (1) Rendimento de todos os trabalhos dos ocupados, na semana da pesquisa.
Obs.: a) Excluiu-se a zona rural da região Norte, exceto Tocantins, para garantir a comparação adequada entre os dados de todos os períodos; b) Consideradas as pessoas ocupadas com rendimento do trabalho principal.



das micro e pequenas empresas no emprego total pode ter contribuído igualmente para a redução nos rendimentos durante a década de 90.

O rendimento dos trabalhadores também foi afetado pela migração de empresas e da mão-de-obra para novas regiões, motivada, entre outros fatores, pela busca de menores salários e de menor organização sindical.

Apesar de todos esses aspectos desfavoráveis, não podem ser desconsiderados os ganhos reais do salário mínimo e a manutenção das baixas taxas de inflação (a partir do Plano Real), que permitiram atenuar a queda dos rendimentos. Esses elementos contribuíram também para a recuperação recente, em conjunto com maior crescimento econômico.

10 • A distribuição de renda entre as pessoas ocupadas melhorou²⁹

O Brasil apresenta, como se sabe, uma das piores distribuições de renda do mundo, qualquer que seja o critério de medição. O problema, evidentemente, confirma-se quando se mede a distribuição do ponto de vista diretamente relacionado a este relatório — a remuneração do trabalho (ver gráfico 5).

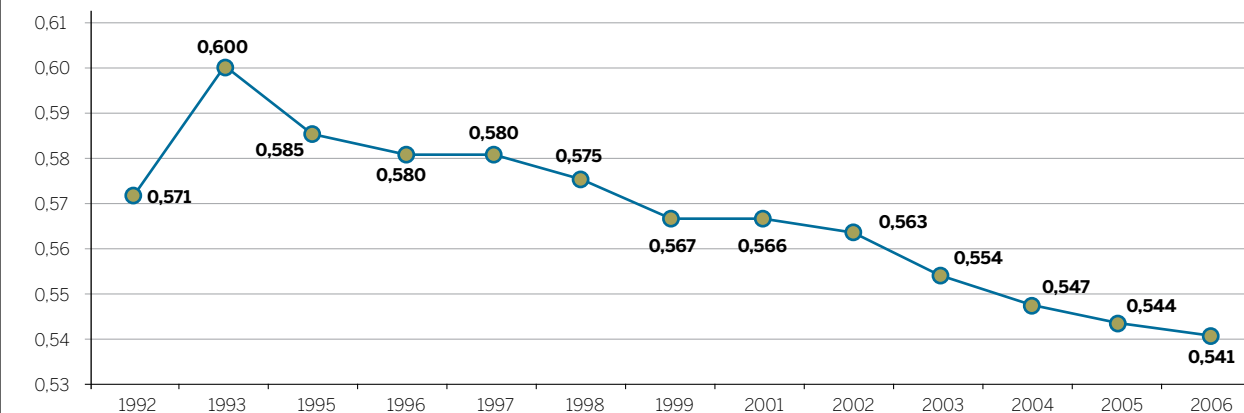
Os dados mostram, porém, que, apesar de muito elevada, a concentração diminuiu no período recente, com queda no Índice de Gini³⁰ de 0,571 para 0,541 entre 1992 e 2006. Mostram também que essa queda tem ocorrido desde 1995. Contribuíram para essa melhoria na dé-

cada atual o comportamento favorável do mercado de trabalho e a elevação do poder de compra do salário mínimo. A tendência é idêntica à que vem sendo analisada nos estudos sobre distribuição na renda familiar³¹, e a razão óbvia é que o rendimento do trabalho é decisivo para a renda das famílias.

O estudo de Soares (2006), por exemplo, sugere que os rendimentos do trabalho contribuíram com 75% da variação no Índice de Gini, entre 1995 e 2004. Segundo o autor, o salário mínimo real, por ter tido uma evolução positiva ao longo do período, foi um dos elementos que contribuíram para esse resultado, refletindo tanto a melhora das condições do mercado de trabalho quanto os efeitos de uma política ativa de valorização do salário mínimo.

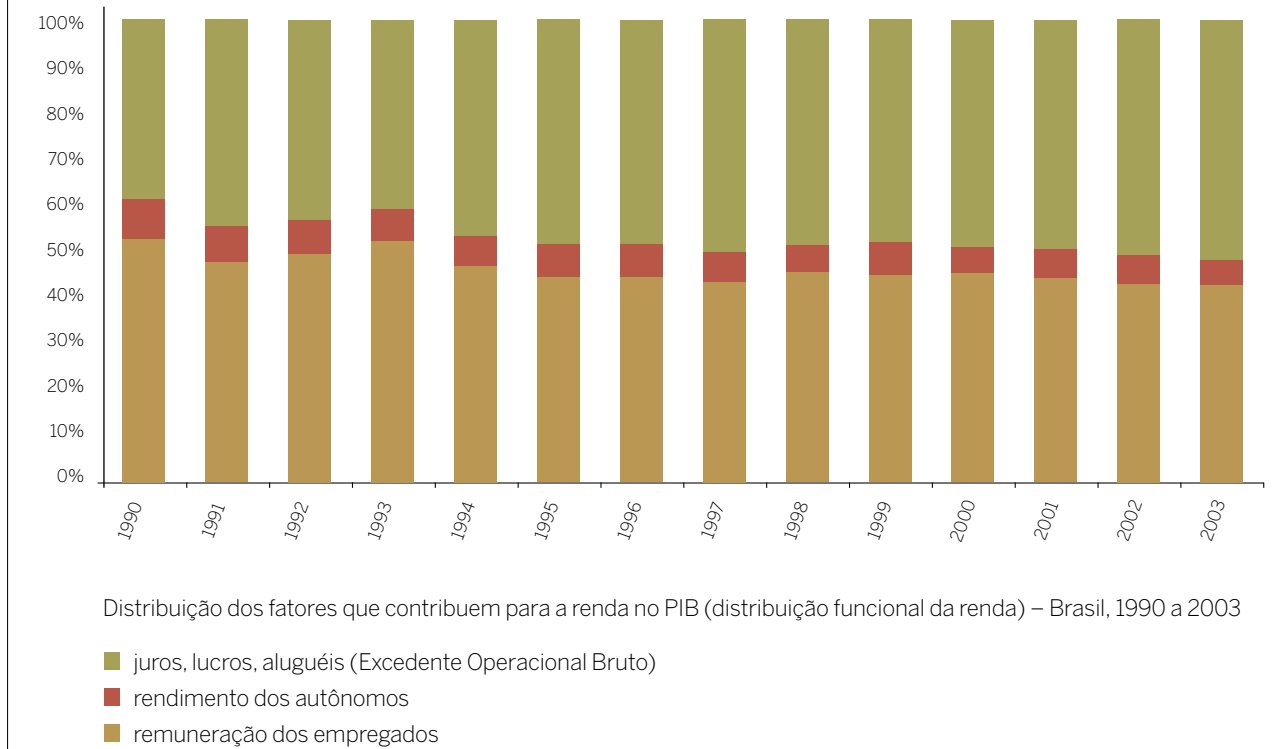
A melhoria no índice de distribuição de rendimentos não teve, porém, correspondência na distribuição funcional da renda, que retrata a participação das diversas fontes de renda no PIB (ver gráfico 6). A participação na renda nacional do ganho com lucros, juros, aluguéis e aplicações financeiras (chamado excedente operacional bruto) tem comportamento praticamente oposto ao da remuneração dos empregados — a primeira com trajetória positiva, ao contrário da segunda. O que se verifica é que a concentração diminuiu recentemente quando se levam em conta os rendimentos pesquisados pela PNAD (relativos a famílias), mas se observa uma piora da distribuição funcional da renda quando se consideram os dados das Contas Nacionais.

gráfico 5 • Índice de Gini para o rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade — Brasil, 1992 a 2006



Fonte: IBGE, PNAD
Obs.: Excluiu-se a zona rural da região Norte, exceto Tocantins, para garantir a comparação adequada entre os dados de todos os períodos.

gráfico 6 • Distribuição funcional de renda – Brasil, 1990 a 2003



Fonte: IBGE, PNAD
Obs.: Excluiu-se a zona rural da região Norte, exceto Tocantins, para garantir a comparação adequada entre os dados de todos os períodos.

Observe-se que os dados do gráfico 6 só se estendem até 2003, devido a mudanças de metodologia no cálculo do PIB. De qualquer modo, os dados divulgados pelo IBGE com a nova metodologia mostram que, nos anos mais recentes, a distribuição funcional passou a manter relativa estabilidade na repartição entre rendimentos do trabalho e excedente operacional bruto.

A melhoria na distribuição funcional depende de políticas distributivas de renda e, talvez ainda mais essencialmente, das condições em que os ganhos de produtividade são transmitidos aos trabalhadores. O comportamento das variáveis relevantes para essa transmissão foi pouco favorável aos trabalhadores no período aqui estudado.

11 • Observações finais

Entre os fatores que determinam a melhoria da distribuição de renda e a redução da pobreza, o mais importante é o efeito potencial de um mercado de trabalho ativo sobre o emprego e a remuneração. Para que

Concentração da renda do trabalho diminuiu, como resultado do comportamento favorável do mercado de trabalho e da elevação do poder de compra do salário mínimo



os rendimentos dos trabalhadores cresçam de forma contínua e consistente, é decisivo que se eleve continuamente a produtividade do trabalho e, ao mesmo tempo, que a demanda por mão-de-obra seja suficiente para torná-la relativamente escassa.

A variação da produtividade do trabalho corresponde à razão entre a expansão do PIB e o aumento da ocupação. Quando o PIB e o investimento crescem de forma sustentada ao longo do tempo, a produtividade aumenta por conta da elevação do estoque de bens de capital por trabalhador, e em razão da tendência à introdução de inovações propiciadas pelas novas safras de equipamentos que se incorporam ao parque produtivo. Além disso, a produtividade é favorecida pelo crescimento rápido, que abre espaço para acelerar o progresso técnico derivado da absorção de conhecimento no processo produtivo – cuja intensidade depende, obviamente, do sistema educacional, do sistema nacional de inovação e de diferentes processos de capacitação dos trabalhadores.

Como o leitor foi alertado no início deste capítulo, a evolução da produtividade do trabalho não foi aqui abordada, por cautela frente à incongruência entre diferentes séries estatísticas – PNAD, por um lado, e dados setoriais do próprio IBGE, como a Pesquisa Industrial Anual, por outro – o que recomenda um aprofundamento do estudo do tema em um nível que não foi possível realizar no espaço deste relatório.

No entanto, há razões para crer que a recente recuperação do crescimento econômico possa ser o início de uma etapa em que estejam estabelecidas duas condições básicas para uma melhoria dos rendimentos do trabalho e, eventualmente, da distribuição funcional da renda. Primeiro, começam a surgir indicações de que a produtividade do trabalho está crescendo – os dados de produtividade da Pesquisa Industrial Anual (IBGE) mostram uma elevação média de 3,6% em 2005 e 2006.

Ao mesmo tempo, há sinais de que a demanda por mão-de-obra possa continuar a elevar-se mais que a oferta – como ocorreu em 2006 –, com conseqüente redução gradual da taxa de desemprego, sobretudo com a população em idade ativa crescendo em velocidade menor. Como se viu, a fase atual da economia brasileira difere daquela dos anos 90, quando, sob influência das reformas, o impacto da variação do PIB na ocupação foi muito pequeno. Isso sugere que uma expansão sustentada poderá impulsionar fortemente a ocupação, como vem ocorrendo nos últimos anos.

NOTAS

1. Apesar de grande parte deste capítulo se referir a esse período, também serão feitas algumas comparações com a década de 80. No entanto, por não haver dados com base metodológica semelhante, a possibilidade de compará-los é limitada, e a atenção principal é dada às décadas de 90 e 2000. Embora a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE exista desde os anos 70, sua metodologia é constante somente a partir de 1992. Além disso, como a cobertura geográfica da pesquisa foi ampliada a partir de 2004 (passando a incluir toda a zona rural da região Norte), a comparação das informações de 2004 a 2006 com as do período de 1992 a 2003 tem de ser feita com ajustes. Os dados sobre a década de 80, da PNAD e de outras fontes, são aqui usados como forma de estabelecer um referencial sobre o comportamento do mercado de trabalho, que em alguns casos contrasta com o da década de 90.
2. A PNAD passou por importantes mudanças metodológicas em 1992, como a incorporação de dados sobre trabalhadores que produzem para o próprio consumo e constroem para o próprio uso, e a mudança do critério para considerar trabalhadores não-remunerados como ocupados – na década de 80, eram considerados ocupados os não-remunerados que trabalhavam pelo menos 15 horas na semana de referência, número que foi reduzido para apenas 1 hora em 1992. Além disso, alterações no questionário da pesquisa tornam difícil compatibilizar os dados desse período. Por essas razões, é difícil comparar os dados sobre população economicamente ativa e ocupação (e, portanto, também da taxa de participação e de desemprego) de 1990 e 1992 com os do período posterior.
3. Isso não significou o fim do uso de indexadores voluntários em contratos superiores a um ano, como os de preços administrados (telefonia e energia elétrica, por exemplo).
4. Outro fator que minimizou o impacto da crise cambial na economia brasileira foi o saneamento prévio do sistema financeiro local, que limitou riscos cambiais e melhorou a solidez do crédito, por meio do Programa de Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) e do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (Proes). O ônus desse saneamento, como também o custo do hedge (salvaguarda) cambial oferecido à maior parte do mercado, foi em sua quase totalidade absorvido pelo Banco Central.
5. A taxa de participação é a razão entre a população economicamente ativa (PEA, pessoas ocupadas e/ou que buscam ocupação) e a população em idade ativa (PIA). Ou seja, ela indica a proporção da população que, estando em idade de trabalhar – tradicionalmente se usa a faixa de 10 anos ou mais –, trabalha ou procura emprego.

6. Taxa de ocupação é a porcentagem das pessoas economicamente ativas que estão trabalhando – ou seja, que não estão desempregadas.
7. A RAIS refere-se a vínculos empregatícios formais, e a PNAD a pessoas ocupadas, formais e informais.
8. Os dados da PNAD sobre variação de pessoal ocupado diferem dos apresentados em outras fontes, pelo menos no que se refere ao período aqui analisado. Existe discrepância, por exemplo, nas estatísticas de pessoal ocupado na indústria de transformação na primeira década do século 21. A PNAD mostra uma expansão superior à que registra a Pesquisa Industrial Anual, o que significa elasticidades superiores quando se utiliza a PNAD. É desnecessário assinalar, portanto, que os cálculos sobre produtividade no Brasil ficam prejudicados, razão por que se evitou, neste documento, analisar o tema, apesar de sua indiscutível importância.
9. Os dados para a década de 80 são mostrados na tabela para destacar a alteração substancial na expansão da ocupação nos anos 90. Em razão das várias mudanças metodológicas, só foi possível considerar o período 1984-89. Não parece haver dúvidas de que, nos anos 80, houve rápido crescimento da ocupação, ao contrário da década seguinte. No entanto, em razão das mudanças de metodologia ocorrida na PNAD, os números podem superestimar ou subestimar diferenças.
10. O cálculo foi feito por meio do encadeamento das taxas de variação da ocupação total entre os anos em que a PNAD está disponível, para o período de 1983 a 1989, e, depois, para o intervalo 1992-2006, pois as variações da ocupação da pesquisa do IBGE nesses dois períodos não são comparáveis, em função de mudança da metodologia. Além disso, houve ajuste pela mudança de cobertura geográfica da PNAD em 2004 – a partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir toda a área rural do Norte (até 2003, a cobertura se restringia à área rural do Tocantins).
11. A “elasticidade” é a razão entre a variação percentual da ocupação e a variação percentual do PIB.
12. Tentativas de estimar elasticidades para o Brasil a partir de outros métodos, como dados em painel para os diversos Estados (MENEZES/SCORZAFIVE, 2007), indicaram valores bastante mais elevados que os citados aqui.
13. Cabe destacar que, como o emprego se elevou mais do que o PIB, houve queda na produtividade média por trabalhador ocupado; quando se consideram as horas trabalhadas houve, porém, leve aumento da produtividade.

14. Trecho baseado em Neves e Paiva (2007). Para argumentos quanto à provável evolução da ocupação, ver Camargo, Neri e Reis (2000).
15. Foi considerada a variação no período de 1984 a 1989 (e não em 1982-1989) por problemas nos dados da PNAD de 1981 e 1982.
16. Como já observado, o conceito de ocupação que prevalece nas PNADs na década de 80 é distinto daquele usado nessa fonte de 1992 em diante. Ainda assim, é possível afirmar que, em termos de ordens de grandeza, a comparação entre os dados dos dois períodos é válida, embora careça de exatidão. Também é importante salientar que a construção das variações da ocupação não foi feita pela comparação dos valores absolutos, que seria enviesada em função das mudanças na ponderação. A metodologia utilizada foi o encadeamento das taxas de crescimento da ocupação total, e posterior cálculo da variação nas ocupações setoriais a partir da participação dos setores na ocupação total. Também foi feito o ajuste pela mudança da classificação dos setores realizada em 2002 e da mudança de cobertura geográfica em 2004.
17. Em todo o mundo, salvo em países muito pobres e com baixo ritmo de crescimento, a elasticidade no setor agrícola é quase sempre muito baixa ou negativa (resultado do progresso técnico e da mecanização), a do setor industrial é intermediária e a do setor de serviços é relativamente mais elevada. No Brasil não tem sido diferente.
18. Os serviços industriais de utilidade pública têm baixa participação no emprego total, e a variação no período foi relativamente pequena, de modo que seu impacto sobre a variação da ocupação total é pouco relevante.
19. Comparando-se o total de empregos formais de 31/12/2006 com o de 31/12/1999.
20. Uma pequena parte foi gerada pelo setor primário e houve retração no setor secundário.
21. O setor agrícola também expandiu o emprego formal de 1990 a 2006, mas em termos absolutos sua expansão é modesta em relação à do setor terciário, já que tem menor participação no emprego formal.
22. As estatísticas podem ocultar certos processos ou induzir a diagnósticos enviesados. Entretanto, a tradicional divisão da economia em setores não deve desconsiderar o fato de que o setor produtivo e o mercado de trabalho funcionam como um todo. Portanto, os movimentos de produção e emprego em um dos três grandes setores têm impactos sobre a produção e a ocupação nos demais ramos de atividade.



23. Mapa do Mercado de Trabalho no Brasil. IBGE. 1994.

24. DIEESE e CESIT (2007). “O Trabalho no Setor Terciário – Emprego e Desenvolvimento Tecnológico”, ver página 88.

25. Foram usados esses dados da Região Metropolitana de São Paulo, e não do Brasil como um todo, devido à mudança de metodologia da PNAD, que não permitiu a elaboração de um indicador com cobertura nacional para o desemprego nesse período. Cabe salientar que a metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), elaborada pelo DIEESE, é distinta da utilizada pelo IBGE na PNAD.

26. Destaque-se que a participação das atividades agrícolas nas regiões não-metropolitanas é uma das causas do baixo grau de formalização nelas observado.

27. As categorias, que envolvem pessoas com 16 anos ou mais, são: trabalhadores com carteira de trabalho assinada (empregados e trabalhadores domésticos); trabalhadores com carteira de trabalho assinada (empregados e trabalhadores domésticos), militares e funcionários públicos estatutários – denominada formal 1; trabalhadores com carteira de trabalho assinada (empregados e trabalhadores domésticos), militares e funcionários públicos estatutários e empregadores como um todo – denominada formal 2; trabalhadores com carteira de trabalho assinada (empregados e trabalhadores domésticos), militares e funcionários públicos estatutários, empregadores e trabalhadores por conta própria que contribuem para a Previdência Social em qualquer trabalho (conceito utilizado nas tabelas 7 e 8) – denominada formal 3; ocupados que contribuem para a Previdência Social apenas no trabalho principal.

28. A criação do SIMPLES em 1996 (PASTORE, 2000) teria resultado, nos três anos que se seguiram (1997 a 1999), em formalização de cerca de 2,7 milhões de postos de trabalho. Cechin & Fernandes (2000) atribuem esse resultado menos à geração de novos empregos que à formalização dos vínculos já existentes. De fato, esse fator pode ter sido o mais importante nos anos 90, quando a formalização ocorreu essencialmente em micro e pequenas empresas. No período recente, o impacto da conjugação de fatores de crescimento e desoneração (Super Simples e Estatuto das Micro e Pequenas Empresas) ainda precisa ser medido.

29. Seção baseada em Ibarra (2007).

30. Índice tradicionalmente usado para medir desigualdade de renda e que varia de 0 (quando a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1 (quando apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade).

31. Por exemplo, ver Hoffmann (2006); Soares (2006); Neri (2005); Barros (2006); Prado (2006); Pochmann (2006); IPEA (2006).



Déficits
de trabalho
decente
no Brasil

Déficits de trabalho decente no Brasil

1 • Introdução

Para mensurar desenvolvimento humano já há um conjunto consagrado e sintético de indicadores (agrupados no IDH), mas não ocorre o mesmo com trabalho decente. Por isso, neste relatório foram escolhidos 28 indicadores relacionados às quatro áreas básicas desse conceito: emprego, proteção social, direitos no trabalho e diálogo social, e ainda um eixo transversal que procura identificar como se comportou a questão da igualdade de gênero e de raça (veja o quadro 1).

A maior parte desses indicadores se refere à dimensão do emprego, pois há mais estatísticas disponíveis sobre esse assunto. Nessa área, será feita ainda uma análise especial da situação dos jovens (16 a 24 anos) e da variação da escolaridade da força de trabalho — indicador importante para verificar tanto as condições de aumento da produtividade do trabalho quanto da sua qualidade para o trabalhador.

Esse conjunto de indicadores permite aprofundar as análises do capítulo anterior para fazer um diagnóstico

sobre o déficit de trabalho decente no país e sua evolução entre 1992 e 2006. Nesse período, houve algumas transformações animadoras, como o aumento das taxas de participação (percentual de pessoas em idade de trabalhar que trabalham ou procuram emprego) e ocupação das mulheres, a diminuição das desigualdades de rendimento em relação aos homens, uma expressiva redução do trabalho infantil e o aumento generalizado da escolaridade, especialmente dos jovens — o que contribuiu para diminuir a taxa de participação desse grupo. Essas tendências reforçam os aspectos positivos analisados no capítulo 1: reversão da trajetória de desestruturação do mercado de trabalho e novo movimento de estruturação.

No entanto, persistem importantes déficits em todas as dimensões analisadas: altos níveis de desemprego e informalidade, acentuadas desigualdades entre homens e mulheres e brancos e negros em todos os indicadores analisados e permanência de graves violações a direitos fundamentais, como a persistência de situações de trabalho infantil e de trabalho forçado.

2 • A Escolaridade aumenta

A educação está associada ao aumento da capacidade produtiva dos indivíduos e à expansão das potencialidades das pessoas. É por isso que o crescimento econômico de longo prazo está relacionado ao nível educacional da população, e a distribuição dos benefícios desse crescimento depende em grande medida da disseminação da educação.

O Brasil é marcado por um nível educacional baixo e por uma desigual distribuição da escolaridade. Esse quadro, porém, melhorou ao longo dos anos 90 e no início do século 21. Em 2006, pela primeira vez na história do país, a taxa de analfabetismo entre brasileiros de 10 anos ou mais de idade ficou abaixo de 10%: atingiu 9,6%. No entanto, isso significa que ainda existem 14,9 milhões de analfabetos nessa faixa etária. Além disso, o analfabetismo funcional¹ atinge 22,2% das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil — no Nordeste, a situação é mais grave: essa cifra chega a 34,4%².

A tabela 1 ilustra alguns desses avanços. Eles mostram a distribuição da população em idade ativa (PIA) total de homens e mulheres de 16 anos ou mais, segundo anos de estudo, para 1992 e 2006. Em 1992, 53,7% das pessoas em idade ativa tinham no máximo com-

pletado a 4ª série do ensino fundamental (53,8% dos homens e 53,6% das mulheres). Apenas 7,1% haviam prosseguido além do ensino médio (6,9% dos homens e 7,3% das mulheres).

Em 2006, a proporção de pessoas em idade ativa que tinham no máximo quatro anos de escolaridade havia baixado para 34% (34,6% para os homens e 33,4% para as mulheres). A proporção dos que tinham escolaridade acima do ensino médio havia aumentado significativamente, para 12% (11% no caso dos homens e 12,9% no caso das mulheres). Contudo, esses números ainda são reduzidos em comparação aos padrões internacionais.

A maior expansão de escolaridade ocorreu para aqueles com educação intermediária, principalmente com ensino médio (9 a 11 anos de estudos). Essa proporção mais que dobrou, tanto no caso dos homens (de 14,2% para 29%) quanto das mulheres (de 15,4% para 30,9%).

Ainda prevalecem, contudo, importantes desigualdades educacionais segundo o nível de renda das famílias, entre brancos e negros, entre as diferentes regiões (em especial entre o Sul e o Sudeste em comparação com o Norte e Nordeste) e entre as áreas urbanas e rurais.

Além disso, a formação educacional dos jovens brasileiros ainda é marcada por desigualdades e oportu-

quadro 1 • Indicadores de trabalho decente

Áreas	Dimensões	Indicadores
Emprego		
Volume de emprego (quantidade)	Falta de oportunidades de emprego	Taxa de participação Taxa de desemprego Nível de ocupação
Qualidade do emprego	Escolaridade da PIA e dos ocupados	Evolução do salário mínimo real Porcentagem de trabalhadores que recebem menos que o salário mínimo Evolução da mediana dos rendimentos reais
	Remuneração insuficiente ou inadequada	Porcentagem de trabalhadores informais sobre o total da ocupação
	Taxa de informalidade	Porcentagem de ocupados que trabalham além da jornada legal de 44 horas semanais
Jovens	Excesso de horas trabalhadas	Taxa de participação Taxa de desemprego Taxa de sindicalização Taxa de informalidade Número de jovens que não estudam nem trabalham
	Falta de oportunidades de emprego	
Segurança e Proteção Social		
	Falta de saúde e segurança no trabalho	Número de acidentes de trabalho
	Nível de garantia de renda	Taxa de cobertura do seguro-desemprego
	Acesso à proteção social	Porcentagem dos que contribuem à Previdência Social sobre o total da ocupação
	Estabilidade no emprego	Taxa de rotatividade
Direitos no Trabalho e Diálogo Social		
	Incidência do trabalho infantil	Número de crianças e adolescentes no mercado de trabalho
	Incidência do trabalho forçado	Número de trabalhadores resgatados de situação análoga à escravidão e sua distribuição por setores econômicos
	Exercício do direito de organização	Taxa de sindicalização
	Exercício do direito à negociação coletiva	Número de acordos coletivos de trabalho cujos resultados em termos salariais repõem ou superam a inflação
Igualdade de Gênero e cor/raça		
	Oportunidades de emprego	Taxas de participação, desemprego e nível de ocupação, desagregados por sexo e cor/raça
	Qualidade do emprego	Taxas de informalidade, desagregadas por sexo e cor/raça Níveis de rendimentos no trabalho, desagregados por sexo e cor/raça
	Acesso aos direitos	Indicadores de trabalho infantil, desagregados por sexo Taxa de sindicalização, desagregada por sexo e cor/raça
	Acesso à proteção social	Taxa de acidentes e enfermidades de trabalho, desagregada por sexo Taxa de cobertura do seguro-desemprego, desagregada por sexo

Este capítulo do relatório usa 28 indicadores para avaliar a situação do trabalho decente no Brasil

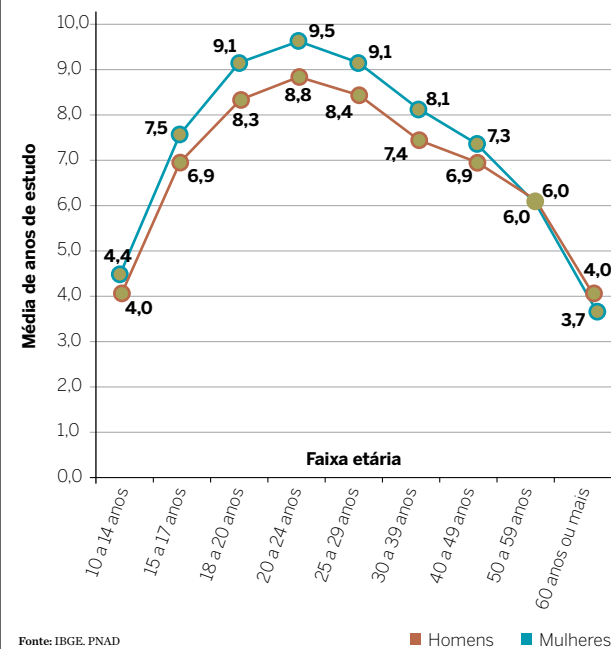


tabela 1 • Distribuição população em idade ativa, por anos de estudo e sexo – Brasil, 1992 e 2006

Anos de Estudo	GRUPO	1992	2006
0 a 4 anos	Total	53,7	34,0
	Homens	53,8	34,6
	Mulheres	53,6	33,4
5 a 8 anos	Total	24,3	24,0
	Homens	25,0	25,4
	Mulheres	23,7	22,7
9 a 11 anos	Total	14,8	30,0
	Homens	14,2	29,0
	Mulheres	15,4	30,9
12 anos ou mais	Total	7,1	12,0
	Homens	6,9	11,0
	Mulheres	7,3	12,9

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

gráfico 1 • Número médio de anos de estudo das pessoas com 10 anos ou mais de idade, segundo sexo e grupos de idade — Brasil, 2006



Fonte: IBGE, PNAD

nidades limitadas: parcela relevante deles abandona os estudos definitivamente ou interrompe-os e os retoma mais tarde, o que causa irregularidade na educação — a defasagem escolar acaba sendo uma realidade para muitos. Menos da metade dos brasileiros de 15 a 17 anos estão no nível de ensino adequado para sua idade (ensino médio) e 34% deles ainda estão retidos no ensino fundamental. Também há uma quantidade considerável de jovens que não têm sequer o ensino fundamental completo, o que mostra que, embora em média o nível de instrução venha melhorando, a formação educacional ainda é muito insuficiente para uma parcela significativa deles.

O crescimento da escolaridade média ocorreu entre jovens de ambos os sexos, com destaque para as mulheres. Em 2006, os brasileiros de 10 anos ou mais de idade tinham, em média, 6,8 anos de estudos completos, 3% a mais que em 2005. Em geral, as mulheres haviam passado mais tempo nos bancos escolares que os homens — com exceção da faixa etária de 60 anos ou mais. No Brasil, em 2006, elas tinham 7 anos de estudo completos, em média, enquanto os homens tinham 6,6 anos (ver gráfico 1).

Essa maior escolaridade dos jovens se reflete na taxa de analfabetismo, que, em 2006, chegava a 13% para as pessoas de 25 anos ou mais (13,3% para os homens e 12,8% para as mulheres) e caía para 2,4% entre os jovens de 15 a 24 anos (3,2% para os homens e 1,6% para as mulheres).

Esses dados expressam uma característica importante da evolução recente do mercado de trabalho brasileiro: a maior valorização da escolaridade nos processos de contratação, paralela a um aumento da escolaridade dos trabalhadores. No período aqui analisado, há uma relação direta entre o nível de instrução e a presença no mercado (como ocupado ou desempregado). Entre 1992 e 2006, caiu expressivamente a taxa de participação dos indivíduos que têm até 4 anos de estudo e cresceu de modo importante a daqueles que têm entre 9 e 11 anos de instrução (ver gráfico 2). Nos dois anos a proporção de pessoas no mercado de trabalho é maior entre os que têm maior escolaridade. É possível dizer, portanto, que há uma correlação positiva entre anos de estudo e taxa de participação — quando um aumenta ou diminui, o outro toma a mesma direção.

Do mesmo modo, o perfil das pessoas ocupadas

também tem se tornado cada vez mais escolarizado. Em 1992, 51,9% do total de ocupados com 16 anos ou mais de idade tinham de 0 a 4 anos de escolaridade; em 2006, essa proporção havia caído para 29,9%. Já a proporção de ocupados com 9 a 11 anos de estudo passou de 15,5% para 31,7%, e a de ocupados com 12 anos ou mais de estudo subiu de 8,8% para 14,6% (ver gráfico 3).

A maior participação daqueles com mais anos de estudo na ocupação total reflete não apenas um aumento da escolaridade da população trabalhadora, mas também mudanças estruturais do lado da demanda por mão-de-obra. A abertura comercial e a maior exposição das empresas ao comércio internacional provocaram alterações tecnológicas, que exigiram trabalhadores mais qualificados.

A disponibilidade de mão-de-obra mais instruída, porém, elevou a demanda por trabalhadores com mais tempo de educação mesmo para funções cuja exigência não tenha se alterado. O fato de a taxa de desemprego ter se mantido mais elevada nos níveis intermediários (de 5 a 11 anos de estudo) tornou mais fácil para as empresas contratar pessoas com maior nível de escolaridade, sem aumento de salário.

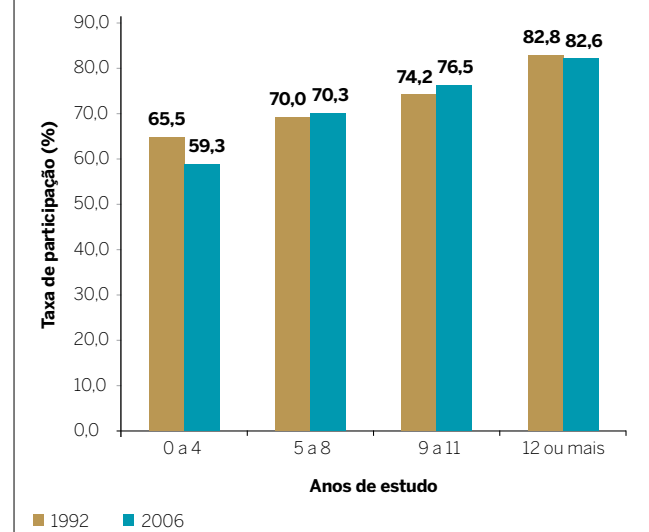
Também é importante notar que, embora a escolaridade da população em idade ativa tenha crescido, essa elevação ocorreu num ritmo menor que em outros países em desenvolvimento. Além disso, do ponto de vista da competitividade, da expansão econômica e da inclusão social, é necessário um aumento ainda maior e mais acelerado desse indicador, bem como uma diminuição das desigualdades de acesso a educação de qualidade.

3 • Evolução das desigualdades de gênero e raça

O aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho — uma tendência que se verifica desde os anos 70 no Brasil — consolidou-se no período analisado. Também se intensificou o debate em torno das desigualdades raciais e de gênero, com a disseminação de estudos comprovando a acentuada desigualdade que afeta negros e mulheres no acesso ao mercado de trabalho e a ocupações de qualidade — e destacando a importância dessa desigualdade na constituição da matriz da desigualdade social brasileira.

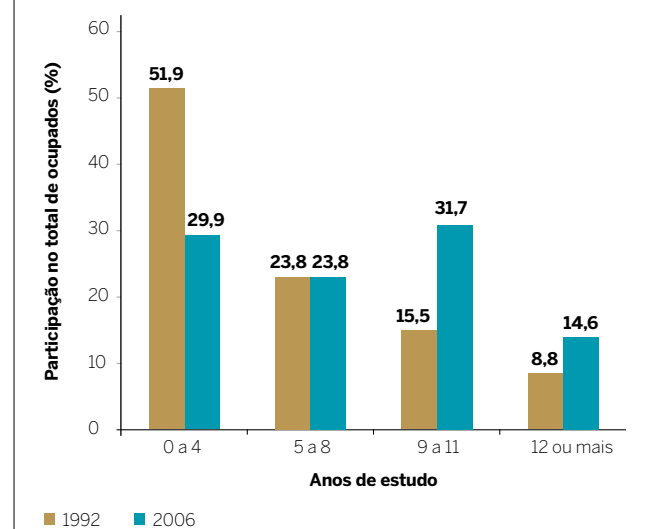
Mulheres e negros são a maioria do mercado de tra-

gráfico 2 • Taxa de participação, por escolaridade — Brasil, 1992 e 2006



Fonte: IBGE, PNAD - Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

gráfico 3 • Proporção de ocupados segundo anos de estudo — Brasil, 1992 e 2006



Fonte: IBGE, PNAD - Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

Evolução recente mostra que, quanto maior o nível de instrução, maior a taxa de participação no mercado de trabalho



balho no Brasil. Formavam, em 2006, 71,8% da população economicamente ativa (PEA) de 16 anos ou mais³, o que significa cerca de 68 milhões de pessoas. Por isso, as desigualdades que caracterizam a sua situação e a discriminação que os atingem constituem eixos estruturantes da desigualdade social no Brasil. Dessa maneira, é de fundamental importância analisar os déficits de trabalho decente que atingem esses grupos, pois eles representam parte significativa do esforço que deverá ser feito para a eliminação do déficit global de trabalho decente no país.

3.1 • Mulheres conquistam espaço no mercado de trabalho

O aumento intenso e persistente da inserção feminina é uma das tendências mais claras de mudança na estrutura do mercado de trabalho nas últimas décadas, tanto no Brasil quanto na América Latina (CEPAL, 2001, ABRAMO e VALENZUELA, 2001 e 2006).

Em recente estudo em que analisou os 20 anos entre os Censos de 1980 e 2000, Camarano⁴ constatou essa tendência de crescimento e observou que o recuo masculino e o avanço feminino foram mais intensos e significativos na faixa etária em que geralmente se concentra o trabalho reprodutivo (concepção e a criação dos filhos, que ainda continuam sendo cultural e socialmente assumidas de forma unilateral pelas mulheres).

O período aqui considerado reafirma essa tendência. Observa-se um aumento importante da taxa de participação das mulheres com 16 anos ou mais, assim como uma diminuição da diferença em relação aos homens. Essa taxa passa de 53,2% para 58,9% entre 1992 e 2006. Enquanto isso, a taxa de participação dos homens reduziu-se de 86,3% para 82%. Em consequência desse duplo movimento, a distância nas taxas de participação entre homens e mulheres, que era de 33 pontos percentuais, se reduz para 23 pontos (ver gráfico 4).

Essa evolução ratifica uma tendência de mais longo prazo e está associada, entre outros fatores, ao aumento da escolaridade feminina, ao processo de transição demográfica que reduz o número de filhos por mulher, a uma maior expectativa feminina de autonomia econômica e realização pessoal e a uma maior necessidade, intenção ou disponibilidade de contribuir para a manutenção ou elevação da renda familiar⁵. No entanto, ainda é alta a desigualdade entre as taxas de participação das mulheres e dos homens, o que reflete as dificuldades que elas enfrentam, em especial as mais pobres e menos escolarizadas, para ingressar e permanecer no mercado de trabalho.

A diferença de comportamento da taxa de participação feminina e da masculina é um tema complexo. Em primeiro lugar, o crescimento das possibilidades de emprego e, em geral, do nível de atividade econômica, é um poderoso estímulo para o aumento da taxa de

participação feminina, mais acentuadamente do que no caso dos homens: quando surgem oportunidades, mulheres até então inativas incorporam-se ao mercado porque desejam trabalho remunerado.

Em segundo lugar, a taxa de participação das mulheres, muito mais do que a dos homens, difere segundo o perfil do grupo: é muito mais baixa entre as que têm menor escolaridade e menor rendimento e cresce na medida em que melhoram esses dois fatores (OIT, 1999; ABRAMO e VALENZUELA, 2006). Ainda que a contribuição dos recursos obtidos pelas mulheres de baixa renda seja importante para sua família superar a pobreza (CEPAL, 2001), elas ganham muitíssimo menos que os grupos de rendimentos médios e altos.

São as mulheres pobres que encontram maiores dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, como consequência, entre outros fatores, dos obstáculos que enfrentam para compartilhar as responsabilidades domésticas, em particular o cuidado com os filhos. Nesse sentido, interessa examinar o grau de equidade dos avanços observados nesse terreno — ou seja, qual é o ritmo de aumento da taxa de participação das mulheres pobres em comparação à média da força de trabalho feminina⁶.

Em terceiro lugar, a maior participação não garante, por si só, maior igualdade de gênero. Conforme Valenzuela (2000), Brasil e Paraguai, os dois países do Cone Sul latino-americano que contam com as mais altas taxas de participação feminina, situam-se nas posições mais baixas da sub-região em dois indicadores criados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): o Índice de Desenvolvimento Relativo ao Gênero (IDG), que leva em conta as mesmas dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mas considera as desigualdades entre homens e mulheres, e a Medida de Participação segundo o Gênero (MPG), que busca medir as desigualdades em esferas-chave da participação econômica e política. Em quarto lugar, dependendo das condições em que se dá a inserção das mulheres, em especial das mais pobres, essa participação pode ter também consequências negativas. É o caso, por exemplo, de empregos com alto grau de precariedade, baixos rendimentos, que exigem longos e custosos deslocamentos, acompanhados da falta de apoio ao cuidado infantil. Isso acaba por afetar a qualidade de vida das mulheres, pois aumenta a carga de trabalho de maneira muito desproporcional

Apesar de representarem mais de 70% do mercado de trabalho, mulheres e negros sofrem significativa discriminação

ao rendimento obtido, gera altos custos psicológicos (em razão das tensões resultantes da falta de apoio e das dificuldades para conciliar trabalho e responsabilidades familiares) e pode contribuir para reproduzir os padrões de desigualdade nas relações de gênero.

Para investigar as variáveis mais fortemente associadas ao notável e persistente aumento da participação feminina no mercado de trabalho, este relatório elaborou uma análise de decomposição para o grupo de mulheres adultas (15 a 64 anos), tomando como referência os anos de 1995 e 2005. A taxa de participação das mulheres adultas passou de 58% para 64% no período. O incremento de 5,9 pontos percentuais pode ser decomposto em dois conjuntos de explicações por meio do método de Oaxaca-Blinder. Os conjuntos de explicações, um referente às características (tomando mulheres entre 15 e 64 anos apenas) e outro referente ao tempo (tomando 1995 como base), nos permitem contornar os efeitos de dois processos que atuaram no período: a retração do trabalho infantil e o impacto da recessão do início da década de 1990⁷.

O modelo estimado é o de probabilidade linear de participar no mercado de trabalho. As variáveis explicativas são as variáveis indicadoras para os grupos de idade, grupos de escolaridade, cor/raça e grupos de regiões. Os coeficientes estimados para os anos de 1995 e 2005, bem como a própria decomposição, são apresentados na tabela 2. O ano base considerado é 1995.

gráfico 4 • Taxa de participação, segundo sexo — Brasil, 1992 a 2006 (em %)

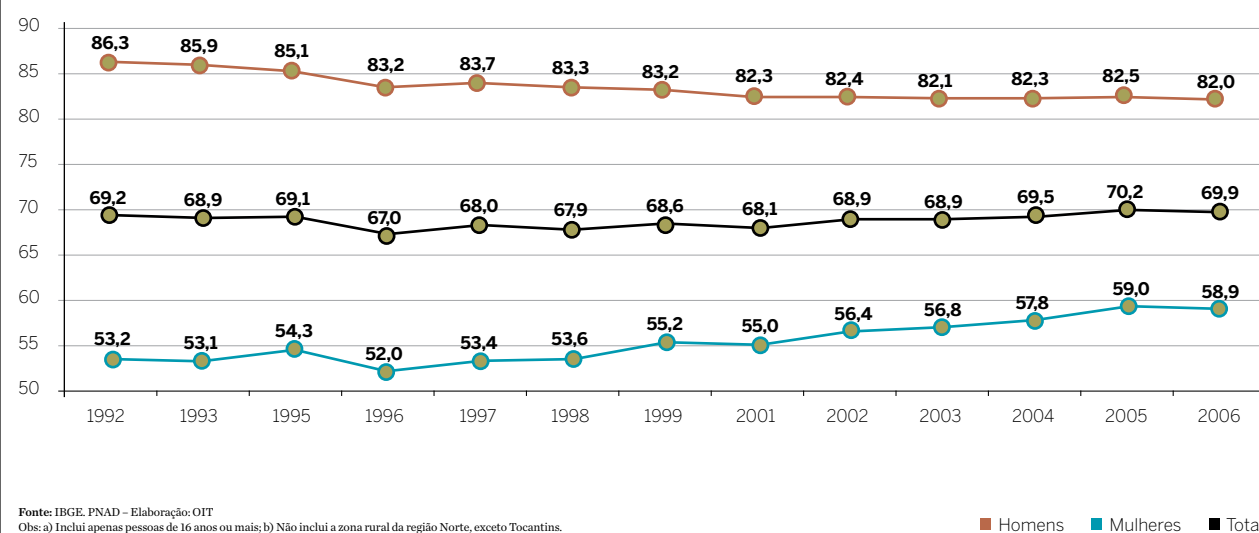


tabela 2 • Participação no mercado de trabalho
(segundo modelo de probabilidade linear e decomposição Oaxaca-Blinder)

	1995	2005	Média	Média	Efeito Coeficiente		Efeito Características	
	coef.	coef.	1995	2005				
Constante	0.466	0.447			-0.019	-0.019		
Grupos de Idade								
15 a 24 anos	Omitida	Omitida	0.274	0.260				
25 a 34 anos	0.091	0.141	0.270	0.249	0.012		-0.002	
35 a 54 anos	0.102	0.130	0.357	0.385	0.011		0.003	
55 a 64 anos	-0.119	-0.102	0.099	0.106	0.002	0.025	-0.001	0.0001
Grupos de Escolaridade								
0 ano	Omitida	Omitida						
1 a 4 anos	0.045	0.047	0.310	0.203	0.000		-0.005	
5 a 8 anos	0.070	0.077	0.272	0.255	0.002		-0.001	
9 a 11 anos	0.182	0.203	0.201	0.327	0.007		0.023	
12 ou mais anos	0.322	0.315	0.085	0.126	-0.001	0.008	0.013	0.030
Preta, Parda ou Indígena	0.043	0.038	0.458	0.524	-0.003	-0.003	0.003	0.003
Grupos de Região								
Norte	-0.074	-0.087	0.069	0.126	-0.002		-0.004	
Nordeste	-0.083	-0.070	0.303	0.314	0.004		-0.001	
Centro	-0.088	-0.053	0.107	0.109	0.004		0.000	
Sudeste	-0.085	-0.049	0.350	0.299	0.011		0.004	
Sul	Omitida	Omitida						
Urbano Metropolitano	-0.008	0.006	0.412	0.384	0.005		0.000	
Rural	0.157	0.119	0.156	0.138	-0.005	0.017	-0.003	-0.003
Total						0.029		0.030

Fonte: IBGE, PNAD
Elaborado por Guimarães, Nadya (2007).

A segunda e a terceira colunas da tabela apresentam os coeficientes estimados para 1995 e 2005, respectivamente. As quarta e quinta colunas trazem os valores médios das variáveis explicativas para 1995 e 2005, respectivamente. A sexta e sétima colunas apresentam os “efeitos coeficientes” e as duas últimas colunas apresentam os “efeitos características”. A última linha traz a decomposição total.

A última linha da tabela indica que metade do aumento observado (2,9%) na taxa de participação feminina adulta deve-se a mudanças dos coeficientes e a outra metade (3%) pelo “efeito características”. Dentre os efeitos coeficientes, o mais importante é a idade, principalmente para a faixa de 25 a 54 anos. Isso significa que, embora a participação desse grupo na população não tenha mudado muito entre 1995 e 2005, aumentou significativamente a probabilidade de as mulheres de 25 a 54 anos participarem do mer-

cado de trabalho — o que evidencia que a ampliação recente das taxas de participação feminina é sustentada justamente por essas trabalhadoras de mais idade, em geral casadas e com filhos.

Se observados os “efeitos características”, o grupo de variáveis com mais peso é a educação, que explica quase a totalidade desse efeito. Foi significativo o aumento, entre 1995 e 2005, da participação das mulheres com 9 anos ou mais de instrução.

É possível concluir, portanto, que duas forças têm grande influência no aumento da inserção feminina no mercado de trabalho. As mulheres de 25 a 54 anos passaram a buscar trabalho com mais intensidade do que no início da década de 90. As mulheres ficaram mais escolarizadas, e isso está fortemente associado à maior participação no mercado de trabalho.

Essa entrada maior da força de trabalho feminina, suficiente para compensar a redução masculina, foi

certamente um dos fatores responsáveis pelo crescimento da taxa de participação no período. No entanto, embora tenha diminuído, a diferença de taxa de participação entre homens e mulheres permanece elevada (23 pontos percentuais). Além disso, como já foi destacado, a taxa de participação reflete apenas a busca ativa por emprego ou ocupação, mas pouco diz sobre o resultado desse esforço (se o emprego foi de fato obtido e se a ocupação eventualmente conseguida é ou não de qualidade). Esses são os temas das próximas seções.

3.2 • Mais oportunidades de emprego para as mulheres

O período de 1992 a 2006 foi marcado não apenas por uma presença mais intensa das mulheres no mercado de trabalho, mas também por maiores níveis de ocupação⁸.

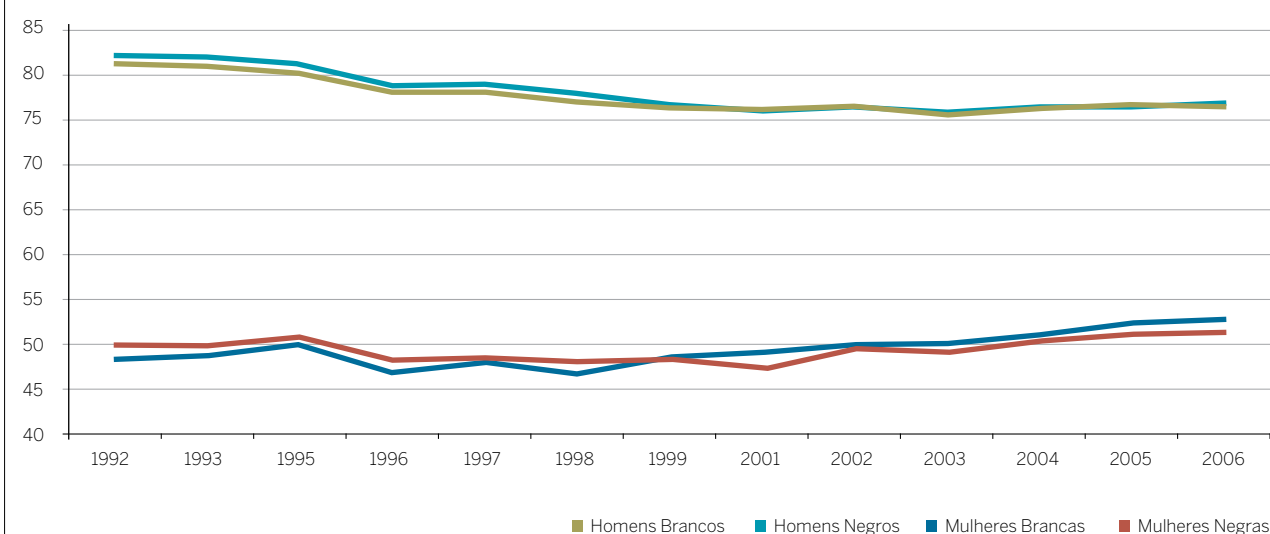
O número de mulheres negras ocupadas cresceu mais intensamente do que o das mulheres brancas, embora o nível de ocupação, isto é, a proporção de mulheres ocupadas sobre o total de mulheres na faixa etária de trabalho (PIA de 16 anos ou mais), tenha tido um desempenho melhor para as mulheres brancas, porque sua taxa de desemprego é menor do que a verificada entre as negras. No entanto, o gênero determina mais os níveis de ocupação do que a cor/raça — as maiores diferenças ocorrem nas comparações entre a situação dos homens

Participação maior das mulheres no mercado de trabalho está ligada ao aumento da escolaridade e é mais acentuada na faixa de 25 a 54 anos

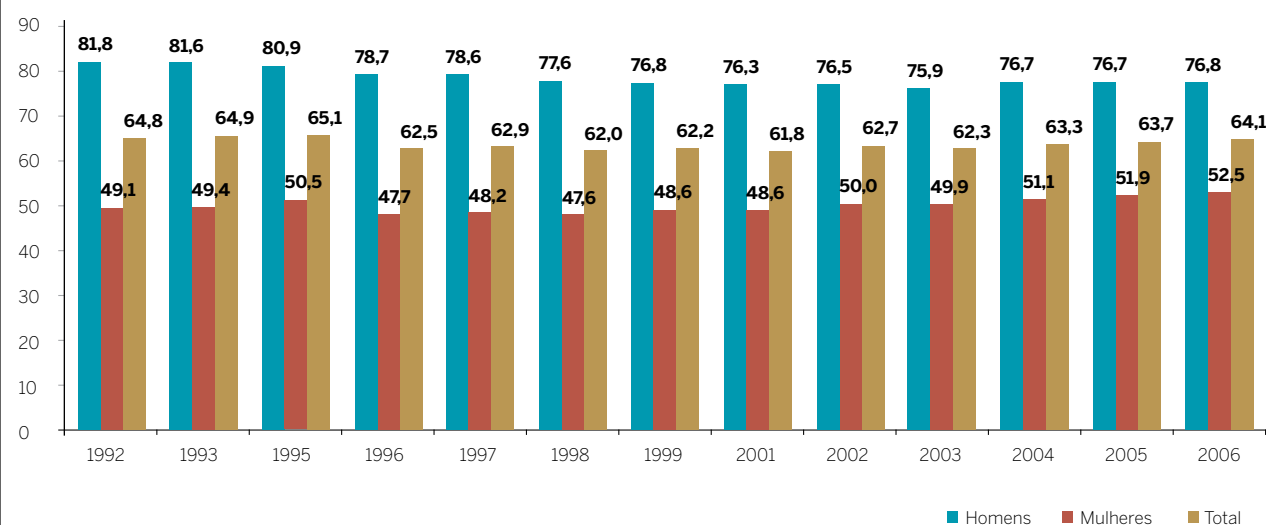
e a das mulheres, independente de sua cor/raça.

No período analisado, o nível de ocupação das mulheres brancas aumentou de 48,5% para 53,3% e o das negras, de 49,9% para 51,5% (ver gráfico 5). Houve uma expressiva redução na diferença mulheres e homens: de 33 pontos percentuais, em 1992, para 24 pontos percentuais em 2006 (ver gráfico 6).

gráfico 5 • Nível de ocupação, por sexo e cor/raça— Brasil, 1992 a 2006 (em %)



Fonte: IBGE, PNAD – Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

gráfico 6 • Nível de ocupação, por sexo — Brasil, 1992 a 2006 (em %)

Fonte: IBGE, PNAD – Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

3.3 • Aumentam o desemprego total e as diferenças nas taxas de homens e mulheres, negros e brancos

O capítulo 1 mostrou que a taxa de desemprego cresceu de forma acentuada nos anos 90, como resultado de uma expansão econômica lenta e de uma baixa elasticidade ocupação-produto (impacto do crescimento do PIB na geração de postos de trabalho). Nos anos mais recentes, a taxa de desemprego tendeu a cair, movida por uma combinação mais favorável entre esses dois fatores⁹.

Um dos traços mais marcantes do período analisado, portanto, e que expressa importantes déficits de trabalho decente, é o elevado desemprego — significativamente maior no caso das mulheres e, especialmente, das negras — e o aumento do hiato entre a taxa de desemprego feminina e masculina, bem como entre brancos e negros.

Em 2006, a taxa de desemprego para pessoas acima de 16 anos ou mais atingiu 11% entre as mulheres, enquanto para os homens era bem mais baixa (6,3%). Entre 1992 e 2006, o aumento da taxa de desemprego feminina (41%) foi quase o dobro da alta da desocupação masculina (21%), como se pode ver no gráfico 7.

Desagregando os dados também por cor/raça, observa-se a desvantagem enfrentada pelas negras, que apresentavam, em 2006, uma taxa de desemprego (12,5%) mais que o dobro da dos homens brancos

(5,6%), como mostra o gráfico 8.

Essas cifras expressam fenômenos distintos, mas de igual importância para entender a evolução recente do mercado de trabalho brasileiro e de suas desigualdades de gênero:

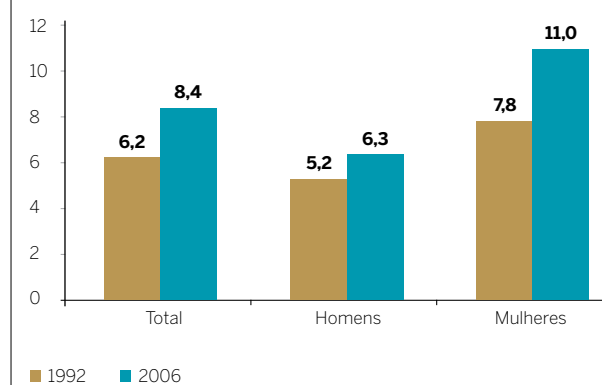
- a criação de empregos e o aumento do nível de ocupação feminina no período foram insuficientes para absorver o aumento da taxa de participação feminina;
- as mulheres continuaram encontrando maior dificuldade que os homens para obter trabalho remunerado, apesar do expressivo crescimento de suas taxa de escolaridade;
- mudanças cada vez mais claras no comportamento de atividade das mulheres: além de entrarem em maior proporção no mercado de trabalho, elas se mantiveram economicamente ativas mesmo em conjunturas difíceis — mesmo quando não conseguiram ocupação, não deixaram de procurar emprego, o que se expressa na elevação das suas taxas de desemprego.

Analisando a população economicamente ativa sob um prisma racial, observa-se que não só o desemprego foi maior entre os negros durante todo o período, como a diferença em relação aos brancos se ampliou justamente após 1999, quando o mercado de trabalho como um todo se tornou mais favorável.

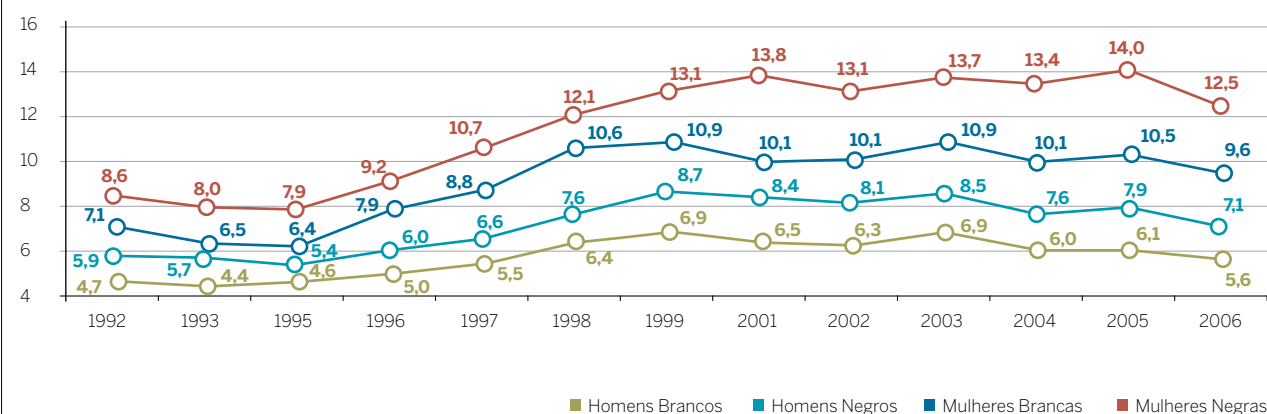
Há um efeito de sobreposição que associa as características de sexo e cor/raça, de forma que os padrões de desocupação são distintos entre homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Como já mencionado, no que se refere às taxas de desemprego e ao nível de ocupação as diferenças são maiores entre os gêneros do que entre os grupos raciais, e atingem suas maiores marcas na combinação de sexo e cor/raça no caso das mulheres negras. A desigualdade racial também se manifesta entre os homens — os trabalhadores negros estão sujeitos a taxas de desemprego mais elevadas do que as dos brancos.

O comportamento dos indicadores demonstra que, quando o desemprego piora, ele piora de modo mais acentuado para mulheres (brancas e negras) e homens negros. Entre 1995 e 2001, por exemplo, a taxa de desemprego das negras saltou de 7,9% para 13,8% — um crescimento de quase 75%. Para os homens brancos, aumentou 49% entre 1995 e 1999, começou a cair em 2000 e manteve a trajetória até 2002. Para os homens negros o percurso foi semelhante, mas com taxas mais elevadas. Em relação às mulheres brancas, a desocupação aumentou cerca de 71% entre 1995 e 1999 e mantém-se praticamente estável, entre 10,1% e 10,9%, até 2005.

O período 2003-2006 registra queda do desemprego de homens, brancos e negros, e de mulheres brancas. Para as mulheres negras, embora 2006 mostre um número significativamente menor, ainda não se pode dizer que há uma trajetória evidente de queda (ver gráfico 8).

gráfico 7 • Taxa de desemprego, por sexo — Brasil, 1992 e 2006 (em %)

Fonte: IBGE, PNAD – Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

gráfico 8 • Taxa de desemprego, por sexo e cor/raça — Brasil, 1992 a 2006 (em %)

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

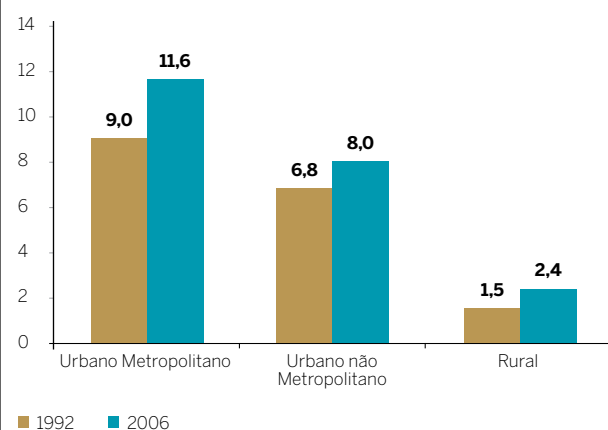
Desde a década de 90, desemprego no Brasil se consolida como feminino, negro, juvenil e urbano

Mas fica clara, novamente, a desigualdade: as taxas de desemprego recuam nesse período (2003/2006) mais significativamente para os homens (19% para os brancos, 17% para os negros) do que para as mulheres (12% para as brancas, 9% para as negras). Isso significa que, mesmo nos momentos em que o mercado de trabalho torna-se mais favorável, a melhoria não se dá de forma equilibrada entre homens e mulheres, brancos e negros.

As desigualdades também se manifestam de acordo com a localização. As metrópoles são o território por excelência do desemprego, pois os índices são menores nas áreas urbanas não-metropolitanas e na área rural (*ver gráfico 9*). Esses resultados, contudo, devem ser vistos com cuidado, dada a dificuldade de investigação das condições específicas de trabalho e de desemprego no campo.

De qualquer modo, é possível dizer que a feição do desemprego que se expande e se consolida no período é feminina, negra, urbana e juvenil¹⁰. O problema atinge justamente o grupo com maior presença no mercado de trabalho (os negros) e o que mais aumentou sua taxa

gráfico 9 • Taxa de desemprego, segundo área — Brasil, 1992 e 2006 (em %)



Fonte: IBGE, PNAD - Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

de participação (as mulheres). Várias características se superpõem. Nesse contexto, pode-se afirmar que o desemprego tende a variar em um espectro que vai dos homens adultos brancos em áreas não-metropolitanas (menor patamar) às jovens mulheres negras nas regiões metropolitanas (maior patamar).

Essas diferenças refletem, entre outros fatores, uma discriminação cultural e histórica, tanto em termos de gênero quanto de cor/raça. Essa heterogeneidade tem implicações sobre o grau de informalidade e de rendimentos.

Diferenças à parte, uma variável se destaca pelo seu impacto positivo na remuneração e na chance de obter uma ocupação: os ganhos educacionais. No período analisado, o desemprego subiu para trabalhadores de todos os níveis de instrução, mas foi sistematicamente mais elevado para indivíduos com 5 a 11 anos de estudo. As taxas foram maiores para esse grupo de escolaridade média do que para aqueles que não possuíam instrução ou tinham até 4 anos de estudo, assim como para aqueles com 12 anos ou mais de estudo (*ver gráfico 10*).

Esse comportamento pode ser explicado, em parte, pelo fato de trabalhadores com baixa qualificação terem poucas opções de emprego e aceitarem mais facilmente qualquer trabalho que lhes seja oferecido, enquanto os indivíduos de nível superior têm menos dificuldades para encontrar trabalho.

O grupo de educação intermediária é mais heterogêneo, e seu nível educacional pode acarretar incertezas sobre sua qualificação. Nesse segmento, os menos escolarizados são mais velhos, com mais experiência no mercado de trabalho. Os mais instruídos são mais novos, mas o aumento do desemprego nessa faixa provavelmente está ligado à elevação da taxa entre os jovens.

A elevação do desemprego nos anos 90 está ligada não somente ao perfil dos que se encontravam no mercado de trabalho, mas também ao crescimento econômico lento e à reestruturação produtiva que fez com que a expansão do PIB tivesse pouco impacto na criação de ocupações.

3.4 • Informalidade¹¹: os efeitos da desestruturação do mercado de trabalho são diferentes

Uma dimensão fundamental da qualidade dos postos de trabalho é a disseminação dos contratos regulares, isto é, aqueles definidos segundo a legislação vigente e que propiciam acesso à proteção social. A redução da

informalidade é, assim, um fator central para a redução do déficit de trabalho decente.

Como analisado no capítulo anterior, a década de 90 caracterizou-se por um ecentuado aumento da informalidade. Nos anos 2000, o problema foi atenuado: houve significativa geração de empregos formais.

Uma análise desse tema sob uma perspectiva de gênero e raça mostra que os efeitos da desestruturação do mercado de trabalho foram muito diferentes: a inserção informal e precária foi expressivamente superior para mulheres e negros. Ao contrário do que ocorre em relação às taxas de participação e desemprego, na informalidade as desigualdades raciais têm influência mais acentuada que as de gênero. Em todos os casos, as negras, justamente por expressarem a condensação das desigualdades de gênero e cor/raça, encontram-se na pior situação.

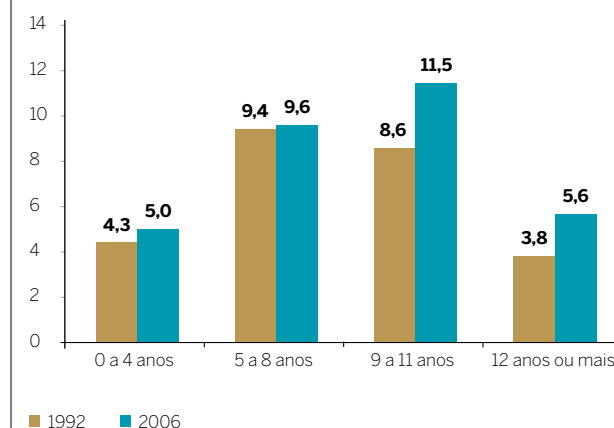
Como pode ser visto no gráfico 11, em 1992 a taxa média de informalidade para trabalhadores de 16 anos ou mais era de 53,4%. O indicador era significativamente inferior entre homens brancos (41,7%) e expressivamente superior entre negros (59,8%) e, sobretudo, negras (68,7%). Entre os dois extremos (homens brancos e mulheres negras), havia uma diferença de 27 pontos percentuais.

Em 2006, as taxas de informalidade haviam caído para as mulheres e os negros e aumentado apenas para os homens brancos — no caso destes, a melhoria dos últimos anos não foi suficiente para compensar o processo de informalização experimentado até 2002. Apesar disso, as diferenças nas taxas de informalidade ainda são muito acentuadas: 42,8% para os homens brancos, 47,4% para as mulheres brancas, 57,1% para os homens negros e 62,7% para as mulheres negras. A diferença entre homens brancos e mulheres negras caiu, mas ainda é extremamente elevada: cerca de 20 pontos percentuais.

Os dados também mostram que nos anos 90 a informalidade cresceu mais para os brancos e, nos anos 2000, caiu mais entre os negros. A desigualdade foi reduzida, mas continua alta: a informalidade dos brancos (homens e mulheres) caiu de 45,7% para 44,8% entre 1992 e 2006, e a dos negros recuou de 63,2% para 59,4%¹².

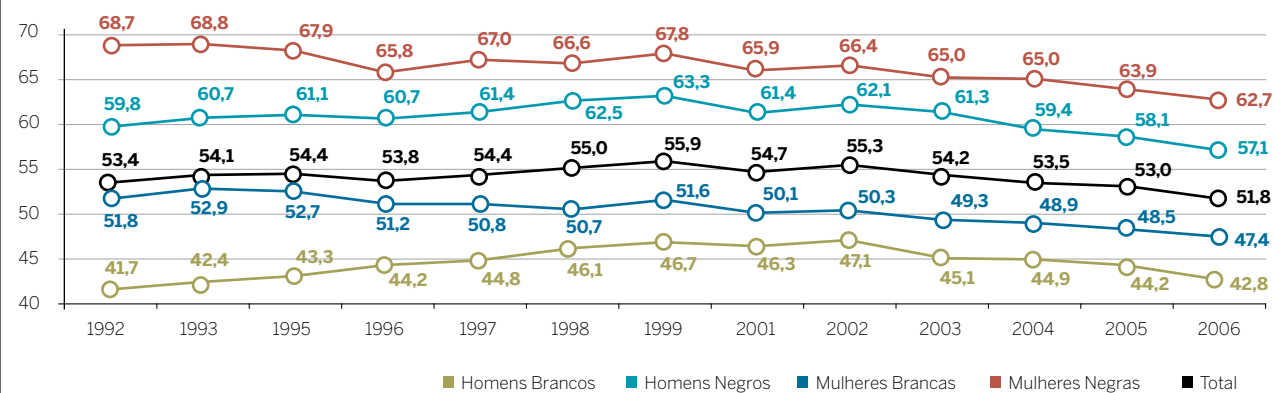
A informalidade é maior para as mulheres, e a redução no período recente também foi mais acentuada para elas, com conseqüente redução do diferencial: enquanto a taxa masculina manteve relativa estabilidade entre 1992 e 2006, a feminina caiu de 59% para 54,4% no mesmo período, mas continua superior à dos homens (49,8%)¹³.

gráfico 10 • Taxas de desemprego, segundo anos de estudo — Brasil, 1992 e 2006 (em %)



Fonte: IBGE, PNAD - Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

Informalidade é maior para mulheres e, sobretudo, para os negros, ainda que diferença tenha diminuído nos últimos anos


gráfico 11 • Taxa de Informalidade, por sexo e cor/raça — Brasil, 1992 a 2006 (em %)


Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

3.5 • Rendimentos do trabalho

Uma remuneração adequada, um dos aspectos centrais do conceito de trabalho decente, é aquela condizente com o trabalho realizado, que assegure a trabalhadores de ambos os sexos o sustento próprio e da família, e que seja livre de quaisquer formas de diferenciação que tenham por base a discriminação.

Na história recente do Brasil, esse tema se caracteriza por um conjunto de problemas ainda não resolvidos: baixa remuneração para a ampla maioria dos que trabalham, grande dispersão e desigualdades salariais (que contribuem com parcela considerável da desigual distribuição da renda) e discriminação entre homens e mulheres, brancos e negros, para mencionar alguns dos mais importantes.

3.5.1 • Evolução dos salários e do salário mínimo

Como foi mostrado no capítulo 1, o rendimento médio do trabalho subiu após o Plano Real, mas caiu de forma sistemática entre 1996 e 2003, e começou a recuperar-se somente a partir de 2005. Esse movimento recente resulta da diminuição do desemprego, mas também reflete a recuperação do poder de compra do salário mínimo — iniciada na década anterior e intensificada a partir de 2005 —, melhores resultados nas negociações coletivas entre trabalhadores e empregadores (como se verá mais adiante) e a melhoria relativa da situação das mulheres e da população negra no mercado de trabalho.

O rendimento médio, embora seja um indicador útil para avaliar o mercado de trabalho, não revela possíveis diferenças de comportamento entre as diferentes faixas de renda e pode inclusive crescer em uma situação de aumento da desigualdade. Por isso, torna-se relevante acompanhar também a evolução da mediana, que equivale ao teto de remuneração dos 50% que ganham menos.

No período analisado, o comportamento da mediana dos rendimentos reais foi, grosso modo, bastante semelhante ao dos rendimentos médios (*ver gráfico 12*). Houve uma recuperação expressiva no início da estabilização de preços do Plano Real, seguida por forte queda entre a segunda metade da década de 90 e 2003 — um reflexo, dentre outros fatores, da piora das condições no mercado de trabalho. Nota-se também uma recuperação em 2005 e 2006, influenciada pelo aumento da ocupação, que se dá em ritmo mais elevado do que nos anos 90.

Entretanto, há algumas diferenças. A tendência de alta da mediana prevaleceu de 1995 a 1998, ano em que a trajetória se inverte. No rendimento médio, a queda começou em 1997.

Um dos fatores que ajudaram a elevar os rendimentos foi a recuperação do salário mínimo. Ele tem potencial de melhorar as condições dos trabalhadores de baixa renda e menos qualificados, dos que dispõem de fraco poder de barganha ou que pertencem a categorias com reduzido nível de sindicalização — em que há grande proporção de mulheres e negros. Ao ter impacto

positivo na base da pirâmide salarial, o mínimo é capaz de diminuir as desigualdades de gênero e raça.

O gráfico 13 mostra que o maior valor real historicamente observado para o salário mínimo foi aquele que prevaleceu no final da década de 50. Da década de 60 até o começo dos anos 90, houve forte deterioração do poder de compra — puxada, entre outros fatores, pelas altas taxas de inflação, em especial na década de 80 e no começo dos anos 90, quando nem os mecanismos de indexação permitiram garantir o valor real do mínimo.

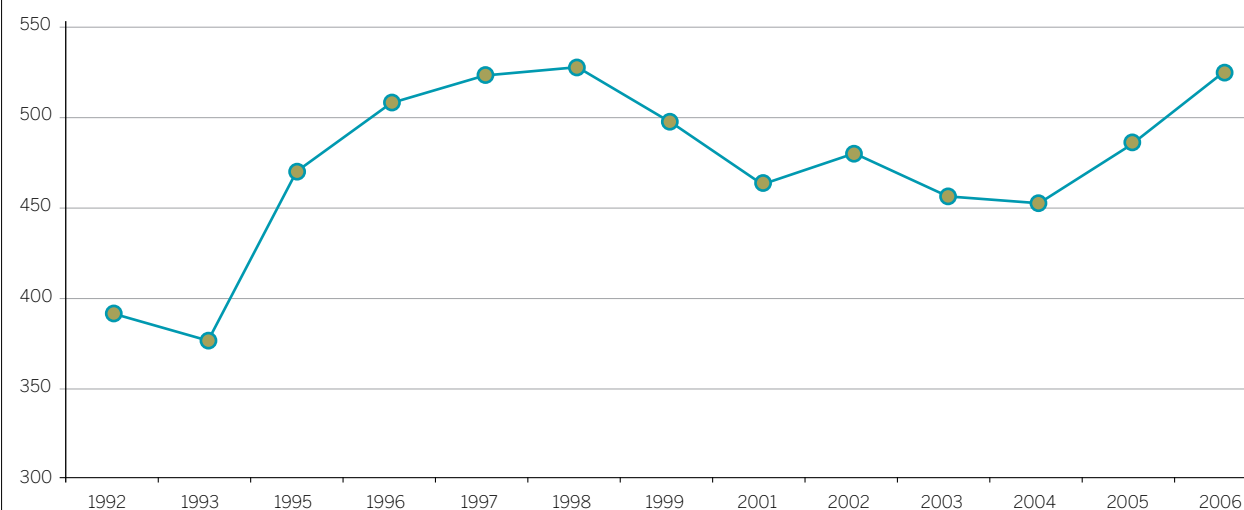
Em 1995 começa um processo de recuperação, especialmente acelerado a partir de 2005. Esse movimento deverá continuar, já que foi institucionalizada uma política de valorização do salário mínimo, construída por meio do diálogo entre governo federal e representantes dos trabalhadores. A estabilização de preços foi necessária para viabilizar a recuperação, mas para concretizar esse processo foi fundamental uma política deliberada de valorização.

Em termos nominais, o salário mínimo subiu de R\$ 70,00 em setembro de 1994 para R\$ 380,00 em abril de 2007, um reajuste de 442,9%. No mesmo período, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços

Entre 1992 e 2006, valorização do salário mínimo coincidiu com diminuição da parcela de trabalhadores que ganham menos que o piso

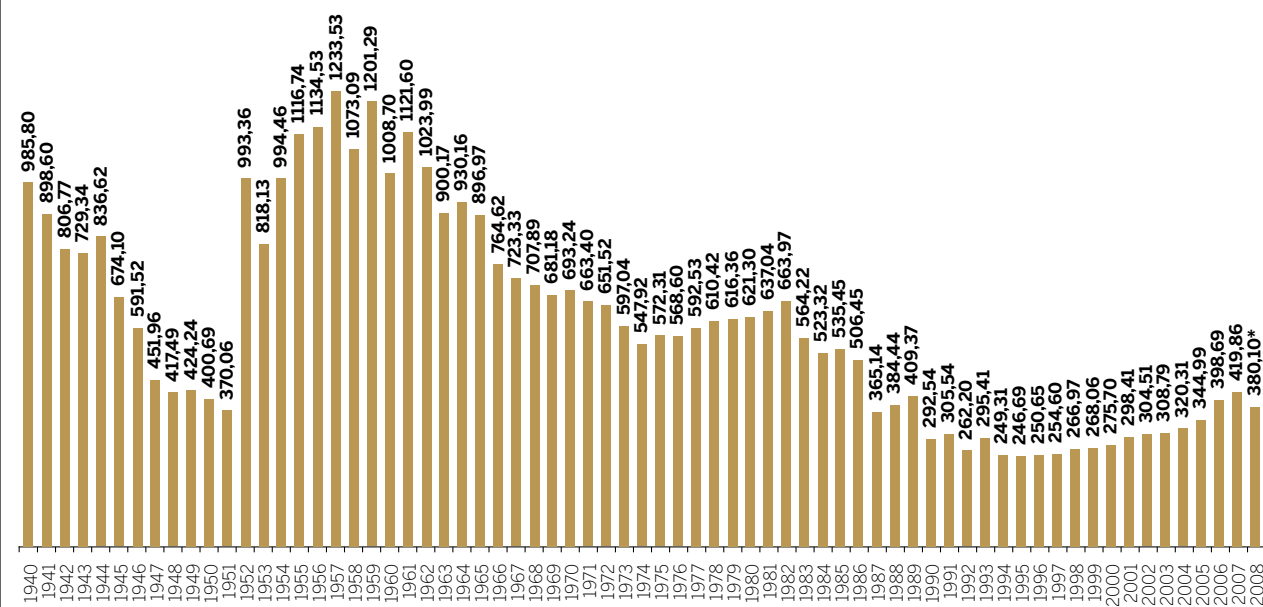
ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, foi de 182,4%, o que resultou em um ganho real da ordem de 92,2%¹⁴. Portanto, nesse período o mínimo quase dobrou em termos reais.

Contudo, é importante observar não apenas o comportamento do valor real do salário mínimo, mas também a sua efetividade. Para tanto, é necessário analisar a percentagem de trabalhadores ocupados que têm rendimento inferior ao mínimo — se um reajuste no piso salarial aumenta a proporção dos que ganham menos que esse patamar, isso pode significar que o instrumento está sendo pouco efetivo.

gráfico 12 • Evolução do rendimento mediano real — Brasil, 1992 a 2006 (em R\$ de setembro de 2007)


Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

gráfico 13 • Evolução do valor real do salário mínimo
— Brasil, 1940 a 2008 (em R\$ de setembro de 2007)



Fonte: DIEESE
* Média dos dois primeiros meses de 2008

Como pode ser visto na tabela 3, entre 1992 e 2006 diminuiu o percentual de ocupados de 16 anos ou mais que ganhavam menos que um salário mínimo, tanto pelo critério que inclui aqueles sem rendimento (de 38,9% para 28,8%) quanto pelo critério que exclui esse grupo (29,8% para 21,6%). Porém, ao mesmo tempo aumentou expressivamente a proporção de ocupados que ganhavam exatamente 1 salário mínimo, o que deve ser reflexo, entre outros fatores, da redução da informalidade nos anos 2000.

3.5.2 • Desigualdades de remuneração

Entre 1992 e 1995, o rendimento médio do trabalho dos homens cresceu mais que o das mulheres. Entre 1998 e 2004, a queda foi generalizada, mas ligeiramente mais acentuada para os trabalhadores do que para as trabalhadoras. Na recuperação observada em 2005 e 2006, os rendimentos das mulheres aumentam um pouco mais que os dos homens (ver gráfico 14). Com isso, diminuiu a desigualdade de remuneração entre os dois grupos: em 1992 elas recebiam o equivalente a 61,5% do ganho masculino, em 2006,

70,7%. Mesmo assim, a distância entre os rendimentos ainda é muito alta.

A desigualdade de rendimentos por cor/raça apresentou trajetória semelhante (ver gráfico 15). De 1992 a 1995, o crescimento foi maior para os brancos que para os negros. Contudo, no período 1996-2003 a queda foi mais acentuada entre os brancos, e a recuperação de 2003 a 2006 beneficiou mais os negros.

Assim, a diferença de rendimentos entre negros e brancos se reduz um pouco (2,9 pontos percentuais). Apesar disso, continua extremamente elevada: se, em 1992, os negros recebiam em média exatamente a metade do que recebiam os brancos, 14 anos depois eles passaram a receber 53,2%. Embora essa cifra não leve em conta outras características, como a escolaridade, pesquisas anteriores (OIT, 2005) evidenciam que, em média, os negros recebem 30% a menos nas mesmas faixas de escolaridade. A tabela 4 mostra claramente que o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, negros e brancos permanece em níveis muito significativos mesmo entre trabalhadores da mesma faixa de escolaridade.

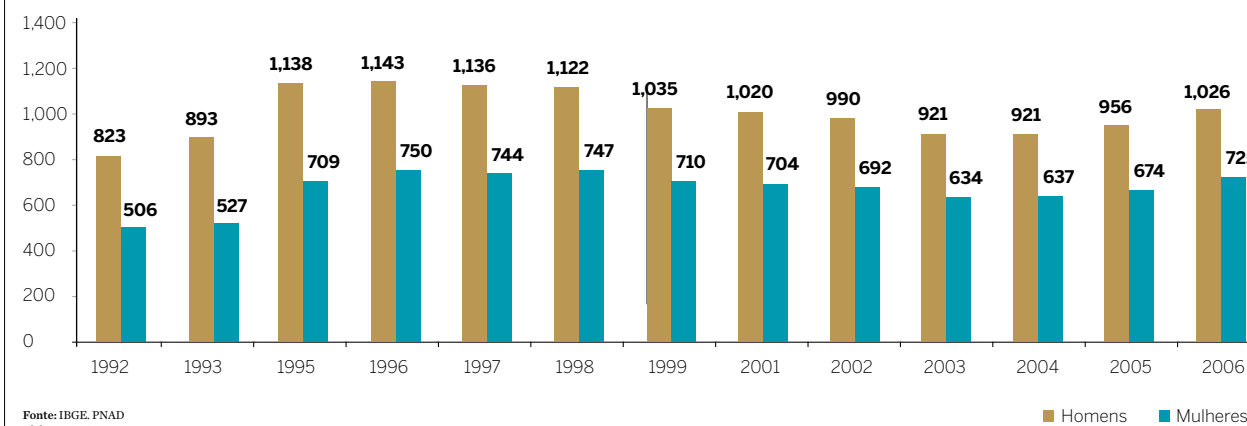
Pode-se verificar, portanto, que em 2006 os homens negros ocupados sem instrução recebiam 73,9% do ren-

tabela 3 • Distribuição das pessoas ocupadas, por faixas de salário mínimo
— Brasil, 1992 e 2006 (em %)

Faixa de Renda	Incluindo pessoas ocupadas sem rendimento ou com renda igual zero		Excluindo pessoas ocupadas sem rendimento ou com renda igual zero	
	1992	2006	1992	2006
Sem rendimento ou igual a zero (a)	12,9	9,2	-	-
Maior que zero e Menor que 1 SM (b)	26,0	19,7	29,8	21,6
Menor que 1 SM (a) + (b)	38,9	28,8	29,8	21,6
Igual a 1 SM (c)	5,3	12,2	6,1	13,4
Até 1 SM (a) + (b) + (c)	44,1	41,0	35,9	35,0
Maior que 1 SM (d)	55,9	59,0	64,1	65,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

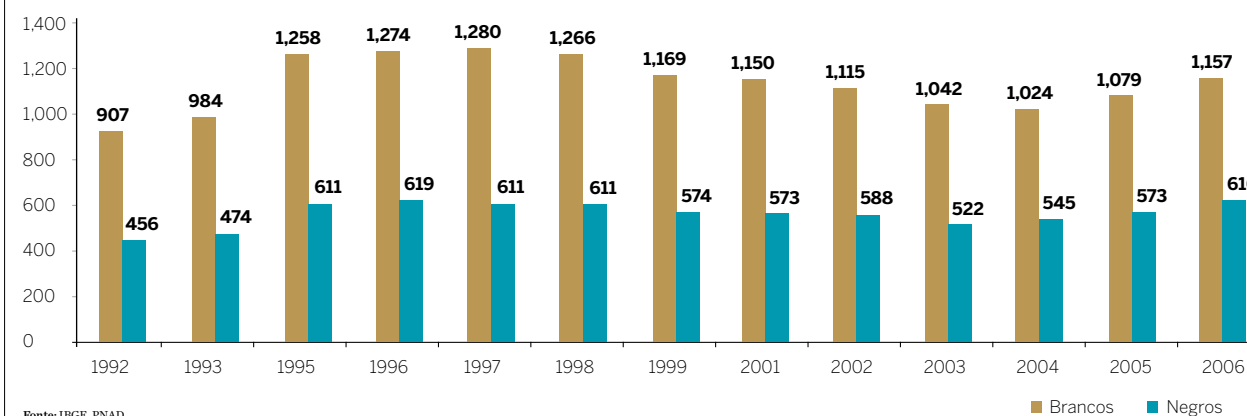
Fonte: IBGE, PNAD
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais e rendimento no trabalho principal; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

gráfico 14 • Rendimento médio nominal real dos ocupados, segundo sexo
— Brasil, 1992 a 2006 (em R\$ de setembro de 2007)



Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais e rendimento no trabalho principal; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

gráfico 15 • Rendimento médio real dos ocupados, segundo cor/raça
— Brasil, 1992 a 2006 (em R\$ de setembro de 2007)



Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais e rendimento no trabalho principal; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.



tabela 4 • Rendimento médio real dos ocupados, como proporção do rendimento dos homens brancos — Brasil, 1992 a 2006 (rendimento dos homens brancos com a mesma escolaridade = 100)

Escolaridade		1992	1995	1999	2001	2003	2005	2006
Homens Negros	Sem instrução	61,3	44,2	55,3	62,8	58,3	70,7	73,9
	15 anos e mais	70,4	69,7	75,6	68,3	66,6	69,2	72,5
Mulheres Brancas	Sem instrução	58,7	59,8	69,5	68,2	61,5	66,7	70,7
	15 anos e mais	47,3	47,7	56,3	54,6	52,7	54,9	56,2
Mulheres Negras	Sem instrução	40,5	43,2	49,3	49,4	45,9	52,9	54,9
	15 anos e mais	37,9	37,5	40,5	39,8	39,0	39,1	41,4

Fonte: IBGE, PNAD. Ver dados primários no Anexo Estatístico

Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais e rendimento no trabalho principal; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins; c) Em reais de setembro de 2007.

dimento dos brancos sem escolaridade. Já as mulheres brancas recebiam 70,7% e as mulheres negras, 54,9%. O fosso é ainda mais profundo entre os que têm 15 anos ou mais de estudo. Nessa faixa, os homens negros recebiam, em 2006, 72,5% do que recebiam os homens brancos. As mulheres brancas recebiam pouco mais da metade (56,2%), e as mulheres negras, apenas 41,4%.

Esses dados demonstram que as desigualdades de rendimentos entre homens e mulheres e negros e brancos não podem de forma alguma ser explicadas apenas pela diferença de escolaridade. Ao contrário, e tal como já mostrado em muitos outros estudos (OIT, 1999; ABRAMO e VALENZUELA, 2006), quanto maior os níveis de escolaridade, maior a desigualdade.

3.6 • Excesso de horas trabalhadas

Outra dimensão importante da qualidade do emprego é a jornada de trabalho. Ela contribui para o déficit de trabalho decente quando há excesso de horas trabalhadas — neste relatório, foram consideradas excessivas as jornadas semanais superiores a 44 horas, limite fixado pela Constituição Federal de 1988¹⁵.

No Brasil, é alta a proporção dos que trabalham mais do que isso, como mostra o gráfico 16: em 2006, um terço (34,7%) encontrava-se nessa situação. A carga excessiva afetava mais os homens (42,4%) do que as mulheres (24,5%), o que significa que uma em cada 4 mulheres ocupadas tinha uma jornada de trabalho — no mercado — superior à legal.

Porém, é necessário assinalar que as mulheres dedicam um número de horas semanais aos afazeres do-

mésticos superior ao dos homens. Estudo do IBGE¹⁶ mostra que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho não reduziu o tempo que elas dedicam a esse tipo de atividade. Pelo contrário, na faixa etária de 25 a 49 anos, que coincide com a de criação dos filhos e em que a população feminina economicamente ativa é maior, 94% das mulheres também fazem trabalho doméstico.

No país, 109,2 milhões de pessoas de 10 anos ou mais de idade declararam realizar tarefas domésticas; desses, 71,5 milhões (65,4%) são mulheres e 37,7 milhões (34,6%) são homens. Entre a população ocupada, os homens despendem 9,1 horas semanais em atividades desse tipo, e as mulheres, 21,8 horas. Assim, ainda que a carga horária feminina remunerada seja em média menor que a masculina (34,7 e 42,9 horas semanais, respectivamente), a situação se inverte quando se consideram também os afazeres domésticos: as mulheres trabalham em média 11,5 horas por dia útil, e os homens, 10,6.

Além disso, verifica-se a partir do gráfico 16 que a proporção de trabalhadores com jornadas excessivas diminuiu de 1992 a 2006, e que o recuo foi mais acelerado para os homens. Contudo, é importante analisar com prudência essa tendência de queda, pois há possíveis limitações no indicador utilizado. Os avanços tecnológicos nas comunicações e na informática, por exemplo, têm viabilizado cada vez mais o exercício profissional fora do local de trabalho. Ademais, a maior demanda por qualificação tem estimulado os trabalhadores, mesmo adultos, a investir parte do seu tempo livre em atividades de qualificação. Os indicadores tradicionais relativos à jornada de trabalho talvez não sejam adequados para

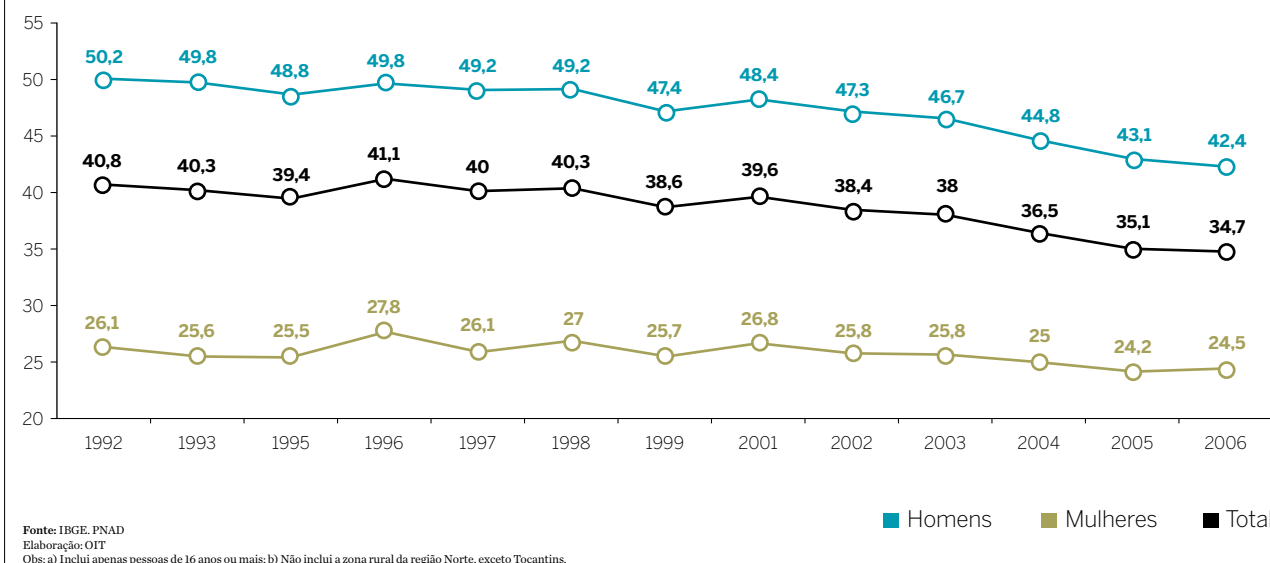
medir de maneira precisa esses processos, o que pode levar a uma subestimação da jornada real. Acrescente-se ainda o tempo de deslocamento casa-trabalho-casa, que, em especial nas áreas metropolitanas, está aumentando devido à piora no tráfego.

A análise do excesso de horas trabalhadas, desagregada por cor/raça, mostra que uma proporção maior de trabalhadores negros enfrenta uma jornada de trabalho acima da estabelecida em lei (ver gráfico 17).

4 • Indicadores de trabalho decente para os jovens

Garantir trabalho decente para a juventude é essencial para impulsionar o desenvolvimento humano de uma nação e a inclusão socioeconômica dos jovens. Um trabalho precário ou uma inserção que dificulte a qualificação pode comprometer toda a carreira profissional de um trabalhador e eliminar a expressiva contribuição que os jovens poderiam dar ao desenvolvimento do país.

gráfico 16 • Percentual dos trabalhadores ocupados com jornada superior a 44 horas, por sexo — Brasil, 1992 a 2006

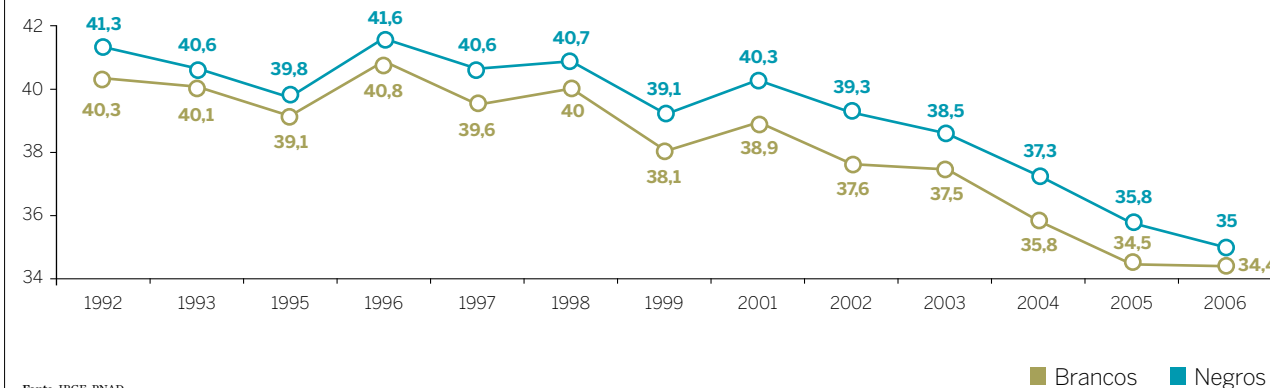


Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: OIT

Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

gráfico 17 • Percentual de trabalhadores ocupados com jornada superior a 44 horas, por cor/raça — Brasil, 1992 a 2006



Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: OIT

Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

Entre 1992 e 2006, desemprego cresceu mais entre os jovens, que também enfrentam maiores taxas de informalidade

A inserção da juventude no mercado de trabalho também deve ser monitorada porque, em geral, esse grupo é o que apresenta maiores taxas de desemprego e de informalidade e menores níveis de rendimento que os adultos, mesmo com escolaridade mais elevada. Também por essas razões é fundamental a existência de políticas públicas voltadas aos jovens, elaboradas sob um ponto de vista que lhes veja como cidadãos portadores de direitos e que precisam de oportunidades de qualificação e de inserção no mercado de trabalho para sua adequada inclusão social.

Nas últimas décadas, em função de transformações econômicas e sociais, houve mudanças nos padrões de transição dos jovens para a vida adulta. A combinação de aumento da expectativa de vida, de demanda por escolaridade no mercado de trabalho e de crescente dificuldade de inserção profissional da juventude tem feito com que os jovens passem mais tempo na escola e comecem a carreira mais tarde.

tabela 5 • Participação dos jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho e no estudo — Brasil, 1992 e 2006 (em %)

	1992	2006
Na população de 16 anos ou mais	26,3	23,1
Na população economicamente ativa de 16 ou mais	26,5	22,4
No total de ocupados de 16 anos ou mais	25,0	20,1
Taxa de participação dos jovens (PEA/PIA) de 16 a 24 anos	69,7	67,9
Jovens estudantes em % do total de jovens de 16 a 24 anos	30,7	42,3

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

Como pode ser visto na tabela 5, a participação dos brasileiros de 16 a 24 anos no total de ocupados caiu de forma significativa de 1992 a 2006. Essa retração decorre, dentre outros fatores, do envelhecimento populacional, que é resultado de menores taxas de fecundidade e maior expectativa de vida (a participação dos jovens na população de 16 anos ou mais diminuiu de 26,3% para 23,1% entre 1992 e 2006).

Além disso, nota-se um recuo na taxa de participação dos jovens de 16 a 24 anos — de 69,7% para 67,9%, provavelmente em decorrência do tempo de permanência na escola: enquanto em 1992 apenas 30,7% dos jovens estudavam, em 2006 o percentual subiu para 42,3%. Desse modo, o declínio na taxa de participação e a mudança demográfica contribuíram para que a proporção de jovens na população economicamente ativa de 16 anos ou mais caísse de 26,5% para 22,4% entre 1992 e 2006.

Todavia, o fato de a participação dos jovens ter caído mais entre os ocupados (25% para 20,1%) do que na PEA é um forte indício de que esse grupo enfrentou um cenário de maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho.

O diagnóstico de que piorou a inserção dos jovens no mercado confirma-se pela variação das taxas de desemprego. Os jovens de 16 a 24 anos são aqueles que, tradicionalmente, são mais afetados pelo problema, e isso se agravou substancialmente entre 1992 e 2006. Enquanto a taxa de desemprego das pessoas com 25 anos ou mais subiu de 4,3% para 5,6% (uma alta de 32%), a dos jovens cresceu de 11,7% para 17,9% (uma alta de 53%). Por essa razão, no mesmo período, a relação de desocupação entre jovens e adultos cresceu de 2,8 vezes, em 1992, para 3,2 vezes, em 2006 (ver gráfico 18).

Outra questão importante é que parte dos jovens que não conseguem trabalho também não estuda. Em setembro de 2006, 6,3 milhões de brasileiros de 16 a 24 anos (cerca de 20% da população nessa faixa etária) estavam nessa situação (ver tabela 6). Isso é preocupante, pois mostra que, embora a escolaridade média tenha crescido entre a população juvenil, não apenas a inserção no mercado de trabalho daqueles que querem ou precisam trabalhar se deteriorou, como ainda existe um contingente muito elevado de jovens que não estudam nem trabalham.

Além disso, a informalidade é mais elevada entre os jovens (ver tabela 7). Ou seja, eles têm mais dificuldade

de ingressar no mercado de trabalho e também de encontrar uma ocupação de qualidade e formal¹⁷. Outro aspecto que garante maior proteção relativa aos adultos é a cobertura sindical, considerada na próxima seção.

5 • Trabalho decente, segurança e proteção social

Os altos níveis de desemprego e de precarização do trabalho nos anos 90 tiveram um profundo impacto sobre a proteção social em toda a América Latina, levando a uma queda nos já bastante limitados padrões de cobertura da população. A baixa cobertura do sistema de proteção social — tanto em relação ao número de trabalhadores quanto à gama de riscos cobertos — e a baixa qualidade da proteção oferecida estão entre os princi-

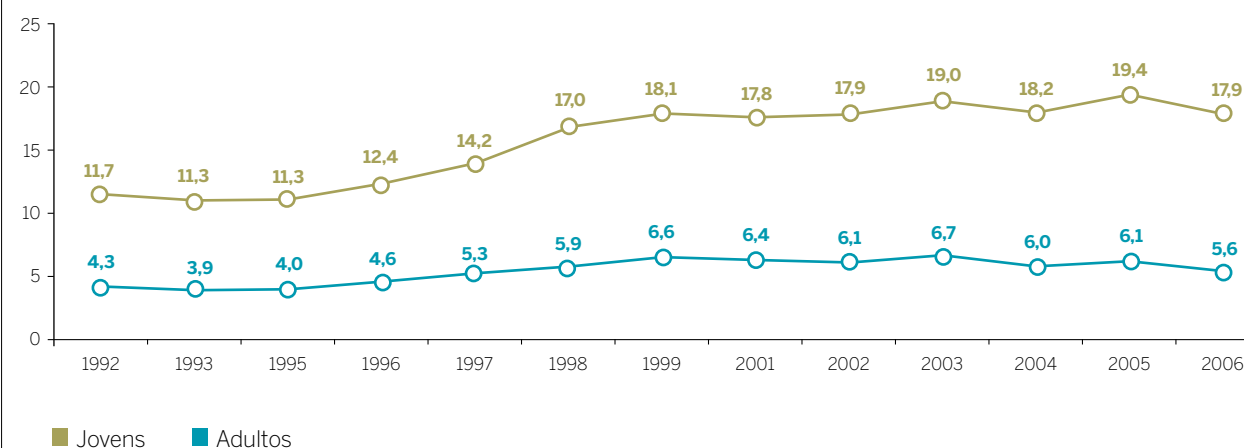
pais desafios enfrentados para a superação dos déficits de trabalho decente e o fortalecimento da coesão social na região (OIT, 2006; CEPAL/AECI/SEGIB, 2007)¹⁸.

Neste relatório, devido à limitação das estatísticas disponíveis para a análise, serão usados os seguintes indicadores: número de acidentes de trabalho, percentagem de ocupados cobertos pela Previdência Social, cobertura do seguro-desemprego e taxa de rotatividade.

5.1 • Evolução do número de acidentes de trabalho

Um dos temas básicos da proteção social é a saúde e segurança no trabalho. Nesse aspecto, ainda há um enorme déficit no Brasil, tanto em relação ao diagnóstico dos problemas, quanto às políticas e ações desenvolvi-

gráfico 18 • Taxa de desemprego de jovens e adultos — Brasil, 1992 a 2006 (em %)



Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

tabela 6 • Estudo e trabalho entre os jovens 16 a 24 anos — Brasil, 2006

Jovens	Jovens que não estudavam	Jovens que estudavam	TOTAL
Fora da PEA	4,2 milhões	5,9 milhões	10,0 milhões
Ocupados	11,7 milhões apenas trabalhavam	5,7 milhões trabalhavam e estudavam	17,4 milhões
Desempregados	2,2 milhões	1,6 milhão	3,8 milhões
Total	18,1 milhões	13,2 milhões	31,3 milhões
Jovens que não estudavam nem trabalhavam = 6,3 milhões		Jovens que apenas estudavam = 7,5 milhões	

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs: Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais.



tabela 7 • Informalidade, sindicalização e contribuição à Previdência Social — Brasil, 2006 (em %)

Variável	Jovens de 16 a 24 anos	Adultos de 25 anos ou mais
Taxa de Informalidade	58,9	50,7
Ocupados que não contribuíam para a Previdência Social	57,7	47,8
Ocupados associados a sindicato*	9,3	21,6

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Inclui área rural do Norte; c) * ocupados na semana de referência, e não no período de 365 dias

das: o país ainda não dispõe, por exemplo, de sistemas eficientes de registro de enfermidades e acidentes de trabalho e de programas de prevenção amplos e efetivos. Além disso, não há dados desagregados por características como sexo e cor/raça.

Os acidentes de trabalho mostram uma grave dimensão desta realidade: mesmo apresentando um grande recuo desde 1988, permanecem em níveis elevados, atingindo a marca de 503.890 ocorrências em 2006 (ver gráfico 19)¹⁹.

Os acidentes atingem majoritariamente os homens (ver gráfico 20), em razão de sua maior concentração em setores mais sujeitos a riscos, como certos setores da indústria (construção civil) e a atividade agrícola. Entre as mulheres, a incidência das doenças ocupacionais (como as lesões por esforço repetitivo) costuma ser

bastante elevada, embora muitas enfermidades desse tipo ainda não sejam diagnosticadas ou mesmo reconhecidas como resultantes do trabalho.

Além do número absoluto de acidentes de trabalho, outro indicador relativo às condições de saúde e segurança ocupacional, que reflete a intensidade com que acontecem acidentes de trabalho, é a taxa de incidência²⁰, que expressa a relação entre as condições de trabalho e a quantidade média de trabalhadores expostos àquelas condições, constituindo-se na expressão mais geral e simplificada de um indicador de risco. É definida como a razão entre o número de casos registrados a cada ano e a população exposta ao risco²¹. Em 2005, a taxa foi de 18,9 acidentes de trabalho por 1 mil trabalhadores, recuando levemente em 2006 (18,6).

Outro importante indicador é a taxa de mortalidade (ou de acidentes fatais de trabalho)²²: Ela recuou de 10,5 óbitos decorrentes de acidentes por 100 mil trabalhadores, em 2005, para 10 em 2006 — uma queda de 5%.

5.2 • Cobertura da previdência social

O acesso à Previdência Social é um direito humano chave para o trabalho decente e o desenvolvimento humano e instrumento essencial para a coesão social. Se bem administrada, aumenta a produtividade ao proporcionar garantia de renda e serviços sociais aos trabalhadores.

No Brasil, apenas metade do total dos ocupados contribui para a Previdência — e essa marca foi atingida

apenas em 2006, como resultado de um leve avanço desse indicador no período analisado (em 1992, a porcentagem de ocupados que contribuíam era de 46,4%, como mostra o gráfico 21).

Em grupos discriminados, como mulheres e negros, o problema é mais grave. Em 2006, a cobertura previdenciária beneficiava 58,6% dos homens brancos, mas apenas 40,6% das mulheres negras. Essa diferença era ainda maior em 1992: a taxa de cobertura dos homens brancos era praticamente a mesma (57,9%), mas a das mulheres negras era de 31,6%. A taxa de cobertura das mulheres brancas cresceu 7,2 pontos percentuais no período e se aproximou da dos homens brancos em 2006 (56,2%). Já a taxa dos negros era, em 2006, de 44,1% (14,5 pontos percentuais inferior à dos homens brancos, portanto), enquanto em 1992 era de apenas 39,3%.

Essas cifras resultam de movimentos diferentes. A proporção de contribuintes entre os homens brancos, em 2006, era semelhante à que existia no início dos anos 90, mas refletia um movimento de queda constante até 1999, quando chegou a apenas 53,9%, e de uma recuperação a partir desse ano. Já as mulheres brancas apresentam uma trajetória crescente, saindo de um patamar bastante inferior ao dos homens brancos no início do período, mas diminuindo consideravelmente a diferença ao final.

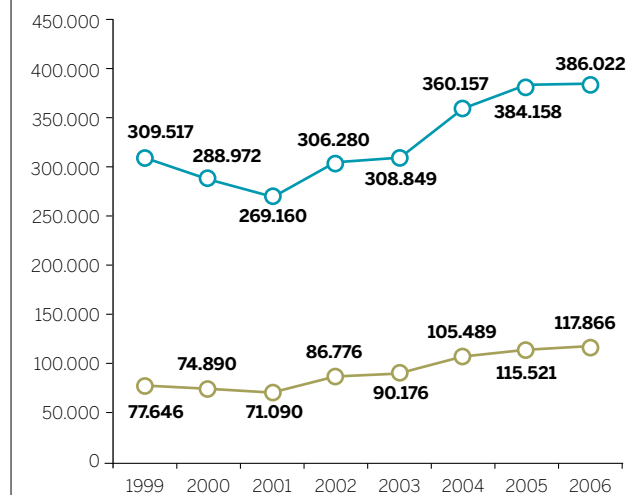
Na população negra também se observam movimentos diferenciados: a porcentagem de contribuintes entre os homens negros caiu de 39,3% para 37,2% entre 1992 e 1999 e, a partir daí, se elevou até atingir 44,1%, o que significa um crescimento de 18,5% no total de contribuintes em relação a 1999. As mulheres negras, apesar de partirem de um patamar significativamente inferior (31,6% em 1992), apresentam trajetória ascendente, com pequenas oscilações, ao longo do período, o que representa uma expressiva alta de 28,5% no total de contribuintes.

O aumento da proporção de beneficiados reflete, sem dúvida, as melhorias recentes do mercado de trabalho e está fortemente associado ao crescimento do emprego formal.

5.3 • Seguro-desemprego e taxas de rotatividade

A melhor maneira de proporcionar uma renda segura às pessoas em idade de trabalhar é o acesso a um trabalho decente. O seguro-desemprego é um instrumento fundamental para a segurança no trabalho, pois garante uma renda mínima nas situações de desemprego e de

gráfico 20 • Número de acidentes de trabalho, por sexo — Brasil, 1999 a 2006



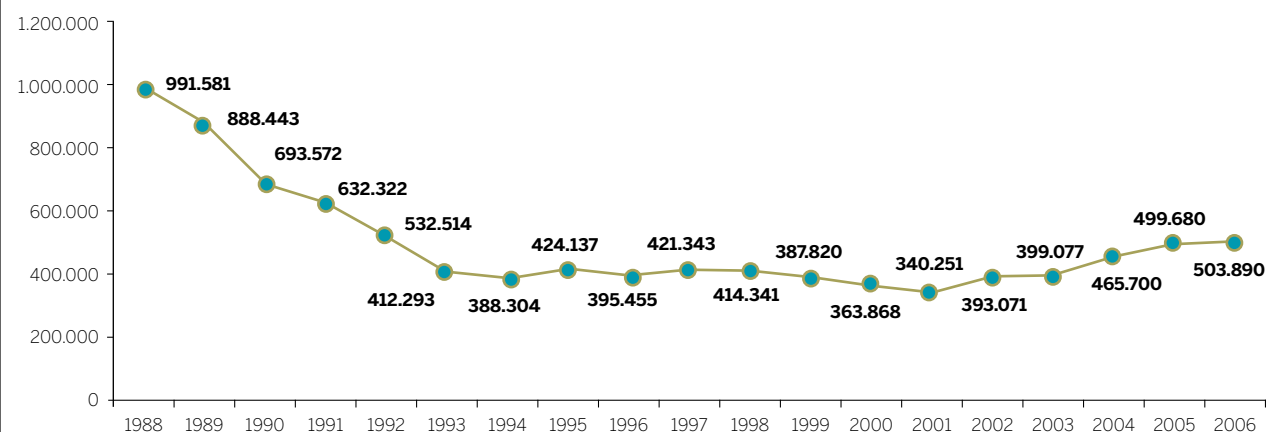
Fonte: MPS, Anuário Estatístico da Previdência Social
Elaboração: OIT

busca por emprego e contribui para evitar que quem está sem ocupação entre na pobreza. Quando articulado com oportunidades de formação e reciclagem, o benefício ajuda a superar essa situação (OIT, 2002).

No Brasil, têm direito a esses recursos os assalariados com carteira de trabalho assinada e contrato por prazo indeterminado que foram demitidos sem justa causa e que trabalharam no mínimo por seis meses continuamente antes da data da dispensa. Entre os informais, podem requerer o benefício apenas pescadores artesanais no período do defeso e aqueles resgatados do regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo. Os trabalhadores domésticos têm direito ao seguro-desemprego se possuírem carteira de trabalho assinada e contribuição ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Mas, considerando-se que, em 2006, menos de um terço (27%) tinha registro e que a contribuição para o FGTS é opcional, atingindo uma pequena parcela, esses critérios restringem muito a cobertura desse direito nessa categoria.

Além disso, mesmo para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada há outro critério que restringe a cobertura: o período aquisitivo de 16 meses (depois que requereu o seguro-desemprego, o trabalhador só poderá voltar a fazê-lo após 16 meses — ainda que seja demitido antes desse prazo).

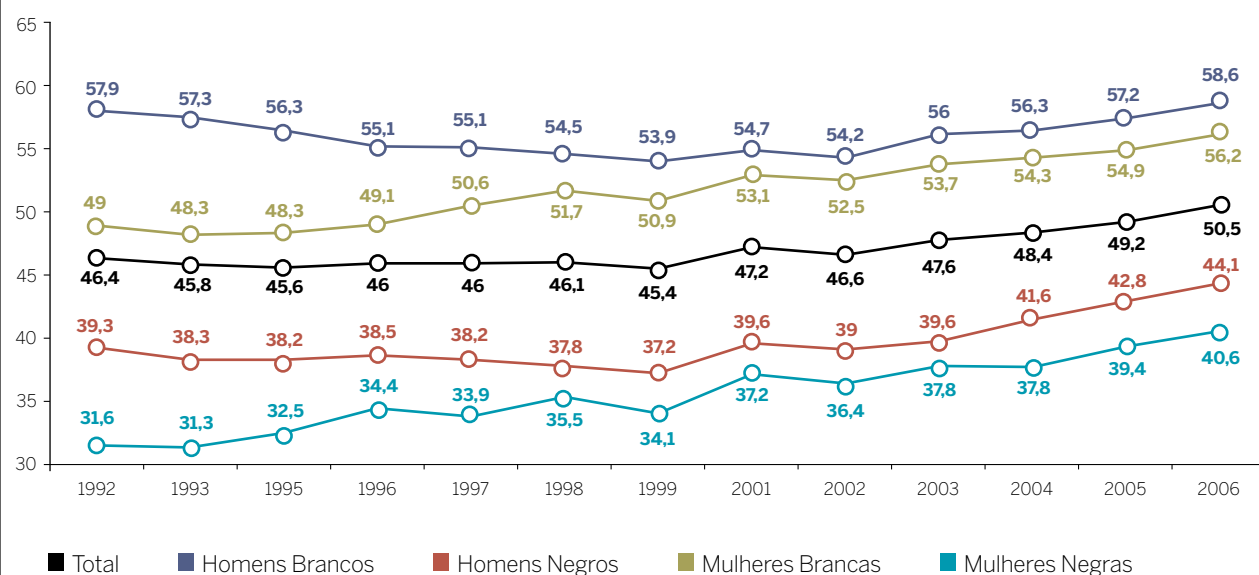
gráfico 19 • Número de acidentes de trabalho — Brasil, 1988 a 2006



Fonte: Ministério da Previdência Social (MPS), Anuário Estatístico da Previdência Social
Elaboração: OIT



gráfico 21 • Proporção dos ocupados que contribuíram para a Previdência Social, segundo sexo e cor/raça— Brasil, 1992 a 2006 (em %)



Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs: a) Inclui apenas pessoas de 16 anos ou mais; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

O prazo de concessão do seguro-desemprego varia, regra geral, de três a cinco meses, dependendo do tempo de trabalho nos últimos 36 meses.²³ Isso significa que a duração do benefício é significativamente menor que o tempo médio de procura por um novo posto de trabalho.

Desde o período em que as taxas de desemprego se elevaram, na década de 90, o tempo de procura por um posto de trabalho tem crescido e atingiu, em média, cerca de 12 meses nos últimos anos. Nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, São Paulo e Distrito Federal, esse tempo variou de 8 a 17 meses entre 1998 e 2007, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do DIEESE.

Em 2007, a cobertura atingiu 80% dos que cumpriam todos os critérios acima mencionados²⁴. A proporção de beneficiados era maior entre as mulheres (86%) que entre os homens (76%), possivelmente porque elas, em geral, permanecem mais tempo no mesmo emprego²⁵.

Os critérios de elegibilidade para o seguro-desemprego (seis meses de trabalho nos últimos 36 meses e período aquisitivo de 16 meses) fazem com que a rotatividade tenda a reduzir a cobertura do benefício.

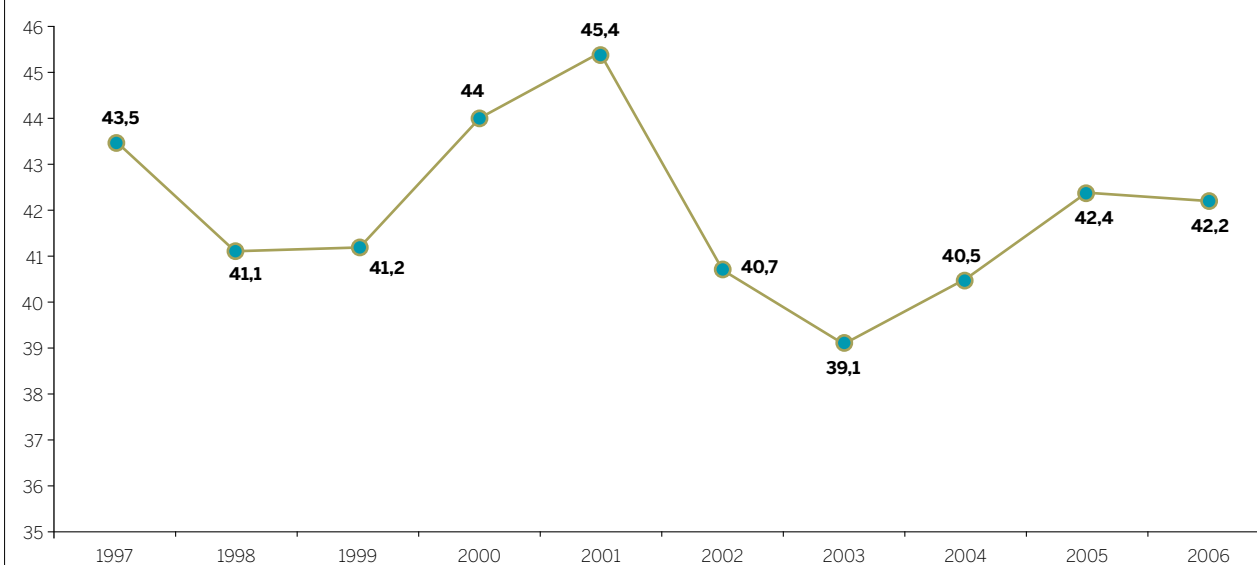
Isso é preocupante, pois o mercado de trabalho brasileiro, inclusive o formal, é caracterizado por elevada rotatividade²⁶.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) indicam que as taxas de rotatividade no Brasil se mantiveram elevadas (em geral, acima de 40%) entre 1997 e 2007. Nesse último ano, 59,4% do total de demissões (7,6 milhões) envolveram desligamento sem justa causa ou imotivado (DIEESE, 2008)²⁷. A alta rotatividade tem conseqüências negativas no treinamento da mão-de-obra, no aumento da produtividade e nos rendimentos dos trabalhadores, tanto por seu efeito direto sobre os salários quanto pelos seus impactos nas empresas.

6 • Acesso aos direitos do trabalho

Os indicadores selecionados para analisar a dimensão dos direitos no trabalho referem-se à organização sindical e negociação coletiva e à incidência do trabalho infantil e do trabalho forçado. Há, porém, uma quantidade muito menor de indicadores e estatísticas confiáveis e sistemáticas em relação a esses temas. No entanto,

gráfico 22 • Taxa de rotatividade anual — Brasil, 1997 a 2006 (em %)



Fonte: MTE, RAIS e CAGED
Elaboração: DIEESE
OBS: Foram excluídos os trabalhadores estatutários do estoque de trabalhadores.

considerações importantes podem ser feitas a partir dos dados disponíveis, com o objetivo de incluir também essa dimensão na análise dos déficits de trabalho decente existente no país e sua variação entre 1992 e 2006.

6.1 • Exercício do direito de organização sindical e negociação coletiva

O exercício efetivo da liberdade de organização e associação sindical e da negociação coletiva é considerado um direito fundamental no trabalho, conforme a Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais do Trabalho, adotada pelos membros da OIT em 1998. A livre organização dos atores no mundo do trabalho e o diálogo aberto são também condições de fortalecimento da democracia e da coesão social e um dos fatores de avanço em direção a sociedades mais equitativas, nas quais todos podem desenvolver mais plenamente suas capacidades.

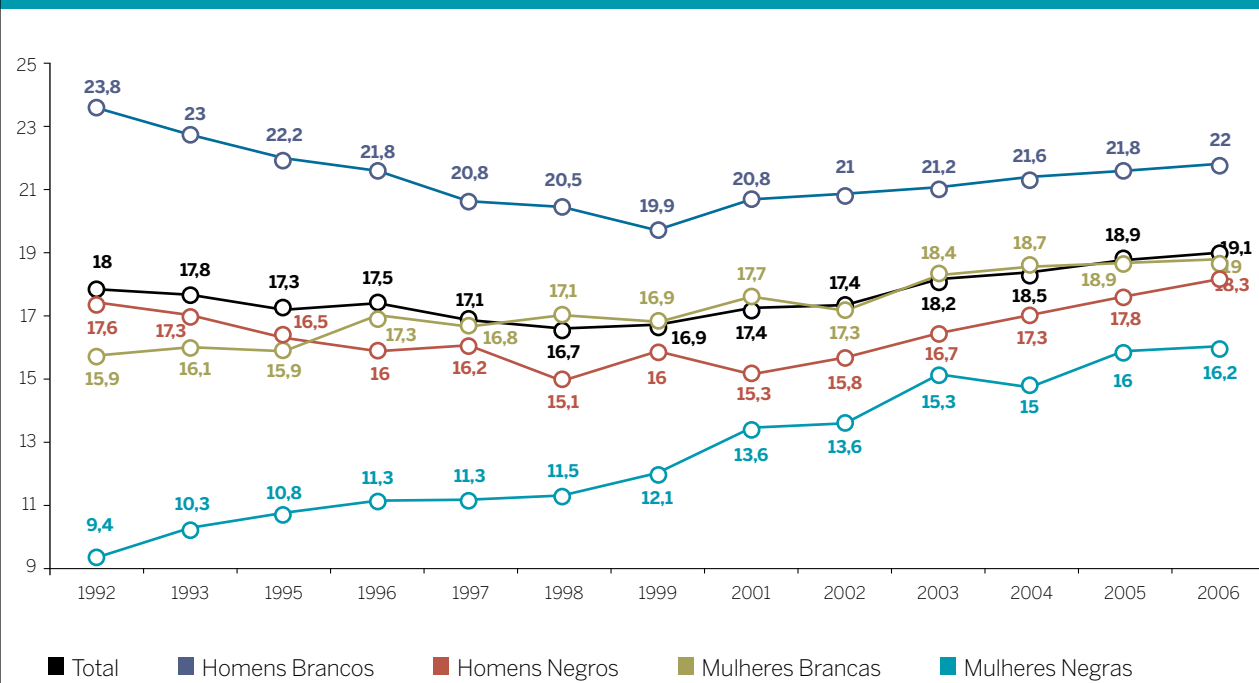
6.1.1 • Taxas de sindicalização

Uma das conseqüências do aumento do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho na década

de 90 foi o declínio da taxa de sindicalização²⁸, que era de 18% em 1992 e atingiu, em 1998, o ponto mais baixo (16,7%), conforme mostra o gráfico 23. Desde então, observa-se um leve mas persistente aumento, que provavelmente decorre, entre outros fatores, da redução da informalidade, fazendo com que, em 2006, a taxa média de sindicalização (19,1%) superasse a de 1992.

Também em relação a esse indicador, as diferenças raciais e de gênero são muito acentuadas, mas diminuíram significativamente no período analisado. As taxas de sindicalização dos homens são superiores às das mulheres, e as dos brancos, superiores às dos negros, o que é coerente com os padrões de emprego desses distintos grupos de trabalhadores (*ver gráfico 23*). Em 1992, a taxa de sindicalização era de 23,8% entre os homens brancos, 15,9% entre as mulheres brancas, 17,6% entre os homens negros e apenas 9,4% entre as mulheres negras. Isso significa que, entre os dois extremos (homens brancos e mulheres negras), a diferença era de 14,4 pontos percentuais.

A queda das taxas de sindicalização entre 1992 e 1998 atingiu mais fortemente os brancos, que predominavam nos postos de trabalho dos setores mais organi-


gráfico 23 • Taxa de sindicalização desagregada por sexo e cor/raça — Brasil, 1992 a 2006 (em %)


Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs.: a) Trabalho na semana de referência da PNAD; b) Inclui a zona rural da região Norte.

zados da economia, justamente os mais afetados pela abertura comercial, em especial a indústria. Entre as mulheres, entretanto, houve um aumento consistente, num processo que parece seguir a tendência de sua maior inserção no mercado de trabalho e seu ingresso em setores mais organizados, o que é mais intenso no caso das negras.

A trajetória da população negra, por sua vez, segue o movimento de declínio nos anos 90, certamente influenciada pela desestruturação do mercado de trabalho. Nos anos 2000, há uma reversão dessa tendência, em especial no caso das mulheres negras, apesar de a taxa de sindicalização situar-se em um patamar significativamente inferior ao dos brancos.

Como resultado desse processo, diminuíram as diferenças entre as taxas de sindicalização: em 2006, era de 22% para os brancos (inferior à registrada em 1992), de 19% para as brancas (superior à registrada em 1992), de 18,3% para os negros (aumento de 0,7 ponto percentual) e de 16,2% para as negras (aumento de 6,8 pontos percentuais). Dessa forma, a diferença entre as taxas de sindicalização de homens brancos e mulheres negras reduziu-se para 5,8 pontos percentuais.

De 2004 a 2006, mais de 80% das negociações coletivas conseguiram repor a inflação

6.1.2 • Negociação coletiva

A negociação coletiva é um dos principais instrumentos da ação sindical e um dos mais importantes níveis do diálogo social entre empregadores e trabalhadores. É um espaço fundamental para a busca de melhores condições de trabalho e produtividade, portanto, um mecanismo para avançar na direção de um trabalho decente.

Um dos temas mais importantes da negociação coletiva é a discussão salarial. No Brasil, a reposição da inflação vem sendo intensamente debatida há muitas décadas. Os resultados dos reajustes salariais definidos em negociação coletiva desde 1996 indicam que a melhoria recente do desempenho do mercado de trabalho brasileiro mudou expressivamente a proporção de categorias que obtiveram correções iguais ou superiores à inflação. Antes situado entre 50% e 70%, esse patamar alcançou, em 2006, 96% das categorias que fizeram parte de levantamento realizado pelo DIEESE²⁹.

Segundo o DIEESE, 2006 foi o terceiro ano consecutivo em que a porcentagem de negociações que conseguiram pelo menos repor a inflação foi superior a 80%. Nesse ano, 86% dos acordos foram capazes de obter aumentos reais de salários (89% para a indústria, 91% para o comércio e 81% para o setor de serviços).

6.2 • Trabalho infantil e trabalho forçado

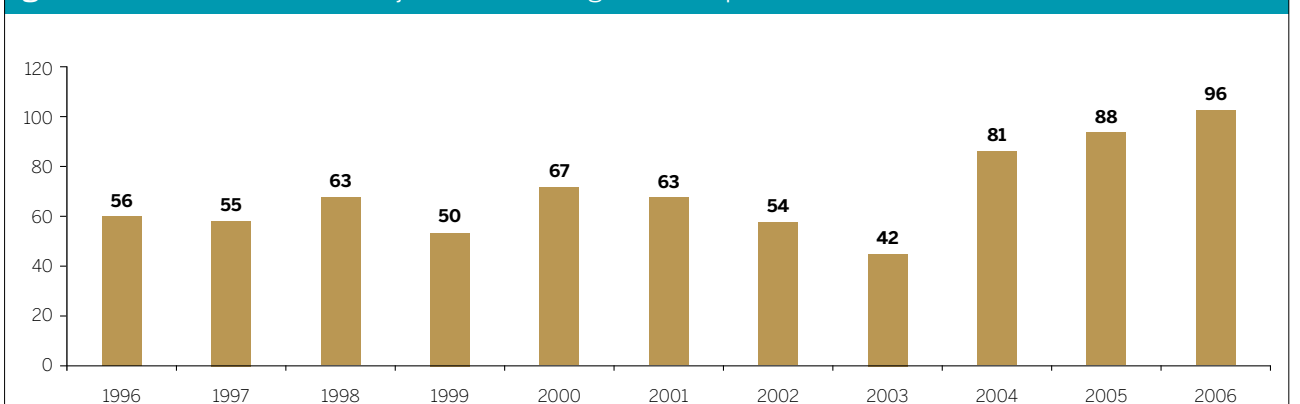
6.2.1 • Trabalho forçado

Trabalho forçado ou escravo não é sinônimo apenas de baixos salários ou más condições de trabalho. Tampou-

co equivale a situações de mera necessidade econômica em que, por exemplo, um trabalhador não tem condições de deixar um posto de trabalho devido à escassez, real ou suposta, de alternativas de emprego. Negação mais clara de um trabalho decente, o trabalho forçado representa grave violação de direitos e restrição da liberdade, conforme convenções da OIT sobre o tema e outros instrumentos internacionais semelhantes sobre escravidão, práticas análogas à escravidão, servidão por dívida ou condição servil³⁰.

A definição da OIT de trabalho forçado tem dois elementos básicos: trabalho ou serviço imposto sob ameaça de punição e executado involuntariamente. Uma ameaça pode assumir múltiplas formas. A mais extrema delas implica violência ou confinamento ou mesmo ameaças de morte à vítima ou a seus familiares. Pode haver também formas mais sutis de ameaça, às vezes de natureza psicológica. Outras punições podem ser de natureza financeira, como penas econômicas ligadas a dívidas, a não-pagamento ou a perda de salários com ameaças de demissão, quando o trabalhador se recusa a fazer mais horas extras além do estipulado em seus contratos ou na legislação nacional. Há casos também em que a coerção se faz através da retenção dos documentos pessoais.

Em 1995, frente a reiteradas denúncias feitas principalmente pela Comissão Pastoral da Terra e por sindicatos rurais quanto à existência de trabalhadores submetidos a condições análogas ao trabalho escravo, o governo brasileiro constituiu o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM). Suas ações são organiza-

gráfico 24 • Percentual de reajustes salariais iguais ou superiores ao INPC-IBGE — Brasil, 1996 a 2006


Fonte: DIEESE; Elaboração da OIT



Mais de 21 mil pessoas foram libertadas de situações de trabalho forçado entre 1995 e 2006

das pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), do Ministério do Trabalho e Emprego, a partir de denúncias recebidas sobre práticas de exploração do trabalho escravo nas diversas regiões do país.

Por ser, mais do que uma violação da legislação trabalhista, um grave crime previsto no Código Penal, é difícil obter estatísticas regulares sobre o número de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão. Uma das formas de dimensionar o problema tem sido acompanhar o número de trabalhadores resgatados pelo GEFM (*ver gráfico 25*).

Em 2003, foi criado, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o Cadastro de Empregadores, conhecido como “Lista Suja” e formado por empresários e empresas flagrados pelo GEFM submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão. Os infratores ficam impedidos de obter financiamentos nos bancos oficiais.

O mapeamento das ações do GEFM permite verificar que a incidência de trabalho escravo no Brasil se concentra em algumas regiões, principalmente no

“arco de desenvolvimento” da Amazônia, e em alguns setores econômicos — principalmente a pecuária, como mostra o gráfico 26.

A atuação do Terceiro Setor também tem sido fundamental na luta contra a escravidão. A Comissão Pastoral da Terra, que denuncia a existência de trabalho escravo desde os anos 70, continua a prestar serviços fundamentais ao encaminhar denúncias ao ministério e ao prestar serviço aos trabalhadores resgatados. Algumas ONGs trabalham na prevenção (como a Repórter Brasil, que treina professores do ensino fundamental das zonas de aliciamento de trabalhadores para abordar o tema com seus alunos) e na reinserção de trabalhadores resgatados (como o Instituto Carvão Cidadão).

O empresariado também tem agido fortemente na erradicação do problema. Desde maio de 2005, um grupo de aproximadamente 200 grandes empresas nacionais e transnacionais integra o Pacto Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que prevê uma série de compromissos, dentre os quais a eliminação do trabalho escravo em suas cadeias produtivas.

6.2.2 • Trabalho infantil

A proteção integral de meninas, meninos e adolescentes por meio da prevenção e erradicação do trabalho infantil é outro dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, e um aspecto central de qualquer agenda de promoção do trabalho decente. No Brasil, isso significa proteger do trabalho as crianças e adolescentes com menos de 16 anos, idade mínima permitida pa-

ra admissão, segundo a lei vigente.³¹ Significa também protegê-los, até os 18 anos, de toda forma de exploração ou tipo de trabalho que, por sua natureza ou condições em que se execute, seja suscetível de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança ou do adolescente³².

O acesso de homens e mulheres adultos, ou em idade legal para o trabalho, a oportunidades de trabalho decente é fundamental para a proteção integral de crianças e adolescentes contra qualquer tipo de abuso ou exploração ou a realização de trabalhos que possam ser prejudiciais.

6.2.2.1 • A trajetória do trabalho infantil no Brasil

O Brasil possui, segundo a PNAD de 2006 (incluindo os dados da zona rural da região Norte), 37,9 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 15 anos³³. Destes, 2,4 milhões exerciam algum tipo de trabalho na semana de referência da pesquisa³⁴ (*ver tabela 8*).

Entre 1992 e 2006, o número de crianças e adolescentes que trabalharam na semana de referência da PNAD caiu a menos da metade: de 5 milhões para 2,3 milhões³⁵. Esses dados evidenciam a importância do avanço feito até agora, mas expressam também a magnitude do esforço que deve continuar a ser desenvolvido para atingir a erradicação plena do trabalho infantil no país.

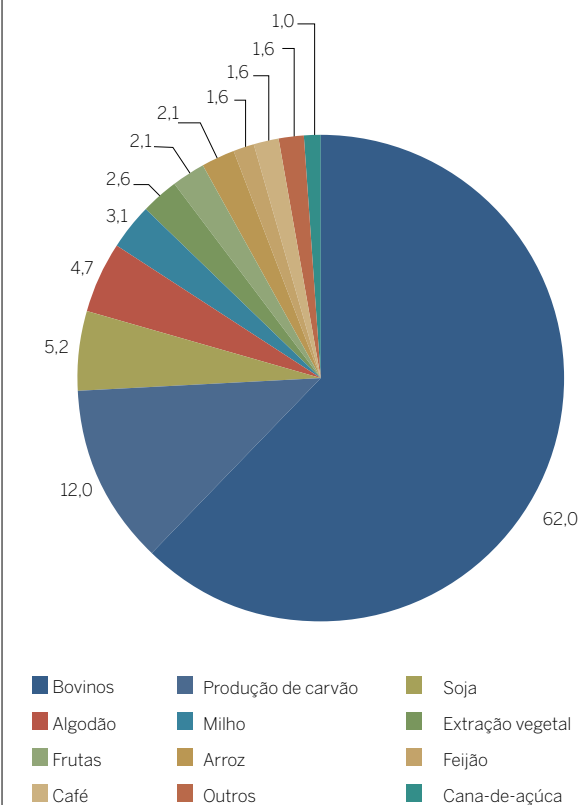
Em termos proporcionais, e tal como indicado no gráfico 27, a incidência do trabalho infantil diminuiu de 13,6% para 6,2% entre 1992 e 2006. Desagregado em duas faixas etárias, o indicador mostra que, no mesmo período, a redução foi de 3,7% para 1,3% entre crianças de 5 a 9 anos, e de 21,9% para 10,0% entre os 10 a 15 anos.

Em termos absolutos e relativos, o trabalho infantil afeta mais meninos que meninas (*ver gráfico 28*). Em todo o período analisado, o número de crianças trabalhadoras do sexo masculino é praticamente duas vezes superior ao feminino. A trajetória de redução tem sido semelhante para os dois sexos, com uma queda ligeiramente superior para os meninos.

6.2.2.2 • Trabalho infantil, renda domiciliar e renda na idade adulta

A participação da renda do trabalho infantil aumenta quanto menor for a renda domiciliar. Nas famílias que obtêm até R\$ 300,³⁶ o rendimento das crianças de 5 a 9 anos

gráfico 26 • Atividades econômicas das empresas da Lista Suja — Brasil



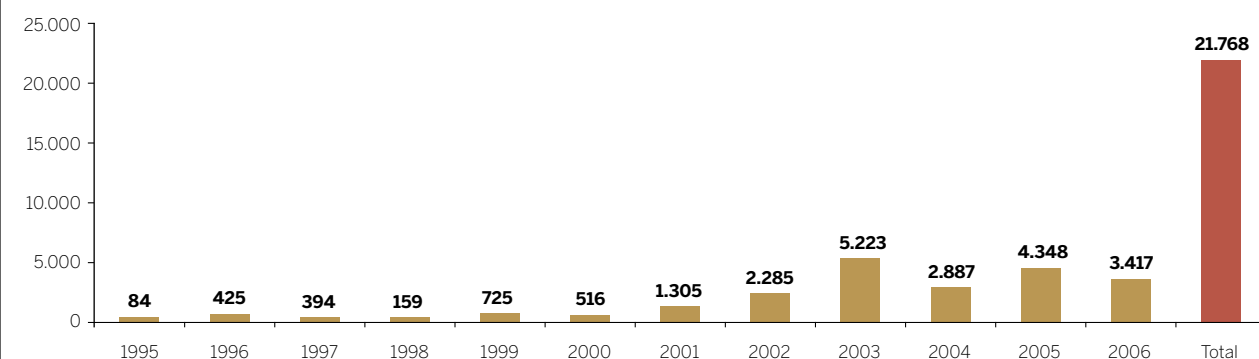
Fonte: ONG Repórter Brasil

tabela 8 • Número de crianças e adolescentes que trabalham — Brasil, 2006

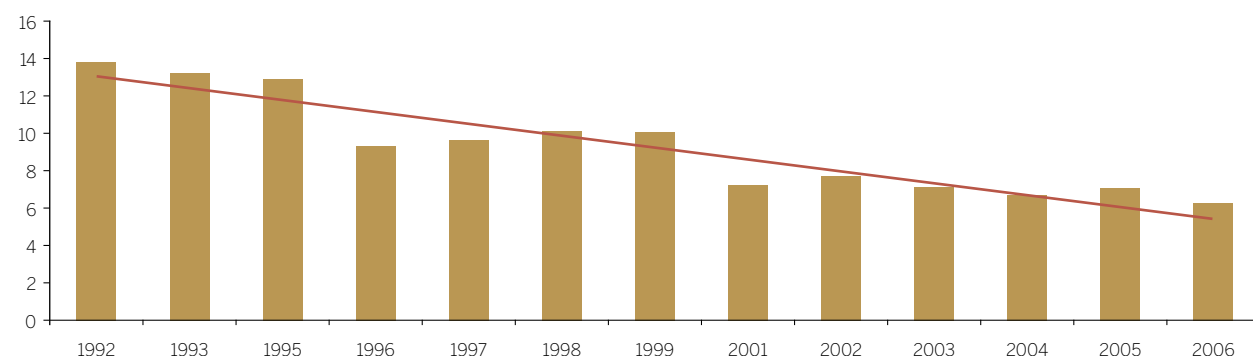
Faixa etária	Nº total de crianças	Nº de crianças trabalhando na semana de referência
5 a 9 anos	16.734.049	234.110
10 a 15 anos	21.147.465	2.209.007
10 a 13 anos	14.244.601	1.004.329
14 a 15 anos	6.902.864	1.204.678
Total	37.881.514	2.443.117

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs.: a) Trabalho na semana de referência da PNAD; b) Inclui a zona rural da região Norte.

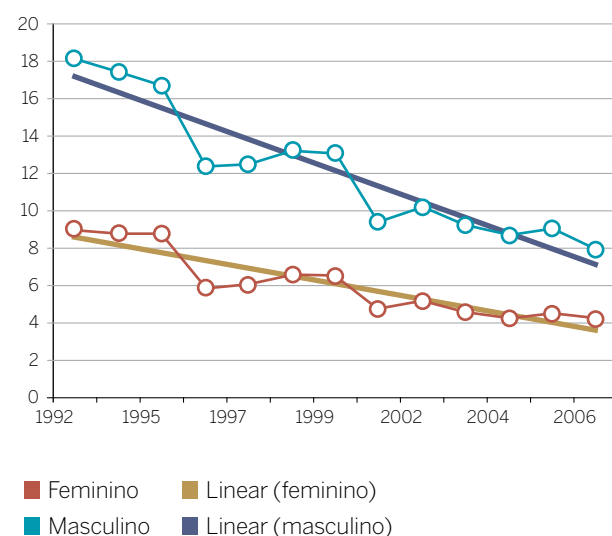
gráfico 25 • Trabalhadores libertados — Brasil, 1995 a 2006



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho

gráfico 27 • Crianças 5 a 15 anos que trabalham — Brasil, 1992 a 2006 (em %)

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs.: a) Trabalho na semana de referência da PNAD; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

gráfico 28 • Crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por sexo — Brasil, 1992 a 2006

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs.: a) Trabalho na semana de referência da PNAD; b) Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

equivalia a 14,2% do total em 1995, 12,7% do total em 2001 e 13,8% em 2005. O das pessoas com 10 a 15 anos representava 30% em 1995 e 2001 e 25% em 2005 — constituindo, portanto, parte significativa da renda doméstica.

Ao mesmo tempo, porém, o trabalho infantil é um obstáculo ao trabalho decente e ao desenvolvimento humano não só por seus efeitos imediatos, mas por seus reflexos no futuro. Um estudo feito pela OIT em 2005, com base nos dados da PNAD, deixa claro que a incidência do trabalho infantil em geral resulta em renda menor na idade adulta — tanto menor quanto mais prematura é a inserção no mercado de trabalho. A pesquisa indica que pessoas que começaram a trabalhar antes dos 14 anos têm uma probabilidade muito baixa de obter rendimentos superiores aos R\$ 1.000 ao longo da vida. A maioria daquelas que entraram no mercado antes dos 9 anos têm baixa probabilidade de receber rendimentos superiores a R\$ 500³⁷.

Em média, quem começou a trabalhar entre 15 e 17 anos não chega aos 30 anos com uma renda muito diferente de quem ingressou com 18 ou 19 anos. Mas, à medida que a pessoa envelhece, há maior probabilidade de que, se começou a trabalhar entre os 18 e 19 anos, consiga melhor renda do que quem começou a trabalhar entre os 15 e 17 anos. As possibilidades de obter rendimentos superiores ao longo da vida laboral são maiores para aqueles que começam depois dos 20 anos. Um dos fatores que podem explicar essa relação é a probabilidade de que essas pessoas tenham níveis superiores de escolaridade e qualificação.

A entrada prematura no mercado de trabalho limita significativamente as oportunidades de obter um trabalho decente na idade adulta

6.2.2.3 • O impacto do trabalho infantil na educação

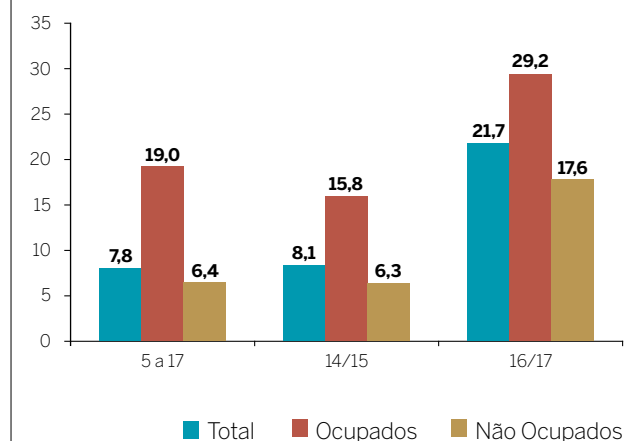
Seria natural esperar que uma maior frequência escolar resultasse em uma menor incidência da taxa de trabalho infantil, e vice-versa. Um estudo especial sobre o tema confirma a existência dessa relação³⁸. Os dados comprovam o impacto negativo do trabalho sobre a taxa de frequência à escola: na faixa de 5 a 17 anos, 19% dos que trabalham não estudam, cifra que se reduz a 6,4% entre os não-ocupados. Nas faixas de 14-15 anos e 16-17 anos, 15,8% e 29,2% dos que trabalham, respectivamente, estão fora da escola; o número cai para 6,3% e 17,6% entre os não-ocupados. (IBGE, 2008).

A pesquisa indica também que, do total de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos que não freqüentavam a escola em 2006, 20,4% declararam que o problema estava relacionado ao trabalho. Esse impacto negativo é facilmente compreensível, quando se constata que a jornada média de trabalho nessa faixa etária é de 26 horas semanais (o que significa 5 horas e 12 minutos diários em uma semana de cinco dias) e que 28,6% delas trabalham 40 horas ou mais por semana.

Some-se a isso o fato de que quase metade das crianças e adolescentes (49,4%), especialmente nas famílias mais pobres, dedica uma boa parte do dia aos afazeres domésticos³⁹: 10% gastam mais de 21 horas semanais nessas tarefas, o que equivale a um mínimo de 4 horas e 12 minutos diários em uma semana de cinco dias; 62,6% delas são meninas e 36,5% são meninos, e 45% pertencem a domicílios com renda *per capita* de até meio salário mínimo.

6.2.2.4 • O impacto do trabalho infantil na saúde

Outro aspecto da relação entre o trabalho infantil e o desenvolvimento humano se refere aos seus efeitos sobre a saúde. O trabalho infantil implica sérios riscos nessa área, uma vez que a natureza e as condições em que essas atividades ocorrem são freqüentemente insalubres, inadequadas do ponto de vista ergonômico e sujeitas a contaminação por agentes letais no curto, médio e longo prazo. As crianças estão muito mais expostas aos riscos no trabalho do que os adultos. Sofrem não só acidentes, mas doenças osteomusculares, já que os instrumentos não foram feitos para elas. Quando mais cedo começar a trabalhar, pior será sua saúde na idade adulta.

gráfico 29 • Crianças e adolescentes que não freqüentavam a escola, por faixa de idade e situação da ocupação — Brasil, 2006

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: OIT
Obs.: a) Trabalho na semana de referência da PNAD; b) Inclui a zona rural da região Norte.

O já citado estudo especial da PNAD registra que, em 2006, houve 273 mil acidentados entre as crianças e adolescentes de 5 a 17 anos — 5,3% do total de trabalhadores dessa faixa etária. É um dado muito expressivo, pois entre os 20 milhões de trabalhadores adultos com carteira assinada no mesmo ano a proporção foi de 2,02% (404 mil acidentados). A taxa de acidentes entre crianças e adolescentes foi maior nas atividades agrícolas (6,4%) do que nas não-agrícolas (4,6%), e maior entre meninos (6,5%) do que entre meninas (3,2%). Além disso, daquelas crianças e adolescentes que tiveram algum acidente, 37% sofreram mais de um machucado ou doença no período de setembro de 2005 a setembro de 2006.

Esses números demonstram que o trabalho infantil interfere inclusive em outra das dimensões do desenvolvimento humano, relativo à expectativa de vida. Isso ocorre seja porque a saúde — e, em alguns casos, a vida — de crianças e adolescentes trabalhadores foi comprometida de forma precoce, seja porque o círculo vicioso de baixa escolaridade e dos baixos rendimentos induziu a uma opção profissional sem as condições de salubridade, segurança e renda necessárias para o acesso e a garantia de proteção de direitos fundamentais.



7 • Considerações finais

Uma análise da evolução dos déficits de trabalho decente requer — devido à própria natureza integrada e multidisciplinar desse conceito — disponibilidade de dados e estatísticas sistemáticas e confiáveis em cada uma das suas quatro dimensões básicas: empregos, direitos no trabalho, proteção social e diálogo social. Como assinalado na introdução, ainda há um desequilíbrio importante entre a quantidade e regularidade das estatísticas e informações disponíveis para essas áreas. A possibilidade de construir indicadores — e acompanhar a sua evolução — na área do emprego é maior do que nas áreas de proteção social, direitos e diálogo social.

Mesmo assim, com as informações disponíveis em cada uma das áreas, foi possível fazer uma análise cujas conclusões podem ser sintetizadas da seguinte forma: o déficit de trabalho decente no Brasil é elevado; aumentou no começo do período analisado e tem diminuído nos anos 2000, segundo a grande maioria dos indicadores utilizados.

Comparando o início e o final do período, observa-se uma melhoria tanto em termos da quantidade de postos de trabalho quanto da sua qualidade. O nível de ocupação aumentou significativamente, em especial entre as mulheres, que também apresentaram taxas de participação mais elevadas e ampliaram sua presença na população economicamente ativa.

As desigualdades raciais e de gênero no mercado de trabalho são bastante altas, e continuam sendo eixos estruturantes da matriz da desigualdade social no Brasil: em 2006, a proporção de mulheres em idade ativa que estavam ocupadas era ainda 24 pontos percentuais inferior à dos homens, e as taxas de informalidade são significativamente mais elevadas para mulheres e negros. Os rendimentos médios das mulheres ainda são 30% inferiores aos dos homens, e os dos negros, 47% inferiores aos dos brancos.

Apesar disso, a desigualdade diminuiu — de modo mais expressivo entre homens e mulheres, e ainda muito reduzido entre brancos e negros.

O salário mínimo tem recebido aumento real significativo, o que vem sendo acompanhado de uma redução da porcentagem de ocupados que ganham menos que o piso. Por outro lado, cresceu o número daqueles que ganham exatamente 1 salário mínimo, e ainda é muito grande a proporção de ocupados que ganham até um salário mínimo.

A porcentagem dos trabalhadores com jornadas excessivas recuou, mas ela ainda é elevada (atinge um em cada três ocupados). A proporção é maior entre os homens, mas mesmo assim uma em cada quatro mulheres ocupadas trabalha mais do que o que está estabelecido na legislação — sem contar o número de horas que elas dedicam ao trabalho não-remunerado de cuidado doméstico e familiar.

Outro importante déficit é a pequena proporção (apenas metade) de ocupados que contribui para a Previdência Social, apesar do leve aumento desse indicador nos últimos anos — um reflexo das melhorias gerais no mercado de trabalho, em especial o aumento da ocupação formal.

No plano dos direitos, são especialmente importantes os avanços no combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado. Entre 1992 e 2006, o número de crianças e adolescentes trabalhando caiu pela metade, embora ainda existam 2,4 milhões deles nessa situação⁴⁰, o que indica a magnitude do esforço a ser realizado para a erradicação definitiva desse problema no país. Porém, também houve nos últimos anos um crescimento das taxas de sindicalização (maior entre as mulheres, especialmente as negras) e da efetividade dos resultados das negociações coletivas.

NOTAS

1. Analfabetismo funcional é a falta de domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências. Tradicionalmente, corresponde a uma escolaridade de até três séries do ensino fundamental — ou seja, o antigo primário incompleto.
2. PNAD-IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais 2007.
3. Dados para o total do Brasil em 2006, incluindo o Norte rural, segundo a PNAD.
4. Ver Camarano, A.A. et al. Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição, Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
5. O número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil era de 18,5 milhões em 2006, o que representa 31,4% do total, segundo a PNAD, do IBGE. Além disso, 18,1 milhões (mais de 85% do total) das mulheres chefes de famílias não têm um cônjuge — entre os homens chefes de família, essa proporção fica ao redor de 10%. Isso significa que em quase um terço das famílias brasileiras as mulheres têm um impor-

tante papel de provedoras, o que evidencia a importância de que elas contem com oportunidades de trabalho remunerado.

6. Estudos anteriores (OIT, 1999; ABRAMO e VALENZUELA, 2006) evidenciam que no Brasil, como em vários outros países latino-americanos, o ritmo de aumento da taxa de participação das mulheres mais pobres (de domicílios pertencentes aos 40% de menor renda) foi superior à média.
7. O método de decomposição Oaxaca-Blinder é feito por meio da análise dos pesos relativos das variáveis associadas à informação de interesse. Isso permite identificar quais mudanças estão mais fortemente correlacionadas ao indicador investigado.
8. Número de ocupados sobre o total da população em idade ativa (PIA), segundo a definição do IBGE.
9. O desemprego foi considerado conforme a definição da PNAD e de maneira a comparar os dados de todo o período: são desempregados os indivíduos que não estavam ocupados e que haviam procurado trabalho na semana de referência.
10. A situação dos jovens é examinada na seção 4 deste capítulo.
11. O conceito de informalidade aqui utilizado é o mesmo do capítulo 1.
12. Ver tabela 26 no Anexo Estatístico.
13. Idem.
14. Ganho real calculado pelo critério de caixa, e não de competência.
15. Por motivos de simplificação, foi considerada apenas a jornada no trabalho principal. Há maior dificuldade operacional de contabilizar as horas trabalhadas nos demais trabalhos, e a proporção dos ocupados com mais de um trabalho ficou relativamente estável no período considerado.
16. IBGE, Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005, 2007.
17. Ver, para análises mais detalhadas: Pochmann, Marcio. A Batalha do Primeiro Emprego. As perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. São Paulo: Publ. Brasil, 2000; e, ainda, Soares, Sergei; Carvalho, Luiza; Kipnis, Bernardo. “Os jovens adultos de 18 a 25 anos: retrato de uma dívida da política educacio-

nal”. Textos para Discussão n. 954, Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

18. Para referência: CEPAL/AECI/SEGIB (2007b).
19. É preciso considerar os dados com cautela, especialmente quando vistos na série histórica, uma vez que há ainda aprimoramentos a serem feitos nas estatísticas em razão da subnotificação e subregistro das enfermidades e dos acidentes de trabalho.
20. A fonte dos dados apresentados a seguir é o Anuário Estatístico do Ministério da Previdência Social de 2006.
21. A dificuldade dessa medida é escolher seu denominador. A população exposta ao risco deve representar o número médio de trabalhadores dentro do grupo de referência para o mesmo período de tempo que a cobertura das estatísticas. Assim, são considerados no denominador apenas os trabalhadores com cobertura contra os riscos decorrentes de acidentes do trabalho. A taxa pode ser calculada pela seguinte fórmula:

$$\frac{\text{número de novos casos de acidentes do trabalho registrados}}{\text{número médio anual de vínculos}} * 1.000$$
22. Essa taxa tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{número de óbitos decorrentes de acidentes do trabalho}}{\text{número médio anual de vínculos}} * 100.000$$
23. Em caráter excepcional, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) poderá ampliar o prazo de concessão do benefício em até dois meses.
24. Embora o período analisado neste relatório se encerre em 2006, considerou-se importante fazer referência ao dado de 2007, já que a mudança de metodologia de cálculo da cobertura do seguro-desemprego introduzida nesse ano possibilita uma medição mais precisa do indicador, ainda que essa mudança tenha acarretado uma quebra da série histórica.
25. Em 1994, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o tempo médio de permanência no emprego formal dos homens era de 62,57 meses, o das mulheres, 69,52 meses — a média era 65,14 meses. Em 2006, a situação havia mudado pouco para elas (69,98), mas piorado para os homens (58,17), o que reduziu o tempo médio de permanência no emprego para 62,97 meses.
26. A taxa de rotatividade, medida pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), contabiliza o percentual dos trabalhadores substituídos mensalmente em relação ao estoque vigente



no primeiro dia do mês. O cálculo da taxa de rotatividade mensal é obtido utilizando o menor valor entre o total de admissões e desligamentos sobre o total de empregos no 1º dia do mês.

27. Nota Técnica DIEESE n. 61, março 2008.

28. Definida como a porcentagem de associados ao sindicato sobre o total dos ocupados.

29. O Sistema de Acompanhamento de Contratações Coletivas (SACC) é um sistema desenvolvido pelo DIEESE para armazenar e recuperar informações registradas em documentos resultantes do processo de negociação coletiva de trabalho, composto por um painel fixo de unidades de negociação paradigmáticas em nível nacional, regional e setorial. De 1993 a 2002, foi composto por 94 documentos, abrangendo 30 categorias profissionais, quatro regiões geográficas (Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste) e 14 unidades da Federação. A partir de 2003, o painel foi ampliado para 222 documentos, abrangendo 50 categorias profissionais, todas as regiões geográficas e 18 unidades da Federação.

30. A OIT tem duas convenções internacionais sobre a matéria: a Convenção sobre Trabalho Forçado, de 1930 (nº 29), e a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, de 1957 (nº 105). Nelas, trabalho forçado é definido, para fins do direito internacional, como “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual ela não tiver se oferecido espontaneamente” (artigo 2º (1) da Convenção n. 29). A Convenção 29 prevê, em seu artigo 2º (2), algumas exceções, particularmente com referência ao serviço militar (e mesmo assim a trabalho de natureza puramente militar), obrigações cívicas normais, trabalho de presos condenados judicialmente, desde que trabalhem sob supervisão da autoridade pública, trabalho em casos de emergência, como guerras ou calamidades, e pequenos serviços comunitários”. A Convenção n. 105 estabelece que o trabalho forçado jamais poderá ser justificado por argumentos relativos à necessidades de desenvolvimento econômico ou utilizado como instrumento de educação política, de discriminação, disciplina pelo trabalho ou como punição por participar de greves (artigo 1º)

31. A legislação brasileira permite a inclusão dos adolescentes com 14 anos ou mais em situações protegidas de aprendizagem e profissionalização que não conflitem com os demais direitos das pessoas dessa faixa etária.

32. Essas são as “piores formas de trabalho infantil”, segundo a definição da Convenção 182 da OIT.

33. A delimitação dessa faixa etária (5 a 15 anos) para a análise do trabalho infantil no Brasil decorre da legislação vigente, que proíbe o trabalho antes dos 16 anos, exceto nas situações de aprendizagem protegida.

34. Considerando as crianças de 5 a 15 que foram classificadas como ocupadas, este número se eleva para 2,7 milhões. O conceito de ocupado engloba, além daquelas crianças que trabalharam na semana de referência, aquelas que estavam afastadas do trabalho por algum motivo.

35. Sem considerar a área rural da região Norte.

36. Em 2005, ano para o qual foram realizados esses cálculos, essa renda equivalia a um salário mínimo.

37. Dados em valores nominais de 2005.

38. IBGE, 2008, “Aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil 2006”.

39. A definição de “afazeres domésticos” utilizada pelo IBGE inclui tarefas como arrumar a casa, cozinhar, lavar ou passar roupas, cuidar do quintal e cuidar de crianças menores.

40. Considerados aqueles que trabalharam na semana de referência. Considerando os ocupados, esse patamar sobe para 2,7 milhões.



Emprego,
Desenvolvimento
Humano
e Trabalho Decente

Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente

Este capítulo vai discutir as relações entre a geração de trabalho decente e a melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano no Brasil – parte significativa de sua contribuição é relacionar indicadores dessas áreas para um mesmo país. As duas dimensões são geralmente beneficiadas pelo crescimento econômico: ele tende a acelerar a demanda por mão-de-obra, com reflexos positivos no emprego e na remuneração.

A relação, porém, não é imediata. Gerar postos de trabalho por meio da expansão do PIB (Produto Interno Bruto) é apenas uma das várias condições para o desenvolvimento humano e o trabalho decente.

Esta parte do relatório apresenta algumas indicações de que a ênfase na geração de postos de trabalho pode contribuir de modo significativo para elevar o nível de desenvolvimento humano, sobretudo quando essa geração está associada às outras dimensões do trabalho decente: ausência do trabalho infantil ou forçado; nível adequado de remuneração, formalidade e acesso à proteção social; respeito aos direitos no trabalho, inclusive os relativos à livre organização sindical e à possibilidade de negociar coletivamente o contrato e as condições de trabalho; oportunidades iguais de acesso ao emprego e às ocupações de mais qualidade e mais bem remuneradas, independentemente do sexo, da cor, etnia ou outros atributos.

Para tanto, serão analisados dados da PNAD desagregados por unidades da Federação. O objetivo é detalhar o elo entre crescimento do PIB, geração de postos de trabalho, as demais dimensões do trabalho decente e os indicadores de desenvolvimento humano.

O argumento aqui elaborado pode ser apresentado da seguinte forma:

• a expansão econômica é o fator que tem maior peso na geração de postos de trabalho em quantidade necessária para absorver as pessoas que buscam uma ocupação;

• as unidades da Federação onde a produção cresceu e o emprego melhorou são aquelas em que o nível de desenvolvimento humano subiu mais;

• nas unidades da Federação onde a ocupação aumentou mais e outros indicadores de trabalho decente também melhoraram, o incremento no nível de desenvolvimento humano foi ainda mais expressivo.

Isso ocorre porque o crescimento do PIB e do emprego – aliado à implementação de políticas sociais e de mercado de trabalho e a um aprimoramento da eficiência do gasto público em saúde, educação, assistência e proteção social, assim como à promoção de melhores condições e direitos no trabalho – afeta de maneira ainda mais positiva os indicadores de desenvolvimento humano.

Antes de detalhar essas relações, porém, são necessárias algumas considerações sobre os conceitos de desenvolvimento humano e de trabalho decente.

1 • Crescimento econômico e desenvolvimento humano

Em seu enfoque sobre desenvolvimento humano, o PNUD enfatiza dois pontos básicos: o objetivo maior do desenvolvimento é o bem-estar social, com ênfase nos direitos humanos, nas liberdades e na participação política; o crescimento econômico não é um fim em si mesmo, mas um meio para atingir esse objetivo.

Sob essa perspectiva, o conceito de desenvolvimento deve, segundo o PNUD, envolver duas dimensões: a capacidade humana, que inclui as condições de saúde e educação, e o uso que as pessoas fazem das capacidades adquiridas para trabalho ou lazer.

As capacidades universalmente valorizadas e básicas, no sentido de que determinam muitas escolhas na vida, estão relacionadas à instrução, à sobrevivência e a

um padrão decente de vida, e são refletidas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹.

O IDH é um índice proposto pelo PNUD, calculado para diversos países desde 1990, e que tem três componentes:

- um indicador de longevidade, o IDH-Longevidade, medida pela esperança de vida ao nascer;
- um indicador de nível educacional, o IDH-Educação, medido pela combinação da taxa de alfabetização de pessoas de 15 anos ou mais (com peso 2) e da taxa de matrículas nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior) em relação à população de 7 a 22 anos de idade (com peso 1);
- um indicador de renda, medido pelo PIB real per capita em dólares, segundo o critério de Paridade do Poder de Compra.

O IDH é a média simples desses três indicadores. Originalmente concebido para comparações entre países, permite igualmente a análise comparativa do desenvolvimento humano da população em níveis subnacionais².

2 • A evolução recente do IDH no Brasil

Os indicadores mostram que o Índice de Desenvolvimento Humano assumiu clara tendência de alta desde o início dos anos 90 em todas as grandes regiões do país (ver gráfico 1). O ritmo de aumento, contudo, não é uniforme e tem perdido força na medida em que se reduz o déficit de IDH³.

De qualquer modo, é possível dizer que, das três dimensões do IDH (renda, educação e longevidade), o destaque foi a elevação da instrução. Em todas as uni-

gráfico 1 • IDH por regiões — Brasil, 1991 a 2005

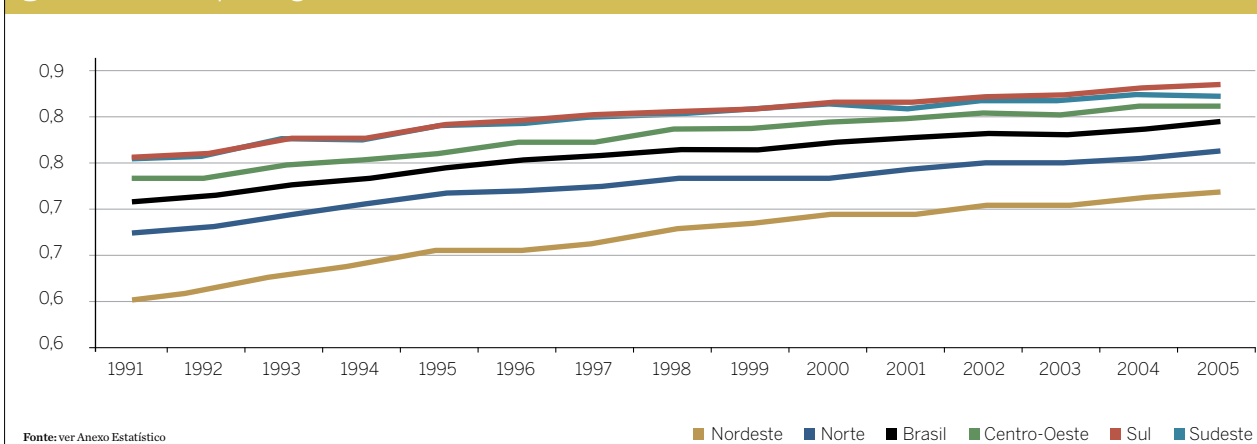


gráfico 2 • Variação percentual do IDH, por regiões — Brasil, 1992 a 2005

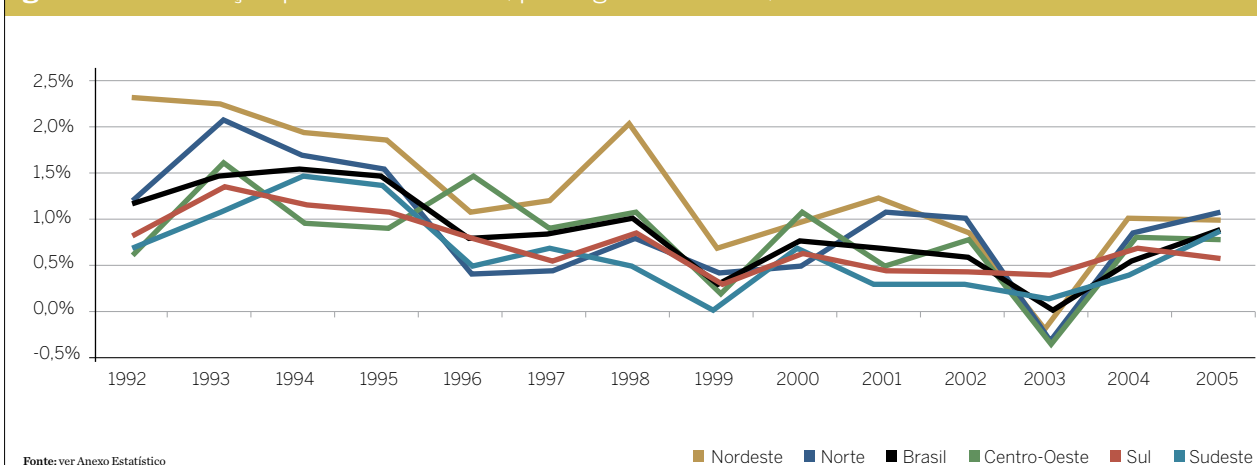
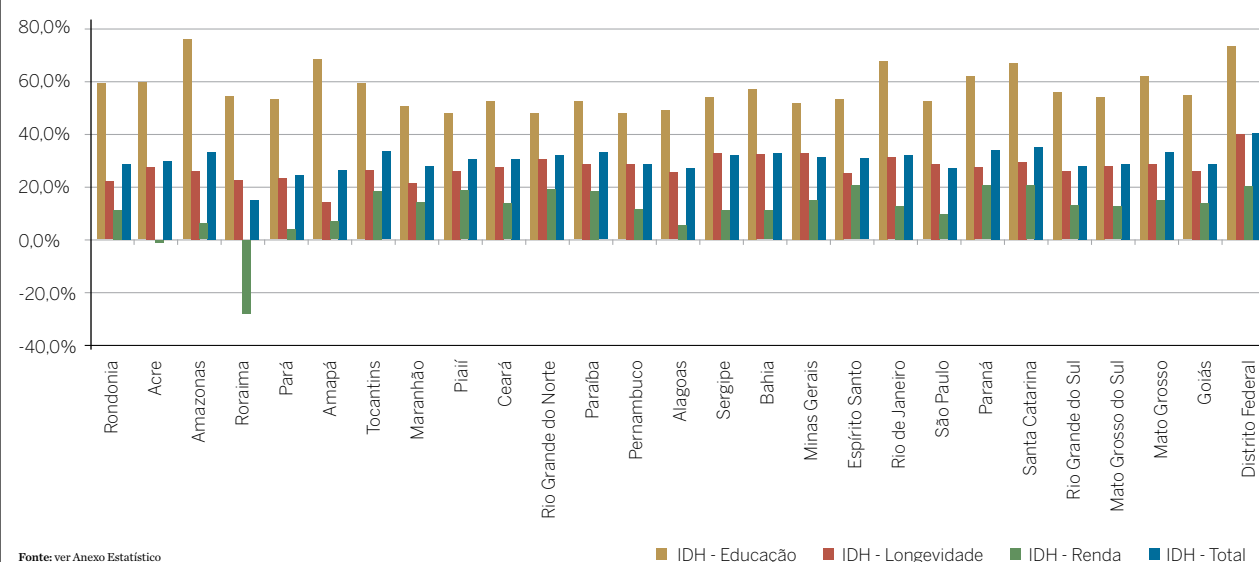


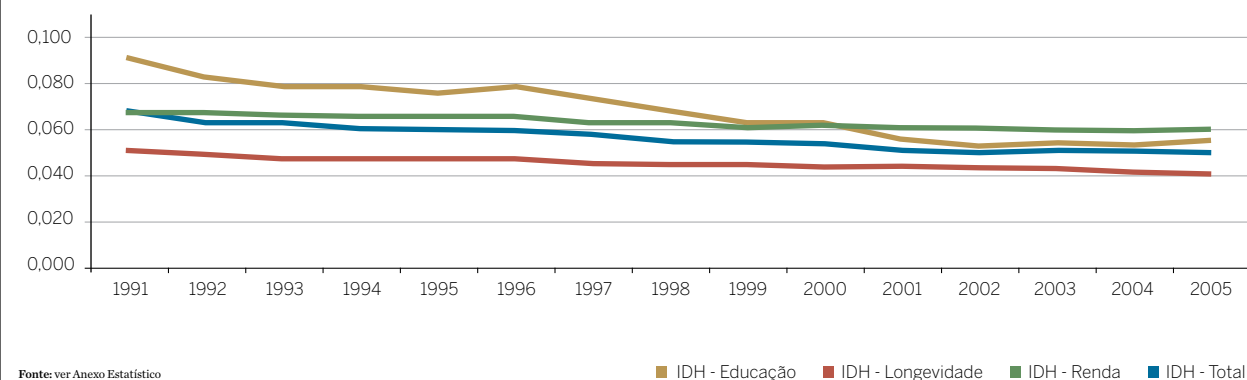


gráfico 3 • Variação percentual do IDH e de seus componentes entre 1991 e 2005, por unidade da Federação — Brasil (em %)



Fonte: ver Anexo Estatístico

gráfico 4 • Desvio padrão do IDH e de seus componentes, por unidade da Federação — Brasil, 1991 a 2005



Fonte: ver Anexo Estatístico

dades da Federação, o índice de educação foi o que mais cresceu entre 1991 e 2005 (ver gráfico 3).

A evolução do IDH-Educação — e, de modo menos pronunciado, do IDH-Longevidade — contribuiu para que diminuísse consideravelmente a diferença (desvio padrão) entre os níveis de desenvolvimento das regiões brasileiras. O gráfico 4 indica que a distância entre os índices das unidades da Federação recuou no período aqui analisado.

3 • Considerações sobre trabalho decente

Em paralelo a esse esforço de sistematização dos níveis de desenvolvimento humano, tem sido utilizado desde 1999, pela OIT, o conceito de trabalho decente. O objetivo é enfatizar que, para reduzir a pobreza e construir sociedades mais equitativas, não é suficiente apenas gerar postos de trabalho — é necessário que esses postos de trabalho sejam produtivos, adequadamente remunerados, exercidos em condições de liberdade, equidade, segurança e sejam capazes de garantir uma vida digna.

O conceito, portanto, implica a existência de oportunidades de emprego produtivo e seguro, o respeito aos direitos do trabalho — com especial ênfase nos fundamentais (liberdade sindical e de negociação coletiva, eliminação do trabalho infantil e do trabalho forçado ou escravo e de todas as formas de discriminação) —, a proteção social e o diálogo social, assim como a promoção da igualdade de gênero.

O trabalho decente não é apenas um tema de justiça social, mas também de desenvolvimento socioeconômico. Melhores condições de trabalho contribuem não só para melhorar as condições de vida dos trabalhadores e aumentar o bem-estar, mas também para elevar a produtividade da mão-de-obra empregada — o que fortalece as empresas e o país e pode se reverter em melhores condições de trabalho, estabelecendo-se um círculo virtuoso⁴.

Gerar trabalho decente pressupõe articular políticas macro, meso e microeconômicas com políticas sociais, de emprego e de mercado de trabalho, e contribui para o desenvolvimento ao estabelecer um elo entre direitos no trabalho, políticas de emprego e de proteção social⁵. Para que o trabalho seja considerado decente, é necessário um avanço integrado em quatro fundamentos: criação de mais e melhores empregos, extensão da proteção social, respeito aos direitos trabalhistas e existência de espaços

e mecanismos de diálogo social que envolvam governos, empregadores e trabalhadores. Traduzir o conceito de trabalho decente em indicadores quantitativos não é tarefa simples, como foi mostrado no capítulo 2.

Por exemplo, na obra de Bonnet, Figueiredo e Standing (2003), identifica-se que o conceito pode ser usado em nível macro, refletindo a situação do trabalho e da segurança macroeconômica de um país. De forma complementar, também pode ser traduzido em variáveis mesoeconômicas (referindo-se a atitudes e práticas do setor empresarial e suas implicações para os trabalhadores) e microeconômicas (traduzindo as condições da vida profissional). A análise apresentada neste capítulo se baseia, em grande medida, nessas idéias.

A lista de indicadores aceitáveis nessa área é extensa e variada. Ao contrário do IDH, não existe metodologia universalmente aceita; seu limite e sua medição dependem do enfoque que se queira dar e da própria existência de dados.

Os trabalhos empíricos que buscam identificar uma relação entre o IDH e os indicadores de trabalho decente são, em sua maior parte, análises das relações comparativas em amostras de diversos países. Segundo D. Ghai (2006), nesses estudos parece haver elevada correlação entre alta incidência de trabalho decente e elevados níveis de renda *per capita* — os países de renda mais alta têm melhores condições de trabalho decente, embora haja exceções.

Resultados semelhantes são obtidos nas regressões entre os indicadores de trabalho decente e os IDHs. Novamente existem exceções à regra, mas as diferenças entre os indicadores de trabalho decente são menores nos países de alta renda do que nos menos desenvolvidos. Assim, é possível esperar que a redução do déficit de trabalho decente esteja associada a uma elevação do IDH.

Neste relatório, foi adotado um enfoque menos comum na literatura, que consiste em verificar empiricamente a relação entre o IDH e os indicadores de trabalho decente para um mesmo país, Brasil, para o período 1991-2005.

Este relatório inova
ao verificar as relações entre
IDH e indicadores de trabalho
decente de um único país, o Brasil



4 • Enfoque utilizado

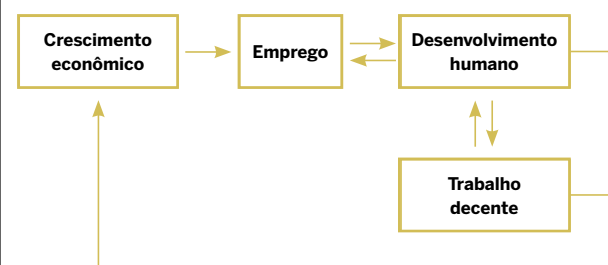
Estabelecer relações de causa e efeito entre as variáveis pertinentes a este relatório exige duas condições:

- a elaboração de um modelo teórico que especifique os vínculos entre essas variáveis e os mecanismos pelos quais as alterações em uma delas afetam as demais e
- testes adequados para averiguar as diversas relações propostas num modelo como esse.

Como criar um modelo teórico sobre a relação entre as quatro dimensões relevantes (crescimento do PIB, geração de emprego, índices de desenvolvimento humano e indicadores de trabalho decente) é algo que transcende os propósitos deste relatório, a alternativa é buscar testes empíricos de algumas relações relevantes. A ótica adotada é essencialmente indutiva. O objetivo é relatar os resultados de alguns modelos que sugerem a existência de vínculos estatisticamente significantes.

Como, na maioria dos casos, não é possível identificar qual fator causou o outro, limitou-se aqui a discutir mecanismos que atuam em ambas direções e buscou-se verificar a existência de correlação estatística entre as variáveis. Com isso, espera-se contribuir, ao mesmo tempo, para identificar espaços para a formulação de políticas públicas e sugerir linhas para investigação acadêmica posterior.

O modelo pode ser ilustrado da seguinte forma:



A linha de argumentação aqui adotada é que o crescimento econômico geralmente tem efeitos positivos no nível de renda e na criação de postos de trabalho. Esse processo virtuoso, quando ocorre, contribui para elevar o nível de bem-estar social, refletido no Índice de Desenvolvimento Humano. Por exemplo, a elevação da renda permite à população empregada ter recursos para melhorar as suas condições de vida, como moradia, alimentação e medicamentos, entre outros bens e serviços. Ao mesmo tempo, melhorias nas condições de trabalho permitem aumentar a produtividade da mão-de-obra empregada e, com isso, acelerar a expansão do PIB. É possível que uma população mais saudável tenha um número maior de indivíduos economicamente ativos. Assim, as relações de causa e efeito são uma via de mão-dupla.

O mesmo pode ser dito sobre o elo entre trabalho decente e desenvolvimento humano. Melhores condições de trabalho tendem, por exemplo, a reduzir os acidentes. Do mesmo modo, níveis mais altos de educação podem contribuir para melhorar condições de produção. Pode-se esperar, portanto, que, estatisticamente, os indicadores de trabalho decente tenham poder explicativo sobre a variação do IDH.

Neste capítulo, procurou-se identificar relações de causalidade e/ou correlação entre as variáveis — exceto para os efeitos do desenvolvimento humano e do trabalho decente no crescimento econômico.

Das três dimensões do IDH (renda, educação e longevidade), foi desconsiderada a primeira, já que os fatores que a determinam são os mesmos das variáveis a serem testadas. A análise se concentrou, assim, nos itens que influenciam os componentes educação e longevidade — esses dois índices são justamente os que apresentaram maior convergência ao longo dos últimos anos nas unidades da Federação, como mostra o gráfico 4⁶.

O nível de emprego foi medido pelo nível de ocupação, definido pelo IBGE como a proporção de ocupados sobre o total da população em idade ativa (10 anos ou mais de idade). Para trabalho decente, foram utilizados quatro indicadores:

- excesso de horas trabalhadas (como indicador negativo de qualidade de emprego);
- porcentagem da população ocupada que contribui para a Previdência Social (como indicador de segurança e proteção social);
- incidência do trabalho infantil, ou seja, de pessoas

com 10 a 15 anos de idade (como indicador negativo de direitos do trabalho);

- taxa de ocupação feminina, levando em conta a taxa de ocupação total (como indicador de igualdade entre homens e mulheres no acesso às oportunidades de emprego).

Ainda que tenham valor descritivo, associações entre duas variáveis devem ser interpretadas com cautela: é possível que a associação tenha ocorrido pela influência simultânea de uma terceira variável, não considerada na análise. A metodologia usada aqui⁷ permite contornar esse problema, de modo que uma relação expressiva entre duas variáveis significa que uma tem um efeito causal sobre a outra ou que as duas se afetam de forma simultânea.

Foram usados dados em formato de painel das 27 unidades da Federação referentes a quatro anos (1993, 1997, 2001 e 2005). Este procedimento permite descontar os efeitos de características estaduais estáveis ao longo do tempo (estimação com efeitos fixos). Além disso, foram consideradas variáveis adicionais, de modo a evitar que se considere relação significativa um simples movimento de duas variáveis no mesmo sentido. Para os anos de 1990 e de 2000, foi possível testar, a partir dos dados do Censo Demográfico, parte dos resultados em municípios.

4.1 • A relação entre crescimento econômico e nível de emprego

Os resultados das estimativas apresentados a seguir mostram apenas os níveis de significância e o sinal das relações entre as variáveis. Para tanto será usada

Metodologia aqui usada pode ser aplicada para verificar relações entre trabalho decente e IDH em municípios e unidades da Federação

a seguinte notação: uma relação positiva para a qual há 95% de chances de o resultado ser verdadeiro⁸ é identificada como “Probabilidade de haver relação positiva”. Se a probabilidade for de 99%⁹, a identificação é “Grande probabilidade de haver relação positiva”. Para relações negativas, as notações correspondentes são: “Probabilidade de haver relação negativa” e “Grande probabilidade de haver relação negativa”. Relações sem significância estatística são identificadas como “Sem relação”.

Na tabela 1 são apresentados os resultados para o efeito causal do crescimento econômico sobre o nível de emprego, medido pelo nível de ocupação. Foram levados em conta o PIB de cada unidade da Federação no início de 1993, 1997, 2001 e 2005 e sua taxa de expansão. As estimativas referem-se a quatro cenários: um modelo base, um que inclui a porcentagem do PIB do setor de serviços, mais dois que incluem a respectiva medida de IDH (educação e longevidade). Desse modo, a relação identificada pode ser interpretada como o efeito causal do PIB sobre o emprego: é um teste de em que medida o crescimento do produto acarretou aumento no nível de ocupação.

tabela 1 • Relação entre crescimento econômico e geração de emprego (nível de ocupação)

Variável dependente: nível de ocupação	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 4
PIB inicial	Sem relação	Sem relação	Sem relação	Probabilidade de haver relação negativa
Crescimento do PIB	Sem relação	Sem relação	Sem relação	Sem relação
Levando em consideração	Nenhum	Participação do setor de serviços	Participação do setor de serviços IDH educação	Participação do setor de serviços IDH longevidade

Fonte: Tannuri-Pianto/Pianto (2007)

Obs: a) Em “PIB inicial”, usou-se o logaritmo do PIB de 1993, 1997, 2001 e 2005; b) A taxa de crescimento é a média dos primeiros dois anos de cada período de quatro anos (uma maneira de atenuar o problema de simultaneidade, pela defasagem entre o nível de ocupação e as duas variáveis do PIB).

Crescimento econômico e geração de postos de trabalho contribuem para elevar o IDH, mas não são condição suficiente para isso

Crescimento do PIB e da ocupação foi maior em áreas de expansão agrícola e em regiões de fronteiras, que têm menor peso na economia

Nem o PIB inicial das unidades da Federação nem seu crescimento parece ter tido impacto significativo na geração de emprego. À primeira vista, o resultado parece contra-intuitivo — já que se esperaria que a expansão do PIB levasse à criação de postos de trabalho —, mas ele pode ser explicado pelas peculiaridades do período analisado (como mostra o capítulo 1). Ou seja: o resultado não é suficiente para negar que crescimento econômico favorece aumento do emprego.

O gráfico 5 indica que há baixa relação entre as duas variáveis nas unidades da Federação. As variações mais pronunciadas no PIB e na ocupação ocorreram em áreas

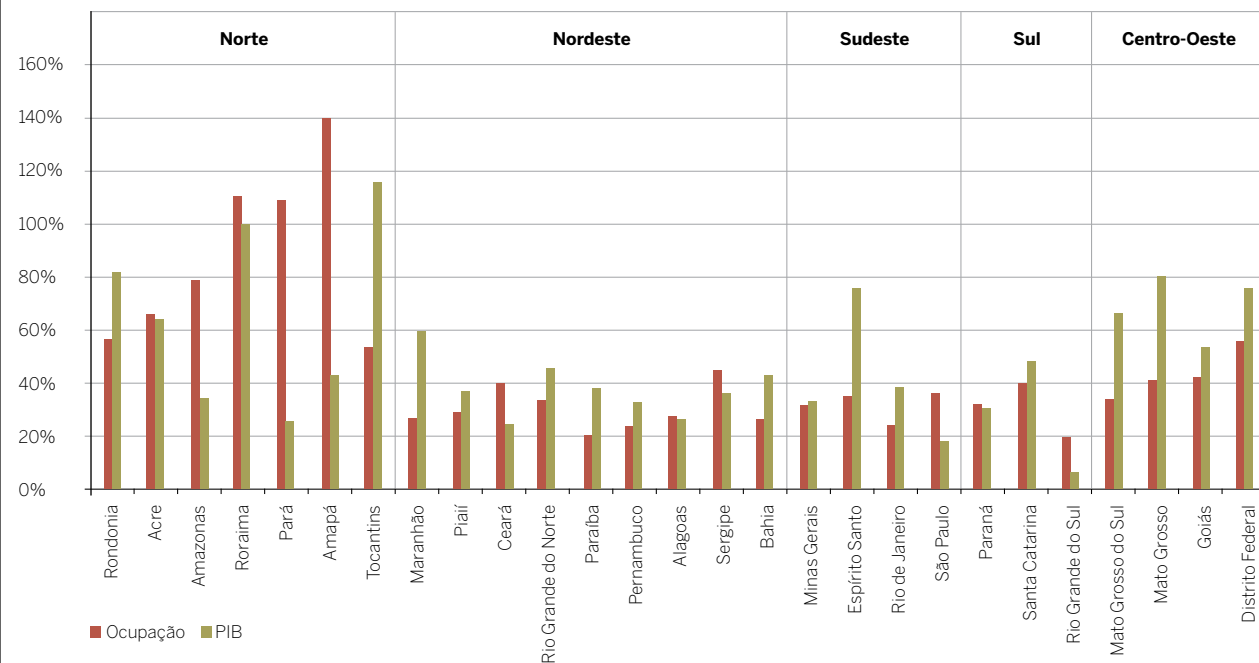
de expansão agrícola e em fronteiras, nas regiões Norte e Centro-Oeste. Contudo, o peso maior, tanto da produção quanto do emprego, está nas regiões Sudeste e Sul, o que explica a baixa correlação para o conjunto.

Esses resultados reforçam a análise apresentada no capítulo 1: na maior parte do período considerado, o crescimento do PIB teve pouco impacto na geração de emprego, seja em razão do ajuste das empresas a um novo contexto de concorrência, seja em virtude das alterações pontuais na legislação trabalhista.

Foi apenas a partir do final da década de 90 que se recuperou o ritmo de criação de postos de trabalho, e só a partir da retomada do crescimento do PIB na primeira metade da década seguinte é que voltou a haver a relação direta esperada entre expansão econômica e geração de emprego.

Como mostrado na tabela 3 do capítulo 1, encontram-se situações como as do período 1999-2003, em que o ritmo de aumento no número de ocupados (2,1% anuais) superou o crescimento do PIB (1,9% ao ano), seguido de um triênio — 2004 a 2006 — em que a relação se inverte (aumento de 4,2% no PIB e de 3% no emprego).

gráfico 5 • Variação acumulada da ocupação e do PIB, por unidades da Federação — Brasil, 1993 a 2005 (em %)



Fonte: IBGE, PNAD. Elaboração: OIT (dados de ocupação).
Obs: Não inclui a zona rural da região Norte, exceto Tocantins.

Esse primeiro resultado ilustra a necessidade de que sejam feitas análises adicionais para estabelecer uma relação confiável entre crescimento da produção e geração de postos de trabalho no Brasil, levando-se em consideração elementos determinantes das diferenças entre unidades da Federação, como o peso de cada uma delas no valor total da produção e da ocupação, a estrutura produtiva e os processos migratórios internos, entre outros fatores.

4.2 • A relação entre o nível de emprego, trabalho decente e o componente de educação do IDH

Na tabela 2 são apresentados os resultados mais importantes deste capítulo — as associações entre o Índice de Desenvolvimento Humano, o nível de emprego e as demais variáveis relacionadas à noção de trabalho decente. Pode-se concluir que há relação de causalidade entre o IDH-Educação (composto pela taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade e taxa bruta de matrícula dos jovens de 7 a 22 anos nos três níveis de ensino) e as outras variáveis, embora não se possa saber qual fator influenciou o outro.

A primeira coluna da tabela 2 mostra que há forte associação entre o nível de emprego, medido pelo nível de ocupação, e o componente de educação do IDH. É possível encontrar explicações para uma causalidade positiva em ambos os sentidos. Níveis mais elevados de emprego dão a segurança (e possivelmente os recursos) necessários para que uma família possa proporcionar melhor educação a seus filhos. Ao mesmo tempo, é provável que uma população mais educada consiga melhores colocações, seja porque aumenta o número de potenciais empregados ou porque são adquiridos os conhecimentos e habilidades demandados pelo mercado de trabalho. No entanto, existe a possibi-

lidade de que haja um efeito inverso, também de sentido positivo: o aumento do número de matrículas nos três níveis de ensino pode ter como consequência uma diminuição do trabalho infantil, adolescente e jovem — ou seja, pessoas nessa faixa etária entrariam mais tarde no mercado de trabalho, o que reduziria o nível de ocupação desse grupo pelo efeito da diminuição da sua taxa de participação.

As quatro colunas seguintes analisam a relação entre a variação do IDH-Educação e algumas das dimensões do trabalho decente. A segunda coluna indica uma relação negativa entre um excesso de horas trabalhadas e o componente de educação do IDH. O trabalho em excesso pode impedir a obtenção de maiores níveis educacionais, principalmente entre os mais jovens, justamente porque o tempo absorvido não pode ser dedicado à atividade escolar, ou porque simplesmente se abandona a trajetória educacional para trabalhar precocemente. É possível também sugerir outros canais de causalidade no sentido inverso. Por exemplo, uma pessoa economicamente ativa com mais instrução e que receba remuneração maior pode encontrar atividade que lhe permita satisfazer suas necessidades com menos horas trabalhadas.

A terceira coluna indica que não existe vínculo entre a taxa de contribuição à Previdência e a variação do IDH-Educação. Em outras palavras, as diferenças entre os índices educacionais das unidades da Federação não poderiam ser explicadas pelos níveis diversos de contribuição previdenciária.

O resultado da quarta coluna pode sugerir que a incidência de trabalho infantil não afeta o IDH-Educação nas diferentes unidades da Federação, o que pareceria ilógico. Esse resultado reflete desempenhos semelhantes dos Estados na redução do trabalho infantil, gerando pouca variância entre eles. Uma análise de correla-

tabela 2 • Relação entre o componente educação do IDH e indicadores de trabalho decente (Variável dependente: IDH Educação)

Nível de Emprego	Excesso de Horas Trabalhadas	Contribuição Previdenciária	Trabalho Infantil	Nível de ocupação das mulheres
Grande probabilidade de haver relação positiva	Grande probabilidade de haver relação negativa	Sem relação	Sem relação	Grande probabilidade de haver relação positiva

Fonte: Tannuri-Pianto/Pianto (2007)



ção entre as duas variáveis em nível nacional (*ver gráfico 6*) indica que o resultado da tabela é mais um reflexo do que ocorreu de forma comparada entre as diversas unidades da Federação do que uma negação do argumento. Como indica o gráfico, durante todo o período considerado houve uma relação negativa entre a incidência de trabalho infantil e o componente educação do IDH — ou seja, quanto maior a incidência de trabalho infantil, menor o IDH-Educação, e vice-versa.

De qualquer modo, assim como a relação entre crescimento do PIB e geração de postos de trabalho, a associação entre incidência de trabalho infantil e IDH-Educação demanda pesquisa mais aprofundada, com metodologia alternativa.

A última coluna da tabela 2 mostra um vínculo positivo entre o nível de ocupação feminina e o IDH-Educação. É possível que haja nexos causais nas duas direções. Num sentido estritamente econômico, a renda adicional da família, derivada da maior participação feminina no mercado de trabalho, pode reduzir a necessidade de que os filhos busquem emprego, contribuindo assim para a redução do trabalho infantil, adolescente e juvenil — o que poderia resultar numa maior taxa de matrículas escolares. Além disso, com remuneração

própria a mulher aumenta seu poder de negociação nas decisões econômicas da família — e há evidência de que as mães priorizam a educação dos filhos de maneira mais intensa que os pais¹¹. É possível encontrar ainda diversas razões pelas quais um melhor nível de instrução pode resultar em mais ocupação feminina. Uma mulher escolarizada encontra trabalho de qualidade superior ao da não-escolarizada; como isso eleva o nível educacional total, o vínculo causal torna-se óbvio. Pode-se dizer também que uma sociedade mais educada percebe os benefícios da participação feminina no mercado de trabalho e imponha menos obstáculos à elevação dessa participação.

4.3 • A relação entre o nível de emprego, o trabalho decente e o componente de longevidade do IDH

Este relatório aplicou os mesmos cálculos ao componente longevidade do IDH (*veja tabela 3*). Essa dimensão do Índice de Desenvolvimento Humano pode ser desdobrada em dois aspectos: a expectativa de vida ao nascer combina o risco de mortalidade na infância (entre pessoas de 5 anos ou menos) e o risco de mor-

talidade dos 6 anos em diante. Uma vez que se tenha sobrevivido aos primeiros anos, o risco diminui drasticamente, e só volta a subir numa idade mais avançada, por causas muito distintas.

Uma comparação entre as tabelas 2 e 3 indica que nesta última as relações entre as variáveis são em geral mais fracas. O vínculo entre trabalho e longevidade é menos direto que a relação entre trabalho e educação. Além disso, a esperança de vida pode variar menos ao longo do tempo — e portanto variar menos entre as unidades da Federação.

A relação entre o nível de emprego e longevidade é positiva, embora com menos significância. Novamente, a causalidade pode ocorrer em ambos sentidos. Níveis de ocupação mais elevados põem um número maior de pessoas na posição de poder gastar mais com o tratamento de enfermidades ou simplesmente levar uma vida mais saudável. Também podem dar mais proteção aos recém-nascidos. Por outro lado, é óbvio que uma pessoa adulta, com mais saúde, tem mais facilidade de trabalhar e de encontrar uma colocação no mercado de trabalho. Há, contudo, um possível efeito em sentido inverso, que pode explicar a relação mais fraca entre as variáveis. Como o nível de ocupação considera qualquer pessoa em idade ativa — inclusive os que estão em idade de se aposentar —, uma elevação da expectativa de vida tende a ampliar a proporção de aposentados na população. Como esses indivíduos não trabalham, o nível de ocupação se reduziria.

O resultado na segunda coluna mostra que um excesso de horas parece ter relação negativa com a longevidade. Entre as explicações possíveis está o fato de que o nível de saúde das pessoas é provavelmente afetado de forma negativa pela carga horária excessiva. Além disso, se uma proporção expressiva da população em idade produtiva tem limitações de saúde,

Relação entre trabalho e longevidade é menos direta do que entre trabalho e educação

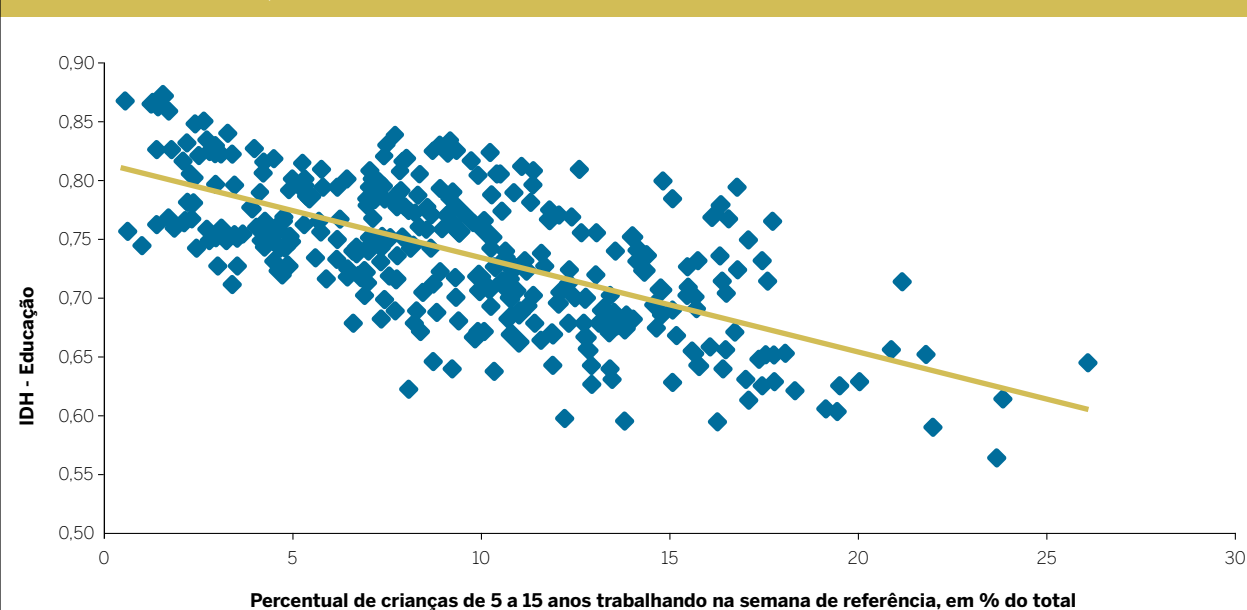
a carga de trabalho sobre os demais aumentará.

As três outras variáveis testadas mostraram-se não significantes estatisticamente. No caso da contribuição previdenciária, não é imediata a relação com o indicador de longevidade, que está mais relacionado com condições de saúde e de trabalho. No caso do trabalho infantil, é clara sua baixa relação com os grupos de idade avançada, que têm maior influência sobre a expectativa de vida.

A ausência de uma associação estatisticamente significativa com o nível de ocupação feminina é mais surpreendente. Se quando tem rendimentos próprios a mulher exerce um papel mais expressivo nas decisões econômicas da família, e se ela favoreceria gastos com educação e saúde, seria de se esperar uma relação altamente positiva com o indicador de longevidade. Uma possível explicação para o resultado é que a ocupação feminina, se implicar carga desproporcionalmente elevada de trabalho, tenha um efeito negativo sobre a saúde das mulheres — uma vez que, além da jornada de trabalho remunerado, elas dedicam um grande número de horas às tarefas domésticas e familiares, como destacado no capítulo 2.

Um outro tipo de teste foi feito para verificar a relação entre os indicadores envolvidos nas tabelas 1, 2 e 3. A metodologia utilizada até aqui (painéis com dados estaduais) desconsidera alguns efeitos, como o processo migratório interno. Para contornar esse problema, lan-

gráfico 6 • Correlação entre Trabalho Infantil e IDH - Educação nas unidades de Federação — Brasil, 1992 a 2005



Fonte: ver Anexo Estatístico
Obs: a) Cada ponto no gráfico representa uma combinação de trabalho infantil e IDH-Educação para uma determinada unidade da Federação em um determinado ano. Ao todo, são 324 pontos (12 anos x 27 unidades da Federação). A tendência de os pontos se agruparem em torno de uma reta declinante indica que há uma correlação negativa entre os dois fatores: quanto maior o IDH-Educação, menor o trabalho infantil, e vice-versa.¹⁰

tabela 3 • Relação entre o componente longevidade do IDH e indicadores de trabalho decente (Variável dependente: IDH-Longevidade)

Nível de Emprego	Excesso de Horas Trabalhadas	Contribuição Previdenciária	Trabalho Infantil	Nível de ocupação das mulheres
Probabilidade de haver relação positiva	Probabilidade de haver relação negativa	Sem relação	Sem relação	Sem relação

Fonte: Tannuri-Pianto/Pianto (2007)



Análise de dados dos municípios confirma que há relação positiva entre trabalho formal e IDH

çou-se mão de um outro método, de forma a descontar as diferenças estaduais. Foram usadas informações dos Censos Demográficos de 1990 e 2000, para 2.250 municípios para os quais havia dados disponíveis. Foram encontradas correlações estatísticas entre os dados, mas não foi possível identificar relação de causalidade.

De qualquer modo, os resultados em nível municipal confirmaram as análises baseadas nas unidades da Federação. Chegou-se — ver Tannuri-Pianto/Pianto (2007) — a correlações significativas e com os sinais esperados (positivos) entre o componente educação do IDH e o nível de emprego adulto, a contribuição previdenciária e a participação feminina no mercado de trabalho. Notou-se também nexos entre o componente de longevidade do IDH e a participação feminina.

5 • Desenvolvimento humano e emprego formal

Vários estudos e documentos têm mostrado a relação entre informalidade e reprodução da pobreza e das situações de exclusão, assim como a sua relação negativa com o bem-estar social, medido pelo IDH (OIT, 2002; OIT, 2003). Os resultados da análise de Ahmed (2003) para uma amostra de 38 países indicam uma correlação negativa entre o IDH, o PIB per capita e o déficit de trabalho decente¹². De modo semelhante, Bonnet, Figueiredo e Standing (2003) encontraram, para 84 países, forte correlação positiva entre um índice de trabalho decente e o IDH.

Para o Brasil, um teste simples de correlação¹³ entre a taxa de ocupação formal (medida pelo número de ocupados formais em proporção à população economicamente ativa) e o Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios, utilizando dados do Censo de 2000 (5.469 municípios), reforça essa percepção (ver gráfico 7).

O coeficiente de correlação de Pearson¹⁴ entre IDH e trabalho formal nos municípios é positivo, e fortemente significativo em termos estatísticos (0,67, numa escala de -1 a 1), reforçando a importância de prover trabalho decente como condição para o desenvolvimento humano.

6 • Síntese dos resultados

Este capítulo apresentou um esforço inicial e pioneiro

para explicar as associações entre emprego, trabalho decente e desenvolvimento humano num país. Espera-se que trabalhos futuros aprofundem esse tema.

Há vínculos conceituais entre crescimento do PIB e desenvolvimento humano, por meio do impacto sobre a criação de empregos. No entanto, o que interessa não é apenas a quantidade de postos de trabalho gerados, mas também sua qualidade, refletida no conceito de trabalho decente. Por outro lado, o nível de desenvolvimento humano afeta a qualidade do trabalho e o nível de emprego, o que pode ter repercussão sobre o crescimento econômico.

A evidência apresentada para o caso brasileiro oferece fortes indícios da existência de um vínculo causal entre empregos de qualidade e desenvolvimento humano. Em que pesem as limitações, parece seguro supor que existem efeitos positivos em ambas direções.

Os resultados foram mais limitados no que se refere à relação (esperada) entre crescimento do PIB e geração de emprego. Mas isso apenas reforça os indicadores mostrados no primeiro capítulo: para o crescimento econômico ter efeitos positivos, é necessário que ele seja equitativo e que aumente as oportunidades para um número significativo de pessoas tomar decisões sobre como viver uma vida por elas valorizada.

Mostrou-se, também, que o nível de emprego está positivamente associado às variáveis de trabalho decente e aos índices de educação e longevidade do IDH. Essa relação é possivelmente resultado de efeitos mútuos.

Também foi encontrada uma relação expressiva entre alguns outros indicadores de trabalho decente e desenvolvimento humano. O IDH-Educação é afetado negativamente pelas jornadas excessivas e positivamente pelas taxas de participação da mulher no mercado de trabalho. Nos dois casos é possível encontrar explicações para um efeito em ambos sentidos — o componente educação do IDH influencia a redução da jornada e uma maior taxa de participação feminina, e esses dois fatores contribuem para elevar os indicadores educacionais.

Os resultados para a associação com trabalho infantil são afetados pela pouca variância entre as unidades da Federação — o que pode ser explicado em grande medida pela metodologia adotada aqui. Já para o Brasil como um todo, fica claro que existe correlação negativa entre a incidência de trabalho infantil e o componente educação do IDH, como seria de se esperar.

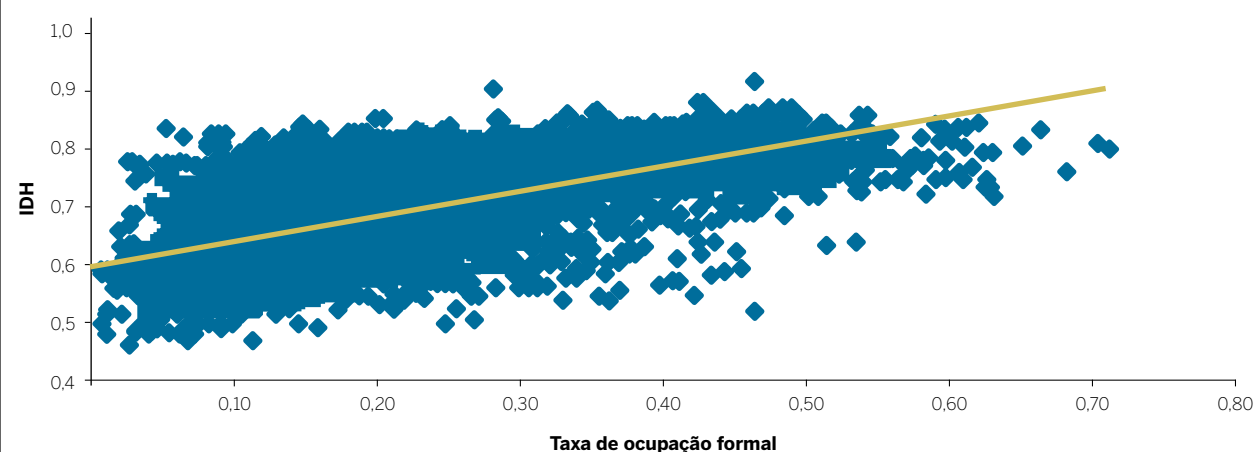
Como visto no capítulo 2, a frequência escolar é menor entre as crianças e adolescentes que trabalham, o que salienta a importância de esses grupos completarem pelo menos o ensino fundamental para elevarem seu capital educacional e evitar sua entrada precoce no mercado de trabalho.

Já o IDH-Longevidade tem relação negativa com um número excessivo de horas trabalhadas — o que sugere que jornadas extensas prejudicam a saúde dos trabalhadores. Mas também se pode dizer o contrário: trabalhadores com problemas de saúde podem levar mais tempo para cumprir tarefas ou sobrecarregar outros trabalhadores.

Pode-se dizer, portanto, que a criação de empregos é uma condição necessária, mas não suficiente, para transformar o crescimento econômico em desenvolvimento humano. Para beneficiar mais o desenvolvimento social, a geração de emprego deve estar acompanhada de um esforço para assegurar a qualidade dos postos de trabalho criados. A análise apresentada aqui acentua a importância de três aspectos do trabalho decente: evitar um excesso de horas de trabalho, erradicar o trabalho infantil e ampliar as oportunidades de acesso das mulheres ao emprego.

Estes resultados são de caráter indutivo, e mostram a necessidade de desenvolver futuramente modelos teóricos mais apropriados. No entanto, é possível inferir a importância de políticas públicas para ampliar as oportunidades de emprego de qualidade, preservando e fortalecendo as ações voltadas à erradicação do trabalho infantil e à promoção da educação. Da mesma forma, é importante fomentar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego, como será destacado no próximo capítulo.

gráfico 7 • Correlação entre IDH e taxa de ocupação formal — municípios do Brasil, 2000



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Censo de 2000 (IBGE) e dos dados do IDH disponíveis no site do PNUD.
Obs: a) Cada ponto no gráfico representa uma combinação de IDH e taxa de ocupação formal para um determinado município brasileiro. A tendência de os pontos se agruparem em torno de uma reta ascendente indica que há uma correlação positiva entre os dois fatores: quanto maior o IDH, maior a taxa de ocupação formal, e vice-versa.

Aumentar o nível de emprego, em especial das mulheres, evitar excesso de horas trabalhadas, erradicar trabalho infantil e promover a educação são fundamentais para o desenvolvimento humano



Anexo técnico

Este anexo discute aspectos metodológicos e apresenta os resultados deste capítulo de maneira mais técnica.

1 • A metodologia de efeitos fixos

Há duas fontes possíveis de endogeneidade (se abstrairmos erros de medida das variáveis): variáveis omitidas e causalidade inversa. Nos modelos apresentados aqui, a causalidade inversa é um problema. A exceção fica por conta das estimações relativas à relação entre crescimento e emprego.

Com dados em formato de painel, o modelo a estimar pode ser expresso como Wooldridge (2001)

$$Y_{ij} = \beta X_{ij} + C_i + \varepsilon_{ij},$$

onde i indica a unidade da Federação (UF) e j o período de observação. Y é a variável dependente, os X s, as variáveis independentes, C a característica não observada das UFs e que causa a endogeneidade, e ε um termo de erro independente.

Aplicar efeitos fixos a esse modelo consiste, primeiro, em calcular a média de cada variável por UF e, segundo, estimar o modelo em diferenças entre cada observação e a média correspondente. Utilizando uma barra para designar médias, a estimação se converte em:

$$(Y_{ij} - \bar{Y}) = \beta(X_{ij} - \bar{X}) + (C_i - \bar{C}) + (\varepsilon_{ij} - \bar{\varepsilon})$$

Como C é constante, sua diferença em relação à média ($C_i - \bar{C}$) é igual a zero. O termo de erro permanece com as mesmas características que antes, e é possível estimar os parâmetros β sem a contaminação por parte de C .

Há duas peculiaridades nesse método. Primeiro, é preciso reconhecer que ainda existe a possibilidade de contaminação por parte de variáveis não-observadas, que não sejam constantes na dimensão temporal. Em geral o pesquisador está atento a isso. Segundo e mais importante, o método usa a variação ao longo do tempo das unidades de observação (neste caso, as UFs). Isso implica que a informação contida nas diferenças do nível de uma variável não pode mais ser aproveitada. Elas devem variar o suficiente para poder obter estimadores significantes, e não devem ser iguais entre as unidades de observação.

Essas considerações são importantes para avaliar os resultados, dada a inércia de alguns componentes do IDH e alguns indicadores de trabalho decente, como o trabalho infantil.

2 • Dados e variáveis

Os dados usados vêm de quatro fontes distintas. Os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) por UF foram estimados pela Fundação João Pinheiro, segundo metodologia do PNUD, para o período de 1991 a 2005. Os dados relativos ao conceito de trabalho decente, emprego e salários foram elaborados pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional do Cedeplar/UFMG para o período de 1986 a 2005 (exceção dos anos de 1991, 1994 e 2000), assim como pela OIT. Os demais são encontrados no Ipeadata (www.ipeadata.gov.br).

As duas dimensões de IDH consideradas consistem, cada uma, de duas variáveis distintas. A composição do componente educação é explícita, atribuindo à taxa de alfabetização adulta e à taxa de matrícula escolar da população entre 7 e 22 anos de idade uma ponderação de 1/3 e 2/3, respectivamente.

No caso do IDH-Longevidade, a distinção é um pouco mais sutil. Uma pessoa tem riscos elevados de morrer nos primeiros meses e anos de vida, e de novo em idade avançada. Assim, a variável pode ser entendida como um índice composto de mortalidade infantil e da expectativa de vida de um adulto, os quais são afetados por fatores muito diferentes: há um componente adulto e um infantil, sendo o segundo mais flexível que o primeiro. Como a metodologia de efeitos fixos requer variância ao longo do tempo para produzir resultados significantes, é de se esperar que essa variância se origine principalmente no componente infantil.

Já o componente educação do IDH indicará níveis de significância mais expressivos, na medida em que a taxa de matrícula é mais fácil de ser influenciada por políticas públicas.

Estas considerações são importantes para a interpretação dos resultados. As duas dimensões de IDH foram consideradas na forma $-\log[1-\text{IDH}]$ para que se pudesse interpretar a relação com outras variáveis em logaritmos como elasticidades.

As variáveis relativas ao conceito de trabalho decente foram as seguintes:

- excesso de horas trabalhadas: percentagem da população ocupada que trabalha mais de 44 horas semanais em sua ocupação principal no período de referência;
- taxa de contribuição previdenciária: percentagem

da população ocupada que contribuiu para a Previdência Social na ocupação principal no período de referência. É uma aproximação do grau de formalização do trabalho.

- taxa de ocupação feminina: percentagem da população (feminina) em idade ativa (10 anos ou mais) que trabalhou durante o período de referência.
- taxa de ocupação infantil: percentagem da população entre 10 e 15 anos de idade que trabalhou durante o período de referência.
- rendimento médio: valor do rendimento mensal do trabalho principal em valores constantes relativos a 2004.

3 • A evolução do trabalho infantil

A não-significância da variável trabalho infantil para explicar o IDH-Educação é fruto — como dito no texto do capítulo — da falta de variância em sua evolução temporal entre as UFs. Como já mencionado, a metodologia de efeitos fixos reflete as variações no tempo entre as diferentes unidades de observação. Como indicado no capítulo 2, no Brasil foi feito grande esforço para o combate ao trabalho infantil a partir dos anos 90. Ao mesmo tempo, aumentou a matrícula escolar. Como consequência, ao se estimar o modelo sem incluir os controles por ano de observação obtém-se uma relação negativa marcante, o que significa que as duas variáveis se moveram em direções opostas no tempo, com ou sem um efeito causal.

Formalmente, isso significa que a correlação condicional entre $(Y_{ij} - \bar{Y})$ e $(X_{ij} - \bar{X})$ é devida ao co-movimento das duas variáveis no tempo, e não às diferenças entre os estados em cada ano.

As estatísticas da falta de variação de $(X_{ij} - \bar{X})$ entre UFs são apresentadas na tabela A1. São usados dados da taxa de ocupação de pessoas de 10 a 15 anos, em 1993, 1997, 2001 e 2004. A primeira linha apresenta a vari-

tabela A1 • Análise de variância

VAR $(X_{ij} - \bar{X})$ Total	24.44
VAR $(X_{ij} - \bar{X})$ em 1993	5.44
VAR $(X_{ij} - \bar{X})$ em 1997	3.1
VAR $(X_{ij} - \bar{X})$ em 2001	2.67
VAR $(X_{ij} - \bar{X})$ em 2004	5.04
VAR $(X_{ij} - \bar{X})$ controlando por anos	4.36

ância total das diferenças com a média (o que o modelo de efeitos fixos requer), com um valor de quase 25. Nas quatro linhas seguintes, é possível ver que a variância entre as UFs em cada ano é bem mais baixa, entre 3 e 5 aproximadamente. A última linha apresenta o resultado de um exercício de decomposição de variância, deduzindo-se a correspondente à dimensão de tempo para ficar com a relativa às unidades de observação¹⁵. Como se pode ver, ela é quase igual à média das variâncias de cada ano.

4 • Os resultados das regressões

Nesta seção apresentamos as tabelas de regressão completas dos resultados incluídos no capítulo. Todas as regressões apresentadas aqui, e diversas outras, são mostradas em Tannuri-Pianto, Pianto (2007). Em todas as tabelas um asterisco (*) denota significância a 5% e dois asteriscos (**) significância a 1%.

Comparando os resultados das duas tabelas seguintes (3 e 4), é possível apreciar a magnitude do co-movimento entre trabalho infantil e educação. A estatística

t baixa de um valor de 8.01 (que implica um *p-value* de praticamente zero) a 1.27, completamente insignificante. Além disso, a taxa de contribuição, o PIB inicial e sua taxa de crescimento perdem significância, ao contrário da taxa de ocupação total. Os gastos com educação tampouco parecem ter variância suficiente entre UFs e se tornam insignificantes, ao se controlar a tendência temporal. É importante ressaltar, contudo, que nas colunas 2-4 da tabela A4 as variáveis de trabalho decente dominam os efeitos do PIB, que se tornam insignificantes.

Nas tabelas A5 e A6 as observações mais importantes são, primeiro, que o efeito de controlar os anos de observação sobre a variável trabalho infantil é ainda mais forte. O mesmo ocorre com a taxa de ocupação feminina e a taxa de contribuição previdenciária. Com isso, parece ainda mais expressivo que o excesso de horas trabalhadas continue apresentando um nível de significância de 5%¹⁶.

Em segundo lugar, chama a atenção que os gastos em educação continuem significantes, mas não os gas-

tos com saúde. Uma possibilidade é que eles sejam melhor aproximação para os gastos sociais. As mudanças nas variáveis relativas ao PIB e à ocupação total são semelhantes ao já comentado. Na hipótese de que a ocupação tenha muita variância temporal ou seja medida com erro correlacionado entre UFs, a inclusão de controles temporais reduz esse ruído, o que se confirma pelo fato de que o valor estimado do parâmetro quase não se altera.

NOTAS

1. O PNUD adota ainda dois outros índices para comparações entre países, que medem outras dimensões relevantes: a evolução da pobreza (IPH-1) e a dimensão de gênero (IDG) no processo de desenvolvimento humano. O IPH-1 tem três componentes: a) a probabilidade de não viver até os 40 anos; b) a taxa de analfabetismo de adultos; c) um indicador de nível de vida digno, composto pela percentagem da população sem acesso sustentável a fonte de água melhorada e percentagem de crianças com peso deficiente para a idade. O IDG é composto por: a) índice de esperança de vida distribuído igualmente por gênero (espe-

rança de vida feminina e masculina ao nascer); b) índice de igualdade nas oportunidades de educação (taxas de alfabetização e de escolaridade femininas e masculinas); c) índice de igualdade na distribuição do rendimento (índice dos rendimentos auferidos pelas mulheres e pelos homens). Para este relatório, foram estimados apenas alguns componentes, apresentados no Anexo Estatístico.

2. No Brasil, foi criada uma adaptação do IDH aos indicadores regionais, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado para municípios e unidades da Federação com base nos dados dos Censos. A metodologia é parecida com a do IDH, com duas exceções: no IDH Renda leva-se em conta não o PIB per capita, mas a renda familiar per capita; no IDH Educação usa-se não a taxa de matrícula, mas a taxa de frequência escolar. Para 1991 e 2000 (anos do Censo), este relatório usa o IDHM; no restante, o IDH.

3. A análise neste capítulo é feita em relação a uma situação ideal, na qual o IDH é o máximo possível de ser obtido. Assim, a referência é ao “déficit de IDH”.

4. (OIT, 2005g)

tabela A2 • Variável dependente: Taxa de ocupação total

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
Log (PIB per capita inicial)	-0.022 (1.02)	-0.030 (1.29)	-0.027 (1.04)	-0.014 (0.53)	-0.029 (1.24)	-0.036 (1.47)	-0.024 (1.05)	-0.053 (2.13)*
Crescimento PIB per capita	-0.041 (0.84)	-0.028 (0.57)	-0.020 (0.35)	0.006 (0.11)	-0.011 (0.19)	0.001 (0.02)	0.003 (0.06)	0.005 (0.09)
% PIB serviço		-0.026 (1.57)	-0.027 (1.57)	-0.028 (1.72)		-0.021 (1.44)	0.005 (0.33)	-0.012 (0.78)
Log (IDH-Educação)			-0.002 (0.26)				0.074 (3.56)**	
Log (IDH-Longevidade)				0.025 (1.05)				0.224 (2.31)*
D1997					-0.014 (2.35)*	-0.014 (2.35)*	-0.029 (4.17)**	-0.037 (3.22)**
D2001					-0.021 (4.14)**	-0.022 (4.18)**	-0.055 (5.23)**	-0.063 (3.40)**
D2005					-0.004 (0.58)	-0.005 (0.75)	-0.054 (3.60)**	-0.065 (2.43)*
Constante	0.557 (17.74)**	0.582 (15.98)**	0.583 (15.86)**	0.595 (15.49)**	0.576 (17.50)**	0.598 (16.57)**	0.457 (8.82)**	0.346 (3.01)**
Nº de obs.	108	107	107	107	108	107	107	107
Nº de UFs	27	27	27	27	27	27	27	27
R-quadrado	0.01	0.04	0.04	0.06	0.25	0.27	0.37	0.32

tabela A3 • Variável dependente: Componente educação do IDH

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Log(PIB per capita inicial)	0.892 (2.89)**	0.352 (1.14)	0.505 (1.60)	0.334 (1.38)	0.909 (2.97)**	0.599 (2.07)*
Crescimento PIB per capita	2.0 (3.13)**	0.8 (1.16)	1.6 (2.51)*	0.3 (0.49)	2.0 (3.20)**	1.5 (2.54)*
Log(Despesa educação per capita inicial)	0.464 (4.21)**	0.440 (4.39)**	0.346 (3.13)**	0.069 (0.70)	0.508 (4.48)**	0.472 (4.71)**
Log(Despesa saúde per capita inicial)	-0.101 (1.30)	-0.084 (1.20)	-0.058 (0.78)	0.042 (0.69)	-0.117 (1.51)	-0.093 (1.32)
Pobreza (Média)	-1.125 (1.51)	-1.974 (2.78)**	-0.812 (1.14)	0.627 (1.05)	-1.380 (1.81)	-1.417 (2.07)*
Gini (Média)	-2.058 (1.15)	-0.110 (0.06)	-0.674 (0.39)	0.089 (0.07)	-1.330 (0.72)	-0.013 (0.01)
Excesso de Horas		-0.023 (4.08)**				
Taxa Ocupação Mulher						3.589 (4.06)**
Taxa de ocupação total					2.044 (1.48)	
Trabalho infantil (10 a 15 anos)				-2.197 (8.01)**		
Taxa de contribuição previdenciária			2.5 (3.17)**			
Constante	2.814 (2.73)**	3.717 (3.86)**	1.304 (1.20)	1.932 (2.50)*	1.451 (1.05)	0.818 (0.77)
Obs.	107	107	107	106	107	107
N. de UFs	27	27	27	27	27	27
R-quadrado	0.48	0.58	0.55	0.73	0.50	0.58



5. Levaggi (2006)

6. Os IDHs e seus componentes foram calculados pela Fundação João Pinheiro, seguindo metodologia desenvolvida pelo PNUD, para o período de 1991 a 2005. Os indicadores de mercado de trabalho foram calculados, com base nas PNADs de cada ano, pela OIT e pelo CEDEPLAR (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, ligado à UFMG) para o período de 1986 a 2005 (exceto 1991, 1994 e 2000). Os dados são apresentados no Anexo Estatístico.

7. Os resultados econômicos reportados neste capítulo são detalhados em Tannuri-Pianto e D. Pianto (2007).

8. Isto é, se o nível de significância é de 5%.

9. Ou seja, se o nível de significância é de 1%.

10. A correlação se mostrou significativa mesmo a 1% (99% de probabilidade de estar correta) e o coeficiente estimado foi de (-0,645).

11. CEPAL (2005), CEPAL (2006) e Duflo (2003).

12. No entanto, segundo o autor, renda per capita elevada não garante um grau mais alto de trabalho decente: a Coreia tem o mesmo nível de trabalho decente que a Bélgica, mas só dois terços de seu nível de renda.

13. Rogerio Costanzi (2007), "Nota Técnica-Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente", OIT, Brasília, mimeo. O mesmo exercício indica que não se pode rejeitar a hipótese de inexistência de correlação linear entre o IDH e a taxa de desemprego. Tal resultado pode

ser interpretado não como uma indicação de que o desemprego não importa para o IDH, mas que uma baixa taxa de desemprego não garante um IDH elevado, em especial se ela for resultado de ocupações precárias. Apenas uma baixa taxa de desocupação, como resultado de empregos de qualidade, é que mais provavelmente vai gerar um maior nível de desenvolvimento humano.

14. O coeficiente de correlação de Pearson mede a intensidade e a direção (se positiva ou negativa) do relacionamento linear entre duas variáveis, o que não implica causalidade entre elas.

15. Na prática se corre uma regressão de para uma série de dummies para o ano de observação. A variância restante corresponde à dos resíduos.

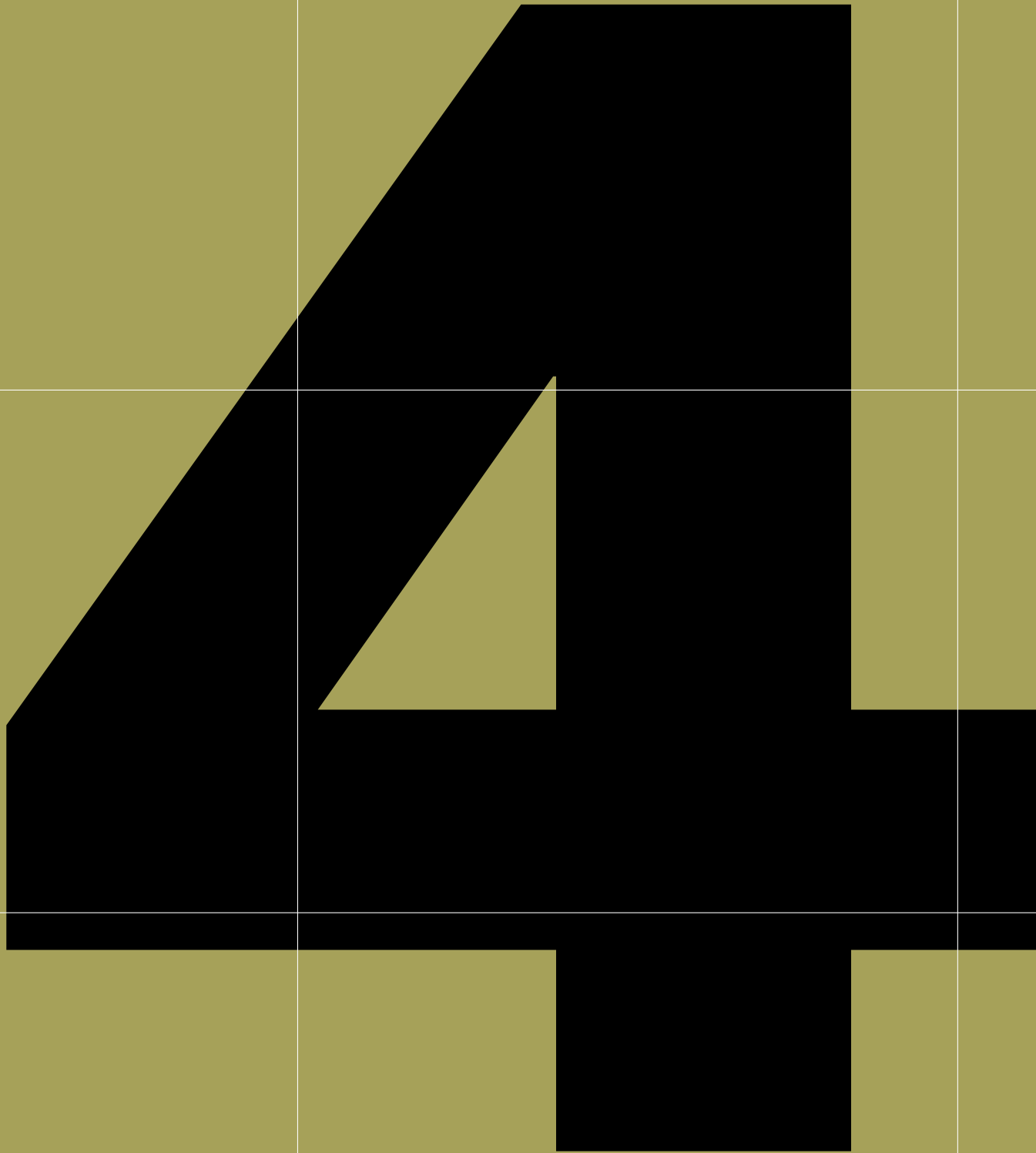
16. O nível de significância do excesso de horas trabalhadas é só a 5.24

tabela A4 • Variável dependente: Componente educação do IDH com dummies temporais

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Log(PIB per capita inicial)	-0.118 (0.71)	-0.185 (1.15)	-0.105 (0.62)	-0.114 (0.67)	0.002 (0.01)	-0.106 (0.67)
Crescimento PIB per capita	-0.003 (0.78)	-0.006 (1.65)	-0.003 (0.75)	-0.002 (0.60)	-0.002 (0.59)	-0.003 (0.88)
Log(Despesa educação per capita inicial)	-0.111 (1.79)	-0.085 (1.41)	-0.110 (1.76)	-0.101 (1.58)	-0.063 (1.05)	-0.075 (1.24)
Log(Despesa saúde per capita inicial)	-0.017 (0.44)	0.001 (0.02)	-0.020 (0.51)	-0.028 (0.71)	-0.011 (0.30)	-0.004 (0.11)
Pobreza (média)	0.189 (0.43)	0.071 (0.17)	0.163 (0.37)	0.121 (0.28)	0.290 (0.71)	0.241 (0.58)
Gini (média)	-0.346 (0.36)	-0.265 (0.29)	-0.395 (0.41)	-0.748 (0.73)	-0.308 (0.34)	-0.154 (0.17)
Excesso de horas		-0.008 (2.72)**				
Taxa de ocupação das mulheres						1.343 (2.85)**
Taxa de ocupação total					2.232 (3.45)**	
Trabalho infantil (10 a 15 anos)				0.387 (1.27)		
Taxa Contribuição Previdenciária			-0.002 (0.44)			
D1997	0.193 (4.50)**	0.214 (5.12)**	0.193 (4.45)**	0.224 (4.53)**	0.235 (5.62)**	0.208 (5.03)**
D2001	0.477 (11.07)**	0.482 (11.66)**	0.481 (10.90)**	0.545 (7.97)**	0.524 (12.37)**	0.479 (11.65)**
D2005	0.708 (16.09)**	0.668 (14.99)**	0.715 (15.04)**	0.784 (10.52)**	0.708 (17.28)**	0.666 (15.02)**
Constante	1.466 (3.01)**	1.995 (3.95)**	1.555 (2.93)**	1.541 (3.13)**	0.148 (0.25)	0.904 (1.79)
Obs.	107	107	107	106	107	107
N. de UFs	27	27	27	27	27	27
R-quadrado	0.90	0.91	0.90	0.90	0.91	0.91

tabela A5 • Variável dependente — Componente longevidade do IDH

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Log(PIB per capita Inicial)	0.412 (3.81)**	0.254 (2.26)*	0.277 (2.50)*	0.187 (2.49)*	0.414 (3.80)**	0.329 (3.12)**
Crescimento PIB per capita	0.8 (3.73)**	0.5 (2.00)*	0.7 (3.14)**	0.1 (0.85)	0.8 (3.72)**	0.7 (3.23)**
Log(Despesa Educação per capita inicial)	0.176 (4.56)**	0.169 (4.65)**	0.135 (3.48)**	0.025 (0.82)	0.181 (4.48)**	0.178 (4.89)**
Log(Despesa Saúde per capita inicial)	-0.029 (1.08)	-0.025 (0.96)	-0.015 (0.56)	0.025 (1.33)	-0.031 (1.13)	-0.027 (1.06)
Pobreza (Média)	-0.610 (2.33)*	-0.859 (3.34)**	-0.501 (2.01)*	0.065 (0.35)	-0.636 (2.35)*	-0.693 (2.79)**
Gini (Média)	-0.596 (0.95)	-0.026 (0.04)	-0.114 (0.19)	0.255 (0.61)	-0.522 (0.80)	-0.016 (0.03)
Excesso de Horas		-0.007 (3.29)**				
Taxa Ocupação Mulher						1.017 (3.16)**
Taxa Ocupação Total					0.207 (0.42)	
Trabalho Infantil 10a15 anos				-0.859 (10.11)**		
Taxa Contribuição Previdenciária			0.9 (3.14)**			
Constante	1.626 (4.50)**	1.890 (5.42)**	1.100 (2.89)**	1.293 (5.41)**	1.488 (3.04)**	1.061 (2.75)**
Obs.	107	107	107	106	107	107
N. de UFs	27	27	27	27	27	27
R-quadrado	0.58	0.63	0.63	0.83	0.58	0.63



A Promoção do
Desenvolvimento
Humano por Meio de
Emprego de Qualidade,
Proteção Social e
Respeito aos Direitos
do Trabalho



A Promoção do Desenvolvimento Humano por Meio de Emprego de Qualidade, Proteção Social e Respeito aos Direitos do Trabalho

1 • Introdução

Os capítulos anteriores mostraram que a geração de postos de trabalho não garante bem-estar social por si só e que a promoção do trabalho decente é um instrumento fundamental, ainda que não suficiente, para que se avance em equidade e desenvolvimento humano.

Assegurar o desenvolvimento humano por meio da geração de emprego de qualidade, com respeito aos direitos do trabalho e garantia de proteção social, requer a adoção de um modelo de crescimento econômico que priorize tanto a absorção de mão-de-obra quanto a implementação de relações de trabalho adequadas.

A maior parte dos indivíduos em idade ativa tem, na remuneração, sua principal fonte de recursos. Mudanças no padrão de renda dependem, portanto, do crescimento da produção (aumento da renda total) e de alterações na participação desses indivíduos na renda total (repartição da renda). Isso tem duas implicações:

- se os indivíduos têm possibilidades de ganhar mais a partir do seu trabalho, o nível de pobreza diminui;

- em períodos de crescimento econômico, aumentam as possibilidades de redistribuição da renda¹.

Uma estratégia de fomento ao desenvolvimento humano pressupõe, entre outros fatores, preservar condições macroeconômicas favoráveis, adotar políticas de desenvolvimento produtivo, propiciar condições mínimas de infra-estrutura e fomentar formas de organização que estimulem a produtividade.

Em vários países latino-americanos foram introduzidas reformas trabalhistas nos anos 90, caracterizadas pela desregulamentação das condições para demissão. Isso ocorreu em meio a abertura comercial, baixo crescimento, disponibilidade de mão-de-obra e processos de reestruturação produtiva, cada vez mais associados à inovação e à difusão de progresso técnico. O primeiro capítulo mostrou que algo parecido ocorreu também no Brasil, ainda que de forma mais limitada.

Essa estratégia tinha como objetivo facilitar a adaptação das empresas ao novo contexto de abertura econômica, mas desestruturou segmentos importantes da cadeia produtiva e precarizou o emprego. Em um contexto em que o crescimento do PIB teve pouco impacto na geração de ocupação, essas tendências aumentaram a vulnerabilidade social. Acentuou-se o peso das atividades informais e do setor de serviços. Ao mesmo tempo, a crescente concorrência de produtos externos e a busca de dinamismo em outros mercados tornaram

necessário elevar a competitividade da produção nacional, por meio de ganhos de produtividade.

Assim, para obter ganhos de desenvolvimento humano por meio de condições adequadas de geração de emprego é preciso, até para a própria sustentabilidade do processo, persegui-lo junto com a busca de aumento de produtividade: uma estratégia de crescimento que privilegie o emprego da mão-de-obra não tem de ser de baixa produtividade².

É um desafio crescente encontrar um modo de conciliar a mobilidade do trabalho (mudanças de ocupação ao longo da carreira), produtividade e acesso à proteção social. Um grau adequado de mobilidade permite que o mercado de trabalho adapte-se às variações conjunturais sem que a proteção dos trabalhadores fique comprometida. Estabilidade no emprego não deve ser sinônimo de imobilidade. Isso não significa ser contra a estabilidade — ela contribui significativamente para aumentar a produtividade. O objetivo é assegurar estabilidade não apenas por força da legislação, mas também pelos ganhos de produtividade³.

É preciso encontrar um modelo que possibilite situações de flexibilidade sustentáveis ao longo do tempo sem deteriorar os direitos básicos do trabalho. O desafio é obter os maiores benefícios possíveis da mobilidade do capital e do trabalho, incluindo o potencial de transformações que ela propicia, sem perder os benefícios da estabilidade⁴.

Uma estratégia para apoiar a promoção do desenvolvimento humano por meio do trabalho decente supõe o enfrentamento de vários desafios e a implementação de um conjunto integrado de medidas em diversas áreas⁵. Nesse sentido, destacam-se os seguintes objetivos:

- assegurar não apenas o crescimento econômico sustentado, mas também aumento da produção que gere mais e melhores empregos, em um contexto de globalização e de alteração do papel do Estado na economia;
- garantir a aplicação efetiva dos princípios e direitos fundamentais do trabalho;
- ampliar e fortalecer a proteção social dos trabalhadores, em especial aqueles do setor informal, de modo a conciliar seguridade social com eficiência produtiva e competitividade;
- ampliar a inclusão social e laboral para reduzir a desigualdade;
- fortalecer o tripartismo⁶ e o diálogo social.

Liberalização do comércio internacional tende a realocar mão-de-obra: elimina empregos em algumas áreas, cria em outras

Esses objetivos têm uma relação direta com as metas gerais de redução da pobreza, impulso ao desenvolvimento humano e à igualdade de gênero e raça.

Este capítulo discute algumas das condições existentes hoje no Brasil para enfrentar esses desafios.

2 • O contexto

2.1 • A geração de emprego em uma economia globalizada

O avanço da globalização tem impacto importante na formulação de estratégias de desenvolvimento. O intenso fluxo internacional de bens e serviços gera oportunidades de negócios, estimulando a demanda por fatores de produção ao mesmo tempo em que amplia o acesso a insumos e equipamentos tecnologicamente mais avançados.

A globalização também intensifica os fluxos financeiros, aumentando o potencial para financiar investimentos, reduzindo os custos do capital e, eventualmente, introduzindo novas formas de estruturar a produção. Outro impacto decorre da formação de cadeias globais de produção, que aumentam a interdependência ou inter-relação das economias. Há ainda a tendência de criação de blocos regionais de comércio e de acordos de preferências comerciais, que aumentam o potencial das oportunidades de negócios.

As diversas avaliações feitas sobre o impacto dos fluxos de comércio externo no mercado de trabalho brasileiro não são conclusivas. Há fortes evidências de que os produtos exportados pelo Brasil demandam mais mão-de-obra do que os importados, o que sugere um efeito positivo sobre o mercado de trabalho. Contudo, como o processo é influenciado por uma complexa interação de variáveis locais, é difícil desconsiderar o impacto de outros fatores, como políticas de estabilização de preços⁷.

Desenvolvimento humano pressupõe a manutenção de condições macroeconômicas favoráveis



Acrescente-se a isso o fato de que a liberalização do comércio internacional tende a reestruturar a atividade econômica — em algumas áreas da economia há fechamento de firmas e perdas de postos de trabalho, em outras são gerados empresas, investimentos e empregos. Por isso, a liberalização está relacionada tanto à criação quanto à destruição de postos de trabalho, ou seja, com a realocação de mão-de-obra.

A competição global pode levar a uma pressão por redução dos custos laborais que estimule padrões de competitividade baseados na diminuição da proteção social dos trabalhadores. A pressão competitiva de países com mão-de-obra farta e pouco protegida por vezes causa impacto sobre determinados segmentos produtivos. Nesse contexto, é fundamental que os ganhos de competitividade sejam obtidos por meio da elevação da produtividade das empresas e dos trabalhadores, não por meio do rebaixamento do padrão de proteção social. Isso pode ser obtido com capacitação e qualificação dos trabalhadores, e com medidas que elevem a competitividade sistêmica do país, como investimentos em infra-estrutura.

A abertura comercial pode estimular a demanda por mão-de-obra qualificada, em detrimento daquela com menor qualificação, e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade do emprego em alguns segmentos produtivos e aumentar a heterogeneidade do mercado de trabalho e da estrutura produtiva. A expansão do comércio internacional também cria possibilidades de ganhos de eficiência, se houver especialização nas áreas comparativamente mais vantajosas — o que pode, a longo prazo, beneficiar o nível de emprego global.

A experiência brasileira, desde o início da década de 90, reflete bem tanto os riscos quanto as oportunidades do comércio internacional. Como visto no capítulo 1, a abertura comercial restringiu a geração de empregos nos anos 90, em especial na indústria de transformação, embora tenha favorecido a produtividade.

Por outro lado, como também foi mostrado no capítulo

1, o avanço das exportações nos anos 2000 — geralmente concentradas em grandes empresas que empregam trabalhadores de maneira formal e com proteção social — foi um fator relevante para a expansão do emprego de qualidade e a queda da informalidade.

Como a liberalização comercial quase sempre implica realocação de mão-de-obra, ela requer políticas passivas e ativas de mercado de trabalho tanto para propiciar proteção social, na forma de garantia de renda, como facilitar a transição e a recolocação dos trabalhadores. A demanda maior por mão-de-obra qualificada deve motivar investimentos na capacitação dos trabalhadores e na reinserção daqueles cujas capacidades se tornaram obsoletas com as novas tecnologias.

Já o impacto do investimento externo direto sobre o mercado de trabalho depende de produto, empresa, setor, país e tempo⁸. A importância crescente do comércio entre empresas indica que, no sistema mundial de comércio, têm papel importante esse tipo de investimento, as estratégias, condutas e desempenhos das empresas transnacionais e sua rede de filiais, subsidiárias e associadas.

De qualquer modo, a necessidade de informações sobre o impacto do investimento externo direto sobre o mercado de trabalho brasileiro é ainda maior do que no caso dos efeitos da estrutura comercial. Parte importante das maiores empresas do país, portanto com participação relevante no número total de postos de trabalho formais, é de capital estrangeiro. O efeito do influxo intenso de investimentos registrado desde meados da década passada sobre o mercado de trabalho permanece um tema para pesquisa.

De um modo geral, o investimento estrangeiro aplicado na produção de bens e serviços tem efeito positivo, pois aumenta os recursos que resultam em geração de empregos. Além disso, as transnacionais costumam ter um padrão de remuneração, qualificação e produtividade superior à média dos países em desenvolvimento. Esse padrão em geral influencia os fornecedores e subcontratados locais, que precisam ajustar seus níveis de produtividade para atender a essa demanda mais exigente.

Por outro lado, os investimentos estrangeiros diretos podem ter efeito negativo quando envolvem aquisição de empresa local e, como parte do processo de reestruturação, demissão de trabalhadores. Além disso, como as transnacionais geralmente importam mais, isso po-

de deter a demanda por bens e serviços locais, com efeitos sobre as demais empresas e seus funcionários.

2.2 • O impacto das novas tecnologias de informação e comunicação

Outro conjunto de desafios está associado às novas tecnologias de produção, informação e comunicação. Frequentemente se associa de forma negativa o avanço tecnológico e a geração de postos de trabalho — quase sempre relacionando as novas técnicas à substituição de trabalhadores por máquinas. Na prática, contudo, a relação é mais complexa, porque, entre outros motivos, é difícil captar o impacto da reestruturação produtiva e intersetorial e de mudanças organizacionais, como a terceirização, sobre o emprego.

O uso da tecnologia aumenta a eficiência e reduz os preços, o que estimula o aumento do consumo. Assim, melhorias na produtividade podem levar a incrementos na produção e no emprego. Além disso, a expansão dos setores ligados às novas tecnologias (como software e serviços de tecnologias de informação e comunicação) aumenta o emprego em determinados países e regiões⁹.

As novas tecnologias aumentam a procura por mão-de-obra qualificada, o que pode ser observado por meio da análise das mudanças na composição ocupacional. Na medida em que as empresas aprofundam o uso de tecnologias de informação e comunicação, habilidades até então pouco exploradas — como a capacidade de raciocínio abstrato — passam a ser valorizadas. Isso requer pessoal com maior escolaridade, capaz de aprender a lidar com as novas ferramentas que, aliás, estão sujeitas a mudar continuamente. Esse processo ocorre com intensidades diferentes nos diversos setores econômicos, e é obviamente maior nas empresas tecnologicamente intensivas. Por outro lado, em algumas indústrias e profissões, a difusão tecnológica pode levar a uma redução das qualificações de segmentos importantes da mão-de-obra.

A terceirização de serviços no âmbito internacional é uma nova e forte tendência, que está dissociando o emprego do desempenho econômico local e dos investimentos em tecnologia. A facilidade para coletar e transmitir informações via internet está globalizando o mercado de trabalho, já que não há necessidade de deslocamento para prestar serviços.

Novas tecnologias tendem a exigir mão-de-obra com maior escolaridade, mas seu impacto não é homogêneo nos diversos setores da economia

O Brasil está em posição favorável para explorar esse potencial, graças aos investimentos públicos e privados em educação superior e em infra-estrutura de telecomunicações. O país possui cultura flexível, o que facilita a prestação de serviços. O desenvolvimento da indústria brasileira, no entanto, requer a conquista gradual de clientes por meio da especialização, do aumento de qualidade, da internacionalização das operações e da promoção do país junto aos principais mercados.

De modo geral, portanto, o impacto das inovações sobre o emprego consiste mais em mudança na demanda por qualificações do que num crescimento sem emprego. As novas tecnologias destroem certas ocupações, mas criam novas ou estimulam a demanda por qualificações melhores e/ou diferentes.

2.3 • A presença do setor público

Historicamente, no Brasil o Estado é um importante gerador de emprego. Segundo estimativas de Pochmann (2007), entre 1950 e 2004 o emprego público cresceu 4% ao ano e correspondia, nesse último ano, a 9,5% da população economicamente ativa.

Durante a década de 80, a política compensatória de emprego (atuação dos governos como geradores de emprego em um contexto de retração da ocupação) levada a cabo pelo setor público ampliou sua participação relativa no total de pessoas ocupadas — de 8% em 1981 para 9,7% em 1990, conforme dados da PNAD (1994). Segundo informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), essa política foi implementada principalmente em estados e municípios e, em apenas nove anos (1979/1988), chegou a duplicar o número de funcionários públicos em regiões como Norte e Nordeste¹⁰.

Na década de 90, a privatização da maior parte das empresas públicas alterou profundamente o papel do Estado e sua contribuição ao emprego. As empresas

Maior demanda por qualificação da mão-de-obra deve motivar investimentos na capacitação dos trabalhadores



Parcela do emprego urbano que dependia de gasto social subiu de 18% para 34% de 1995 a 2004

privatizadas freqüentemente passaram por reestruturação, que resultou, na maior parte dos casos, na redução de postos de trabalho.

Além disso, é claro que a ação governamental afeta a economia e o mercado de trabalho por meio das políticas monetária, cambial e fiscal. O capítulo 1 apresentou algumas indicações dos prováveis efeitos relacionados à mudança da política cambial no final da década de 90. Tanto a carga tributária quanto os gastos do governo cresceram de forma sistemática, como proporção do PIB, desde o início da década de 90, aumentando a importância das estruturas de impostos e gastos do governo para a geração de emprego e para a implementação de políticas sociais dirigidas à redução da pobreza e das desigualdades sociais. E resta pouca dúvida de que manter uma política de juros elevados prejudica, de forma diferenciada, os diversos segmentos, com maior impacto sobre as empresas de menores dimensões e recursos. No entanto, foge aos propósitos deste relatório uma análise mais detalhada dos efeitos da política macroeconômica sobre a geração de emprego. A ênfase a ser dada nos próximos parágrafos se refere mais ao setor público enquanto empregador direto e promotor de políticas dirigidas à promoção do emprego e à qualificação dos trabalhadores.

Pochmann (2007) chama a atenção para o fato de que o nível de emprego, numa economia de mercado, encontra-se diretamente vinculado ao investimento do setor privado e aos gastos do governo. De 1995 a 2004, a elevação do nível geral de emprego dependeu, significativamente, do aumento das despesas com saúde, educação, trabalho, habitação, previdência e assistência social, entre outras. A parcela do total de emprego urbano no Brasil que dependia fundamentalmente do gasto social subiu de 18%, entre 1995 e 1996, para 34%, entre 2003 e 2004.

De modo geral, portanto, no período recente o setor público em parte influenciou a retração do emprego (por meio de baixo crescimento do PIB, privatizações, Lei de Responsabilidade Fiscal – que impõe limites aos gastos com pessoal – e restrições fiscais) e em parte

estimulou-o, por meio do aumento do número de municípios e do maior gasto social.

De 1992 a 2006, a participação dos militares e funcionários públicos estatutários na ocupação total passou de 6,6% a 6,9%¹¹. Esses percentuais, entretanto, não captam boa parte dos impactos das privatizações e das mudanças do papel do Estado na economia, pois os empregados afetados eram trabalhadores sob o regime de CLT (consolidação das leis de trabalho). Além disso, esses indicadores se restringem ao emprego direto e não consideram outras dimensões importantes, como o peso da folha de pagamentos dos servidores na receita governamental, os empregos indiretamente gerados pelo setor público e a participação dos salários dos funcionários públicos na massa salarial total. É possível afirmar, em todo caso, que o emprego direto no setor público – nas três esferas de administração – tem um peso importante na ocupação total.

2.4 • O papel do setor privado

A criação de postos de trabalho é predominantemente, em qualquer sistema capitalista, iniciativa do setor privado. A redução da atuação direta do Estado aumentou essa responsabilidade.

A geração de empregos de forma sustentada pelo setor privado depende não apenas do dinamismo da demanda, mas também do ritmo de investimento, sobretudo se ocorrer em setores que empregam mão-de-obra de forma intensiva. As políticas de estímulo ao investimento privado são, portanto, fundamentais para a geração sustentável de trabalho decente, tanto por criarem demanda por mão-de-obra quanto por favorecerem ganhos de produtividade para os trabalhadores.

Sem contar os trabalhadores da administração pública, havia em 2006, segundo dados da PNAD, 82,4 milhões de ocupados, dos quais cerca de 67 milhões na área urbana, predominantemente em serviços, comércio e indústria¹².

Independentemente das políticas para criar um ambiente favorável às contratações¹³, cabe ao setor privado um conjunto de iniciativas próprias. Por exemplo, numa economia globalizada em que a competitividade depende, muitas vezes, de inovação tecnológica, são fundamentais os esforços em pesquisa e desenvolvimento, assim como na melhoria da qualificação e da produtividade dos trabalhadores.

Estudos recentes têm mostrado¹⁴ que as empresas brasileiras têm inovado mais intensamente que as de outros países da região. Mas ainda se deparam com o desafio de qualificar os trabalhadores para operarem novas técnicas produtivas ou capacitarem as empresas a promover inovações adicionais.

O Brasil praticamente universalizou o acesso ao ensino fundamental, mas se depara com o desafio de melhorar sua qualidade e expandir a oferta de educação no segundo e terceiro graus. No ensino de nível superior, desde meados dos anos 60 tem aumentado a participação de instituições privadas. Segundo Cacciamali (2007), em 2000, 85% das instituições de educação superior e 55% das universidades (correspondendo no total a 70% das vagas) eram da iniciativa privada.

O setor privado mantém um conjunto de esforços voltados para a qualificação técnica da mão-de-obra. Um levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) mostrou que, em 2003, 86% das empresas tinham programa de capacitação dos funcionários, um percentual bem acima dos 50% registrados em 1999¹⁵. O setor também conta – desde a década de 40 – com instituições de formação profissional que hoje compõem o chamado ‘Sistema S’: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes (SENAT) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que oferecem cursos técnicos e de especialização em diversos níveis.

A capacitação dos trabalhadores ocupados não se esgota na transferência de conhecimentos de forma verticalizada. Ela pode se beneficiar também do intercâmbio de experiências de unidades produtivas semelhantes. Essa preocupação, associada à organização territorial de atividades afins, tem encontrado um elemento dinâmico nos arranjos produtivos locais (APLs). Essas iniciativas podem ser instrumentos privilegiados para introduzir ou reforçar a importância das inovações, estimulando novas práticas. O Brasil conta hoje com algumas centenas de APLs, nos mais diversos setores produtivos, vários deles com resultados bastante positivos.

Outro aspecto importante para estimular a criação de emprego ou a transformação de postos de trabalho de má qualidade em trabalho decente é o marco regulatório, em especial nos aspectos que afetam a formalização das

empresas privadas. A informalidade dos trabalhadores é reflexo de empreendimentos precários e/ou que não têm interesse na formalização de contratos de trabalho; nesse sentido, é importante combinar iniciativas públicas e privadas que elevem os benefícios da formalização.

Se uma empresa não tem incentivos ou condições para se tornar formal, entra em um ciclo de baixa produtividade em razão de menor investimento, com baixo crescimento e consolidação da precariedade. A informalidade corrói as bases do aumento da produtividade, restringe o crescimento, a adoção de inovações, a qualificação de mão-de-obra, o acesso a crédito com menores taxas e outros recursos produtivos, assim como o acesso ao mercado internacional ou a condição de competir com importações.

O combate à informalidade implica uma estratégia conjunta, pública e privada, já que envolve diversos ramos e diferentes formas de manifestação. Cinco linhas de atuação podem ser destacadas dentre as medidas que incentivam a formalidade: retirar a complexidade e a rigidez da burocracia para a criação e a operação das empresas; aperfeiçoar o sistema tributário e a legislação trabalhista; aumentar as instituições de controle e fiscalização; endurecer as sanções à burla das legislações e permitir o acesso aos benefícios previdenciários mesmo quando o empregado muda de atividade.

As empresas de menor porte, mais vulneráveis aos incentivos à informalidade, são grande fonte absorvedora de mão-de-obra. Por isso, as políticas brasileiras para esse segmento mereceram considerações específicas, a serem apresentadas na próxima seção deste capítulo.

2.5 • O ambiente institucional das negociações coletivas

Parte das características do modelo sindical brasileiro ainda é legado da estrutura sindical, de caráter corporativista e atrelada ao Estado, criada nos anos 40¹⁶.

A mudança de regime de governo, em 1964, enfraqueceu o movimento sindical e os processos de negociação coletiva. Apenas a partir do final dos anos 70 (no período 1978-1985), volta a ocorrer no país um intenso processo de mobilização e reorganização sindical, além da retomada do vigor da negociação coletiva. Entre os fatos mais expressivos estão as campanhas salariais acompanhadas, em muitos casos, de greves massivas, e as intensas discussões sobre a estrutura sindical vi-



gente – que, entre outras coisas, proibia a formação de instâncias horizontais de organização, como as centrais sindicais. Depois de uma série de eventos buscando a construção de uma entidade unitária de representação dos trabalhadores, foi realizado, em 1983, o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que decidiu criar a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em 1986, surgiu a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); em 1991, a Força Sindical; em 1995, a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT); em 1997, a Social Democracia Sindical (SDS) e, em 2005, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST). Em 2007, surgiu a União Geral dos Trabalhadores (UGT), resultado da fusão da CGT, SDS e CAT.

Apesar da conjuntura econômica desfavorável, assiste-se, nos anos 80, a um processo importante de fortalecimento das negociações coletivas, no qual se ampliam os espaços e os temas negociados. Na década de 90, o movimento foi muito mais de resistência e de tentativa de manutenção dos espaços e direitos conquistados na década anterior, devido à intensificação dos indicadores desfavoráveis na área econômica e no mercado de trabalho¹⁷.

De fato, desde o início dos anos 90 ocorreram importantes mudanças na estrutura do mercado de trabalho, como redução da participação da indústria e aumento do peso do setor de serviços no total da ocupação. Além disso, cresceram as contratações flexibilizadas e a importância das micro e pequenas empresas, assim como a taxa de desemprego, em meio a um processo de reestruturação industrial, como comentado no capítulo 1. Essas mudanças também tiveram impactos no quadro de negociações coletivas, como se discutirá a seguir.

Em 1994, na esteira da política de estabilização de preços, eliminou-se a política salarial e foi regulamentado o modo de negociar a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados das empresas. Essas duas medidas estimularam a negociação individualizada por

empresa. Em 1998, foram regulamentadas questões como trabalho em tempo parcial, bancos de horas e suspensão do contrato de trabalho, numa conjuntura de crescimento econômico baixo, o que permitiu às empresas redução nos custos de contratação em troca de manutenção dos postos de trabalho.

Ao final dessa etapa, o quadro das negociações coletivas estava bastante alterado em comparação com a década de 80, consolidando-se a tendência à descentralização, principalmente na indústria.

Entre 2000 e 2004, as negociações coletivas passaram por uma espécie de acomodação. Esse período se caracterizou pelas tentativas de campanhas salariais conjuntas entre diferentes centrais (principalmente a CUT e a Força Sindical), como forma de somar forças e superar o pano de fundo adverso às negociações. A partir de 2004, tal como analisado no capítulo 2, acompanhando a melhoria dos indicadores de mercado de trabalho, observa-se um impacto mais positivo da negociação coletiva nos reajustes salariais: o patamar dos setores que obtiveram correções iguais ou superiores à inflação – que, entre 1996 e 2002 situava-se entre 50% e 70% – alcançou, nos anos de 2006 e 2007, quase a totalidade das categorias que constam do levantamento do DIEESE.

A análise das tendências das negociações coletivas indica que há dois padrões. No âmbito mais tradicional, encontram-se as negociações coletivas realizadas em torno das datas-base das diferentes categorias. Em outro extremo, estão as negociações de cunho institucional, cujo leque temático é bastante amplo e pode conter pontos como determinação do valor do salário mínimo, integração de blocos econômicos, políticas públicas de emprego (como intermediação, qualificação etc.). Há ainda outros temas cuja abordagem nas negociações coletivas vem ganhando maior consistência nos últimos anos, como as reivindicações vinculadas à discriminação de raça, às questões de gênero ou de emprego de pessoas com deficiência.

Paralelamente ao surgimento das centrais sindicais, que somente em março de 2008 obtiveram o seu reconhecimento legal, persiste uma tendência de descentralização das negociações coletivas, como resultado, em parte, das mudanças ocorridas na década de 90, como a flexibilização e a desindexação.

Nesse contexto, a cobertura sindical tem apresentado leve alta desde 2003, mais acentuada para as mulheres. Em 2006, dos 86,8 milhões de trabalhadores de

16 anos ou mais ocupados, apenas 16,6 milhões eram associados a um sindicato (19,1%)¹⁸. Essa é, sem dúvida, uma taxa reduzida, que pode ser explicada, entre outros fatores, pela elevada informalidade do mercado de trabalho brasileiro.

Também se nota uma ampliação dos espaços tripartites que tendem a favorecer o diálogo social, outra das dimensões fundamentais em uma agenda de fomento ao trabalho decente. Desde a Constituição de 1988, foram criados no país diversos fóruns que têm propiciado diálogo social mais participativo e construtivo. Fazem parte dessa tendência, observada na década de 90 e intensificada nos primeiros anos da década atual, espaços como o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), e a estrutura das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT), o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), o Conselho Nacional da Saúde (CNS), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)¹⁹.

O Fórum Nacional do Trabalho (FNT), criado em 2003, tem duas finalidades: promover o diálogo sobre o quadro sindical e trabalhista e avançar na definição de propostas de reforma nas duas áreas. Em 2005, como resultado das negociações no âmbito do FNT, foi enviado um projeto de Reforma Sindical ao Congresso²⁰.

Apesar das conquistas dos últimos anos, ainda há muitos desafios para a consolidação do diálogo social como elemento constitutivo e prática sistemática no âmbito das relações de trabalho. Esse avanço também passa pelo aumento da cobertura da negociação coletiva e por progressos na garantia de liberdade de organização e associação, em particular a não-discriminação sindical.

O fortalecimento do tripartismo e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática é uma das três prioridades da Agenda Nacional de Trabalho Decente. Entre os resultados esperados estão:

- consolidação e institucionalização de mecanismos de diálogo social;
- capacitação dos atores tripartites (governo, organizações de trabalhadores e de empregadores) para participarem ativamente e incidir na definição de políticas nacionais de fomento ao trabalho decente;
- fortalecimento da cultura do diálogo social.

Desde a Constituição de 1988, foram criados no Brasil diversos fóruns de diálogo entre governo, trabalhadores e empregadores

Entre as linhas de ação voltadas à consecução desses resultados estão a promoção das normas internacionais do trabalho (aplicação efetiva da Convenção nº 98 da OIT e defesa dos princípios da Convenção nº 87/21), o fortalecimento dos atores (regulamentação da participação das centrais nos fóruns de discussão e de elaboração das políticas públicas) e o fomento do diálogo social – tanto pela criação de novas instituições, como o Conselho Nacional de Relações do Trabalho (CNRT), quanto pelo apoio ao fortalecimento de instâncias já estabelecidas (CDES e as existentes no Ministério do Trabalho e Emprego²² e outros órgãos do governo federal).

3 • Políticas de promoção do emprego de qualidade

As políticas de incentivo ao trabalho decente compreendem cinco eixos fundamentais:

- assegurar crescimento econômico sustentado;
- respeitar os direitos fundamentais do trabalho;
- ampliar a proteção social;
- promover a igualdade e combater a discriminação;
- fortalecer o diálogo social.

3.1 • O que é preciso para o crescimento econômico promover emprego de qualidade

Embora o crescimento econômico não garanta, por si só, a promoção do trabalho decente e o desenvolvimento humano, o incremento intenso e sustentado da produção estimula a demanda por mão-de-obra e amplia as possibilidades de formalização. Por isso, trata-se de um pré-requisito para a geração de mais e melhores empregos. Em um cenário em que o PIB cresce pouco, de maneira não-sustentada e baseado em setores com baixa capacidade de gerar postos de trabalho de quali-

Mudanças na década de 90 criaram tendência de descentralização das negociações coletivas, mas ampliaram os temas tratados



Estimular segmentos com alta capacidade de geração de empregos deve ser uma prioridade das políticas públicas

dade, dificilmente pode se esperar avanços na redução do déficit de trabalho decente.

Para acelerar o crescimento com emprego de qualidade, é preciso um aumento sustentado do investimento público e privado, a dinamização do mercado interno e uma inserção adequada na economia internacional. Esses desafios precisam ser pensados no contexto de uma economia globalizada, com uma estrutura produtiva diversificada e competitiva.

Para que o incremento da produção impulse o trabalho decente, importa não apenas a velocidade de expansão do PIB, mas também o modo como crescem os diferentes setores e o potencial de esse crescimento criar empregos qualificados. Isto é, depende de quais setores e atividades lideram o crescimento e a capacidade deles de criar postos de trabalho. Em países onde a estrutura produtiva e o mercado de trabalho são predominantemente heterogêneos, um avanço baseado nas exportações ou apenas nos setores mais desenvolvidos pode ser incapaz de gerar empregos suficientes e/ou estimular o resto da economia. Nesse sentido, estimular segmentos intensivos em mão-de-obra deve ser uma prioridade das políticas públicas.

Para elevar o potencial de criação de postos de trabalho de qualidade, é importante não só adotar políticas macroeconômicas que assegurem estabilidade de preços e fiscal e elevem as taxas de crescimento, mas também implantar políticas no nível meso e microeconômico, a fim de estimular o investimento e elevar a produtividade.

Os objetivos das políticas mesoeconômicas são melhorar a competitividade da economia e o clima para investimento. Entre elas, estão as dirigidas a:

- desenvolvimento da infra-estrutura produtiva e de arranjos produtivos locais;
- melhoria da eficiência do sistema financeiro para apoiar a produção e os investimentos produtivos, incluindo os de menor escala;

- desenvolvimento do mercado de capitais;
- fortalecimento do setor de serviços, que absorve bastante mão-de-obra e tem se expandido em razão da tendência de terceirização que vem predominando no Brasil desde a década de 80 (*ver capítulo 1*);
- estímulo às exportações;
- desenvolvimento de um entorno favorável à criação de mais e melhores empresas.

No âmbito microeconômico, são importantes as políticas econômicas, sociais e do mercado de trabalho que incidem sobre a rentabilidade, a produtividade das empresas e a qualidade de vida dos trabalhadores. Entre elas, destacam-se:

- melhoria do acesso e da qualidade da educação;
- aperfeiçoamento dos serviços de emprego e das políticas ativas de mercado de trabalho, em especial no que diz respeito à qualificação profissional, aos programas de geração de emprego e renda e de intermediação de mão-de-obra;
- apoio ao fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos empreendedores por conta própria do setor informal;
- fortalecimento das negociações coletivas e modernização das relações entre capital e trabalho;
- ampliação do acesso às inovações e medidas para facilitar a difusão delas. Também é fundamental adotar uma política transversal em prol da igualdade de gênero e raça no mundo do trabalho e de combate a toda forma de discriminação.

A agenda de promoção do desenvolvimento humano compreende, portanto, tanto ações típicas do setor público quanto um papel ativo do setor privado.

3.2 • Melhoria da educação e qualificação profissional

A ampliação do acesso à escola e a melhoria da qualidade da educação são essenciais para o desenvolvimento humano e o trabalho decente.

Como visto no capítulo 2, de um modo geral, o acesso à educação no Brasil vem melhorando de forma significativa nos últimos anos: o percentual de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos que não freqüentavam a escola caiu de 8,7% em 1996 para 2,3% em 2006²³. Ao mesmo tempo, o número médio de anos de estudo

das pessoas de 10 anos ou mais saltou de 5,3, em 1996, para 6,9 em 2006²⁴. Considerando apenas a população ocupada, o número médio de anos de estudo subiu de 5,9 para 7,7 entre 1996 e 2006.

Contudo, ainda é necessário melhorar a qualidade da educação e ampliar o acesso a níveis mais elevados de ensino, em especial ao 2º e 3º graus. Em 2006, das cerca de 156 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade, apenas 45 milhões (29%) tinham pelo menos o ensino médio completo. Embora os jovens tenham uma escolaridade maior que os adultos, uma parcela relevante deles ainda tem trajetória educacional irregular, marcada por saída precoce da escola e/ou grande defasagem escolar — muitos sequer terminam o ensino fundamental. Além disso, há grandes desigualdades em termos de acesso à educação de qualidade.

Para atender os grupos que estão em desvantagem no mercado de trabalho, e que em grande parte não tinham acesso às instituições de treinamento e formação profissional, o Ministério do Trabalho e Emprego desenvolve, desde meados da década de 90, uma política de formação e qualificação profissional como parte de uma política de emprego e renda. Em 1995, foi criado o Plano Nacional de Formação Profissional (PLANFOR), financiado com recursos do FAT e que tem o objetivo de estimular a qualificação, com prioridade para as pessoas discriminadas no mercado por questões de gênero, cor/raça, faixa etária e/ou escolaridade. Em 2003, o PLANFOR sofreu uma série de mudanças, dando origem ao Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional (PNQ)²⁵.

Em 2005, o governo brasileiro criou o PROUNI (Programa Universidade para Todos), com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda em cursos de graduação e de formação específica. Em contrapartida, as instituições privadas de ensino superior que aderem ao programa podem deduzir alguns tributos.

Em 2007, foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação, que compreende diversas ações (avaliação de rendimento dos alunos, capacitação de docentes, adoção de piso salarial para professores, melhoria das condições de infra-estrutura das unidades de ensino e outras) que permitam melhorar a qualidade do ensino por meio da maior mobilização social.

A rápida transformação do mundo do trabalho na era globalizada faz dos recursos humanos um tema central de articulação entre as dimensões econômicas e sociais.

As estratégias inclusivas de crescimento são precisamente aquelas que aprimoram recursos humanos como forma de facilitar o acesso a melhores empregos e renda, incrementar a produtividade e a competitividade. Portanto, as políticas de melhoria da escolaridade e da qualificação profissional têm influência tanto no crescimento econômico (produtividade e competitividade) quanto na inclusão social.

3.3 • Aperfeiçoamento do sistema público de emprego, trabalho e renda e das políticas ativas de mercado de trabalho

A realocação da mão-de-obra, assim como a maior flexibilidade das empresas entre os diferentes países, tende a criar insegurança entre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que reduz seu poder de barganha.

Nesse contexto, ganham importância o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda (SPTER) e as Políticas Ativas de Mercado de Trabalho (PAMT), para ampliar as possibilidades de acesso a um emprego e oferecer mais segurança aos trabalhadores, elementos centrais de uma estratégia de promoção do trabalho decente.

Os serviços de emprego são um dos mecanismos institucionalizados de contato entre empresas e trabalhadores. Eles são importantes porque contornam uma característica freqüentemente presente no mercado de trabalho: a maior parte dos contatos entre oferta e demanda de mão-de-obra ocorre por meio de relações pessoais; um mercado que funciona com esses mecanismos pode ser eficiente, mas dificilmente será equitativo — pois dará oportunidades apenas àqueles que têm relações pessoais, enquanto uma grande parcela permanecerá excluída.

A importância desses serviços, que podem ser públicos ou privados, é maior quando o mercado de trabalho torna-se mais volátil, os empregos duram pouco e as pessoas estão constantemente em busca de vagas. De modo geral, o SPTER pode reduzir o problema da informação imperfeita sobre demanda e oferta no

Serviços de emprego eficientes ajudam a tornar mercado de trabalho mais equitativo



Com a criação do FAT, o governo passou a ter recursos específicos para financiar o sistema público de trabalho, emprego e renda

mercado de trabalho e, dessa forma, reduzir a taxa de desemprego friccional (momentâneo, resultante da troca de ocupações).

Um esforço desse requer mecanismos de articulação entre as instituições públicas e privadas, que se baseiem mais na cooperação do que na concorrência, preservando claramente o papel do Estado como promotor e regulador.

Além disso, os serviços públicos de emprego devem atuar prioritariamente nos locais e com trabalhadores que não são o alvo principal das instituições privadas, já que estas tendem a centrar sua ação em mercados de trabalho mais rentáveis e/ou de alta concentração da demanda por profissionais. A descentralização dos serviços de emprego pode ser uma estratégia importante para atingir grupos de trabalhadores com pouco acesso às oportunidades.

O sistema público de emprego, trabalho e renda tem como objetivo principal articular as políticas ativas e passivas de mercado de trabalho. As políticas ativas são mecanismos que garantem renda e integram ações para desempregados e para aqueles que, ocupados em trabalhos precários, buscam melhores oportunidades. Compreendem um conjunto amplo de medidas, desde a qualificação profissional até ações de estímulo à geração de postos de trabalho, passando por programas de criação de emprego por meio do setor público ou trabalho comunitário e social, apoio ao empreendedorismo e subsídios à contratação²⁶.

Já as políticas passivas visam garantir renda durante a desocupação ou em períodos de busca por emprego – são basicamente o seguro – desemprego e a assistência ao desempregado.

As políticas ativas de mercado de trabalho mais frequentemente implementadas no mundo podem ser classificadas nas seguintes categorias:

- Serviços Públicos de Emprego e sua administração (assistência à procura por trabalho);

- treinamento e reciclagem profissional para o mercado de trabalho (ações para o aumento da “empregabilidade” e para a elevação da qualificação do trabalhador);
- medidas voltadas para a criação de emprego, que podem ser de três tipos: subsídios ao setor privado para geração de emprego; criação direta de emprego pelo setor público; desenvolvimento de micro-empresários e auxílio para o desempregado se estabelecer por conta-própria.
- medidas especiais destinadas à população jovem;
- ações destinadas aos portadores de deficiência e outros grupos vulneráveis e discriminados no mercado de trabalho.

Cada vez mais se reconhece a importância de que as ações de combate à discriminação e as políticas de promoção da igualdade de gênero e raça sejam elementos transversais na formulação e implementação das políticas ativas de mercado de trabalho e na estruturação dos serviços de emprego.

Duas constatações mostram como essas políticas são indispensáveis ao conjunto de medidas governamentais para adequar um país aos impactos da globalização²⁷: quanto maior o grau de abertura da economia, maiores têm sido os gastos com políticas desse tipo; quanto maiores os gastos nessa área, maior o número de trabalhadores que se sentem seguros com as possibilidades de manter seus empregos ou com o bom desempenho das empresas que os empregam.

A criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE) nos anos 70 pode ser considerada o início da formação, no Brasil, de um sistema público de emprego, trabalho e renda. No final da década de 80 e início dos anos 90, a criação e regulamentação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) significou um grande avanço institucional, já que, através desse mecanismo, o governo federal passou a contar com recursos constitucionais específicos para o financiamento das ações do sistema.

Além de qualificar os trabalhadores, os recursos do FAT financiam programas de geração de emprego e renda, através de linhas de crédito com condições especiais, que são usadas pelas instituições financeiras oficiais para financiar diversas áreas e setores. Após a criação do Programa de Geração de Emprego e Renda no setor urbano (PROGER Urbano), em 1994, houve uma vigorosa expansão das políticas ativas de geração de emprego e

renda, todas absorvendo, de forma crescente, recursos do FAT. Entre 1995 e 2005, foram criados 13 programas ou políticas ativas de geração de emprego e renda por meio de linhas de crédito especiais²⁸.

Há também um conjunto considerável de iniciativas, em nível federal, estadual e municipal, que visam melhorar a escolaridade, a formação profissional e a inserção dos jovens no mercado de trabalho. O problema aí não se resume ao desemprego, mas compreende ainda a precariedade das ocupações na economia informal e a significativa parcela dos que não estudam nem trabalham.

Em 2003, o governo federal lançou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), com objetivo de gerar mais e melhores oportunidades para a juventude brasileira. Em 2005, as ações do governo federal dirigidas à juventude foram reestruturadas, levando à criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), destinado a executar ações que incentivem a conclusão do ensino fundamental, a qualificação profissional voltada à inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local. Na mesma ocasião, foram criados a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), responsável pela gestão do PROJOVEM, e o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), que compõem um novo quadro institucional para a formulação e execução de uma política nacional para os jovens.

Em 2007, o PROJOVEM foi reestruturado, com o objetivo de ampliar o atendimento àqueles que estavam fora da escola e sem acesso à formação profissional, unificando seis programas já existentes. Isso deu origem ao PROJOVEM Unificado, cujo objetivo é permitir que os jovens sejam reintegrados ao processo educacional, que recebam qualificação profissional e que tenham acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer.

Essas medidas vão ao encontro de dispositivos aprovados em foros internacionais. Uma das políticas da Agenda Hemisférica de Trabalho Decente é melhorar a formação e a inserção dos jovens no mercado de trabalho. A principal meta é reduzir à metade, em dez anos, a percentagem dos que não estudam e não trabalham. A Agenda Nacional de Trabalho Decente também prevê, em suas linhas de ação, o fortalecimento de políticas e programas de apoio à ocupação aos jovens, em conformidade com as recomendações da Rede de Emprego de

Jovens, bem como com a resolução adotada pela Conferência Internacional do Trabalho sobre Emprego de Jovens (2005).

A legislação brasileira também prevê medidas que beneficiem pessoas com deficiência – uma empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência.

Há no Brasil, portanto, um amplo conjunto de políticas ativas, que contam com recursos constitucionais e que compreendem a intermediação da mão-de-obra, feita pelo SINE, a qualificação profissional, programas de geração de emprego e renda e de inclusão social e laboral de jovens. No entanto, persistem importantes desafios, entre eles:

- melhorar a capacidade e a qualidade de atendimento desses serviços;
- aumentar a articulação e integração entre os seus diversos elementos (intermediação, qualificação, seguro-desemprego, políticas de geração de emprego e renda, políticas para jovens, etc);
- aumentar sua capacidade de chegar efetivamente às populações e grupos mais excluídos do mercado e de incorporar efetivamente o princípio de promoção da igualdade de gênero e cor/raça.

3.4 • Apoio ao desenvolvimento das micros e pequenas empresas

As micro e pequenas empresas aumentaram sua participação no emprego total na década de 90 no Brasil. Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que cobrem o mercado formal de trabalho, dão uma clara indicação do ganho de importância relativa dessas empresas no emprego total. A tabela 1 mostra que a participação dos estabelecimentos com até 99 empregados no total de empregos formais aumentou de 36% para 46% entre 1985 e 2005; o peso das empresas com 1.000 ou mais vínculos diminuiu de 30,4% para 25,9% no mesmo período.

Entre 2002 e 2005 houve ligeiro aumento da participação das grandes empresas no total de empregos formais, em razão do expressivo aumento das exportações, fortemente concentradas nas grandes corporações, e das melhores perspectivas de crescimento econômico sustentado, como visto no capítulo 1.

Nesse contexto, algumas iniciativas de apoio ao tra-



tabela 1 • Participação no estoque total de emprego formal, por porte de estabelecimento — Brasil, 1985, 2002 e 2005 (em %)

Porte do Estabelecimento	1985	2002	2005
Até 4 empregados	5,6	9,4	9,0
De 5 a 9 empregados	5,3	8,4	8,3
De 10 a 19 empregados	6,4	9,1	9,2
De 20 a 49 empregados	10,2	11,3	11,4
De 50 a 99 empregados	8,7	8,1	8,0
De 100 a 249 empregados	12,7	10,9	10,5
De 250 a 499 empregados	10,7	9,2	8,9
De 500 a 999 empregados	10,1	8,6	8,7
1000 ou mais empregados	30,4	25,1	25,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS/MTE.

balho decente ganham relevância. Em geral, as micro e pequenas empresas oferecem condições de trabalho tradicionalmente piores que as das grandes – empregos de qualidade mais baixa ou com menores possibilidades de ascensão profissional.

Um conjunto de indicadores derivados da RAIS comprova essa observação. A taxa média de permanência do emprego²⁹ gira em torno de 50% nas empresas de até quatro empregados e em torno de 70% e 80% nas empresas de porte médio e grande, respectivamente³⁰.

A remuneração dos empregados nas empresas menores, inferior à média total, reflete, por um lado, a menor escolaridade e experiência da mão-de-obra nelas empregada; por outro, os baixos níveis de produtividade dessas empresas e a sua frágil inserção no mercado.

Os trabalhadores das micro e pequenas empresas também costumam contar com menor proteção social e capacidade de organização limitada; do mesmo modo, os micro e pequenos empreendedores têm, em geral, menor capacidade de lutar pelos seus interesses do que as grandes corporações.

Em razão disso, é necessário priorizar ações que enfrentem os problemas da baixa proteção social dos trabalhadores dessas empresas, bem como a inadequada representação desse setor, o que inclui medidas voltadas para a legalização das micro e pequenas empresas e dos trabalhadores autônomos.

São necessárias ainda políticas que facilitem o acesso dessas companhias aos mercados interno e externo de

bens e serviços, e é fundamental desenvolver ambientes regulatórios que sejam favoráveis ao desenvolvimento dos estabelecimentos de pequeno porte.

No Brasil há várias políticas e ações voltadas aos micros e pequenos empreendedores. Existem, com recursos do FAT e dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional, linhas de crédito em condições especiais. Também há várias ações visando o desenvolvimento dos APLs.

Além disso, vem sendo desenvolvido no Brasil um ambiente regulatório favorável às micro e pequenas empresas, por meio, por exemplo, da criação, em 1996, de tratamento tributário diferenciado, simplificado e favorecido. A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte pode optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES).

Em 1999, foi instituído o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Em 2006, foi adotado um novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado para essas organizações no âmbito da União, das unidades da Federação e dos municípios. Os benefícios referem-se especialmente à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições, ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias e ao acesso ao crédito e ao mercado.

O Brasil tem também uma instituição financiada com recursos parafiscais voltada exclusivamente ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas: o SEBRAE. Na área rural, há programas destinados ao fortalecimento dos micro e pequenos produtores rurais e iniciativas de apoio aos trabalhadores da agricultura familiar. O país conta ainda com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que vem ampliando o acesso ao crédito no campo e amenizando a tendência de redução estrutural do uso da mão-de-obra, prevacente no setor agropecuário ou no agronegócio.

3.5 • Garantir e promover o respeito efetivo aos princípios e direitos fundamentais no trabalho

A aplicação efetiva dos princípios e direitos fundamentais no trabalho é um aspecto primordial de qualquer proposta orientada à promoção do trabalho decente.

Por isso, é importante adotar medidas para que esses princípios se convertam em um corpo mínimo e universalmente aceito de direitos e criar e consolidar políticas, ações e instituições que avancem no sentido de garantir o seu cumprimento³¹.

O combate ao trabalho infantil e escravo é uma das três prioridades definidas pela Agenda do Trabalho Decente no Brasil, que tem desenvolvido, nos últimos anos, políticas e ações voltadas a esse objetivo.

3.5.1 • A erradicação do trabalho infantil e do trabalho escravo

Até o final da década de 80, era crescente o número de crianças e adolescentes brasileiros que trabalhavam. A Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado em 1990, determinaram que o trabalho infantil e o direito à educação são incompatíveis. Em 1992, o país foi um dos seis primeiros a aderir ao Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT.

Na década seguinte, o Brasil registrou avanços no combate ao problema, resultado de grande mobilização social e do estabelecimento, em 1994, de uma estrutura quadripartite única e inovadora, o Fórum Nacional para a Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Em 1996, o governo criou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que concede uma bolsa mensal para cada criança, com idade entre 7 e 15 anos, que for retirada do trabalho infantil. O benefício está condicionado à frequência escolar e à participação em atividades socioeducativas.

Em 2001, foi criado um programa nacional de renda mínima vinculada à educação: o Bolsa Escola. Inspirado em experiências bem-sucedidas em alguns Estados e municípios, tinha como objetivo principal criar estímulos para que crianças e adolescentes das famílias de menor renda rompessem, por meio da educação, o ciclo de miséria a que estavam submetidos.

Por sua vez, o Ministério do Trabalho e Emprego instituiu, em 2002, a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) que, no ano seguinte, formulou o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalhador Adolescente.

Em 2004, foi criado o Programa Bolsa Família, que envolve transferência de renda com condicionalidades

(requisitos) para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. A iniciativa baseia-se na articulação de três dimensões essenciais:

- alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- reforço do exercício dos direitos básicos em saúde e educação, por meio das condicionalidades que os beneficiários precisam cumprir para ter direito ao repasse;
- coordenação de programas complementares, como os de geração de trabalho e renda, alfabetização de adultos, fornecimento de registro civil e outros documentos.

Além disso, o Brasil aderiu à Agenda Hemisférica do Trabalho Decente. Lançada em 2006, ela estabeleceu como meta eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2015, erradicando-o totalmente até 2020.

A existência de trabalho em condições análogas à escravidão, como definido no Código Penal Brasileiro, foi oficialmente reconhecida pelo governo em 1995, como assinalado no capítulo 2. Para enfrentar essa situação, foi criado o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GE-FM), que entre 1995 e 2006 conseguiu libertar ou resgatar mais de 21 mil trabalhadores.

Em 2003 o país adotou uma política nacional de erradicação do trabalho escravo, que inclui, entre outras medidas: o lançamento do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, a criação da Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e a inclusão dos trabalhadores libertados no sistema de concessão de seguro-desemprego.

A responsabilidade pela execução do plano é compartilhada por órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, entidades da sociedade civil e organismos internacionais. À CONATRAE cabe monitorar a execução do plano e a tramitação de projetos de lei no Congresso, avaliar os projetos de cooperação técnica com organismos internacionais e propor estudos e pesquisas sobre o trabalho escravo.

O conjunto de ações contra o problema foi reforça-

Brasil aderiu à Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, que prevê erradicar o trabalho infantil até 2020



Iniciativa que não tenha como objetivo explícito reduzir desigualdades de gênero e de cor/raça tende a mantê-las ou aumentá-las

do em 2005 com a assinatura do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que tem a adesão de diversos grupos e entidades empresariais. Naquele mesmo ano, a Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN) passou a recomendar aos seus associados que não concedam empréstimos às companhias que fazem parte da “lista suja”, cadastro mantido pelo Ministério do Trabalho e Emprego em que constam empresas nas quais foram encontrados trabalhadores em situação análoga à escravidão. Outra instituição financeira que lançou medidas nessa área foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 2007, a instituição adotou uma “cláusula social”, segundo a qual não terão direito a financiamento do banco as companhias envolvidas em trabalho infantil, trabalho escravo e discriminação de gênero e cor/raça. O princípio vale também para situações posteriores, no contrato com o cliente; a cláusula estabelece um vencimento antecipado caso situações como essas sejam comprovadas.

A Agenda Hemisférica de Trabalho Decente também estabeleceu como meta reduzir em 20% a 35%, ao longo de dez anos, o número de pessoas sob regime de trabalho forçado. A Agenda Nacional de Trabalho Decente, também lançada em 2006, tem como prioridades erradicar o trabalho escravo e o trabalho infantil.

3.5.2 • A promoção da igualdade de gênero e raça: ampliar a inclusão social e laboral para reduzir a desigualdade e a pobreza

Um mesmo nível de crescimento econômico e de produtividade pode ter efeitos diferentes sobre as condições de vida das pessoas, dependendo do nível de desigualdade. Nos países mais igualitários, o incremento da produção reduz a pobreza mais rapidamente e a ligação entre desenvolvimento econômico e social é mais estreita.

No Brasil, a elevada desigualdade é estrutural e está relacionada tanto com diferentes condições de acesso à

educação e aos recursos e ativos produtivos quanto com problemas de funcionamento do mercado de trabalho. Em razão da discriminação, a pobreza e a desigualdade tendem a afetar de forma mais negativa ou severa grupos como mulheres e negros.

Como observado no capítulo 2, uma grande proporção de mulheres, em especial aquelas com menores níveis de escolaridade, se concentra em ocupações mal remuneradas e com pouca proteção social. Em geral, elas ainda enfrentam mais dificuldades de acesso a um emprego de qualidade – o que se traduz em níveis de participação, ocupação e rendimentos menores que os dos homens (mesmo quando a escolaridade é semelhante, ou mais elevada), além de maiores taxas de desemprego e informalidade.

Já a população negra, em média, é mais pobre, tem menos escolaridade e se concentra mais em empregos precários e mal remunerados, como conseqüência das condições de marginalidade, exclusão social e discriminação. As práticas discriminatórias contra a mulher e a população negra são processos simultâneos que separam e hierarquizam, nos quais as vítimas são consideradas, ao mesmo tempo, diferentes e inferiores. Os dados apresentados no capítulo 2 evidenciam que tais práticas persistem e que as desigualdades e discriminações de gênero e raça se sobrepõem e se potencializam, gerando estruturas de exclusão e resultando em maiores déficits de trabalho decente para esses grupos.

São, portanto, necessárias políticas públicas e privadas de apoio à igualdade de gênero e de raça para melhorar a inserção no mercado de trabalho e a inclusão social de mulheres e negros – e em especial das mulheres negras.

É preciso melhorar o acesso aos recursos produtivos e combater todas as formas de discriminação que impedem o ingresso no mercado de trabalho ou que tornem a inserção profissional mais precária. É preciso, também, reconhecer que existe desigualdade entre homens e mulheres, brancos e negros, no mercado de trabalho – e que qualquer medida “neutra”, que não tenha o objetivo explícito de reduzir essas assimetrias, tenderá a manter e, talvez, aprofundar essas desigualdades.

Uma política de igualdade de oportunidades é fundamental para aumentar o nível de ocupação das mulheres e dos negros, melhorar a qualidade dos seus empregos, assim como de outros grupos discriminados, e, dessa forma, criar um mercado mais inclusivo

e equitativo. Entre os componentes de uma política como essa se destacam:

- a revisão dos marcos normativos para que sejam coerentes com o princípio de igualdade e de não-discriminação no trabalho;
- o fortalecimento de mecanismos para melhorar a eficácia na aplicação da lei;
- políticas antidiscriminatórias e de ação afirmativa que atuem tanto sobre a demanda como sobre a oferta de trabalho, assim como sobre os mecanismos de intermediação de mão-de-obra;
- transversalização do princípio de não-discriminação e igualdade em todas as políticas de emprego;
- desenvolvimento de um sistema de indicadores para monitorar a evolução das desigualdades;
- inclusão de cláusulas não-discriminatórias e de promoção da igualdade de oportunidades nos acordos coletivos;
- aprofundar o conhecimento da magnitude e dimensão do problema da discriminação no mercado de trabalho;
- avançar no cumprimento das convenções internacionais pertinentes;
- criar ou fortalecer instituições nacionais que estimulem a igualdade de gênero e de raça e outros grupos discriminados.

O Brasil dispõe de um quadro institucional direcionado especificamente para o combate à discriminação de gênero e de raça. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República, com a finalidade de estabelecer iniciativas em prol da melhoria da vida das brasileiras, por meio de ações transversais em todos os âmbitos do governo federal. Nesse mesmo ano foi redefinido o Conselho Nacional de Direitos da Mulher, atualmente composto por representantes de 20 entidades da sociedade civil, de 13 ministérios e por três mulheres com notório saber nas questões de gênero.

Houve alterações institucionais relevantes como:

- melhorias na legislação de combate à violência contra a mulher;
- dispositivo que permite que quem registrar empregado doméstico possa deduzir, no imposto de renda das pessoas físicas, a contribuição ao INSS;
- implementação de outros direitos aos trabalhadores domésticos, como a garantia da estabilidade no em-

prego das gestantes desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto, férias de 30 dias e proibição de desconto de moradia, alimentação e produtos de higiene pessoal utilizados no local de trabalho.

Também já há um quadro institucional ligado às políticas de igualdade racial. Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), também vinculada à Presidência da República, com os objetivos de promover a igualdade e a proteção dos direitos de indivíduos e grupos raciais e étnicos afetados pela discriminação; acompanhar e coordenar políticas em prol da igualdade racial, acompanhar a execução de diversos programas de cooperação com organismos públicos e privados nacionais e internacionais e cuidar do cumprimento de acordos e convenções assinados pelo Brasil.

Além disso, há a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho, instituída em 2004 no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. De caráter consultivo, ela tem como objetivo estimular políticas públicas para a igualdade de oportunidades e de tratamento e lutar contra todas as formas de discriminação no ambiente profissional.

Também estão previstas a implementação de programas e ações de combate à discriminação no trabalho, com atenção especial para mulheres, população negra, jovens, idosos, pessoas vivendo com HIV/Aids e pessoas com deficiência.

3.6 • Ampliar a proteção social e conciliar seguridade com competitividade

Um dos principais problemas do sistema de proteção social no Brasil (como em boa parte dos países da América Latina) é a sua baixa cobertura, ou seja, o fato de que ele alcança um baixo número de trabalhadores. Contribui para isso a estrutura do mercado de trabalho, caracterizada por elevada informalidade e baixos rendimentos, que limitam esquemas de proteção tradicionais (como os regimes de Previdência contributivos).

Em 2006, 49,8% do total de ocupados no Brasil não contribuíam para a Previdência Social – ou seja, 43,3 milhões dos cerca de 86,8 milhões de trabalhadores ocupados³². É necessário, portanto, adotar medidas para incrementar a proteção social que sejam sustentá-



veis do ponto de vista fiscal e tenham financiamento assegurado. O desafio é ampliar os direitos dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, reduzir a informalidade.

Nesse sentido, devem-se fomentar esquemas para os grupos desprotegidos, em particular para os trabalhadores da economia informal e do setor rural. É preciso também adotar mecanismos de seguridade que, além de sustentáveis financeiramente, considerem a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro. Uma estratégia viável é combinar programas não-contributivos e assistenciais para os segmentos informais com esquemas contributivos para a parcela formal da economia, buscando a contínua expansão da formalidade.

Há grupos que oscilam entre a formalidade e a informalidade. Para esses, seriam adequados esquemas semicontributivos, com incentivos adequados e subsídios para a formalização. Também é importante empreender ações para fortalecer os sistemas de seguridade social existentes. É fundamental ainda apoiar ações que melhorem a arrecadação e reduzam a evasão das contribuições à Previdência Social.

Embora o Brasil não tenha experimentado um sistema de proteção social compatível com a expansão econômica de 1930 até meados da década de 70, nesse período foram criadas normas importantes ligadas à proteção social. Na década de 40 foi instituída a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), um importante marco da legislação dessa área.

Embora previsto desde a Constituição de 1946, o seguro-desemprego só foi introduzido no Brasil em 1986. Após a Constituição de 1988, o benefício passou a integrar o Programa do Seguro-Desemprego, que concede assistência financeira temporária ao trabalhador demitido sem justa causa e o auxílica na busca de novo emprego. O recurso apenas se tornou significativo socialmente na década de 90, graças à consolidação de sua fonte específica de financiamento, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). No entanto, ainda é preciso ampliar algumas

dimensões importantes, relacionadas tanto à duração do benefício quanto à sua abrangência.

Há, portanto, alguns elementos relativamente consolidados de um sistema de proteção social no Brasil. No entanto, a maior parcela dos recursos disponíveis é direcionada para a cobertura de trabalhadores da economia formal, ainda que haja também instrumentos importantes dirigidos aos trabalhadores rurais e a segmentos específicos de informais – o direito a seguro-desemprego é estendido a pescadores artesanais em período de defeso, a trabalhadoras domésticas e trabalhadores resgatados de situações análogas à escravidão. O grande desafio político é assegurar proteção social e universal tanto aos trabalhadores demitidos como aos informais e, ao mesmo tempo, evitar a imposição de custos elevados de contratação e demissão, sobretudo em segmentos produtivos mais frágeis.

Também houve avanços na Previdência e assistência social. Existe um conjunto amplo de benefícios, que vai desde as aposentadorias por idade, por tempo de contribuição e invalidez, pensão, auxílio-doença, auxílio-acidente, auxílio-reclusão e salário-maternidade, que serve para proteger o trabalhador frente às contingências. Além disso, há o salário-família, que complementa a renda de pessoas com filhos de até 14 anos incompletos. Contudo, todos esses benefícios são restritos a quem tem ocupações formais ou contribui para a Previdência.

Cabe destacar, do ponto de vista do crescimento da proteção social, a aposentadoria para os trabalhadores rurais, que demorou a ser estabelecida. O Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUN-RURAL) foi criado em 1963, como um sistema específico, com benefícios e formas próprias de custeio. Em 1971, foi instituído o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRO-RURAL). Com a Constituição de 1988, houve importantes avanços. Passou a existir um sistema rural dissociado do que é tradicionalmente considerado formal, ancorado no reconhecimento da agricultura familiar, na perspectiva da seguridade social (DELGADO e CASTRO, 2003).

Em 2007, foi criado o Plano Simplificado de Previdência Social, para aumentar a porcentagem de trabalhadores autônomos cobertos. A contribuição mínima caiu de 20% para 11% do salário mínimo para o indivíduo que trabalha por conta própria (autônomo) e empresário, ou integrantes de sociedade empresarial,

cujo faturamento anual seja de até R\$ 36 mil. O Plano Simplificado dá direito à aposentadoria por idade e por invalidez, mas não conta para aquela por tempo de contribuição. O trabalhador que quiser optar pelo plano normal, para a aposentadoria por tempo de serviço, pode complementar a diferença de 9%.

Além dos benefícios previdenciários, há outros vinculados à assistência social. Desde 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) garantiu um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não ter meios de se manter.

4 • Considerações finais

A experiência brasileira mostra um mercado de trabalho em que, nos anos recentes, o crescimento do PIB tem impacto cada vez maior na criação de empregos. Permanecem, porém, um grau expressivo de desigualdade e um elevado déficit de trabalho decente. O nível de desemprego e a precariedade do emprego são preocupantes. A informalidade ainda é alta, e há discriminação de sexo, raça e outros atributos. Os problemas afetam, particularmente, as mulheres, os negros e os jovens.

Ainda assim, o país tem registrado alguns avanços importantes, como o aumento do nível de ocupação e da geração de postos formais, o incremento da escolaridade da força de trabalho e das taxas de participação e ocupação das mulheres, a retomada do vigor das negociações coletivas, a ampliação dos espaços e mecanismos de diálogo social, a redução significativa do trabalho infantil, o fortalecimento do combate ao trabalho escravo e a promoção da igualdade de gênero e raça. Esses avanços são especialmente importantes porque, como sugerem os cálculos do capítulo 3, há uma relação entre trabalho decente e desenvolvimento humano³³.

Este capítulo mostrou que o Brasil dispõe de diversos mecanismos para impulsionar o trabalho decente, quer por meio de instrumentos institucionais para prover recursos aos desempregados (seguro-desemprego), quer mediante políticas ativas de mercado de trabalho (como as dirigidas à intermediação e à qualificação da mão-de-obra) ou ainda através de apoio às empresas de menor porte.

Em grande medida, essa variedade de instrumentos funciona na direção recomendável – tanto ao facilitar a intermediação entre empregadores e trabalhadores quanto ao qualificar a força de trabalho e estimular ati-

No Brasil, a maioria dos instrumentos de proteção ao trabalhador funciona na direção recomendável

vidades que absorvem mão-de-obra. Isso não elimina, contudo, a necessidade de melhorias.

Nesse sentido, manter o ritmo de crescimento da atividade econômica é a primeira recomendação para gerar emprego de forma sustentada e criar condições para a melhoria da qualidade dessa ocupação. É a partir dos sinais de demanda e da formação de capacidade produtiva que se pode esperar a criação de postos de trabalho. É nos períodos de crescimento da produção que a maior disponibilidade de recursos facilita a adoção de programas de reciclagem e a atualização tecnológica dos processos produtivos, contribuindo para aumentar a competitividade. E é nos períodos em que a demanda por mão-de-obra é mais ativa que os trabalhadores têm maiores condições de negociar melhorias nas condições de trabalho.

Os indicadores sugerem, contudo, que o crescimento econômico e a geração de ocupação não são suficientes para gerar trabalho decente. Um exemplo foi o ocorrido na década de 90 em boa parte da América Latina, inclusive no Brasil. A redução no ritmo de atividade produtiva foi simultânea à geração de mais postos de trabalho precário – a desaceleração aumentou as taxas de desemprego e de informalidade. As empresas foram pressionadas a adaptar-se às novas condições econômicas, de maior competitividade com produtos importados. Ao mesmo tempo, a flexibilização das normas trabalhistas reduziu a estabilidade no emprego e facilitou as demissões. Como resultado, a falta de oportunidades e a deterioração do emprego transformaram uma fragilidade econômica em vulnerabilidade social: a precarização e a flexibilização trabalhista sem proteção social contribuíram para deteriorar o quadro.

Isso mostra que, para aumentar a demanda por trabalho, não se pode pensar apenas no estímulo à produção e na política trabalhista. A lista de medidas é vasta. Compreende as políticas macroeconômicas (fiscal, monetária e cambial), as iniciativas de tipo horizontal (educação, facilidades para importar bens de produção,

Ampliar a cobertura da proteção social, em especial aos trabalhadores informais, é uma prioridade



incentivos fiscais etc.), o incentivo setorial e tecnológico, as políticas de desenvolvimento regional e as medidas para aumentar o emprego mediante programas específicos e incentivar contratação de mão-de-obra pelo setor privado. Esse conjunto de ações contribui para manter ou elevar a demanda e deveria ser implementado de forma complementar e coerente.

As políticas de fomento produtivo aumentam a demanda por trabalho de forma direta e indireta. Dentre elas, destacam-se as orientadas a: melhorar o funcionamento das pequenas e médias empresas, desenvolver complexos produtivos e estimular atividades que demandam mais mão-de-obra, como turismo e construção civil.

Os programas de capacitação, de provisão de crédito e de atualização tecnológica beneficiam, sobretudo, as empresas menores, que atuam em mercados locais ou regionais e, ao contrário das grandes companhias, não podem se beneficiar de ganhos de escala e da atividade em mercados externos.

O desafio é combinar as possibilidades de mobilidade do trabalho com os estímulos ao aumento da produtividade. A mobilidade da mão-de-obra não deve comprometer a proteção social. Ao mesmo tempo, a estabilidade contribui para melhorar o desempenho das empresas. O recomendável é, portanto, que isso seja assegurado não apenas por força da legislação, mas também por ganhos de produtividade.

No Brasil, os impactos negativos da evolução da economia sobre o mercado de trabalho na década de 90 foram parcialmente compensados por políticas sociais ativas, com diversos programas que implicaram o aumento dos gastos sociais no total dos gastos públicos. Essa é uma direção correta, e os efeitos sobre a distribuição de renda são positivos.

No entanto, não é recomendável que os beneficiados dependam indefinidamente desses programas, a não ser nos casos em que limitações impeçam a inclusão no mercado de trabalho. É muito mais desejável, social e economicamente, que esses indivíduos encontrem, por meio do trabalho decente, uma porta de saída para a pobreza.

NOTAS

1. Isso não significa dizer que o crescimento deva ser, necessariamente, “enviesado em favor dos pobres”. Tal modelo econômico prioriza o aumento da renda daqueles que têm baixos rendimentos a um ritmo mais elevado que o dos demais. Neste relatório, o

argumento é que se deve reconhecer que o crescimento é uma condição necessária para elevar o IDH, para tornar viável a elevação da renda dos indivíduos mais desprovidos. Não deve, portanto, ser considerado um subproduto de uma estratégia predominantemente distributivista.

2. CEPAL (2004a), OIT (2005).

3. OIT (2005).

4. Idem.

5. OIT (2006)

6. Construção de espaços de diálogo e negociação social entre governo, organizações de trabalhadores e de empregadores.

7. Gonçalves (2007).

8. Idem.

9. Ver, a propósito, Tigre (2007).

10. IBGE (1994)

11. Considerando trabalhadores com 16 anos ou mais de idade.

12. Considerando pessoas de 16 anos ou mais para o Brasil como um todo, inclusive a zona rural da região Norte. Ver Cacciamali (2007) para maiores informações.

13. As demandas empresariais compreendem freqüentemente a redução do custo do capital, a adoção de políticas claras em termos regionais e tecnológicos, a superação das limitações de infra-estrutura, a reforma tributária e a redução dos trâmites burocráticos, entre outras medidas.

14. Ver, por exemplo, De Negri, De Negri e Coelho (2006).

15. Dados em Cacciamali (2007).

16. Esta seção está fortemente baseada em Amorim (2007).

17. Para uma análise mais detalhada desse processo ver a publicação semestral do DIEESE e Amorim (2007).

18. Foram considerados os trabalhadores de 16 anos ou mais ocu-

pados na semana de referência para o Brasil como um todo, inclusive a zona rural da região Norte. No capítulo 2, o dado considerado para 2006 não incluiu essa parte do Norte, com exceção de Tocantins.

19. Para maiores detalhes, ver Chahad (2007a).

20. Para um estudo da experiência do FNT ver OIT, 2007.

21. A Convenção nº 98 da OIT trata do direito de sindicalização e de negociação coletiva e promoção dos princípios da Convenção nº 87, de 1948, sobre liberdade sindical e proteção do direito de sindicalização.

22. Entre as instâncias tripartites ou que contam com participação da sociedade civil existentes no Ministério do Trabalho e Emprego e da Previdência Social podem ser citadas: Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI); Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho (CTIO); Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP); Conselho Nacional de Imigração (CNI); Comissão Nacional Permanente Portuária (CNPP); Conselho Nacional de Economia Solidária e Conselho Nacional de Previdência Social.

23. Os números excluem a área rural de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima, para permitir comparação entre os dados de 1996 e 2006, já que essa área não era coberta pela PNAD em 1996.

24. Esses números também excluem a área rural de Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

25. Para mais informação e análise desses programas, ver Chahad (2007b) e Cardoso Jr, et al (2006).

26. Mais informações e análises são apresentadas em Chahad, 2007b.

27. Auer, Efendioglu, Lesckhe (2005), apud Chahad (2007b).

28. Ver Chahad, 2007b.

29. Definida como proporção de empregados registrados em 31 de dezembro de cada ano em relação ao número total de vínculos empregatícios ao longo do mesmo ano.

30. Cacciamali (2007).

31. Como já foi assinalado, a Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho, adotada pelos constituintes tripartites (governos, organizações empresariais e sindicais) da OIT, em 1998, estabelece os seguintes direitos e princípios: a) liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; b) eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; c) abolição efetiva do trabalho infantil; d) eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação.

32. Considerando trabalhadores com 16 anos ou mais para o Brasil como um todo, inclusive a zona rural da região Norte. No capítulo 2 foi considerando o dado sem a zona rural do Norte, exceto para Tocantins.

33. A causalidade pode ser em ambos sentidos e o exercício quantitativo não pôde determinar qual dos dois sentidos é dominante.

Anexo Estadístico

1 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

IDH - Componente Educação

- Até 2003, a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) não era aplicada na área rural da região Norte (com exceção de Tocantins). Por isso, neste relatório as séries de dados foram modificadas para considerar também essa parcela do país nesse período. Os indicadores para a área rural foram obtidos considerando-se as relações observadas entre os indicadores das áreas urbana e rural nos anos censitários de 1991 e 2000. Essas relações foram interpoladas linearmente para os demais anos. A partir de 2004 a PNAD passou a incorporar o setor rural de todo o Brasil.
- A série dos índices de frequência à escola e de alfabetização apurada da base de dados do IBGE foi não só corrigida para os estados da região Norte, conforme procedimento exposto acima, como também submetida a uma crítica. Partiu-se do pressuposto de que não ocorrem flutuações acentuadas de curto prazo nesses indicadores e, nesse sentido, procedeu-se a correções na série de forma a suavizá-la, ajustando-a segundo a tendência geral verificada para o período 1991-2004. Assim, aplicou-se a regra de que, no mínimo, esses indicadores deveriam permanecer constantes ao longo do tempo até a segunda casa decimal: nos anos em que isso não ocorria na série original, os dados foram substituídos pela média dos valores dos anos anterior e posterior.
- O procedimento de suavização das séries implicou pequenas alterações em 9% dos valores, no caso da taxa de alfabetização, e em 15% dos valores, no caso da taxa de frequência à escola. Destaca-se que, em ambos os casos, metade das alterações ocorreram nos valores dos estados da região Norte.
- Os indicadores de 1994, quando não foi realizada a PNAD, correspondem à média dos indicadores de 1993 e 1995.

- O IDH-Educação foi calculado como a média ponderada dos índices da taxa de alfabetização (peso 2) e da taxa de frequência à escola (peso 1).

IDH – Componente Longevidade

- Estatísticas de esperança de vida ao nascer para 1991 e 2000 a 2004 são informações oficiais, calculadas e disponibilizadas pelo IBGE. Para os anos intercensitários (1992 a 1999), foi feito um ajuste a partir das tábuas abreviadas de mortalidade geradas pelo IBGE para 1991 e 2000, calculando-se a variação anual dos logitos de l_x para cada grupo etário $x, x+n$. Com base nessa variação anual, foram calculados os valores de l_x para cada ano intercensitário e as respectivas esperanças de vida ao nascer.

- A fórmula de cálculo para o IDH-Longevidade é:

$$\frac{\text{Valor Observado} - 25}{85 - 25}$$

Obs: notar que há uma diferença entre os dados de esperança de vida do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e os atuais. Isso se deve ao fato de que se optou pela fonte oficial de dados (IBGE), para o Brasil e cada unidade da Federação. Embora as diferenças sejam pequenas em termos de valor, elas podem ser significativas em termos de ordenação.

IDH – Componente Renda

- As fontes de dados utilizadas foram as PNADs (1992,1993,1995-1999, 2001-2004) e o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (que, por sua vez, utiliza como fonte os Censos Demográficos de 1991 e 2000, do IBGE).
- A distribuição utilizada é a de pessoas em domicílios permanentes, exceto domicílios coletivos, segundo sua renda familiar per capita.
- Os dados em valores correntes foram convertidos para agosto de 2000 através do INPC/IBGE; os valores de 1991, 1992 e 1993 ainda foram multiplicados por um fator de 1,2225, em função de perdas não captadas por esse índice.
- Como a PNAD era aplicada, nos estados da região Norte, apenas para os domicílios da área urbana, as séries referentes a esses estados foram modificadas para incluir também a área rural. Os indicadores para

a área rural foram obtidos considerando-se as relações observadas entre os indicadores das áreas urbana e rural nos anos censitários de 1991 e 2000. Essas relações foram interpoladas linearmente para os anos intercensitários. Apenas para Tocantins não foi necessário adotar esse procedimento, dado que nesse estado a PNAD é aplicada também na área rural.

- Os dados referentes a 1994, quando não foi realizada a PNAD, correspondem à média simples dos valores de 1993 e 1995.
- Os dados referentes a 1991 correspondem à média simples dos valores da renda per capita constantes do Atlas do Desenvolvimento Humano para esse ano e os valores apurados das PNADs para 1992 e 1993.
- Os dados referentes a 2000 correspondem à média simples dos valores da renda per capita constantes do Atlas do Desenvolvimento Humano para esse ano e os valores apurados das PNADs para 2001 e 2002.

- A fórmula utilizada para calcular o componente Renda do IDH é:

$$\frac{\ln(\text{Valor Observado}) - \ln(3,9)}{\ln(1.559,24) - \ln(3,9)}$$

Nesta fórmula, os limites máximos, de R\$1.559,24, e mínimo, de R\$3,90, correspondem à conversão dos valores estipulados pelo PNUD para o cálculo do IDH dos países — de, respectivamente, US\$40.000 ppc. e US\$100 de PIB per capita anual — para reais de renda per capita mensal (para isso, utilizou-se a relação observada para o Brasil em 2000 entre esses indicadores).

2 • Definições de pobreza

Segundo a metodologia aplicada pela CEPAL, classifica-se uma pessoa como pobre quando o rendimento por habitante em seu domicílio é inferior ao valor da “linha de pobreza” ou ao montante mínimo necessário para satisfazer suas necessidades essenciais alimentares e não-alimentares.

No Brasil, foram estimadas linhas de indigência para os estados do país (formando 24 grupos geográficos), a partir de um trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da CEPAL, realizado no fim dos anos 90.

A partir de informações da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 1987-1988, obteve-se o valor da cesta básica de alimentos, que abrange os bens necessários para cobrir as necessidades nutricionais da população, levando em consideração os hábitos de consumo, a disponibilidade efetiva dos alimentos, seus preços relativos, assim como as diferenças de preços entre as áreas metropolitanas, demais zonas urbanas e zonas rurais. A esse valor (linha de indigência), foi agregado o montante requerido por domicílio para satisfazer as necessidades básicas não-alimentares, com o propósito de calcular o valor total conhecido como “linha de pobreza”.

Dado que a POF 1987-1988 foi realizada em período anterior ao das estimações de pobreza, os valores das cestas básicas de alimentos foram atualizados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor (INPC) em nível regional. O mesmo foi feito no caso das respectivas linhas de pobreza, levando em consideração a variação de preços relativos (Alimento + Resto) / (Alimento), originando coeficientes variáveis em relação àqueles fixos de 2,00 e 1,75, considerados para o período anterior a 1990 para as zonas urbanas e rurais, respectivamente.

Finalmente, o percentual da população pobre e indigente é obtido comparando-se os valores das linhas de pobreza e indigência com o montante de renda total por habitante de cada domicílio, sendo esta última informação fornecida anualmente pela PNAD. Esses dados são corrigidos em razão da falta de resposta a algumas perguntas sobre os valores dos rendimentos — no caso de assalariados, trabalhadores independentes e aposentados — e dos prováveis vieses de subdeclaração. A correção é feita por meio do contraste dos dados de renda da PNAD com os de uma estimativa da conta de renda e gastos das famílias do Sistema de Contas Nacionais (SCN), elaborada para estes propósitos a partir de informações oficiais. O conceito de renda usado no SCN abrange rendas do trabalho assalariado (monetários e em espécie), do trabalho independente (incluindo o auto-consumo e o valor do consumo de produtos produzidos no domicílio), as rendas da propriedade, as aposentadorias, pensões e outras transferências recebidas pelas famílias. A renda das famílias inclui, além disso, um valor ou imputação do valor de aluguel da moradia quando esta é habitada por seus proprietários.

Tabela 1	IDH	126
Tabela 2	IDH-Educação	127
Tabela 3	IDH-Renda	128
Tabela 4	IDH-Longevidade	129
Tabela 5	IDH dos indivíduos negros	130
Tabela 6	IDH dos indivíduos brancos	131
Tabela 7	IDH-Educação dos indivíduos negros	132
Tabela 8	IDH-Educação dos indivíduos brancos	133
Tabela 9	IDH-Renda dos indivíduos negros	134
Tabela 10	IDH-Renda dos indivíduos brancos	135
Tabela 11	IDH-Longevidade dos indivíduos negros	136
Tabela 12	IDH-Longevidade dos indivíduos brancos	137
Tabela 13	População Economicamente Ativa, por sexo e raça - Pessoas de 16 anos ou mais	138
Tabela 14	Distribuição da população economicamente ativa, por sexo e raça - Pessoas de 16 anos ou mais	138
Tabela 15	Taxa de participação, por sexo e raça - Pessoas de 10 a 15 anos	139
Tabela 16	Taxa de participação, por sexo e raça - Pessoas de 16 anos ou mais	139
Tabela 17	Total de ocupados, por sexo e raça - Pessoas de 16 anos ou mais	140
Tabela 18	Nível de Ocupação, por sexo e raça - Pessoas de 16 anos ou mais	140
Tabela 19	Escolaridade média dos ocupados, por sexo e raça	141
Tabela 20	Escolaridade mediana dos ocupados	141
Tabela 21	Total de empregados sem carteira de trabalho assinada no trabalho principal, por sexo e raça - Pessoas de 16 anos ou mais	142
Tabela 22	Distribuição dos empregados sem carteira de trabalho assinada no trabalho principal, por sexo e raça - Pessoas de 16 anos ou mais	142
Tabela 23	Distribuição dos trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada no trabalho principal, por sexo e raça	143
Tabela 24	Distribuição dos trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada no trabalho principal, por sexo e raça	143
Tabela 25	Taxa de Contribuição à Previdência, por sexo e raça	144
Tabela 26	Taxa de Desemprego, por sexo e raça - Pessoas de 16 anos ou mais	144

Tabela 27	População Economicamente Ativa, por sexo e raça - Pessoas de 16 a 24 anos	145
Tabela 28	Taxa de Desemprego dos Jovens, por sexo e raça	145
Tabela 29	Taxa de Desemprego dos Jovens, por sexo e raça. Pessoas de 16 a 24 anos e sua atividade escolar em 2006	146
Tabela 30	Nível de Ocupação das crianças de 10 a 13 anos, por sexo e raça	147
Tabela 31	Nível de Ocupação das crianças de 14 e 15 anos, por sexo e raça	147
Tabela 32	Rendimento médio real dos ocupados, por sexo e raça	148
Tabela 33	Rendimento mediano real dos ocupados, por sexo e raça	148
Tabela 34	Rendimento/Hora médio real, por sexo e raça	149
Tabela 35	Rendimento/Hora mediano real, por sexo e raça	149
Tabela 36	Rendimento/Hora médio real, por sexo e raça, trabalhadores formais e informais	150
Tabela 37	Rendimento/Hora mediano real, por sexo e raça, trabalhadores formais e informais	151
Tabela 38	Rendimento médio real dos ocupados, por anos de estudo	152
Tabela 39	Rendimento médio real dos homens ocupados, por anos de estudo	152
Tabela 40	Rendimento médio real das mulheres ocupadas, por anos de estudo	153
Tabela 41	Rendimento médio real dos não-negros ocupados, por anos de estudo	153
Tabela 42	Rendimento médio real dos negros ocupados, por anos de estudo	154
Tabela 43	Rendimento médio real dos homens não-negros ocupados, por anos de estudo	154
Tabela 44	Rendimento médio real dos homens negros ocupados, por anos de estudo	155
Tabela 45	Rendimento médio real das mulheres não-negras ocupadas, por anos de estudo	155
Tabela 46	Rendimento médio real das mulheres negras ocupadas, por anos de estudo	156
Tabela 47	Rendimento mediano real dos ocupados, por anos de estudo	156
Tabela 48	Rendimento mediano real dos homens ocupados, por anos de estudo	157
Tabela 49	Rendimento mediano real das mulheres ocupadas, por anos de estudo	157
Tabela 50	Rendimento mediano real dos não-negros ocupados, por anos de estudo	158
Tabela 51	Rendimento mediano real dos negros ocupados, por anos de estudo	158
Tabela 52	Rendimento mediano real dos homens não-negros ocupados, por anos de estudo	159
Tabela 53	Rendimento mediano real dos homens negros ocupados, por anos de estudo	159
Tabela 54	Rendimento mediano real das mulheres não-negras ocupadas, por anos de estudo	160
Tabela 55	Rendimento mediano real das mulheres negras ocupadas, por anos de estudo	160

tabela 1 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),
Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,706	0,714	0,724	0,735	0,746	0,752	0,758	0,765	0,767	0,773	0,778	0,782	0,782	0,787	0,794
Norte	0,674	0,682	0,696	0,708	0,718	0,721	0,725	0,730	0,733	0,736	0,744	0,751	0,749	0,755	0,764
Roraima	0,688	0,704	0,711	0,730	0,746	0,741	0,750	0,764	0,761	0,753	0,753	0,766	0,765	0,768	0,776
Acre	0,650	0,670	0,677	0,693	0,707	0,719	0,716	0,732	0,733	0,729	0,741	0,751	0,752	0,748	0,751
Amazonas	0,673	0,682	0,688	0,706	0,721	0,726	0,730	0,725	0,725	0,731	0,748	0,757	0,759	0,766	0,780
Roraima	0,707	0,720	0,743	0,748	0,753	0,766	0,750	0,755	0,761	0,754	0,750	0,744	0,752	0,741	0,750
Pará	0,678	0,683	0,699	0,705	0,712	0,714	0,718	0,724	0,731	0,734	0,739	0,748	0,740	0,749	0,755
Amapá	0,704	0,710	0,742	0,746	0,751	0,753	0,746	0,746	0,747	0,755	0,766	0,759	0,765	0,762	0,780
Tocantins	0,638	0,646	0,666	0,678	0,689	0,695	0,701	0,714	0,713	0,730	0,741	0,738	0,742	0,751	0,756
Nordeste	0,601	0,614	0,628	0,640	0,652	0,658	0,666	0,680	0,685	0,692	0,700	0,706	0,705	0,713	0,720
Maranhão	0,563	0,563	0,589	0,601	0,613	0,624	0,625	0,645	0,651	0,655	0,675	0,679	0,677	0,686	0,683
Piauí	0,577	0,592	0,605	0,615	0,626	0,630	0,639	0,653	0,656	0,667	0,677	0,688	0,688	0,698	0,703
Ceará	0,604	0,611	0,626	0,638	0,650	0,654	0,668	0,680	0,687	0,698	0,706	0,712	0,709	0,717	0,723
Rio Grande do Norte	0,619	0,641	0,641	0,657	0,672	0,679	0,686	0,696	0,702	0,710	0,716	0,721	0,715	0,724	0,738
Paraíba	0,583	0,602	0,628	0,640	0,651	0,651	0,670	0,685	0,692	0,685	0,688	0,699	0,702	0,709	0,718
Pernambuco	0,609	0,620	0,628	0,643	0,656	0,664	0,666	0,681	0,683	0,691	0,699	0,703	0,699	0,710	0,718
Alagoas	0,560	0,592	0,596	0,611	0,624	0,623	0,636	0,638	0,645	0,648	0,662	0,665	0,669	0,670	0,677
Sergipe	0,623	0,640	0,665	0,670	0,675	0,691	0,691	0,705	0,706	0,706	0,717	0,730	0,736	0,741	0,742
Bahia	0,621	0,638	0,650	0,660	0,670	0,680	0,688	0,700	0,706	0,715	0,720	0,727	0,727	0,732	0,742
Sudeste	0,753	0,758	0,767	0,778	0,789	0,793	0,799	0,803	0,803	0,808	0,810	0,813	0,814	0,817	0,824
Minas Gerais	0,711	0,721	0,730	0,743	0,756	0,760	0,769	0,771	0,775	0,780	0,781	0,785	0,786	0,795	0,800
Espírito Santo	0,715	0,715	0,730	0,743	0,755	0,755	0,762	0,770	0,773	0,778	0,777	0,788	0,786	0,794	0,802
Rio de Janeiro	0,755	0,762	0,765	0,778	0,789	0,796	0,795	0,804	0,805	0,811	0,815	0,821	0,825	0,826	0,832
São Paulo	0,774	0,777	0,786	0,797	0,807	0,809	0,815	0,818	0,817	0,821	0,823	0,824	0,824	0,825	0,833
Sul	0,752	0,758	0,768	0,777	0,785	0,791	0,796	0,802	0,804	0,809	0,813	0,816	0,820	0,825	0,829
Paraná	0,730	0,731	0,749	0,758	0,767	0,774	0,781	0,788	0,790	0,795	0,800	0,804	0,808	0,816	0,820
Santa Catarina	0,755	0,764	0,769	0,782	0,793	0,796	0,804	0,809	0,807	0,817	0,825	0,825	0,831	0,833	0,840
Rio Grande do Sul	0,769	0,777	0,785	0,791	0,798	0,804	0,806	0,812	0,816	0,818	0,819	0,824	0,825	0,829	0,832
Centro - Oeste	0,731	0,735	0,747	0,754	0,761	0,771	0,778	0,786	0,787	0,795	0,799	0,805	0,802	0,809	0,815
Mato Grosso do Sul	0,723	0,734	0,735	0,743	0,751	0,760	0,765	0,772	0,775	0,781	0,784	0,795	0,791	0,793	0,802
Mato Grosso	0,699	0,707	0,727	0,733	0,740	0,752	0,763	0,768	0,766	0,775	0,784	0,790	0,782	0,793	0,796
Goiás	0,720	0,724	0,734	0,737	0,740	0,757	0,759	0,769	0,771	0,779	0,784	0,787	0,786	0,794	0,800
Distrito Federal	0,791	0,788	0,804	0,817	0,829	0,830	0,840	0,847	0,850	0,858	0,858	0,865	0,865	0,868	0,874

Fonte: PNUD - Fundação João Pinheiro

tabela 2 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
– Componente Educação. Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,745	0,770	0,785	0,793	0,802	0,811	0,822	0,835	0,845	0,849	0,861	0,868	0,874	0,878	0,883
Norte	0,704	0,730	0,745	0,757	0,768	0,781	0,785	0,798	0,812	0,818	0,830	0,849	0,854	0,866	0,880
Roraima	0,724	0,763	0,769	0,785	0,802	0,811	0,815	0,833	0,838	0,833	0,841	0,861	0,875	0,877	0,885
Acre	0,623	0,650	0,677	0,688	0,698	0,713	0,720	0,754	0,755	0,757	0,765	0,799	0,828	0,841	0,844
Amazonas	0,707	0,734	0,748	0,760	0,772	0,787	0,791	0,803	0,809	0,813	0,845	0,874	0,882	0,903	0,925
Roraima	0,751	0,803	0,818	0,828	0,837	0,864	0,865	0,867	0,868	0,865	0,868	0,871	0,874	0,884	0,885
Pará	0,710	0,726	0,741	0,749	0,756	0,771	0,772	0,784	0,806	0,815	0,818	0,836	0,837	0,847	0,861
Amapá	0,756	0,820	0,826	0,841	0,856	0,858	0,859	0,870	0,879	0,881	0,887	0,893	0,897	0,910	0,919
Tocantins	0,665	0,701	0,730	0,744	0,758	0,770	0,777	0,793	0,805	0,826	0,837	0,841	0,846	0,850	0,860
Nordeste	0,606	0,645	0,665	0,676	0,687	0,698	0,713	0,738	0,753	0,762	0,784	0,794	0,796	0,801	0,807
Maranhão	0,572	0,585	0,624	0,640	0,656	0,661	0,679	0,715	0,728	0,738	0,780	0,783	0,777	0,784	0,784
Piauí	0,585	0,630	0,640	0,652	0,663	0,670	0,683	0,713	0,715	0,730	0,745	0,760	0,770	0,780	0,779
Ceará	0,604	0,623	0,646	0,655	0,664	0,676	0,704	0,729	0,754	0,772	0,788	0,803	0,802	0,808	0,808
Rio Grande do Norte	0,642	0,691	0,697	0,705	0,712	0,720	0,738	0,751	0,768	0,779	0,792	0,801	0,797	0,804	0,810
Paraíba	0,575	0,638	0,668	0,673	0,679	0,685	0,713	0,731	0,734	0,737	0,763	0,770	0,789	0,792	0,793
Pernambuco	0,644	0,676	0,692	0,705	0,719	0,727	0,732	0,755	0,766	0,768	0,788	0,794	0,796	0,799	0,811
Alagoas	0,535	0,611	0,626	0,630	0,634	0,634	0,661	0,666	0,700	0,703	0,741	0,746	0,752	0,755	0,759
Sergipe	0,630	0,672	0,712	0,724	0,737	0,746	0,751	0,765	0,773	0,771	0,805	0,824	0,831	0,829	0,827
Bahia	0,615	0,661	0,674	0,687	0,701	0,718	0,728	0,758	0,773	0,785	0,800	0,810	0,813	0,817	0,830
Sudeste	0,812	0,834	0,846	0,853	0,860	0,864	0,874	0,881	0,887	0,887	0,895	0,897	0,906	0,911	0,913
Minas Gerais	0,751	0,777	0,792	0,803	0,813	0,827	0,835	0,845	0,852	0,850	0,854	0,856	0,865	0,879	0,878
Espírito Santo	0,763	0,769	0,795	0,803	0,811	0,814	0,828	0,845	0,850	0,855	0,854	0,870	0,876	0,882	0,887
Rio de Janeiro	0,837	0,848	0,863	0,869	0,874	0,880	0,878	0,889	0,898	0,902	0,915	0,928	0,941	0,938	0,945
São Paulo	0,837	0,861	0,871	0,876	0,882	0,879	0,894	0,898	0,903	0,901	0,909	0,908	0,916	0,919	0,921
Sul	0,805	0,823	0,837	0,844	0,850	0,863	0,875	0,885	0,893	0,895	0,903	0,910	0,916	0,918	0,921
Paraná	0,778	0,800	0,814	0,821	0,828	0,839	0,857	0,873	0,877	0,879	0,890	0,896	0,905	0,907	0,913
Santa Catarina	0,808	0,822	0,837	0,849	0,860	0,872	0,883	0,891	0,895	0,906	0,922	0,922	0,930	0,934	0,934
Rio Grande do Sul	0,827	0,846	0,858	0,862	0,867	0,880	0,888	0,892	0,907	0					

tabela 3 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Componente Renda.
Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,674	0,665	0,675	0,694	0,711	0,713	0,714	0,716	0,706	0,713	0,709	0,709	0,699	0,703	0,713
Norte	0,623	0,617	0,637	0,656	0,672	0,663	0,664	0,662	0,651	0,650	0,657	0,654	0,637	0,639	0,646
Rondônia	0,647	0,653	0,663	0,698	0,726	0,698	0,715	0,736	0,716	0,694	0,680	0,692	0,670	0,674	0,685
Acre	0,651	0,677	0,665	0,694	0,719	0,734	0,711	0,717	0,713	0,692	0,714	0,707	0,676	0,645	0,647
Amazonas	0,627	0,620	0,621	0,655	0,683	0,675	0,677	0,644	0,632	0,641	0,655	0,646	0,638	0,634	0,648
Roraima	0,709	0,691	0,737	0,737	0,737	0,744	0,690	0,700	0,710	0,688	0,667	0,640	0,656	0,609	0,629
Pará	0,618	0,611	0,640	0,647	0,654	0,642	0,647	0,650	0,644	0,639	0,644	0,651	0,621	0,633	0,632
Amapá	0,654	0,607	0,695	0,691	0,687	0,691	0,669	0,655	0,645	0,668	0,690	0,656	0,665	0,636	0,676
Tocantins	0,571	0,553	0,578	0,592	0,605	0,604	0,610	0,625	0,604	0,628	0,644	0,626	0,631	0,647	0,647
Nordeste	0,565	0,559	0,571	0,588	0,603	0,606	0,606	0,613	0,606	0,609	0,607	0,610	0,598	0,610	0,619
Maranhão	0,502	0,483	0,516	0,532	0,548	0,571	0,551	0,569	0,568	0,568	0,576	0,577	0,573	0,584	0,570
Piauí	0,522	0,513	0,534	0,548	0,560	0,559	0,567	0,574	0,573	0,583	0,591	0,604	0,588	0,601	0,608
Ceará	0,559	0,549	0,565	0,586	0,604	0,599	0,604	0,610	0,598	0,608	0,610	0,606	0,592	0,605	0,616
Rio Grande do Norte	0,578	0,584	0,570	0,603	0,630	0,634	0,630	0,639	0,630	0,633	0,633	0,632	0,612	0,628	0,657
Paraíba	0,559	0,546	0,584	0,606	0,625	0,610	0,629	0,647	0,658	0,626	0,605	0,622	0,607	0,620	0,638
Pernambuco	0,585	0,578	0,577	0,599	0,618	0,622	0,617	0,629	0,616	0,629	0,626	0,625	0,604	0,627	0,632
Alagoas	0,568	0,579	0,567	0,600	0,628	0,616	0,622	0,614	0,595	0,594	0,588	0,587	0,586	0,577	0,589
Sergipe	0,601	0,598	0,620	0,613	0,607	0,637	0,622	0,639	0,629	0,622	0,615	0,629	0,632	0,645	0,643
Bahia	0,577	0,572	0,586	0,595	0,603	0,606	0,611	0,610	0,601	0,609	0,606	0,610	0,603	0,608	0,621
Sudeste	0,717	0,706	0,713	0,735	0,754	0,756	0,757	0,757	0,745	0,754	0,748	0,747	0,736	0,736	0,750
Minas Gerais	0,650	0,646	0,652	0,673	0,693	0,686	0,697	0,688	0,684	0,695	0,689	0,692	0,682	0,691	0,702
Espírito Santo	0,645	0,633	0,647	0,675	0,699	0,691	0,692	0,697	0,697	0,704	0,694	0,708	0,691	0,704	0,715
Rio de Janeiro	0,725	0,727	0,716	0,741	0,762	0,771	0,762	0,771	0,759	0,766	0,759	0,758	0,751	0,753	0,758
São Paulo	0,744	0,726	0,739	0,759	0,778	0,781	0,781	0,780	0,767	0,776	0,770	0,767	0,754	0,750	0,768
Sul	0,695	0,691	0,704	0,719	0,732	0,734	0,731	0,735	0,728	0,737	0,735	0,733	0,732	0,740	0,746
Paraná	0,674	0,654	0,687	0,703	0,717	0,724	0,719	0,719	0,715	0,725	0,722	0,724	0,719	0,737	0,739
Santa Catarina	0,695	0,703	0,699	0,719	0,738	0,729	0,737	0,738	0,723	0,738	0,741	0,735	0,741	0,740	0,756
Rio Grande do Sul	0,712	0,713	0,721	0,732	0,742	0,744	0,737	0,748	0,742	0,746	0,743	0,741	0,738	0,744	0,748
Centro - Oeste	0,690	0,675	0,696	0,704	0,712	0,719	0,729	0,732	0,718	0,730	0,724	0,731	0,715	0,728	0,736
Mato Grosso do Sul	0,669	0,665	0,665	0,680	0,693	0,700	0,700	0,698	0,691	0,704	0,704	0,712	0,697	0,698	0,709
Mato Grosso	0,652	0,619	0,670	0,674	0,678	0,688	0,716	0,705	0,686	0,703	0,702	0,707	0,682	0,705	0,702
Goiás	0,668	0,664	0,673	0,673	0,674	0,693	0,687	0,701	0,686	0,699	0,692	0,697	0,685	0,703	0,712
Distrito Federal	0,781	0,754	0,784	0,802	0,818	0,807	0,829	0,831	0,817	0,824	0,812	0,822	0,807	0,811	0,824

Fonte: PNUD - Fundação João Pinheiro

tabela 4 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Componente Longevidade.
Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,699	0,706	0,713	0,719	0,726	0,732	0,738	0,745	0,751	0,757	0,763	0,769	0,774	0,780	0,785
Norte	0,696	0,700	0,705	0,710	0,715	0,720	0,725	0,729	0,734	0,741	0,746	0,751	0,756	0,761	0,766
Rondônia	0,693	0,698	0,702	0,706	0,710	0,715	0,719	0,724	0,728	0,733	0,739	0,744	0,749	0,754	0,759
Acre	0,677	0,683	0,690	0,697	0,704	0,710	0,717	0,724	0,731	0,737	0,743	0,748	0,753	0,758	0,763
Amazonas	0,685	0,691	0,697	0,703	0,709	0,715	0,721	0,728	0,734	0,741	0,746	0,751	0,756	0,761	0,766
Roraima	0,662	0,668	0,673	0,679	0,684	0,689	0,694	0,699	0,704	0,708	0,714	0,720	0,726	0,731	0,736
Pará	0,707	0,711	0,716	0,721	0,725	0,730	0,734	0,739	0,743	0,748	0,753	0,758	0,763	0,768	0,772
Amapá	0,702	0,702	0,704	0,706	0,708	0,710	0,711	0,713	0,715	0,717	0,722	0,728	0,733	0,739	0,744
Tocantins	0,678	0,685	0,691	0,698	0,704	0,711	0,717	0,723	0,729	0,736	0,741	0,746	0,751	0,756	0,761
Nordeste	0,631	0,640	0,648	0,656	0,664	0,672	0,680	0,688	0,696	0,703	0,710	0,716	0,722	0,728	0,734
Maranhão	0,615	0,620	0,626	0,631	0,636	0,641	0,646	0,651	0,656	0,661	0,668	0,675	0,682	0,689	0,696
Piauí	0,625	0,632	0,639	0,646	0,653	0,660	0,667	0,674	0,681	0,688	0,694	0,701	0,708	0,714	0,720
Ceará	0,650	0,659	0,667	0,674	0,682	0,689	0,695	0,702	0,708	0,715	0,720	0,726	0,732	0,738	0,744
Rio Grande do Norte	0,638	0,647	0,656	0,665	0,674	0,682	0,691	0,700	0,708	0,717	0,723	0,729	0,735	0,741	0,747
Paraíba	0,613	0,622	0,631	0,640	0,649	0,658	0,667	0,675	0,684	0,693	0,697	0,704	0,710	0,717	0,723
Pernambuco	0,597	0,606	0,615	0,624	0,633	0,641	0,650	0,659	0,668	0,677	0,684	0,691	0,697	0,704	0,710
Alagoas	0,578	0,587	0,595	0,603	0,611	0,618	0,626	0,633	0,641	0,648	0,655	0,662	0,669	0,676	0,683
Sergipe	0,640	0,651	0,662	0,672	0,682	0,692	0,701	0,710	0,718	0,726	0,733	0,738	0,744	0,750	0,756
Bahia	0,672	0,681	0,689	0,698	0,707	0,716	0,724	0,733	0,742	0,751	0,755	0,760	0,765	0,770	0,775
Sudeste	0,730	0,736	0,742	0,747	0,754	0,759	0,765	0,771	0,777	0,784	0,789	0,794	0,799	0,804	0,809
Minas Gerais	0,733	0,740	0,747	0,754	0,761	0,768	0,775	0,782	0,789	0,796	0,801	0,805	0,810	0,815	0,819
Espírito Santo	0,738	0,743	0,747	0,751	0,755	0,760	0,764	0,768	0,773	0,777	0,782	0,787	0,792	0,797	0,802
Rio de Janeiro	0,703	0,710	0,717	0,724	0,731	0,737	0,744	0,751	0,758	0,766	0,771	0,777	0,782	0,788	0,793
São Paulo	0,740	0,745	0,750	0,755	0,760	0,766	0,771	0,776	0,781	0,786	0,791	0,797	0,802	0,807	0,812
Sul	0,756	0,760	0,764	0,769	0,773	0,778	0,782	0,787	0,791	0,796	0,801	0,806	0,811	0,816	0,820
Paraná	0,738	0,739	0,744	0,749	0,755	0,760	0,765	0,771	0,776	0,782	0,788	0,793	0,798	0,804	0,809
Santa Catarina	0,762	0,767	0,772	0,777	0,782	0,788	0,793	0,798	0,803	0,808	0,813	0,817	0,821	0,826	0,830
Rio Grande do Sul	0,768	0,772	0,776	0,780	0,784	0,788	0,792	0,796	0,800</						

tabela 5 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos indivíduos negros.
Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,633	0,644	0,654	0,666	0,677	0,684	0,692	0,702	0,707	0,711	0,719	0,727	0,727	0,735	0,743
Norte	0,654	0,661	0,675	0,687	0,698	0,702	0,705	0,712	0,716	0,717	0,727	0,734	0,734	0,738	0,749
Rondônia	0,663	0,672	0,681	0,700	0,717	0,717	0,720	0,733	0,736	0,732	0,735	0,744	0,745	0,747	0,762
Acre	0,629	0,649	0,654	0,670	0,685	0,697	0,694	0,705	0,718	0,713	0,719	0,729	0,736	0,733	0,733
Amazonas	0,658	0,664	0,673	0,691	0,707	0,707	0,710	0,710	0,709	0,717	0,732	0,740	0,745	0,747	0,767
Roraima	0,682	0,696	0,692	0,715	0,733	0,743	0,728	0,736	0,745	0,739	0,735	0,732	0,739	0,732	0,738
Pará	0,660	0,662	0,678	0,684	0,691	0,693	0,702	0,709	0,715	0,716	0,721	0,732	0,727	0,733	0,740
Amapá	0,688	0,694	0,717	0,725	0,733	0,728	0,732	0,731	0,728	0,743	0,756	0,750	0,757	0,750	0,771
Tocantins	0,615	0,620	0,652	0,660	0,667	0,672	0,677	0,698	0,691	0,706	0,718	0,716	0,722	0,734	0,739
Nordeste	0,572	0,587	0,598	0,612	0,625	0,629	0,639	0,651	0,659	0,664	0,675	0,683	0,682	0,691	0,698
Maranhão	0,545	0,547	0,572	0,581	0,590	0,599	0,603	0,619	0,629	0,635	0,657	0,662	0,659	0,666	0,666
Piauí	0,558	0,569	0,586	0,595	0,605	0,612	0,624	0,630	0,635	0,645	0,656	0,667	0,668	0,682	0,681
Ceará	0,571	0,576	0,592	0,605	0,616	0,620	0,637	0,651	0,657	0,667	0,677	0,687	0,685	0,692	0,701
Rio Grande do Norte	0,584	0,609	0,611	0,625	0,637	0,638	0,640	0,650	0,661	0,671	0,677	0,679	0,681	0,694	0,703
Paraíba	0,540	0,568	0,578	0,597	0,613	0,613	0,626	0,635	0,639	0,640	0,649	0,655	0,668	0,672	0,674
Pernambuco	0,574	0,591	0,597	0,613	0,629	0,636	0,637	0,644	0,652	0,658	0,669	0,674	0,673	0,687	0,696
Alagoas	0,519	0,543	0,546	0,558	0,569	0,567	0,596	0,594	0,601	0,609	0,622	0,628	0,630	0,630	0,639
Sergipe	0,597	0,613	0,644	0,652	0,658	0,671	0,670	0,677	0,677	0,681	0,692	0,716	0,717	0,722	0,725
Bahia	0,599	0,618	0,625	0,638	0,650	0,659	0,667	0,680	0,690	0,696	0,704	0,710	0,710	0,718	0,728
Sudeste	0,686	0,694	0,701	0,713	0,725	0,731	0,737	0,743	0,745	0,750	0,753	0,759	0,762	0,770	0,777
Minas Gerais	0,657	0,667	0,678	0,690	0,701	0,707	0,716	0,719	0,724	0,731	0,734	0,738	0,742	0,751	0,758
Espírito Santo	0,669	0,672	0,689	0,698	0,706	0,707	0,715	0,729	0,730	0,735	0,735	0,742	0,744	0,757	0,764
Rio de Janeiro	0,697	0,704	0,707	0,721	0,733	0,740	0,742	0,749	0,753	0,761	0,764	0,774	0,779	0,787	0,793
São Paulo	0,704	0,711	0,718	0,730	0,742	0,746	0,755	0,761	0,759	0,761	0,765	0,771	0,771	0,777	0,785
Sul	0,652	0,661	0,673	0,684	0,694	0,703	0,711	0,724	0,721	0,732	0,742	0,749	0,754	0,763	0,769
Paraná	0,643	0,647	0,666	0,678	0,690	0,694	0,703	0,717	0,716	0,725	0,736	0,746	0,750	0,758	0,765
Santa Catarina	0,647	0,656	0,660	0,675	0,688	0,695	0,710	0,726	0,720	0,733	0,749	0,755	0,771	0,770	0,775
Rio Grande do Sul	0,669	0,685	0,689	0,697	0,705	0,720	0,724	0,733	0,729	0,742	0,750	0,756	0,755	0,770	0,773
Centro - Oeste	0,688	0,692	0,707	0,713	0,719	0,730	0,735	0,745	0,750	0,755	0,759	0,768	0,767	0,773	0,781
Mato Grosso do Sul	0,677	0,684	0,688	0,700	0,710	0,709	0,722	0,730	0,735	0,737	0,739	0,745	0,752	0,751	0,759
Mato Grosso	0,667	0,677	0,695	0,704	0,713	0,718	0,719	0,733	0,730	0,741	0,752	0,754	0,749	0,759	0,761
Goiás	0,679	0,684	0,696	0,701	0,706	0,718	0,719	0,732	0,741	0,743	0,747	0,757	0,757	0,769	0,773
Distrito Federal	0,741	0,737	0,761	0,769	0,777	0,783	0,796	0,799	0,798	0,810	0,813	0,822	0,822	0,825	0,834

Fonte: PNUD - Fundação João Pinheiro

tabela 6 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos indivíduos brancos.
Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,763	0,768	0,777	0,787	0,797	0,800	0,806	0,811	0,812	0,816	0,820	0,822	0,823	0,825	0,831
Norte	0,732	0,734	0,747	0,756	0,765	0,770	0,774	0,774	0,778	0,782	0,792	0,792	0,788	0,796	0,803
Rondônia	0,725	0,733	0,740	0,757	0,771	0,767	0,784	0,797	0,791	0,784	0,785	0,797	0,795	0,802	0,805
Acre	0,717	0,732	0,739	0,751	0,761	0,768	0,768	0,771	0,769	0,770	0,793	0,796	0,792	0,796	0,801
Amazonas	0,733	0,737	0,739	0,754	0,768	0,777	0,782	0,762	0,768	0,779	0,791	0,795	0,792	0,804	0,817
Roraima	0,781	0,782	0,812	0,807	0,802	0,814	0,794	0,802	0,815	0,807	0,802	0,793	0,797	0,775	0,793
Pará	0,734	0,732	0,751	0,755	0,759	0,764	0,766	0,769	0,778	0,779	0,784	0,788	0,779	0,791	0,797
Amapá	0,750	0,742	0,791	0,787	0,781	0,796	0,791	0,782	0,784	0,793	0,805	0,791	0,803	0,799	0,814
Tocantins	0,703	0,710	0,709	0,730	0,750	0,757	0,766	0,766	0,766	0,779	0,793	0,789	0,789	0,792	0,803
Nordeste	0,669	0,679	0,693	0,704	0,714	0,718	0,725	0,735	0,739	0,744	0,751	0,754	0,755	0,756	0,762
Maranhão	0,628	0,619	0,646	0,668	0,682	0,696	0,686	0,707	0,702	0,708	0,722	0,721	0,729	0,740	0,732
Piauí	0,637	0,651	0,669	0,682	0,693	0,688	0,688	0,719	0,720	0,725	0,731	0,745	0,741	0,746	0,755
Ceará	0,677	0,680	0,695	0,706	0,715	0,722	0,732	0,738	0,741	0,748	0,753	0,753	0,752	0,759	0,759
Rio Grande do Norte	0,680	0,694	0,691	0,711	0,727	0,731	0,746	0,759	0,759	0,763	0,769	0,768	0,770	0,771	0,791
Paraíba	0,652	0,664	0,698	0,706	0,714	0,703	0,716	0,735	0,745	0,736	0,742	0,754	0,749	0,756	0,769
Pernambuco	0,673	0,672	0,682	0,694	0,706	0,716	0,717	0,729	0,736	0,743	0,750	0,753	0,748	0,756	0,759
Alagoas	0,645	0,673	0,678	0,698	0,711	0,701	0,713	0,717	0,718	0,727	0,735	0,742	0,747	0,742	0,752
Sergipe	0,691	0,707	0,721	0,724	0,727	0,743	0,743	0,759	0,766	0,762	0,767	0,767	0,779	0,783	0,781
Bahia	0,693	0,700	0,722	0,730	0,734	0,735	0,747	0,756	0,756	0,764	0,770	0,770	0,773	0,771	0,783
Sudeste	0,788	0,792	0,798	0,809	0,819	0,822	0,828	0,832	0,831	0,835	0,837	0,839	0,839	0,841	0,850
Minas Gerais	0,757	0,764	0,770	0,783	0,795	0,799	0,809	0,811	0,811	0,814	0,814	0,817	0,817	0,827	0,829
Espírito Santo	0,756	0,755	0,765	0,782	0,798	0,795	0,798	0,807	0,810	0,815	0,818	0,826	0,825	0,831	0,841
Rio de Janeiro	0,798	0,801	0,804	0,815	0,825	0,832	0,831	0,839	0,839	0,845	0,848	0,851	0,856	0,855	0,863
São Paulo	0,795	0,799	0,807	0,817	0,826	0,827	0,834	0,836	0,836	0,840	0,841	0,841	0,842	0,842	0,852
Sul	0,769	0,774	0,784	0,793	0,800	0,805	0,810	0,817	0,819	0,823	0,825	0,829	0,831	0,836	0,840
Paraná	0,752	0,754	0,770	0,779	0,787	0,796	0,801	0,806	0,809	0,812	0,816	0,820	0,823	0,832	0,835
Santa Catarina	0,766	0,775	0,779	0,791	0,803	0,805	0,813	0,818	0,816	0,826	0,832	0,832	0,838	0,841	0,849
Rio Grande do Sul	0,785	0,792	0,800	0,805	0,810	0,816	0,818	0,824	0,829						

tabela 7 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Componente Educação dos indivíduos negros.
Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,665	0,695	0,713	0,723	0,733	0,745	0,759	0,779	0,794	0,797	0,816	0,825	0,831	0,836	0,842
Norte	0,683	0,707	0,724	0,735	0,746	0,763	0,771	0,783	0,799	0,802	0,820	0,835	0,842	0,850	0,865
Rondônia	0,703	0,719	0,734	0,747	0,760	0,776	0,787	0,806	0,814	0,815	0,826	0,836	0,849	0,853	0,874
Acre	0,596	0,620	0,646	0,659	0,671	0,688	0,704	0,721	0,735	0,750	0,757	0,781	0,812	0,826	0,830
Amazonas	0,700	0,724	0,735	0,747	0,758	0,771	0,778	0,786	0,797	0,808	0,835	0,859	0,873	0,887	0,914
Roraima	0,757	0,791	0,802	0,813	0,824	0,839	0,845	0,852	0,857	0,858	0,861	0,864	0,867	0,877	0,877
Pará	0,692	0,698	0,715	0,724	0,732	0,748	0,758	0,771	0,796	0,802	0,807	0,823	0,825	0,832	0,847
Amapá	0,745	0,794	0,806	0,818	0,831	0,839	0,847	0,855	0,861	0,873	0,882	0,890	0,897	0,903	0,911
Tocantins	0,639	0,678	0,714	0,725	0,735	0,751	0,762	0,779	0,786	0,807	0,824	0,827	0,827	0,833	0,841
Nordeste	0,575	0,614	0,634	0,647	0,660	0,669	0,687	0,712	0,733	0,739	0,766	0,776	0,776	0,782	0,787
Maranhão	0,551	0,568	0,609	0,622	0,636	0,639	0,658	0,694	0,708	0,722	0,767	0,766	0,765	0,769	0,769
Piauí	0,565	0,600	0,622	0,634	0,645	0,655	0,665	0,691	0,696	0,709	0,727	0,745	0,750	0,762	0,759
Ceará	0,566	0,581	0,606	0,616	0,627	0,639	0,674	0,700	0,725	0,741	0,761	0,781	0,778	0,788	0,787
Rio Grande do Norte	0,599	0,657	0,665	0,669	0,673	0,677	0,690	0,700	0,722	0,744	0,755	0,753	0,763	0,773	0,775
Paraíba	0,526	0,595	0,621	0,632	0,642	0,647	0,671	0,685	0,690	0,696	0,728	0,730	0,758	0,765	0,750
Pernambuco	0,607	0,649	0,661	0,676	0,691	0,702	0,704	0,723	0,736	0,738	0,764	0,769	0,769	0,783	0,795
Alagoas	0,490	0,549	0,563	0,567	0,572	0,570	0,613	0,623	0,651	0,667	0,699	0,713	0,715	0,715	0,723
Sergipe	0,601	0,645	0,699	0,712	0,717	0,721	0,727	0,734	0,741	0,749	0,781	0,814	0,815	0,811	0,811
Bahia	0,595	0,642	0,650	0,666	0,683	0,702	0,713	0,742	0,765	0,771	0,792	0,802	0,804	0,809	0,821
Sudeste	0,752	0,771	0,790	0,799	0,807	0,816	0,826	0,838	0,845	0,848	0,853	0,858	0,871	0,880	0,881
Minas Gerais	0,699	0,722	0,748	0,757	0,765	0,782	0,796	0,804	0,812	0,813	0,816	0,818	0,832	0,848	0,847
Espírito Santo	0,727	0,740	0,773	0,773	0,774	0,779	0,790	0,817	0,826	0,829	0,822	0,836	0,843	0,860	0,858
Rio de Janeiro	0,792	0,798	0,815	0,824	0,833	0,840	0,845	0,852	0,859	0,873	0,880	0,895	0,912	0,915	0,921
São Paulo	0,778	0,802	0,815	0,824	0,832	0,834	0,851	0,863	0,868	0,865	0,874	0,877	0,887	0,891	0,892
Sul	0,701	0,722	0,741	0,750	0,758	0,768	0,791	0,811	0,815	0,823	0,837	0,849	0,858	0,858	0,864
Paraná	0,687	0,706	0,729	0,738	0,747	0,751	0,782	0,807	0,809	0,813	0,830	0,847	0,855	0,849	0,860
Santa Catarina	0,689	0,700	0,710	0,726	0,742	0,757	0,780	0,808	0,820	0,827	0,858	0,872	0,887	0,885	0,878
Rio Grande do Sul	0,730	0,757	0,771	0,778	0,785	0,801	0,808	0,818	0,823	0,840	0,844	0,860	0,854	0,868	0,866
Centro - Oeste	0,741	0,768	0,778	0,782	0,786	0,810	0,810	0,828	0,847	0,848	0,861	0,871	0,877	0,872	0,882
Mato Grosso do Sul	0,733	0,757	0,763	0,765	0,767	0,789	0,799	0,823	0,831	0,832	0,839	0,845	0,859	0,853	0,861
Mato Grosso	0,710	0,761	0,763	0,772	0,782	0,795	0,792	0,813	0,823	0,834	0,857	0,858	0,858	0,857	0,862
Goias	0,727	0,746	0,759	0,764	0,768	0,794	0,793	0,813	0,836	0,837	0,851	0,860	0,865	0,870	0,873
Distrito Federal	0,829	0,840	0,856	0,862	0,868	0,878	0,880	0,891	0,899	0,910	0,917	0,930	0,938	0,941	0,938

Fonte: PNUD - Fundação João Pinheiro

tabela 8 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Componente Educação dos indivíduos brancos.
Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,816	0,837	0,848	0,855	0,861	0,865	0,877	0,885	0,893	0,893	0,904	0,908	0,916	0,915	0,918
Norte	0,784	0,798	0,810	0,818	0,825	0,836	0,839	0,849	0,863	0,868	0,885	0,889	0,897	0,903	0,919
Rondônia	0,759	0,774	0,788	0,799	0,811	0,826	0,836	0,854	0,860	0,859	0,873	0,887	0,906	0,913	0,912
Acre	0,731	0,754	0,773	0,774	0,776	0,782	0,787	0,793	0,794	0,792	0,810	0,832	0,870	0,892	0,895
Amazonas	0,808	0,832	0,839	0,847	0,854	0,862	0,865	0,868	0,874	0,879	0,903	0,921	0,928	0,934	0,968
Roraima	0,862	0,901	0,905	0,910	0,915	0,924	0,923	0,922	0,920	0,915	0,914	0,915	0,916	0,917	0,914
Pará	0,783	0,787	0,801	0,805	0,809	0,822	0,827	0,836	0,856	0,856	0,861	0,876	0,876	0,882	0,906
Amapá	0,806	0,859	0,868	0,877	0,886	0,891	0,895	0,899	0,902	0,908	0,915	0,922	0,927	0,932	0,954
Tocantins	0,753	0,764	0,782	0,807	0,833	0,847	0,848	0,856	0,861	0,866	0,878	0,881	0,884	0,887	0,918
Nordeste	0,693	0,722	0,743	0,752	0,759	0,762	0,776	0,791	0,805	0,812	0,832	0,836	0,846	0,839	0,841
Maranhão	0,658	0,655	0,686	0,716	0,729	0,728	0,733	0,763	0,771	0,786	0,817	0,824	0,826	0,837	0,839
Piauí	0,653	0,687	0,720	0,729	0,737	0,732	0,739	0,777	0,784	0,789	0,798	0,808	0,821	0,834	0,824
Ceará	0,696	0,715	0,735	0,741	0,746	0,760	0,780	0,795	0,815	0,826	0,840	0,846	0,852	0,848	0,848
Rio Grande do Norte	0,723	0,749	0,757	0,769	0,781	0,780	0,810	0,822	0,830	0,838	0,849	0,854	0,864	0,861	0,874
Paraíba	0,664	0,723	0,747	0,751	0,756	0,750	0,759	0,774	0,793	0,792	0,823	0,833	0,844	0,837	0,848
Pernambuco	0,720	0,725	0,746	0,757	0,767	0,776	0,778	0,786	0,809	0,813	0,829	0,837	0,843	0,836	0,838
Alagoas	0,653	0,717	0,729	0,741	0,741	0,739	0,757	0,759	0,781	0,791	0,803	0,818	0,828	0,824	0,828
Sergipe	0,708	0,749	0,762	0,771	0,780	0,784	0,792	0,801	0,809	0,818	0,835	0,850	0,874	0,873	0,873
Bahia	0,697	0,731	0,755	0,769	0,772	0,778	0,790	0,813	0,821	0,824	0,838	0,835	0,844	0,847	0,861
Sudeste	0,847	0,867	0,875	0,881	0,887	0,888	0,900	0,906	0,911	0,909	0,918	0,919	0,928	0,930	0,934
Minas Gerais	0,800	0,823	0,829	0,841	0,853	0,865	0,876	0,887	0,889	0,882	0,890	0,892	0,898	0,914	0,908
Espírito Santo	0,803	0,805	0,818	0,835	0,851	0,851	0,857	0,872	0,876	0,881	0,895	0,899	0,907	0,911	0,921
Rio de Janeiro	0,877	0,883	0,897	0,899	0,902	0,905	0,907	0,915	0,925	0,926	0,941	0,950	0,962	0,957	0,967
São Paulo	0,858	0,880	0,888	0,892	0,896	0,893	0,908	0,911	0,916	0,915	0,922	0,919	0,927	0,929	0,934
Sul	0,824	0,842	0,854	0,860	0,867	0,878	0,891	0,901	0,909	0,909	0,915	0,922	0,928	0,930	0,932
Paraná	0,805	0,827	0,838	0,845	0,851	0,869	0,880	0,893	0,899	0,898	0,908	0,914	0,920	0,926	0,930
Santa Catarina	0,821	0,834	0,848	0,858	0,869	0,881	0,892	0,900	0,905	0,915	0,927	0,929	0,935	0,941	0,944
Rio Grande do Sul	0,842	0,859	0,871	0,874	0,877	0,889	0,900	0,903	0,9						

tabela 9 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Componente Renda dos indivíduos negros. Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,580	0,576	0,581	0,599	0,615	0,616	0,618	0,620	0,612	0,617	0,617	0,623	0,613	0,624	0,637
Norte	0,592	0,584	0,604	0,624	0,642	0,629	0,627	0,631	0,620	0,616	0,622	0,624	0,612	0,611	0,622
Rondônia	0,613	0,619	0,625	0,665	0,697	0,675	0,668	0,682	0,677	0,659	0,651	0,661	0,642	0,640	0,657
Acre	0,625	0,654	0,634	0,665	0,691	0,702	0,672	0,680	0,698	0,663	0,668	0,667	0,655	0,624	0,617
Amazonas	0,598	0,585	0,594	0,630	0,660	0,642	0,637	0,623	0,603	0,608	0,621	0,616	0,612	0,596	0,624
Roraima	0,671	0,671	0,639	0,686	0,723	0,729	0,668	0,680	0,691	0,667	0,643	0,621	0,633	0,593	0,603
Pará	0,588	0,583	0,608	0,616	0,623	0,609	0,621	0,625	0,615	0,607	0,611	0,624	0,601	0,609	0,611
Amapá	0,625	0,590	0,646	0,656	0,665	0,642	0,643	0,629	0,613	0,643	0,670	0,639	0,646	0,613	0,663
Tocantins	0,540	0,509	0,562	0,568	0,573	0,565	0,562	0,601	0,567	0,584	0,597	0,584	0,596	0,620	0,621
Nordeste	0,524	0,522	0,527	0,545	0,562	0,561	0,563	0,564	0,562	0,564	0,565	0,571	0,563	0,576	0,586
Maranhão	0,479	0,464	0,492	0,502	0,511	0,529	0,517	0,524	0,536	0,536	0,548	0,559	0,543	0,554	0,549
Piauí	0,490	0,480	0,503	0,513	0,522	0,529	0,549	0,532	0,538	0,546	0,557	0,563	0,557	0,580	0,575
Ceará	0,516	0,506	0,520	0,541	0,559	0,551	0,560	0,567	0,554	0,561	0,566	0,570	0,559	0,565	0,586
Rio Grande do Norte	0,537	0,544	0,535	0,565	0,590	0,579	0,565	0,577	0,580	0,580	0,580	0,585	0,573	0,598	0,616
Paraíba	0,508	0,515	0,511	0,549	0,580	0,565	0,574	0,579	0,577	0,565	0,557	0,567	0,573	0,571	0,586
Pernambuco	0,539	0,538	0,533	0,558	0,580	0,580	0,571	0,565	0,565	0,572	0,570	0,573	0,563	0,583	0,592
Alagoas	0,509	0,516	0,502	0,525	0,546	0,537	0,572	0,550	0,534	0,537	0,534	0,532	0,529	0,522	0,535
Sergipe	0,563	0,556	0,586	0,586	0,586	0,613	0,594	0,599	0,585	0,581	0,578	0,609	0,606	0,619	0,624
Bahia	0,539	0,542	0,543	0,557	0,570	0,568	0,573	0,574	0,572	0,574	0,572	0,577	0,569	0,583	0,596
Sudeste	0,624	0,621	0,618	0,638	0,657	0,659	0,659	0,660	0,649	0,656	0,654	0,659	0,647	0,657	0,671
Minas Gerais	0,578	0,578	0,579	0,598	0,615	0,610	0,616	0,610	0,609	0,621	0,624	0,628	0,621	0,629	0,646
Espírito Santo	0,592	0,584	0,596	0,617	0,636	0,628	0,635	0,644	0,634	0,642	0,642	0,642	0,636	0,650	0,667
Rio de Janeiro	0,637	0,644	0,629	0,651	0,670	0,678	0,669	0,675	0,671	0,675	0,668	0,676	0,666	0,681	0,686
São Paulo	0,655	0,645	0,644	0,665	0,683	0,687	0,689	0,689	0,669	0,673	0,669	0,675	0,659	0,665	0,682
Sul	0,587	0,586	0,594	0,609	0,623	0,630	0,622	0,633	0,611	0,628	0,636	0,636	0,634	0,651	0,657
Paraná	0,575	0,560	0,586	0,605	0,622	0,623	0,610	0,619	0,605	0,622	0,629	0,633	0,629	0,649	0,654
Santa Catarina	0,583	0,591	0,585	0,604	0,621	0,617	0,630	0,642	0,605	0,628	0,636	0,635	0,658	0,652	0,666
Rio Grande do Sul	0,607	0,621	0,609	0,617	0,625	0,645	0,639	0,649	0,621	0,637	0,647	0,641	0,633	0,655	0,658
Centro - Oeste	0,630	0,610	0,640	0,648	0,655	0,657	0,666	0,670	0,658	0,667	0,662	0,673	0,659	0,676	0,686
Mato Grosso do Sul	0,602	0,596	0,595	0,624	0,648	0,618	0,642	0,637	0,638	0,639	0,634	0,640	0,642	0,642	0,653
Mato Grosso	0,608	0,582	0,625	0,636	0,647	0,645	0,643	0,658	0,631	0,648	0,654	0,653	0,633	0,657	0,654
Goiás	0,613	0,602	0,620	0,626	0,631	0,636	0,634	0,645	0,642	0,646	0,635	0,652	0,641	0,665	0,670
Distrito Federal	0,704	0,669	0,717	0,726	0,734	0,733	0,760	0,748	0,728	0,743	0,739	0,750	0,736	0,739	0,764

Fonte: PNUD - Fundação João Pinheiro

tabela 10 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Componente Renda dos indivíduos brancos. Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,724	0,714	0,724	0,744	0,761	0,762	0,764	0,766	0,756	0,764	0,759	0,758	0,749	0,751	0,764
Norte	0,686	0,675	0,698	0,714	0,728	0,728	0,733	0,719	0,712	0,715	0,722	0,714	0,689	0,705	0,703
Rondônia	0,679	0,686	0,690	0,727	0,758	0,726	0,764	0,782	0,757	0,733	0,719	0,737	0,710	0,720	0,726
Acre	0,714	0,730	0,725	0,751	0,774	0,784	0,771	0,769	0,753	0,754	0,798	0,779	0,725	0,710	0,718
Amazonas	0,695	0,676	0,671	0,703	0,730	0,743	0,750	0,681	0,688	0,708	0,717	0,705	0,684	0,708	0,710
Roraima	0,769	0,729	0,809	0,787	0,761	0,786	0,722	0,744	0,780	0,759	0,741	0,709	0,716	0,643	0,696
Pará	0,686	0,671	0,709	0,713	0,716	0,714	0,709	0,706	0,708	0,706	0,711	0,705	0,672	0,699	0,688
Amapá	0,713	0,635	0,772	0,748	0,720	0,758	0,737	0,704	0,706	0,726	0,747	0,696	0,720	0,698	0,717
Tocantins	0,645	0,649	0,622	0,655	0,682	0,685	0,703	0,689	0,679	0,707	0,732	0,715	0,708	0,708	0,706
Nordeste	0,640	0,627	0,647	0,664	0,678	0,676	0,679	0,692	0,678	0,680	0,678	0,675	0,663	0,670	0,678
Maranhão	0,571	0,541	0,586	0,616	0,642	0,681	0,640	0,667	0,639	0,636	0,642	0,624	0,641	0,654	0,621
Piauí	0,612	0,611	0,625	0,645	0,664	0,644	0,629	0,677	0,664	0,665	0,667	0,692	0,659	0,654	0,682
Ceará	0,628	0,615	0,635	0,656	0,675	0,676	0,681	0,680	0,665	0,671	0,668	0,659	0,647	0,665	0,662
Rio Grande do Norte	0,633	0,640	0,616	0,653	0,683	0,687	0,693	0,711	0,695	0,692	0,692	0,678	0,669	0,669	0,709
Paraíba	0,622	0,594	0,663	0,676	0,688	0,654	0,678	0,709	0,714	0,681	0,665	0,685	0,655	0,677	0,702
Pernambuco	0,647	0,632	0,632	0,650	0,666	0,679	0,672	0,693	0,682	0,692	0,690	0,685	0,657	0,682	0,683
Alagoas	0,645	0,652	0,647	0,684	0,715	0,677	0,684	0,685	0,659	0,667	0,670	0,667	0,663	0,643	0,662
Sergipe	0,678	0,676	0,698	0,689	0,679	0,718	0,700	0,733	0,738	0,709	0,696	0,676	0,684	0,692	0,682
Bahia	0,670	0,651	0,684	0,686	0,689	0,678	0,695	0,693	0,675	0,690	0,689	0,690	0,687	0,676	0,693
Sudeste	0,749	0,737	0,744	0,766	0,786	0,789	0,790	0,790	0,779	0,789	0,781	0,780	0,771	0,770	0,787
Minas Gerais	0,694	0,687	0,695	0,718	0,738	0,731	0,746	0,737	0,731	0,741	0,731	0,736	0,727	0,739	0,750
Espírito Santo	0,690	0,680	0,693	0,724	0,750	0,739	0,737	0,745	0,747	0,753	0,744	0,760	0,744	0,755	0,771
Rio de Janeiro	0,767	0,765	0,755	0,780	0,802	0,814	0,802	0,813	0,796	0,809	0,800	0,794	0,792	0,792	0,802
São Paulo	0,762	0,744	0,757	0,778	0,797	0,800	0,801	0,800	0,789	0,799	0,792	0,790	0,778	0,772	0,793
Sul	0,708	0,704	0,718	0,732	0,745	0,745	0,745	0,749	0,743	0,750	0,748	0,747	0,746	0,753	0,761
Paraná	0,692	0,672	0,706	0,722	0,736	0,740	0,741	0,738	0,736	0,744	0,740	0,742	0,740	0,756	0,758
Santa Catarina	0,701	0,710	0,705	0,726	0,744	0,735	0,743	0,745	0,731	0,746	0,748	0,743	0,749	0,748	0,765
Rio Grande do Sul	0,723	0,723	0,732	0,743	0,753	0,753	0,748	0,760	0,754	0,758					

tabela 11 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Componente Longevidade dos indivíduos negros. Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,653	0,660	0,667	0,675	0,683	0,690	0,699	0,706	0,714	0,720	0,725	0,733	0,737	0,745	0,751
Norte	0,687	0,692	0,697	0,702	0,707	0,712	0,718	0,723	0,728	0,733	0,739	0,744	0,749	0,754	0,759
Rondônia	0,672	0,678	0,683	0,689	0,694	0,700	0,706	0,711	0,717	0,723	0,730	0,736	0,742	0,749	0,755
Acre	0,667	0,674	0,680	0,687	0,693	0,700	0,707	0,713	0,720	0,726	0,732	0,737	0,742	0,747	0,752
Amazonas	0,677	0,683	0,689	0,696	0,702	0,708	0,715	0,721	0,728	0,735	0,740	0,746	0,751	0,757	0,762
Roraima	0,617	0,626	0,636	0,645	0,653	0,662	0,670	0,678	0,686	0,693	0,702	0,710	0,718	0,726	0,734
Pará	0,700	0,705	0,709	0,714	0,718	0,722	0,727	0,731	0,735	0,740	0,745	0,749	0,754	0,758	0,763
Amapá	0,695	0,697	0,698	0,700	0,702	0,704	0,706	0,708	0,710	0,712	0,717	0,722	0,728	0,733	0,739
Tocantins	0,666	0,673	0,680	0,687	0,694	0,701	0,707	0,714	0,721	0,727	0,732	0,738	0,744	0,749	0,754
Nordeste	0,618	0,626	0,633	0,643	0,653	0,658	0,666	0,676	0,684	0,689	0,695	0,702	0,707	0,714	0,720
Maranhão	0,605	0,610	0,615	0,619	0,624	0,629	0,634	0,638	0,643	0,647	0,654	0,661	0,668	0,674	0,681
Piauí	0,619	0,626	0,633	0,640	0,646	0,653	0,659	0,666	0,672	0,679	0,685	0,691	0,698	0,704	0,710
Ceará	0,633	0,641	0,649	0,656	0,664	0,671	0,678	0,685	0,692	0,698	0,704	0,711	0,717	0,723	0,729
Rio Grande do Norte	0,616	0,625	0,633	0,641	0,649	0,658	0,666	0,674	0,682	0,690	0,695	0,701	0,707	0,712	0,718
Paraíba	0,585	0,593	0,601	0,610	0,618	0,626	0,634	0,642	0,650	0,659	0,663	0,669	0,674	0,680	0,686
Pernambuco	0,575	0,585	0,595	0,605	0,615	0,625	0,635	0,645	0,654	0,664	0,672	0,680	0,687	0,694	0,702
Alagoas	0,557	0,565	0,573	0,581	0,588	0,596	0,603	0,610	0,618	0,624	0,631	0,638	0,645	0,652	0,659
Sergipe	0,626	0,637	0,648	0,659	0,669	0,679	0,688	0,697	0,706	0,714	0,718	0,724	0,729	0,735	0,741
Bahia	0,663	0,672	0,680	0,689	0,698	0,707	0,715	0,724	0,733	0,742	0,747	0,751	0,756	0,761	0,766
Sudeste	0,681	0,689	0,696	0,703	0,710	0,718	0,726	0,733	0,740	0,746	0,753	0,760	0,766	0,772	0,779
Minas Gerais	0,694	0,701	0,708	0,715	0,722	0,729	0,736	0,743	0,751	0,758	0,763	0,767	0,772	0,777	0,782
Espírito Santo	0,687	0,693	0,698	0,703	0,709	0,714	0,719	0,725	0,730	0,734	0,741	0,747	0,754	0,760	0,766
Rio de Janeiro	0,662	0,670	0,679	0,687	0,695	0,703	0,712	0,720	0,729	0,736	0,743	0,750	0,757	0,764	0,771
São Paulo	0,680	0,688	0,695	0,703	0,710	0,718	0,725	0,732	0,740	0,745	0,753	0,760	0,768	0,775	0,782
Sul	0,667	0,676	0,684	0,693	0,702	0,710	0,719	0,727	0,736	0,743	0,753	0,761	0,769	0,779	0,787
Paraná	0,667	0,675	0,683	0,691	0,700	0,708	0,716	0,724	0,732	0,741	0,750	0,758	0,766	0,774	0,782
Santa Catarina	0,668	0,677	0,685	0,694	0,702	0,711	0,719	0,728	0,736	0,744	0,752	0,759	0,767	0,774	0,781
Rio Grande do Sul	0,668	0,678	0,687	0,696	0,705	0,714	0,723	0,732	0,741	0,748	0,758	0,768	0,777	0,788	0,795
Centro - Oeste	0,692	0,698	0,704	0,711	0,717	0,724	0,730	0,736	0,744	0,749	0,755	0,760	0,765	0,770	0,776
Mato Grosso do Sul	0,695	0,700	0,705	0,710	0,715	0,719	0,724	0,729	0,734	0,739	0,744	0,749	0,754	0,759	0,763
Mato Grosso	0,683	0,690	0,696	0,702	0,709	0,715	0,722	0,728	0,735	0,741	0,747	0,752	0,757	0,762	0,767
Goiás	0,697	0,703	0,708	0,714	0,720	0,726	0,731	0,737	0,743	0,748	0,754	0,759	0,765	0,771	0,776
Distrito Federal	0,691	0,700	0,710	0,719	0,729	0,739	0,748	0,758	0,768	0,777	0,782	0,787	0,791	0,795	0,799

Fonte: PNUD - Fundação João Pinheiro

tabela 12 • Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – Componente Longevidade dos indivíduos brancos. Brasil, regiões e estados, 1991-2005

REGIÃO / UF	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
BRASIL	0,749	0,754	0,759	0,763	0,768	0,772	0,777	0,782	0,786	0,790	0,797	0,799	0,804	0,807	0,811
Norte	0,725	0,729	0,733	0,738	0,742	0,746	0,751	0,755	0,759	0,764	0,769	0,773	0,777	0,782	0,786
Rondônia	0,736	0,739	0,741	0,743	0,746	0,749	0,751	0,754	0,757	0,759	0,763	0,766	0,770	0,773	0,776
Acre	0,706	0,713	0,720	0,726	0,733	0,739	0,746	0,752	0,759	0,766	0,771	0,776	0,780	0,785	0,790
Amazonas	0,696	0,702	0,708	0,713	0,719	0,725	0,731	0,737	0,743	0,749	0,754	0,759	0,763	0,768	0,773
Roraima	0,713	0,717	0,721	0,725	0,729	0,733	0,736	0,740	0,743	0,746	0,751	0,756	0,760	0,765	0,769
Pará	0,734	0,739	0,743	0,748	0,752	0,757	0,761	0,766	0,770	0,774	0,779	0,784	0,788	0,793	0,798
Amapá	0,731	0,733	0,734	0,736	0,738	0,739	0,741	0,743	0,745	0,746	0,751	0,756	0,761	0,766	0,771
Tocantins	0,711	0,717	0,722	0,728	0,734	0,740	0,746	0,751	0,757	0,763	0,767	0,772	0,777	0,781	0,785
Nordeste	0,675	0,686	0,687	0,697	0,706	0,714	0,720	0,723	0,732	0,739	0,745	0,750	0,756	0,760	0,765
Maranhão	0,655	0,661	0,666	0,671	0,676	0,681	0,686	0,691	0,696	0,701	0,707	0,715	0,721	0,728	0,735
Piauí	0,646	0,654	0,663	0,671	0,680	0,688	0,696	0,704	0,712	0,720	0,728	0,736	0,743	0,751	0,758
Ceará	0,705	0,711	0,716	0,720	0,725	0,730	0,734	0,738	0,743	0,747	0,751	0,755	0,759	0,763	0,767
Rio Grande do Norte	0,684	0,693	0,701	0,710	0,718	0,727	0,735	0,743	0,752	0,760	0,766	0,772	0,778	0,783	0,789
Paraíba	0,669	0,677	0,684	0,691	0,699	0,706	0,713	0,721	0,728	0,735	0,738	0,743	0,748	0,753	0,758
Pernambuco	0,650	0,658	0,667	0,675	0,683	0,691	0,700	0,708	0,716	0,725	0,731	0,737	0,743	0,749	0,755
Alagoas	0,638	0,648	0,659	0,669	0,678	0,688	0,697	0,706	0,715	0,724	0,733	0,742	0,750	0,758	0,767
Sergipe	0,686	0,695	0,704	0,713	0,721	0,729	0,737	0,744	0,751	0,757	0,769	0,774	0,779	0,784	0,789
Bahia	0,712	0,720	0,727	0,734	0,741	0,749	0,756	0,763	0,771	0,778	0,782	0,785	0,789	0,792	0,796
Sudeste	0,767	0,771	0,776	0,781	0,786	0,790	0,794	0,800	0,804	0,808	0,812	0,816	0,820	0,824	0,828
Minas Gerais	0,778	0,783	0,787	0,791	0,796	0,800	0,805	0,809	0,814	0,819	0,821	0,823	0,825	0,827	0,829
Espírito Santo	0,776	0,780	0,784	0,788	0,792	0,796	0,800	0,804	0,808	0,809	0,814	0,819	0,823	0,828	0,832
Rio de Janeiro	0,750	0,755	0,761	0,767	0,772	0,778	0,784	0,790	0,796	0,800	0,805	0,809	0,813	0,818	0,822
São Paulo	0,767	0,771	0,776	0,780	0,785	0,789	0,794	0,798	0,803	0,806	0,811	0,815	0,820	0,824	0,829
Sul	0,774	0,777	0,781	0,785	0,789	0,793	0,795	0,800	0,805	0,808	0,814	0,817	0,821	0,825	0,829
Paraná	0,758	0,762	0,766	0,770	0,774	0,778	0,783	0,787	0,792	0,796	0,801	0,805	0,809	0,813	0,817
Santa Catarina	0,776	0,780	0,785	0,790	0,794	0,799	0,804	0,809	0,814	0,818	0,822	0,825	0,830	0,833	0,837
Rio Grande do Sul	0,790	0,793	0,796	0,798	0,801	0,804	0,807	0,810	0,813	0,816					

tabela 13 • População Economicamente Ativa, por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006 (em milhões de pessoas)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	64,65	65,65	68,70	66,60	70,96	75,28	75,21	80,56	83,61	85,75	88,31	91,27	92,98
Por sexo													
Homens	38,90	39,45	40,70	39,68	42,04	44,41	43,81	46,59	47,89	48,90	49,87	51,22	52,02
Mulheres	25,74	26,21	28,01	26,92	28,92	30,87	31,40	33,97	35,72	36,85	38,43	40,05	40,96
Por raça													
Não-Negros	35,90	36,74	38,80	38,06	39,76	41,89	41,96	44,42	45,82	46,15	47,24	47,44	48,47
Negros	28,74	28,92	29,90	28,54	31,20	33,39	33,25	36,14	37,79	39,60	41,06	43,82	44,50
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	21,36	21,79	22,65	22,39	23,18	24,41	24,05	25,16	25,68	25,71	26,16	26,14	26,43
Homens Negros	17,55	17,66	18,05	17,29	18,86	20,00	19,77	21,43	22,21	23,19	23,71	25,08	25,59
Mulheres Não-Negras	14,54	14,95	16,16	15,67	16,57	17,48	17,91	19,26	20,13	20,44	21,08	21,31	22,04
Mulheres Negras	11,20	11,26	11,85	11,25	12,35	13,38	13,48	14,71	15,58	16,41	17,35	18,74	18,91

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 14 • Distribuição (%) da População Economicamente Ativa, por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Por sexo													
Homens	60,2	60,1	59,2	59,6	59,2	59,0	58,3	57,8	57,3	57,0	56,5	56,1	55,9
Mulheres	39,8	39,9	40,8	40,4	40,8	41,0	41,7	42,2	42,7	43,0	43,5	43,9	44,1
Por raça													
Não-Negros	55,5	56,0	56,5	57,2	56,0	55,6	55,8	55,1	54,8	53,8	53,5	52,0	52,1
Negros	44,5	44,0	43,5	42,8	44,0	44,4	44,2	44,9	45,2	46,2	46,5	48,0	47,9
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	54,9	55,2	55,6	56,4	55,1	55,0	54,9	54,0	53,6	52,6	52,5	51,0	50,8
Homens Negros	45,1	44,8	44,4	43,6	44,9	45,0	45,1	46,0	46,4	47,4	47,5	49,0	49,2
Total Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres Não-Negras	56,5	57,0	57,7	58,2	57,3	56,6	57,0	56,7	56,4	55,5	54,9	53,2	53,8
Mulheres Negras	43,5	43,0	42,3	41,8	42,7	43,4	43,0	43,3	43,6	44,5	45,1	46,8	46,2
Total Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 15 • Taxa de participação (%), por sexo e raça – Pessoas de 10 a 15 anos. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	26,3	25,4	24,3	20,0	20,6	20,0	19,6	16,0	15,7	14,5	13,6	14,4	12,9
Por sexo													
Homens	34,1	32,8	30,9	26,0	26,8	25,6	25,3	20,6	20,1	18,7	17,5	18,3	16,0
Mulheres	18,4	18,0	17,5	13,8	14,2	14,2	13,9	11,3	11,3	10,2	9,6	10,4	9,6
Por raça													
Não-Negros	23,5	22,5	21,3	17,9	17,8	17,1	16,2	13,5	13,5	12,5	11,5	12,2	11,3
Negros	29,0	28,3	27,3	22,1	23,3	22,7	23,0	18,4	17,9	16,3	15,5	16,3	14,2
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	30,4	29,1	26,9	22,7	23,0	21,6	20,6	16,7	17,2	16,3	14,5	15,5	13,6
Homens Negros	37,6	36,4	34,9	29,4	30,4	29,5	29,7	24,2	22,9	20,8	20,1	20,7	18,0
Mulheres Não-Negras	16,7	16,0	15,7	13,2	12,6	12,6	11,8	10,2	9,9	8,7	8,5	8,9	9,1
Mulheres Negras	20,1	20,0	19,3	14,5	15,9	15,7	15,9	12,4	12,7	11,6	10,6	11,7	10,1

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes.
 (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal.
 (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 16 • Taxa de participação (%), por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	69,2	68,9	69,1	67,0	68,0	67,9	68,6	68,1	68,9	68,9	69,5	70,2	69,9
Por sexo													
Homens	86,3	85,9	85,1	83,2	83,7	83,3	83,2	82,3	82,4	82,1	82,3	82,5	82,0
Mulheres	53,2	53,1	54,3	52,0	53,4	53,6	55,2	55,0	56,4	56,8	57,8	59,0	58,9
Por raça													
Não-Negros	67,9	67,8	68,2	66,0	66,9	66,8	67,8	67,4	68,0	68,2	68,6	69,4	69,3
Negros	70,8	70,4	70,4	68,3	69,3	69,3	69,8	68,9	70,0	69,8	70,5	71,1	70,6
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	85,4	85,1	84,3	82,6	83,0	82,5	82,5	81,6	81,7	81,3	81,5	81,8	81,2
Homens Negros	87,4	87,0	86,2	84,0	84,5	84,4	84,0	83,2	83,3	83,1	83,1	83,2	82,9
Mulheres Não-Negras	52,2	52,3	53,8	51,3	52,7	52,8	54,7	54,9	56,0	56,7	57,3	58,5	59,0
Mulheres Negras	54,6	54,3	55,1	53,1	54,3	54,7	55,9	55,2	57,0	57,0	58,3	59,6	58,8

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes.
 (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal.
 (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 17 • Total de ocupados, por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006 (em milhões de pessoas)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	60,61	61,82	64,71	62,17	65,65	68,75	68,12	73,14	76,11	77,52	80,48	82,83	85,20
Por sexo													
Homens	36,87	37,48	38,68	37,52	39,51	41,34	40,45	43,16	44,46	45,15	46,50	47,63	48,72
Mulheres	23,74	24,34	26,04	24,65	26,14	27,40	27,67	29,98	31,64	32,37	33,97	35,20	36,47
Por raça													
Não-Negros	33,86	34,81	36,73	35,70	37,01	38,48	38,35	40,84	42,16	42,15	43,54	43,61	44,87
Negros	26,75	27,02	27,99	26,47	28,64	30,26	29,77	32,31	33,95	35,37	36,93	39,21	40,32
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	20,36	20,83	21,60	21,27	21,90	22,85	22,39	23,53	24,06	23,94	24,59	24,54	24,95
Homens Negros	16,51	16,65	17,07	16,26	17,61	18,49	18,06	19,63	20,41	21,21	21,91	23,09	23,77
Mulheres Não-Negras	13,50	13,98	15,12	14,43	15,11	15,64	15,95	17,31	18,10	18,21	18,95	19,08	19,92
Mulheres Negras	10,24	10,36	10,91	10,22	11,03	11,77	11,71	12,68	13,54	14,16	15,02	16,12	16,55

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes.
 (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal.
 (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 18 • Nível de Ocupação (%), por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	64,8	64,9	65,1	62,5	62,9	62,0	62,2	61,8	62,7	62,3	63,3	63,7	64,1
Por sexo													
Homens	81,8	81,6	80,9	78,7	78,6	77,6	76,8	76,3	76,5	75,9	76,7	76,7	76,8
Mulheres	49,1	49,4	50,5	47,7	48,2	47,6	48,6	48,6	50,0	49,9	51,1	51,9	52,5
Por raça													
Não-Negros	64,0	64,2	64,5	61,9	62,3	61,3	61,9	62,0	62,6	62,3	63,2	63,8	64,2
Negros	65,9	65,8	65,9	63,4	63,6	62,8	62,5	61,6	62,8	62,4	63,4	63,7	64,0
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	81,4	81,3	80,4	78,4	78,4	77,2	76,8	76,3	76,5	75,7	76,6	76,8	76,7
Homens Negros	82,2	82,0	81,5	79,0	79,0	78,0	76,7	76,2	76,5	76,0	76,8	76,6	77,0
Mulheres Não-Negras	48,5	48,9	50,3	47,2	48,1	47,2	48,7	49,3	50,4	50,5	51,5	52,4	53,3
Mulheres Negras	49,9	49,9	50,7	48,3	48,5	48,1	48,5	47,6	49,5	49,2	50,5	51,2	51,5

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes.
 (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal.
 (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 19 • Escolaridade média dos ocupados (em anos de estudo), por sexo e raça – pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	5,6	5,7	6,3	6,6	6,7	6,9	7,0	7,5	7,6	7,8	8,0	8,1	7,8
Por sexo													
Homens	5,3	5,4	5,4	5,6	5,7	5,9	6,0	6,4	6,6	6,8	6,9	7,1	7,4
Mulheres	6,0	6,1	6,2	6,5	6,7	6,8	6,9	7,4	7,6	7,8	7,9	8,1	8,4
Por raça													
Não-Negros	6,6	6,7	6,8	7,0	7,2	7,4	7,5	7,9	8,0	8,3	8,4	8,5	8,8
Negros	4,2	4,4	4,9	5,2	5,3	5,4	5,5	6,1	6,3	6,5	6,8	6,9	6,7
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	6,4	6,5	6,5	6,7	6,9	7,0	7,1	7,5	7,6	7,9	8,0	8,1	8,4
Homens Negros	4,9	4,9	4,9	5,1	5,2	5,2	5,4	5,8	6,0	6,1	6,4	6,6	7,0
Mulheres Não-Negras	7,0	7,1	7,2	7,5	7,7	7,9	8,0	8,4	8,6	8,8	8,9	9,0	9,3
Mulheres Negras	4,6	4,7	4,9	5,2	5,3	5,4	5,5	6,1	6,3	6,5	6,8	6,9	7,2

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes. (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 20 • Escolaridade mediana dos ocupados (em anos de estudo) – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	4,0	4,0	5,0	6,0	6,0	7,0	7,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0
Por sexo													
Homens	4,0	4,0	4,0	5,0	5,0	5,0	5,0	6,0	6,0	7,0	7,0	7,0	8,0
Mulheres	5,0	5,0	5,0	6,0	6,0	6,0	7,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	9,0
Por raça													
Não-Negros	5,0	6,0	6,0	7,0	7,0	7,0	8,0	8,0	8,0	8,0	9,0	9,0	10,0
Negros	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	5,0	5,0	6,0	6,0	7,0	7,0	7,0
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	5,0	5,0	5,0	6,0	6,0	7,0	7,0	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	9,0
Homens Negros	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	5,0	5,0	5,0	5,0	6,0
Mulheres Não-Negras	6,0	6,0	7,0	8,0	8,0	8,0	8,0	9,0	9,0	10,0	10,0	11,0	11,0
Mulheres Negras	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	5,0	5,0	6,0	6,0	7,0	7,0	8,0

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes. (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 21 • Total de empregados sem carteira de trabalho assinada no trabalho principal, por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006 (em milhões de pessoas)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	10,87	11,43	11,29	11,50	11,77	12,73	12,40	13,96	14,60	14,29	15,18	15,18	15,51
Por sexo													
Homens	8,29	8,65	8,51	8,50	8,75	9,31	9,01	9,87	10,26	9,96	10,31	10,48	10,43
Mulheres	2,58	2,78	2,78	2,99	3,01	3,42	3,39	4,09	4,33	4,33	4,86	4,70	5,08
Por raça													
Não-Negros	4,95	5,23	5,26	5,60	5,60	6,06	6,00	6,65	6,99	6,68	7,10	6,88	7,00
Negros	5,92	6,20	6,03	5,90	6,16	6,67	6,40	7,31	7,61	7,60	8,07	8,30	8,50
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	3,59	3,74	3,71	3,89	3,93	4,20	4,12	4,39	4,62	4,28	4,45	4,41	4,30
Homens Negros	4,70	4,91	4,80	4,62	4,83	5,11	4,89	5,48	5,64	5,68	5,86	6,07	6,13
Mulheres Não-Negras	1,36	1,49	1,55	1,71	1,68	1,86	1,87	2,26	2,37	2,41	2,65	2,47	2,70
Mulheres Negras	1,22	1,29	1,23	1,28	1,33	1,56	1,51	1,83	1,97	1,92	2,21	2,23	2,38

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP. (4) Empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado e público

tabela 22 • Distribuição (%) dos empregados sem carteira de trabalho assinada no trabalho principal, por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Por sexo													
Homens	76,2	75,7	75,4	74,0	74,4	73,2	72,7	70,7	70,3	69,7	68,0	69,0	67,2
Mulheres	23,8	24,3	24,6	26,0	25,6	26,8	27,3	29,3	29,7	30,3	32,0	31,0	32,8
Por raça													
Não-Negros	45,5	45,8	46,6	48,7	47,6	47,6	48,4	47,7	47,9	46,8	46,8	45,3	45,1
Negros	54,5	54,2	53,4	51,3	52,4	52,4	51,6	52,3	52,1	53,2	53,2	54,7	54,9
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	43,3	43,3	43,6	45,7	44,8	45,1	45,7	44,5	45,0	42,9	43,1	42,1	41,2
Homens Negros	56,7	56,7	56,4	54,3	55,2	54,9	54,3	55,5	55,0	57,1	56,9	57,9	58,8
Total Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres Não-Negras	52,8	53,6	55,8	57,1	55,7	54,4	55,3	55,2	54,6	55,7	54,6	52,6	53,2
Mulheres Negras	47,2	46,4	44,2	42,9	44,3	45,6	44,7	44,8	45,4	44,3	45,4	47,4	46,8
Total Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP. (4) Empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado e público

tabela 23 • Distribuição (%) dos trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada no trabalho principal, por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Por sexo													
Homens	11,8	4,9	13,3	12,0	11,9	10,8	11,9	10,3	11,0	9,7	10,0	10,2	9,8
Mulheres	88,2	95,1	86,7	88,0	88,1	89,2	88,1	89,7	89,0	90,3	90,0	89,8	90,2
Por raça													
Não-Negros	51,4	42,1	49,6	50,8	50,8	48,0	51,1	48,6	52,4	48,8	49,4	44,9	46,5
Negros	48,6	57,9	50,4	49,2	49,2	52,0	48,9	51,4	47,6	51,2	50,6	55,1	53,5
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	54,1	42,5	56,2	52,5	50,3	53,5	52,8	41,9	57,6	50,1	46,7	48,0	45,3
Homens Negros	45,9	57,5	43,8	47,5	49,7	46,5	47,2	58,1	42,4	49,9	53,3	52,0	54,7
Total Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres Não-Negras	51,1	42,1	48,6	50,6	50,9	47,3	50,9	49,4	51,8	48,7	49,7	44,6	46,6
Mulheres Negras	48,9	57,9	51,4	49,4	49,1	52,7	49,1	50,6	48,2	51,3	50,3	55,4	53,4
Total Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 24 • Distribuição (%) dos trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada no trabalho principal, por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Por sexo													
Homens	4,6	4,9	5,3	5,0	5,8	5,7	5,4	4,9	5,7	5,3	5,1	5,3	5,2
Mulheres	95,4	95,1	94,7	95,0	94,2	94,3	94,6	95,1	94,3	94,7	94,9	94,7	94,8
Por raça													
Não-Negros	41,2	42,1	43,5	43,6	42,4	42,3	43,1	43,0	41,6	40,3	40,9	39,4	39,2
Negros	58,8	57,9	56,5	56,4	57,6	57,7	56,9	57,0	58,4	59,7	59,1	60,6	60,8
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	37,5	42,5	45,4	46,5	43,0	42,5	44,5	45,5	40,1	35,7	37,6	38,0	40,9
Homens Negros	62,5	57,5	54,6	53,5	57,0	57,5	55,5	54,5	59,9	64,3	62,4	62,0	59,1
Total Homens	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres Não-Negras	41,4	42,1	43,4	43,4	42,4	42,3	43,1	42,8	41,7	40,5	41,1	39,5	39,1
Mulheres Negras	58,6	57,9	56,6	56,6	57,6	57,7	56,9	57,2	58,3	59,5	58,9	60,5	60,9
Total Mulheres	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP. (4) - Empregados no serviço doméstico sem carteira de trabalho assinada

tabela 25 • Taxa de Contribuição à Previdência (%), por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	46,4	45,8	45,6	46,0	46,0	46,1	45,4	47,2	46,6	47,6	48,4	49,2	50,5
Por sexo													
Homens	49,6	48,9	48,3	47,9	47,6	47,0	46,4	47,8	47,2	48,3	49,4	50,2	51,6
Mulheres	41,5	41,1	41,7	43,0	43,5	44,7	43,8	46,4	45,6	46,7	47,0	47,8	49,1
Por raça													
Não-Negros	54,4	53,7	53,0	52,7	53,3	53,4	52,6	54,1	53,5	55,0	55,4	56,2	57,5
Negros	36,4	35,6	36,0	36,9	36,6	36,9	36,0	38,6	38,0	38,9	40,1	41,4	42,7
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	57,9	57,3	56,3	55,1	55,1	54,5	53,9	54,7	54,2	56,0	56,3	57,2	58,6
Homens Negros	39,3	38,3	38,2	38,5	38,2	37,8	37,2	39,6	39,0	39,6	41,6	42,8	44,1
Mulheres Não-Negras	49,0	48,3	48,3	49,1	50,6	51,7	50,9	53,1	52,5	53,7	54,3	54,9	56,2
Mulheres Negras	31,6	31,3	32,5	34,4	33,9	35,5	34,1	37,2	36,4	37,8	37,8	39,4	40,6

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP. (4) - Nº de pessoas que contribuem no trabalho principal sobre o total de ocupados

tabela 26 • Taxa de Desemprego (%), por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	6,2	5,8	5,8	6,6	7,5	8,7	9,4	9,2	9,0	9,6	8,9	9,2	8,4
Por sexo													
Homens	5,2	5,0	5,0	5,4	6,0	6,9	7,7	7,4	7,2	7,7	6,8	7,0	6,3
Mulheres	7,8	7,1	7,0	8,4	9,6	11,2	11,9	11,7	11,4	12,2	11,6	12,1	11,0
Por raça													
Não-Negros	5,7	5,2	5,4	6,2	6,9	8,1	8,6	8,1	8,0	8,7	7,8	8,1	7,4
Negros	6,9	6,6	6,4	7,2	8,2	9,4	10,5	10,6	10,2	10,7	10,1	10,5	9,4
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	4,7	4,4	4,6	5,0	5,5	6,4	6,9	6,5	6,3	6,9	6,0	6,1	5,6
Homens Negros	5,9	5,7	5,4	6,0	6,6	7,6	8,7	8,4	8,1	8,5	7,6	7,9	7,1
Mulheres Não-Negras	7,1	6,5	6,4	7,9	8,8	10,6	10,9	10,1	10,1	10,9	10,1	10,5	9,6
Mulheres Negras	8,6	8,0	7,9	9,2	10,7	12,1	13,1	13,8	13,1	13,7	13,4	14,0	12,5

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 27 • População Economicamente Ativa, por sexo e raça – Pessoas de 16 a 24 anos. Brasil, 1992 - 2006 (em milhões de pessoas)

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	17,15	17,06	17,14	16,82	17,59	18,78	18,64	19,62	20,20	20,44	20,78	21,46	20,83
Por sexo													
Homens	10,33	10,31	10,31	10,10	10,49	11,21	10,99	11,38	11,70	11,84	11,83	12,26	11,77
Mulheres	6,81	6,75	6,83	6,72	7,09	7,57	7,65	8,23	8,50	8,60	8,95	9,21	9,06
Por raça													
Não-Negros	8,85	8,80	9,00	8,96	9,12	9,75	9,63	10,10	10,27	10,34	10,34	10,38	10,13
Negros	8,30	8,26	8,14	7,85	8,47	9,03	9,01	9,51	9,92	10,10	10,44	11,08	10,70
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	5,14	5,13	5,20	5,20	5,24	5,60	5,43	5,63	5,66	5,68	5,66	5,75	5,48
Homens Negros	5,20	5,18	5,11	4,90	5,25	5,61	5,56	5,76	6,04	6,16	6,17	6,51	6,29
Mulheres Não-Negras	3,71	3,67	3,80	3,76	3,88	4,15	4,20	4,47	4,61	4,66	4,68	4,64	4,65
Mulheres Negras	3,10	3,08	3,03	2,96	3,21	3,42	3,45	3,76	3,89	3,94	4,26	4,57	4,42

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 28 • Taxa de Desemprego (%) dos Jovens, por sexo e raça – Pessoas de 16 a 24 anos - Brasil

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	11,7	11,3	11,3	12,4	14,2	17,0	18,1	17,8	17,9	19,0	18,2	19,4	17,9
Por sexo													
Homens	9,6	9,5	9,5	10,2	11,5	13,6	14,9	14,5	14,4	15,0	14,4	15,2	14,0
Mulheres	14,9	14,0	14,1	15,7	18,1	21,9	22,7	22,2	22,7	24,4	23,2	24,9	23,0
Por raça													
Não-Negros	11,2	10,8	10,9	12,2	13,8	16,7	17,4	16,4	17,0	18,1	17,1	17,8	16,8
Negros	12,3	11,7	11,8	12,7	14,5	17,3	18,9	19,2	18,9	19,8	19,3	20,8	19,0
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	9,1	9,2	9,7	10,1	11,4	13,4	14,3	13,6	13,9	14,6	13,6	14,2	13,0
Homens Negros	10,2	9,8	9,4	10,3	11,5	13,8	15,5	15,4	14,9	15,4	15,1	16,1	14,8
Mulheres Não-Negras	14,1	13,1	12,6	15,1	17,0	21,1	21,3	19,9	20,7	22,5	21,4	22,2	21,3
Mulheres Negras	15,8	14,9	15,9	16,6	19,5	23,0	24,4	25,0	25,1	26,7	25,3	27,5	24,8

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 29 • Taxa de Desemprego (%) dos Jovens, por sexo e raça – Pessoas de 16 a 24 anos. Brasil, 2006

	Estuda e Trabalha		Somente Trabalha		Total	
Total Brasil	5.720.329	32,8%	11.740.196	67,2%	17.460.525	100,0%
Por sexo						
Homens	3.192.968	30,8%	7.186.506	69,2%	10.379.474	100,0%
Mulheres	2.527.361	35,7%	4.553.690	64,3%	7.081.051	100,0%
Por raça						
Não-Negros	2.942.836	34,6%	5.556.107	65,4%	8.498.943	100,0%
Negros	2.777.493	31,0%	6.184.089	69,0%	8.961.582	100,0%
Por sexo e raça						
Homens Não-Negros	1.552.272	32,2%	3.265.611	67,8%	4.817.883	100,0%
Homens Negros	1.640.696	29,5%	3.920.895	70,5%	5.561.591	100,0%
Mulheres Não-Negras	1.390.564	37,8%	2.290.496	62,2%	3.681.060	100,0%
Mulheres Negras	1.136.797	33,4%	2.263.194	66,6%	3.399.991	100,0%

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal

tabela 30 • Nível de Ocupação (%) das crianças de 10 a 13 anos, por sexo e raça. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	17,8	16,9	16,4	12,4	12,8	12,8	12,9	9,8	9,5	8,8	7,8	8,7	7,7
Por sexo													
Homens	23,8	22,3	21,4	16,8	17,3	17,0	17,2	13,0	12,7	11,8	10,5	11,6	9,7
Mulheres	11,7	11,4	11,2	7,8	8,2	8,5	8,6	6,5	6,1	5,8	5,1	5,6	5,5
Por raça													
Não-Negros	15,3	14,2	13,5	10,3	10,3	9,7	9,9	7,3	7,9	7,2	6,3	7,1	6,4
Negros	20,4	19,6	19,3	14,5	15,3	15,7	15,9	12,2	10,9	10,3	9,2	10,0	8,7
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	20,1	18,7	17,3	13,7	14,0	12,7	12,8	9,1	10,6	9,8	8,6	9,4	7,7
Homens Negros	27,4	25,8	25,3	20,0	20,6	21,0	21,2	16,7	14,8	13,6	12,2	13,4	11,4
Mulheres Não-Negras	10,3	9,7	9,7	6,9	6,5	6,7	7,0	5,4	5,3	4,5	3,9	4,7	5,1
Mulheres Negras	13,1	13,1	12,9	8,7	9,8	10,2	10,3	7,5	6,9	6,9	6,1	6,4	5,9

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 31 • Nível de Ocupação (%) das crianças de 14 e 15 anos, por sexo e raça. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	36,2	35,0	32,7	26,8	27,2	25,3	25,0	21,6	21,2	19,6	19,1	19,3	18,4
Por sexo													
Homens	46,5	44,8	41,5	35,5	35,7	33,1	32,9	28,2	26,9	25,4	25,1	24,7	24,0
Mulheres	25,9	25,1	23,8	18,1	18,7	17,3	17,1	14,9	15,3	13,5	13,0	13,8	12,9
Por raça													
Não-Negros	33,3	32,5	29,8	24,9	24,3	22,6	21,3	19,7	18,6	16,9	16,9	16,5	16,8
Negros	39,0	37,4	35,7	28,8	30,0	27,9	28,7	23,3	23,6	22,1	21,2	21,8	19,8
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	43,6	41,9	37,7	32,6	31,7	29,2	28,0	25,0	23,8	22,2	21,6	21,3	21,3
Homens Negros	49,2	47,6	45,5	38,5	39,5	36,8	37,6	31,0	29,8	28,2	28,1	27,5	26,1
Mulheres Não-Negras	23,5	23,2	21,9	17,7	17,3	16,0	14,8	14,5	13,5	11,3	12,2	11,7	12,6
Mulheres Negras	28,3	27,1	25,8	18,5	20,1	18,5	19,5	15,2	17,1	15,4	13,7	15,6	13,2

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Foi considerado apenas o trabalho principal (3) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 32 • Rendimento médio real dos ocupados (em R\$ de setembro/2007), por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	711,4	763,8	981,9	999,2	993,6	983,8	913,7	898,6	873,9	808,5	807,5	842,8	903,8
Por sexo													
Homens	823,3	893,5	1.138,3	1.143,0	1.136,5	1.122,3	1.035,1	1.020,5	990,3	921,5	921,0	956,1	1.026,4
Mulheres	506,2	527,1	709,2	749,6	744,1	747,3	710,3	704,2	691,8	633,9	637,4	673,7	725,3
Por raça													
Não-Negros	906,5	984,4	1.258,0	1.273,6	1.280,4	1.266,0	1.168,6	1.149,9	1.114,6	1.042,2	1.024,4	1.079,1	1.157,4
Negros	456,4	474,4	610,9	618,7	611,1	610,8	573,6	573,1	568,0	522,1	545,1	573,3	615,6
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	1.059,1	1.163,3	1.479,0	1.472,9	1.486,4	1.462,6	1.342,3	1.329,1	1.284,3	1.216,9	1.191,8	1.245,7	1.344,3
Homens Negros	523,2	549,3	697,9	700,0	690,8	688,7	644,3	643,6	637,8	580,6	611,7	643,8	688,6
Mulheres Não-Negras	635,7	668,8	889,7	940,1	939,6	944,4	892,9	882,3	865,9	790,1	789,2	846,0	905,5
Mulheres Negras	328,4	331,1	449,7	469,9	461,4	470,1	446,0	450,5	449,2	423,4	437,4	460,0	499,4

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 33 • Rendimento mediano real dos ocupados (em R\$ de setembro/2007), por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	392,7	376,4	469,3	506,6	524,1	526,9	497,1	463,8	479,7	456,2	453,2	485,6	524,6
Por sexo													
Homens	438,0	466,8	572,3	607,9	582,4	564,5	532,6	556,6	564,3	480,2	521,2	539,6	577,0
Mulheres	270,4	258,3	366,3	405,3	388,2	414,0	390,6	386,5	397,9	360,2	385,3	404,7	419,7
Por raça													
Não-Negros	503,5	501,9	686,8	668,7	679,4	658,6	621,4	618,4	564,3	576,3	566,6	588,2	629,5
Negros	266,8	251,0	343,4	374,9	388,2	376,3	355,1	371,0	352,7	350,6	339,9	377,7	419,7
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	604,2	602,3	801,2	810,5	776,5	752,7	710,2	695,7	705,4	600,3	679,9	647,5	734,4
Homens Negros	312,2	316,2	428,1	425,5	434,8	451,6	408,3	417,4	423,3	360,2	396,6	431,7	451,1
Mulheres Não-Negras	362,5	376,4	457,9	506,6	524,1	526,9	497,1	471,5	493,8	468,2	453,2	485,6	524,6
Mulheres Negras	262,8	241,1	251,8	287,7	291,2	282,3	277,0	282,9	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 34 • Rendimento/Hora médio real (em R\$ de setembro/2007), por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	4,4	4,7	6,2	6,4	6,3	6,2	5,8	5,8	5,6	5,4	5,4	5,6	6,1
Por sexo													
Homens	4,8	5,2	6,8	6,8	6,8	6,7	6,2	6,2	6,0	5,8	5,8	6,0	6,5
Mulheres	3,6	3,9	5,2	5,6	5,4	5,5	5,2	5,2	5,1	4,8	4,8	5,1	5,5
Por raça													
Não-Negros	5,6	6,0	8,0	8,1	8,2	8,0	7,4	7,5	7,2	7,0	6,8	7,2	7,7
Negros	2,8	3,0	3,9	4,0	3,9	3,9	3,7	3,7	3,7	3,5	3,6	3,9	4,2
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	6,1	6,7	8,9	8,8	8,9	8,7	8,0	8,2	7,8	7,7	7,5	7,8	8,4
Homens Negros	3,0	3,2	4,2	4,2	4,1	4,1	3,9	3,9	3,9	3,6	3,8	4,0	4,4
Mulheres Não-Negras	4,6	4,9	6,4	7,0	6,9	6,9	6,6	6,4	6,3	6,0	5,8	6,3	6,8
Mulheres Negras	2,4	2,5	3,4	3,5	3,4	3,5	3,3	3,4	3,4	3,3	3,4	3,6	3,8

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 35 • Rendimento/Hora mediano real (em R\$ de setembro/2007), por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Brasil	2,2	2,3	3,0	3,2	3,1	3,1	3,0	2,9	2,9	2,7	2,8	3,0	3,2
Por sexo													
Homens	2,5	2,5	3,3	3,4	3,3	3,3	3,1	3,1	2,9	2,9	2,9	3,1	3,3
Mulheres	2,0	2,0	2,8	2,8	2,9	2,9	2,8	2,8	2,7	2,6	2,6	2,7	3,0
Por raça													
Não-Negros	2,9	3,0	3,9	4,0	4,0	3,9	3,7	3,7	3,5	3,4	3,5	3,6	3,9
Negros	1,6	1,6	2,1	2,3	2,2	2,4	2,2	2,2	2,2	2,1	2,2	2,4	2,6
Por sexo e raça													
Homens Não-Negros	3,1	3,1	4,3	4,3	4,3	4,3	4,0	3,9	3,7	3,6	3,7	3,9	4,2
Homens Negros	1,8	1,8	2,3	2,4	2,4	2,4	2,2	2,3	2,3	2,2	2,3	2,5	2,6
Mulheres Não-Negras	2,5	2,5	3,4	3,5	3,6	3,5	3,3	3,4	3,3	3,0	3,1	3,4	3,5
Mulheres Negras	1,5	1,5	1,9	2,0	2,0	2,1	2,0	2,1	2,1	2,0	2,1	2,2	2,5

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 36 • Rendimento/Hora médio real (em R\$ de setembro/2007), por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Forma de contratação		1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Formais	6,1	6,6	8,6	8,8	8,7	8,6	8,2	8,0	7,7	7,5	7,4	7,6	8,1
Total Brasil	Informais	2,3	2,5	3,6	3,8	3,8	3,8	3,5	3,6	3,6	3,3	3,3	3,5	3,9
	Total	4,4	4,7	6,2	6,4	6,3	6,2	5,8	5,8	5,6	5,4	5,4	5,6	6,1
Por sexo														
	Formais	6,6	7,1	9,3	9,2	9,3	9,1	8,6	8,5	8,1	8,0	7,8	8,0	8,4
Homens	Informais	2,5	2,8	3,8	4,1	4,0	4,0	3,6	3,8	3,7	3,4	3,5	3,7	4,0
	Total	4,8	5,2	6,8	6,8	6,8	6,7	6,2	6,2	6,0	5,8	5,8	6,0	6,5
	Formais	5,2	5,7	7,3	7,9	7,7	7,7	7,5	7,3	7,1	6,7	6,7	7,0	7,4
Mulheres	Informais	2,0	2,2	3,2	3,4	3,4	3,4	3,2	3,4	3,3	3,2	3,1	3,4	3,6
	Total	3,6	3,9	5,2	5,6	5,4	5,5	5,2	5,2	5,1	4,8	4,8	5,1	5,5
Por raça														
	Formais	7,2	7,8	10,2	10,4	10,4	10,3	9,7	9,5	9,1	8,9	8,7	9,0	9,6
Não-Negros	Informais	2,9	3,3	4,6	4,8	5,0	4,9	4,5	4,7	4,6	4,3	4,2	4,5	4,9
	Total	5,6	6,0	8,0	8,1	8,2	8,0	7,4	7,5	7,2	7,0	6,8	7,2	7,7
	Formais	4,1	4,4	5,6	5,6	5,6	5,5	5,4	5,3	5,2	5,0	5,2	5,4	5,6
Negros	Informais	1,8	1,9	2,6	2,8	2,7	2,7	2,5	2,6	2,6	2,4	2,5	2,7	3,0
	Total	2,8	3,0	3,9	4,0	3,9	3,9	3,7	3,7	3,7	3,5	3,6	3,9	4,2
Por sexo e raça														
Homens														
Não-Negros	Formais	7,8	8,5	11,2	11,1	11,2	11,1	10,2	10,3	9,8	9,8	9,5	9,7	10,3
	Informais	3,1	3,6	5,0	5,2	5,5	5,3	4,7	5,1	4,9	4,6	4,5	4,8	5,3
	Total	6,1	6,7	8,9	8,8	8,9	8,7	8,0	8,2	7,8	7,7	7,5	7,8	8,4
Homens														
Negros	Formais	4,3	4,6	5,9	5,8	5,8	5,7	5,6	5,4	5,4	5,1	5,3	5,5	5,8
	Informais	1,9	2,1	2,8	3,0	2,8	2,9	2,6	2,6	2,7	2,4	2,6	2,8	3,1
	Total	3,0	3,2	4,2	4,2	4,1	4,1	3,9	3,9	3,9	3,6	3,8	4,0	4,4
Mulheres														
Não-Negras	Formais	6,0	6,5	8,4	9,2	8,9	8,9	8,7	8,3	8,2	7,6	7,5	7,9	8,6
	Informais	2,6	2,8	4,0	4,2	4,2	4,3	4,0	4,2	4,1	4,0	3,8	4,2	4,5
	Total	4,6	4,9	6,4	7,0	6,9	6,9	6,6	6,4	6,3	6,0	5,8	6,3	6,8
Mulheres														
Negras	Formais	3,7	3,9	5,0	5,0	5,0	5,1	4,9	4,9	4,9	4,7	5,0	5,2	5,4
	Informais	1,5	1,6	2,4	2,6	2,5	2,5	2,4	2,5	2,5	2,4	2,4	2,7	2,9
	Total	2,4	2,5	3,4	3,5	3,4	3,5	3,3	3,4	3,4	3,3	3,4	3,6	3,8

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 37 • Rendimento/Hora mediano real (em R\$ de setembro/2007), por sexo e raça – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Forma de contratação		1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Formais	3,4	3,4	4,4	4,4	4,5	4,6	4,4	4,0	4,0	3,8	3,8	3,9	4,2
Total Brasil	Informais	1,4	1,4	1,9	2,1	2,0	2,0	2,0	1,9	2,0	1,9	1,9	2,0	2,3
	Total	2,2	2,3	3,0	3,2	3,1	3,1	3,0	2,9	2,9	2,7	2,8	3,0	3,2
Por sexo														
	Formais	3,6	3,6	4,8	4,6	4,9	4,7	4,4	4,2	4,1	3,8	3,9	4,0	4,4
Homens	Informais	1,5	1,5	2,1	2,1	2,0	2,1	2,0	2,0	2,1	1,9	2,0	2,1	2,3
	Total	2,5	2,5	3,3	3,4	3,3	3,3	3,1	3,1	2,9	2,9	2,9	3,1	3,3
	Formais	3,1	3,0	4,0	4,1	4,2	4,2	4,1	3,9	3,8	3,6	3,5	3,7	3,9
Mulheres	Informais	1,3	1,3	1,9	2,0	1,9	2,0	1,9	1,9	2,0	1,9	1,9	2,0	2,3
	Total	2,0	2,0	2,8	2,8	2,9	2,9	2,8	2,8	2,7	2,6	2,6	2,7	3,0
Por raça														
	Formais	4,1	4,0	5,3	5,3	5,5	5,4	5,1	4,8	4,7	4,5	4,4	4,5	4,8
Não-Negros	Informais	1,6	1,7	2,5	2,5	2,5	2,6	2,5	2,5	2,5	2,3	2,4	2,6	2,7
	Total	2,9	3,0	3,9	4,0	4,0	3,9	3,7	3,7	3,5	3,4	3,5	3,6	3,9
	Formais	2,6	2,6	3,3	3,2	3,4	3,4	3,3	3,2	3,2	3,0	3,1	3,2	3,4
Negros	Informais	1,3	1,3	1,6	1,7	1,6	1,7	1,7	1,7	1,8	1,6	1,7	1,8	2,1
	Total	1,6	1,6	2,1	2,3	2,2	2,4	2,2	2,2	2,2	2,1	2,2	2,4	2,6
Por sexo e raça														
Homens														
Não-Negros	Formais	4,3	4,3	5,7	5,7	5,8	5,7	5,5	4,9	4,9	4,6	4,7	4,8	5,1
	Informais	1,7	1,9	2,6	2,8	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6	2,4	2,5	2,7	2,9
	Total	3,1	3,1	4,3	4,3	4,3	4,3	4,0	3,9	3,7	3,6	3,7	3,9	4,2
Homens														
Negros	Formais	2,7	2,7	3,5	3,4	3,6	3,5	3,4	3,3	3,2	3,0	3,1	3,4	3,5
	Informais	1,3	1,3	1,7	1,7	1,6	1,7	1,7	1,7	1,8	1,6	1,7	1,8	2,0
	Total	1,8	1,8	2,3	2,4	2,4	2,4	2,2	2,3	2,3	2,2	2,3	2,5	2,6
Mulheres														
Não-Negras	Formais	3,5	3,5	4,7	4,8	4,9	4,8	4,7	4,4	4,4	4,1	4,1	4,0	4,6
	Informais	1,6	1,5	2,3	2,5	2,4	2,4	2,2	2,4	2,4	2,3	2,3	2,5	2,6
	Total	2,5	2,5	3,4	3,5	3,6	3,5	3,3	3,4	3,3	3,0	3,1	3,4	3,5
Mulheres														
Negras	Formais	2,3	2,4	2,9	2,9	3,0	3,2	3,1	3,0	3,1	2,9	2,9	3,1	3,3
	Informais	1,1	1,1	1,4	1,5	1,5	1,6	1,6	1,7	1,8	1,6	1,7	1,9	2,1
	Total	1,5	1,5	1,9	2,0	2,0	2,1	2,0	2,1	2,1	2,0	2,1	2,2	2,5

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 38 • Rendimento médio real dos ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos e mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	711,4	763,8	981,9	999,2	993,6	983,8	913,7	898,6	873,9	808,5	807,5	842,8	903,8
0	286,0	290,7	360,8	375,6	350,7	354,3	329,6	332,7	321,5	304,8	309,9	325,1	332,8
1	339,7	347,3	445,6	482,5	452,8	433,8	389,6	401,0	379,4	364,9	353,5	373,5	434,6
2	377,9	396,8	494,8	503,7	496,5	457,0	433,5	435,0	417,2	394,5	400,1	409,6	436,2
3	445,3	448,4	555,3	576,0	559,0	546,7	505,7	477,5	460,0	441,2	433,6	448,7	473,4
4	568,2	586,0	728,9	751,8	701,5	675,7	644,5	605,8	584,3	540,9	553,1	568,4	588,1
5	513,5	524,0	658,1	659,1	649,4	622,6	596,2	559,7	544,1	504,5	514,3	522,6	560,3
6	539,7	522,1	685,1	675,5	660,2	633,3	609,5	578,3	556,7	512,0	514,6	533,3	553,9
7	540,1	585,9	728,8	734,6	714,0	693,9	634,3	582,5	582,3	542,1	535,4	554,9	617,5
8	739,4	752,9	952,7	941,9	930,2	874,6	815,8	774,7	706,4	662,7	632,8	660,3	711,9
9	613,4	651,7	748,3	779,9	763,8	692,3	625,8	591,1	581,1	511,8	502,8	523,3	575,2
10	757,0	729,9	946,6	952,3	917,0	888,4	767,5	710,8	675,3	599,9	597,6	600,0	600,9
11	1.023,3	1.082,6	1.355,1	1.327,2	1.328,5	1.235,7	1.132,6	1.045,4	978,0	880,2	861,4	870,6	914,3
12	1.179,5	1.288,5	1.445,8	1.434,6	1.451,5	1.497,3	1.307,4	1.291,6	1.210,6	1.090,7	1.124,6	1.129,7	1.150,5
13	1.480,6	1.630,9	1.928,4	1.866,8	2.002,7	1.771,6	1.762,4	1.508,9	1.511,9	1.304,4	1.253,8	1.335,9	1.332,1
14	1.507,1	1.527,0	2.032,5	2.011,3	2.087,9	2.076,7	2.000,8	1.795,0	1.661,0	1.404,7	1.369,5	1.472,8	1.537,4
15 e mais	2.436,8	2.812,5	3.599,3	3.497,1	3.420,3	3.504,2	3.167,7	3.122,8	2.993,7	2.657,5	2.591,6	2.648,6	2.737,8
Sem Declaração	513,6	509,5	638,2	666,9	678,1	655,8	575,6	554,8	512,7	506,8	521,0	544,6	566,6

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 39 • Rendimento médio real dos homens ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	823,3	893,5	1138,3	1143,0	1136,5	1122,3	1035,1	1020,5	990,3	921,5	921,0	956,1	1026,4
0	324,9	333,2	398,5	412,7	385,6	385,1	359,3	363,6	352,1	335,5	338,8	354,7	361,7
1	391,0	398,3	512,1	529,4	508,6	489,5	435,5	450,5	425,1	409,1	393,8	412,6	466,9
2	438,5	468,5	579,3	564,3	573,0	522,5	487,4	496,7	473,9	444,0	455,3	458,9	490,9
3	528,5	533,6	661,4	680,3	651,9	630,8	585,3	555,5	531,1	511,6	499,0	518,1	540,7
4	681,7	715,1	879,2	902,0	833,7	805,1	767,0	712,3	690,2	643,1	658,2	674,3	693,5
5	614,3	629,6	794,4	778,4	777,5	741,2	700,2	663,0	644,3	597,3	608,4	609,3	662,5
6	648,2	638,4	824,0	794,1	791,7	756,3	727,9	678,9	663,9	595,5	614,2	633,0	649,2
7	652,5	709,7	867,7	899,1	854,9	835,0	754,4	692,9	693,9	638,1	636,1	650,3	739,7
8	878,9	922,8	1157,9	1145,4	1126,9	1042,6	971,8	927,8	847,5	795,7	754,5	785,6	836,4
9	740,0	826,1	918,9	958,3	935,6	844,9	781,2	709,4	703,3	600,7	606,2	622,8	685,8
10	950,5	910,3	1205,1	1175,5	1178,9	1112,8	942,0	856,7	812,1	734,5	735,7	731,8	729,2
11	1310,1	1396,4	1763,8	1708,1	1729,2	1568,2	1446,1	1319,8	1235,6	1101,4	1078,6	1071,8	1129,5
12	1586,3	1874,0	2092,7	1973,4	1943,8	2019,3	1782,3	1800,0	1645,9	1454,3	1495,2	1454,1	1464,0
13	1895,9	2116,1	2388,6	2338,2	2627,0	2319,7	2348,2	2007,4	2015,2	1668,1	1649,5	1740,9	1700,7
14	2074,3	2096,4	2791,9	2561,9	2792,9	2834,8	2595,8	2529,1	2144,2	1872,9	1803,7	1988,4	2049,1
15 e mais	3250,3	3755,4	4782,4	4537,5	4447,5	4552,8	4063,0	4067,5	3882,2	3526,2	3410,6	3497,1	3579,6
Sem Declaração	651,7	621,1	824,3	773,1	765,7	784,0	696,3	667,8	632,4	624,3	612,9	644,9	684,7

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 40 • Rendimento médio real das mulheres ocupadas (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	506,2	527,1	709,2	749,6	744,1	735,6	700,2	695,1	683,5	633,9	637,4	673,7	725,3
0	184,0	175,9	254,3	269,9	250,4	262,8	243,8	246,0	234,0	218,2	229,8	244,7	255,1
1	203,4	207,4	263,8	342,2	302,3	278,4	254,8	267,0	251,5	250,2	246,6	275,1	350,9
2	232,0	221,6	297,4	350,7	297,0	298,9	290,5	280,3	283,5	273,4	272,1	287,7	300,5
3	263,3	251,6	328,5	344,0	346,8	338,5	317,3	303,7	300,6	290,1	298,4	299,6	330,9
4	325,5	313,3	422,8	448,4	417,5	401,8	390,9	386,4	365,9	342,8	350,1	361,2	393,2
5	308,6	306,4	396,7	432,7	390,8	377,8	377,7	352,7	348,2	332,8	341,2	364,2	364,6
6	332,1	304,3	428,6	441,9	409,3	396,6	361,3	373,9	336,8	356,0	336,0	353,3	392,2
7	338,1	358,3	481,5	438,8	451,1	413,7	394,3	365,4	368,0	360,5	355,8	376,3	393,3
8	481,3	447,0	586,4	588,6	586,4	573,5	536,4	506,9	469,1	436,5	433,4	451,9	507,4
9	416,1	404,8	507,4	539,3	508,6	481,9	411,3	422,3	392,2	378,5	356,4	380,5	414,5
10	481,4	450,3	596,3	629,8	577,9	567,3	538,1	506,2	485,1	407,7	403,4	420,8	422,5
11	669,2	715,4	907,1	896,7	883,4	857,9	790,3	737,3	689,5	626,8	617,2	638,5	670,5
12	817,7	749,6	918,7	991,7	1.006,5	1.039,7	910,5	879,9	861,6	768,6	791,2	828,6	841,5
13	997,7	1.055,7	1.362,5	1.303,7	1.281,9	1.172,1	1.137,3	1.046,9	997,8	971,3	883,1	962,2	977,0
14	1.056,8	1.101,7	1.476,8	1.571,9	1.448,5	1.506,3	1.476,6	1.228,1	1.267,2	1.079,9	1.026,9	1.065,0	1.142,6
15 e mais	1.548,9	1.732,7	2.299,7	2.391,2	2.357,3	2.380,3	2.257,6	2.226,4	2.176,1	1.866,0	1.874,3	1.915,9	2.004,0
Sem Declaração	364,2	391,8	399,4	538,0	561,7	483,6	423,1	403,6	372,4	374,0	407,0	425,2	433,3

Fonte: IBGE, PNAD
Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 41 • Rendimento médio real dos não-negros ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	906,5	984,4	1.258,0	1.273,6	1.280,4	1.266,0	1.168,6	1.149,9	1.114,6	1.042,2	1.024,4	1.079,1	1.157,4
0	350,5	368,3	460,1	457,5	440,2	435,6	400,3	403,7	382,7	382,7	364,6	385,1	389,8
1	392,8	428,8	574,0	599,3	583,3	515,5	475,0	494,8	461,5	461,7	436,6	439,9	550,9
2	448,9	463,1	602,8	596,8	608,5	539,0	519,4	535,8	509,4	482,4	483,0	474,8	531,6
3	522,7	537,8	668,0	685,7	649,0	668,2	613,0	564,9	544,7	531,5	518,1	525,2	557,7
4	658,2	689,1	830,5	882,8	818,1	788,3	750,8	710,3	686,3	641,2	656,6	668,2	684,5
5	589,5	613,9	750,9	774,1	750,2	720,9	684,7	643,5	627,1	591,6	598,3	614,9	657,5
6	623,9	594,0	805,2	766,5	754,8	727,5	700,5	667,0	636,5	607,2	611,6	626,9	653,3
7	609,4	680,6	823,7	853,7	819,3	773,0	734,1	656,7	674,1	635,8	634,4	660,3	734,9
8	836,9	861,2	1.066,8	1.070,2	1.063,8	974,3	919,7	885,9	800,4	766,7	726,0	746,9	836,1
9	678,5	714,0	811,6	869,5	851,6	777,6	714,6	651,5	668,2	586,0	587,7	599,7	668,1

tabela 42 • Rendimento médio real dos negros ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	456,4	474,4	610,9	618,7	611,1	610,8	573,6	573,1	568,0	522,1	545,1	573,3	615,6
0	253,8	252,6	311,1	333,2	308,9	317,0	295,5	299,9	292,8	271,0	284,9	299,5	308,5
1	304,5	297,8	363,1	402,7	372,0	383,5	338,5	343,6	332,3	312,9	305,3	335,8	376,0
2	321,6	342,7	409,1	429,6	413,7	397,1	376,5	366,9	353,8	337,6	344,5	368,4	378,7
3	364,9	361,2	448,0	465,7	475,2	434,1	407,3	401,5	387,9	366,8	368,5	394,2	412,8
4	440,3	436,4	583,0	560,7	542,5	528,7	502,0	478,5	460,9	429,8	437,0	467,6	490,9
5	416,1	411,7	537,0	519,0	530,1	511,6	491,6	468,7	459,5	421,2	434,7	440,5	479,5
6	432,4	425,3	540,0	558,2	546,5	522,3	506,8	490,1	477,0	425,9	426,5	457,0	474,6
7	451,4	458,2	603,0	583,1	582,5	593,7	514,3	502,3	491,1	452,3	444,4	462,9	521,8
8	568,8	576,2	757,0	731,1	709,8	721,1	654,7	616,3	579,0	526,7	517,8	561,5	572,0
9	505,0	548,5	640,7	628,0	631,8	575,3	507,3	506,6	476,5	426,3	414,6	450,7	492,6
10	597,2	568,4	730,9	750,9	700,5	667,5	603,7	587,3	533,8	492,4	493,3	499,7	512,5
11	801,5	845,7	1.017,6	970,8	998,5	950,1	868,8	822,4	790,2	691,3	678,8	712,5	746,2
12	904,3	988,8	1.066,1	1.081,3	1.068,7	977,8	1.068,4	997,1	942,0	949,9	985,1	922,6	1.001,2
13	1.085,4	1.281,6	1.322,1	1.432,6	1.547,9	1.435,6	1.166,6	1.212,9	1.213,7	1.013,4	1.100,9	1.119,0	1.095,2
14	1.248,0	1.232,6	1.797,6	1.657,3	1.581,5	1.560,5	1.607,7	1.295,8	1.350,8	1.130,5	1.166,1	1.166,8	1.189,4
15 e mais	1.802,9	2.020,8	2.647,8	2.564,2	2.463,6	2.587,7	2.368,1	2.266,7	2.219,1	1.894,5	2.100,4	1.941,4	2.077,9
Sem Declaração	402,8	419,6	508,9	570,7	549,4	604,9	493,9	463,1	463,0	437,2	427,2	492,6	521,3

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 43 • Rendimento médio real dos homens não-negros ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	1.059,1	1.163,3	1.479,0	1.472,9	1.486,4	1.462,6	1.342,3	1.329,1	1.284,3	1.216,9	1.191,8	1.245,7	1.344,3
0	395,1	421,9	517,9	499,7	486,2	473,0	435,9	443,3	425,9	428,7	395,4	426,5	425,9
1	446,5	499,7	664,9	654,5	665,3	592,8	533,1	568,4	517,1	531,8	490,3	479,4	580,0
2	519,4	552,6	713,6	679,7	713,7	626,3	588,2	621,2	586,8	551,4	558,5	542,3	608,4
3	616,8	637,3	794,5	816,5	756,6	778,7	713,1	662,8	633,9	619,7	601,8	613,2	643,2
4	790,7	836,1	1.000,8	1.052,6	972,1	937,0	892,9	842,1	818,8	772,5	796,6	803,7	823,8
5	699,0	741,1	905,8	905,7	890,6	851,7	803,7	762,1	753,0	712,8	715,9	722,2	789,3
6	761,9	717,9	956,6	894,9	908,3	868,6	836,4	792,2	755,8	710,3	744,1	751,8	768,1
7	734,5	804,7	959,9	1.045,9	971,7	918,6	865,8	774,3	797,9	746,0	759,8	779,0	899,8
8	992,4	1.056,7	1.289,3	1.297,3	1.294,3	1.155,8	1.093,7	1.060,8	958,8	929,1	871,0	898,9	991,9
9	814,2	904,1	997,8	1.057,9	1.044,7	960,0	908,5	780,8	811,2	696,6	716,3	715,8	811,6
10	1.052,6	1.015,9	1.352,4	1.277,1	1.346,1	1.290,8	1.072,8	950,3	925,6	831,7	842,7	847,1	840,8
11	1.424,3	1.531,1	1.950,3	1.892,4	1.919,0	1.731,9	1.601,8	1.460,8	1.373,9	1.250,1	1.225,9	1.205,8	1.280,7
12	1.642,6	1.970,4	2.217,4	2.079,3	2.051,2	2.200,7	1.855,8	1.940,8	1.754,5	1.512,8	1.551,1	1.531,4	1.563,7
13	1.978,1	2.209,7	2.535,7	2.463,4	2.748,6	2.438,8	2.492,1	2.104,0	2.110,7	1.770,5	1.699,5	1.787,4	1.816,2
14	2.170,0	2.157,7	2.866,9	2.678,9	2.963,1	2.975,3	2.693,0	2.759,3	2.232,6	1.965,6	1.880,5	2.122,0	2.177,6
15 e mais	3.377,6	3.920,5	4.984,2	4.727,5	4.646,6	4.720,3	4.200,7	4.274,3	4.061,8	3.721,3	3.545,4	3.712,2	3.779,3
Sem Declaração	743,9	714,9	905,6	852,7	821,5	816,7	749,4	748,5	686,6	695,5	695,8	697,2	777,1

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 44 • Rendimento médio real dos homens negros ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	523,2	549,3	676,6	683,0	673,9	688,7	644,3	643,6	637,8	580,6	611,7	643,8	688,6
0	289,7	289,3	340,9	368,4	338,9	345,1	322,9	327,9	318,8	296,4	313,3	325,5	335,3
1	354,4	338,1	414,6	443,3	413,6	427,4	377,2	380,1	372,6	345,6	338,5	375,5	413,1
2	372,4	401,2	473,2	473,5	469,4	448,0	420,1	411,7	396,0	376,1	388,2	405,5	422,3
3	432,7	430,9	529,8	542,0	553,5	491,9	469,3	462,9	443,8	419,4	420,5	449,4	468,9
4	524,3	531,4	702,1	672,9	640,8	626,7	593,6	553,8	533,5	501,1	506,2	544,5	565,6
5	501,7	488,2	644,1	619,2	636,0	610,1	575,9	553,8	532,8	488,1	506,8	507,4	559,2
6	502,8	521,1	652,9	657,1	652,1	618,1	598,9	566,2	567,7	491,5	498,0	533,3	549,5
7	542,8	568,5	742,0	707,0	702,7	721,9	615,8	601,2	587,6	532,4	518,7	535,8	608,4
8	678,9	698,8	923,6	886,0	849,8	862,9	780,5	737,9	695,3	623,4	610,3	658,1	665,0
9	611,2	696,3	781,7	784,1	772,1	688,3	609,7	607,2	570,8	492,2	490,9	534,4	575,6
10	746,0	711,0	909,2	955,8	857,3	795,4	718,7	713,3	641,9	602,4	605,9	600,5	610,1
11	1.043,4	1.099,8	1.352,5	1.276,0	1.311,5	1.221,2	1.118,1	1.049,1	995,5	850,7	841,0	881,1	918,5
12	1.373,3	1.545,8	1.635,3	1.560,9	1.522,2	1.301,2	1.516,6	1.333,6	1.275,2	1.305,5	1.353,8	1.245,8	1.237,7
13	1.446,5	1.659,4	1.654,6	1.779,1	2.027,3	1.814,3	1.595,8	1.571,1	1.642,6	1.308,6	1.493,2	1.587,0	1.383,8
14	1.579,6	1.685,7	2.392,4	2.024,6	1.886,2	2.117,3	2.195,4	1.626,8	1.789,8	1.482,5	1.548,1	1.550,1	1.619,4
15 e mais	2.379,0	2.713,4	3.475,2	3.264,3	3.198,9	3.451,5	3.174,1	2.919,6	2.925,3	2.476,9	2.803,4	2.567,8	2.739,5
Sem Declaração	521,4	499,0	672,8	665,4	668,8	730,3	615,0	570,0	581,0	539,7	499,6	585,7	609,7

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 45 • Rendimento médio real das mulheres não-negras ocupadas (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	635,7	668,8	889,7	940,1	939,6	944,4	892,9	882,3	865,9	790,1	789,2	846,0	905,5
0	232,2	219,8	310,4	341,9	310,0	329,7	302,7	302,3	271,7	263,7	282,0	284,8	300,8
1	252,3	243,7	329,5	430,9	373,0	322,9	315,2	316,4	312,0	294,4	297,8	344,7	484,8
2	269,0	252,8	346,1	392,3	335,9	343,8	346,4	324,4	329,8	322,0	317,7	303,4	353,4
3	301,8	302,2	380,0	390,1	399,1	399,9	388,2	359,5	352,7	330,6	347,7	330,4	385,3
4	368,5	360,2	477,6	521,6	477,6	466,4	455,3	444,2	416,6	390,0	393,9	405,8	436,6
5	355,8	346,4	441,1	516,0	443,9	445,0	440,5	413,1	389,7	371,0	383,1	414,3	412,6
6	358,8	334,3	500,4	495,5	463,3	458,4	411,6	432,9	394,3	414,5	379,6	390,8	443,4
7	371,9	423,5	572,7	495,7	519,0	471,4	474,0	427,2	445,3	420,4	400,1	431,4	429,2

tabela 46 • Rendimento médio real das mulheres negras ocupadas (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	328,4	331,1	449,7	469,9	461,4	470,1	446,0	450,5	449,2	423,4	437,4	460,0	499,4
0	160,3	155,0	223,6	230,8	221,9	235,0	215,3	218,6	214,8	196,6	205,4	225,5	233,8
1	170,4	184,0	220,6	283,3	255,7	266,5	231,3	247,1	222,3	224,2	216,0	233,4	273,3
2	204,9	194,7	258,4	316,5	268,0	278,1	268,2	259,3	256,7	240,1	239,4	278,1	266,1
3	227,1	203,9	283,3	298,6	299,3	300,4	263,6	269,2	267,4	259,2	259,8	278,4	289,3
4	266,8	251,4	346,2	350,0	339,0	338,6	325,6	327,9	316,9	289,6	298,9	315,5	347,2
5	252,6	257,8	342,3	336,0	334,5	332,5	327,0	309,8	324,1	295,3	301,2	321,0	323,4
6	298,2	270,1	351,8	379,7	344,0	360,5	339,6	347,4	316,0	303,0	295,0	324,3	354,6
7	298,2	284,6	366,5	370,0	372,8	374,0	332,3	330,9	325,8	305,4	317,4	330,1	364,5
8	367,4	365,0	479,5	479,0	466,2	483,6	437,8	409,6	390,2	359,2	366,9	397,6	414,8
9	349,7	340,8	448,0	427,1	422,6	420,6	369,0	367,6	336,7	324,7	307,7	330,2	370,1
10	388,7	360,0	508,8	495,7	507,1	487,8	451,1	418,2	389,7	339,5	337,0	364,5	384,2
11	542,7	570,4	682,9	673,3	687,4	675,4	620,2	584,4	567,6	518,9	506,7	523,0	555,7
12	552,5	515,9	737,7	762,1	749,9	745,6	708,6	761,5	701,2	643,9	682,5	669,6	764,1
13	755,2	803,5	952,2	1.022,1	989,0	1.035,8	817,8	900,5	845,6	765,7	764,4	800,5	840,1
14	1.002,3	977,4	1.321,7	1.390,3	1.335,0	1.179,0	1.080,1	1.010,0	1.016,1	938,1	876,1	910,8	893,5
15 e mais	1.279,7	1.332,1	1.870,2	1.910,1	1.764,8	1.775,8	1.703,3	1.701,6	1.641,6	1.453,4	1.547,2	1.451,0	1.562,5
Sem Declaração	290,4	345,7	339,7	450,1	415,3	472,9	348,2	324,8	300,9	329,3	338,3	378,5	408,0

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 47 • Rendimento mediano real dos ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Brasil	392,7	376,4	469,3	506,6	524,1	526,9	497,1	463,8	479,7	456,2	453,2	485,6	524,6
0	226,6	225,9	228,9	243,2	232,9	244,6	241,5	278,3	282,2	240,1	271,9	280,6	314,7
1	262,8	241,1	274,7	303,9	291,2	282,3	266,3	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
2	262,9	251,0	343,4	340,4	330,0	329,3	301,8	309,2	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
3	287,0	275,8	343,4	405,3	388,2	376,3	355,1	309,2	338,6	300,1	317,3	323,8	367,2
4	362,5	376,4	457,9	466,0	465,9	470,4	443,8	432,9	423,3	360,2	385,3	410,1	419,7
5	352,4	351,4	457,9	445,8	465,9	451,6	429,6	417,4	423,3	360,2	373,9	397,2	419,7
6	352,4	360,9	457,9	455,9	465,9	470,4	443,8	419,0	423,3	360,2	373,9	410,1	419,7
7	377,6	376,4	457,9	476,2	485,3	489,2	443,8	432,9	423,3	379,4	385,3	415,5	419,7
8	503,5	481,9	641,0	607,9	601,8	564,5	532,6	541,1	493,8	468,2	453,2	485,6	503,6
9	402,8	376,6	457,9	506,6	485,3	489,2	435,0	411,2	395,0	360,2	339,9	377,7	419,7
10	503,5	482,2	572,3	607,9	582,4	564,5	509,5	463,8	423,3	399,8	407,9	431,7	419,7
11	704,9	677,6	869,9	810,5	815,3	773,4	710,2	649,3	634,9	576,3	566,6	572,0	629,5
12	755,2	752,9	915,7	952,4	970,6	940,8	887,7	773,0	705,4	720,4	679,9	755,5	744,9
13	1.006,9	971,2	1.259,1	1.215,8	1.164,7	1.129,0	1.065,2	1.004,9	987,6	840,4	849,8	863,4	839,3
14	1.006,9	966,2	1.373,6	1.418,4	1.358,9	1.441,4	1.331,5	1.195,1	1.128,7	960,5	906,5	971,3	1.049,2
15 e mais	1.576,9	1.756,8	2.289,3	2.330,2	2.329,5	2.258,0	2.130,5	2.009,8	2.116,3	1.800,9	1.699,7	1.618,8	1.783,6
Sem Declaração	352,4	334,6	457,9	470,1	543,5	489,2	443,8	432,9	395,0	360,2	396,6	431,7	419,7

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 48 • Rendimento mediano real dos homens ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	438,0	466,8	572,3	607,9	582,4	564,5	532,6	556,6	564,3	480,2	521,2	539,6	577,0
0	251,7	241,1	274,7	263,4	252,4	259,7	259,2	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	314,7
1	262,9	251,0	343,4	340,4	310,6	323,6	319,6	309,2	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
2	302,1	301,2	366,3	405,3	388,2	376,3	355,1	340,1	352,7	336,2	339,9	323,8	367,2
3	352,4	361,6	457,9	453,9	465,9	451,6	426,1	386,5	423,3	360,2	345,6	388,5	419,7
4	453,1	476,8	572,3	607,9	582,4	564,5	532,6	494,7	493,8	480,2	453,2	485,6	524,6
5	402,8	426,6	572,3	543,0	582,4	545,7	532,6	476,2	483,9	450,2	453,2	485,6	503,6
6	402,8	451,7	572,3	569,4	582,4	564,5	532,6	494,7	493,8	468,2	453,2	485,6	503,6
7	453,1	476,8	579,2	607,9	582,4	564,5	532,6	541,1	493,8	480,2	453,2	485,6	524,6
8	604,2	602,3	801,2	810,5	776,5	752,7	710,2	618,4	564,3	576,3	566,6	539,6	606,4
9	503,5	501,9	641,0	648,4	609,5	564,5	532,6	463,8	451,5	420,2	430,6	431,7	472,1
10	657,1	627,4	801,2	808,5	776,5	745,1	621,4	556,6	564,3	480,2	498,6	485,6	524,6
11	950,5	878,4	1.144,6	1.195,5	1.164,7	1.129,0	976,5	896,7	846,5	720,4	682,1	755,5	734,4
12	1.006,9	1.254,8	1.373,6	1.406,2	1.358,9	1.486,5	1.242,8	1.236,8	987,6	1.020,5	1.019,8	971,3	1.049,2
13	1.309,0	1.254,8	1.717,0	1.621,0	1.747,1	1.599,4	1.597,9	1.391,4	1.410,9	1.176,6	1.133,1	1.079,2	1.154,1
14	1.510,4	1.505,8	2.266,4	2.026,3	1.941,2	1.881,7	1.775,4	1.546,0	1.410,9	1.217,4	1.133,1	1.295,1	1.363,9
15 e mais	2.416,6	2.509,7	3.433,9	3.242,1	3.300,1	3.387,0	3.195,7	3.092,0	2.821,7	2.401,2	2.266,2	2.374,3	2.622,9
Sem Declaração	453,1	451,7	572,3	607,9	621,2	564,5	532,6	541,1	493,8	468,2	509,9	539,6	524,6

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 49 • Rendimento mediano real das mulheres ocupadas (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	270,4	258,3	366,3	405,3	388,2	414,0	390,6	386,5	397,9	360,2	385,3	404,7	419,7
0	125,9	125,5	228,9	226,9	194,1	225,8	213,0	196,3	211,6	180,1	181,3	215,8	209,8
1	151,0	150,6	228,9	226,9	232,9	244,6	241,5	278,3	254,0	240,1	226,6	226,6	262,3
2	201,4	200,8	228,9	226,9	232,9	244,6	241,5	278,3	282,2	288,1	271,9	269,8	290,6
3	236,6	240,9	228,9	233,0	232,9	244,6	241,5	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
4	262,9	241,1	304,5	303,9	291,2	291,7	301,8	293,7	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
5	262,9	241,1	297,6	303,9	291,2	282,3	284,1	279,8	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
6	262,9	241,1	343,4	303,9	302,8	301,1	284,1	309,2	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
7	262,9	241,1	343,4	324,2	330,0	319,9	294,7	309,2	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
8	349,4	301,2	457,9	445,8	407,7	423,4	379,9	386,5	352,7	342,2	339,9	345,4	377,7
9	302,1	275,1	343,4	405,3	349,4	376,3	319,6	309,2	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
10	342,9	316,2	457,9	445,8	407,7	395,2	374,6	371,0	352				

tabela 50 • Rendimento mediano real dos não-negros ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	503,5	501,9	686,8	668,7	679,4	658,6	621,4	618,4	564,3	576,3	566,6	588,2	629,5
0	262,9	241,1	288,4	303,9	291,2	282,3	266,3	279,8	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
1	262,9	261,0	343,4	364,7	388,2	338,7	355,1	309,2	310,4	300,1	317,3	323,8	367,2
2	302,1	301,2	389,2	405,3	388,2	376,3	355,1	341,7	366,8	360,2	339,9	323,8	367,2
3	327,3	351,4	457,9	445,8	452,3	451,6	426,1	386,5	423,3	360,2	362,6	388,5	419,7
4	402,8	431,7	549,4	567,4	543,5	564,5	532,6	463,8	451,5	444,2	453,2	436,0	472,1
5	402,8	376,4	457,9	506,6	504,7	496,8	482,9	463,8	423,3	432,2	452,1	453,3	472,1
6	402,8	376,4	544,8	506,6	543,5	526,9	497,1	463,8	451,5	444,2	453,2	449,0	472,1
7	402,8	415,5	572,3	543,0	582,4	564,5	532,6	463,8	493,8	480,2	453,2	485,6	503,6
8	533,7	501,9	686,8	709,2	698,8	658,6	621,4	618,4	564,3	516,3	509,9	539,6	545,6
9	438,5	451,7	533,4	575,5	563,0	526,9	461,6	463,8	423,3	408,2	396,6	431,7	451,1
10	525,8	501,9	686,8	678,8	586,3	602,1	532,6	510,2	493,8	456,2	453,2	453,3	472,1
11	755,2	752,9	915,7	972,6	970,6	940,8	834,4	773,0	705,4	600,3	634,5	647,5	682,0
12	805,5	808,1	1.030,2	1.013,1	1.028,9	989,8	887,7	881,2	747,8	720,4	770,5	809,4	828,8
13	1.006,9	1.003,9	1.373,6	1.215,8	1.300,6	1.129,0	1.242,8	1.082,2	1.107,5	840,4	906,5	917,3	923,3
14	1.006,9	1.003,9	1.373,6	1.519,7	1.417,1	1.505,3	1.420,3	1.236,8	1.213,3	1.080,5	963,1	1.014,5	1.049,2
15 e mais	1.727,0	1.756,8	2.518,2	2.431,6	2.329,5	2.446,2	2.219,2	2.319,0	2.116,3	1.800,9	1.699,7	1.942,6	1.941,0
Sem Declaração	402,8	376,4	526,5	506,6	582,4	526,9	490,0	494,7	423,3	420,2	453,2	485,6	451,1

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 51 • Rendimento mediano real dos negros ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total Negros	266,7	251,0	228,9	273,6	271,8	376,3	355,1	371,0	352,7	350,6	339,9	377,7	419,7
0	201,4	200,8	228,9	226,9	232,9	244,6	241,5	247,4	254,0	240,1	226,6	259,0	262,3
1	251,7	233,4	228,9	243,2	232,9	263,4	241,5	278,3	282,2	288,1	283,3	323,8	367,2
2	262,8	241,1	274,7	303,9	291,2	282,3	266,3	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
3	262,9	241,1	320,5	320,2	310,6	291,7	301,8	279,8	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
4	302,1	276,1	370,9	389,0	388,2	376,3	355,1	355,6	338,6	323,0	339,9	334,6	367,2
5	302,1	275,8	361,7	364,7	388,2	376,3	355,1	340,1	352,7	326,6	339,9	323,8	367,2
6	289,5	301,2	361,7	405,3	388,2	376,3	355,1	371,0	352,7	336,2	339,9	345,4	377,7
7	302,1	301,2	389,2	405,3	388,2	414,0	355,1	355,6	352,7	336,2	339,9	323,8	379,8
8	402,8	376,4	503,6	506,6	485,3	489,2	479,4	463,8	423,3	360,2	385,3	431,7	419,7
9	377,6	351,4	457,9	445,8	446,5	451,6	355,1	361,8	338,6	314,6	317,3	323,8	367,2
10	397,7	401,5	457,9	506,6	493,1	489,2	443,8	402,0	395,0	348,2	339,9	370,2	382,9
11	525,8	501,9	686,8	640,3	679,4	658,6	585,9	541,1	536,1	480,2	453,2	490,0	524,6
12	553,8	527,0	686,8	709,2	698,8	733,9	710,2	695,7	702,6	600,3	615,3	631,3	734,4
13	755,2	853,3	913,4	1.013,1	970,6	1.129,0	798,9	850,3	790,1	720,4	679,9	681,0	734,4
14	799,0	803,1	1.286,6	1.219,8	1.164,7	1.129,0	1.065,2	950,8	862,0	840,4	793,2	863,4	839,3
15 e mais	1.258,7	1.254,8	1.831,4	1.671,7	1.747,1	1.768,8	1.597,9	1.546,0	1.410,9	1.260,6	1.359,7	1.295,1	1.390,1
Sem Declaração	262,9	271,0	343,4	405,3	442,6	404,6	355,1	309,2	338,6	324,2	339,9	377,7	419,7

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 52 • Rendimento mediano real dos homens não-negros ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	604,2	602,3	801,2	810,5	776,5	752,7	710,2	695,7	705,4	600,3	679,9	647,5	734,4
0	262,9	251,0	343,4	334,3	330,0	329,3	319,6	309,2	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
1	302,1	351,4	457,9	405,3	427,1	376,3	408,3	371,0	352,7	360,2	339,9	340,0	377,7
2	352,4	376,4	457,9	453,9	465,9	470,4	408,3	432,9	423,3	374,6	396,6	388,5	419,7
3	402,8	426,6	549,4	526,8	491,1	526,9	497,1	463,8	451,5	432,2	453,2	449,0	482,6
4	503,5	501,9	686,8	680,8	660,0	658,6	621,4	602,9	564,3	540,3	566,6	539,6	608,5
5	503,5	482,2	641,0	607,9	621,2	602,1	546,8	556,6	564,3	504,2	562,0	539,6	587,5
6	503,5	482,2	686,8	607,9	640,6	602,1	621,4	556,6	564,3	540,3	566,6	539,6	560,3
7	503,5	501,9	686,8	680,8	679,4	658,6	621,4	606,0	564,3	564,3	566,6	569,8	619,0
8	679,7	677,6	915,7	911,8	873,6	846,8	781,2	757,5	705,4	600,3	589,2	647,5	692,4
9	553,8	527,0	686,8	709,2	679,4	658,6	568,1	541,1	513,6	480,2	453,2	485,6	524,6
10	755,2	702,7	915,7	810,5	873,6	846,8	710,2	618,4	564,3	540,3	566,6	539,6	551,9
11	1.006,9	1.003,9	1.373,6	1.217,8	1.261,8	1.161,0	1.065,2	927,6	874,7	840,4	793,2	841,8	839,3
12	1.107,6	1.254,8	1.602,5	1.418,4	1.358,9	1.505,3	1.331,5	1.236,8	1.058,1	1.080,5	1.019,8	1.079,2	1.049,2
13	1.510,4	1.254,8	1.831,4	1.621,0	1.902,4	1.693,5	1.775,4	1.542,9	1.410,9	1.200,6	1.133,1	1.187,1	1.259,0
14	1.510,4	1.505,8	2.289,3	2.026,3	1.941,2	1.881,7	1.775,4	1.855,2	1.434,8	1.440,7	1.246,4	1.295,1	1.573,7
15 e mais	2.517,3	2.509,7	3.502,6	3.584,5	3.494,2	3.763,4	3.195,7	3.092,0	2.821,7	2.521,2	2.492,9	2.698,1	2.622,9
Sem Declaração	525,8	471,8	686,8	658,5	698,8	696,2	568,1	572,0	562,9	498,2	566,6	572,0	577,0

Fonte: IBGE, PNAD
 Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)
 Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 53 • Rendimento mediano real dos homens negros ocupados (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	312,2	316,2	428,1	425,5	434,8	451,6	408,3	417,4	423,3	360,2	396,6	431,7	451,1
0	241,7	225,9	228,9	243,2	232,9	244,6	241,5	278,3	282,2	249,7	283,3	302,2	314,7
1	262,9	241,1	274,7	303,9	271,8	282,3	266,3	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
2	262,9	241,1	274,7	303,9	291,2	282,3	266,3	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
3	302,1	301,2	366,3	405,3	388,2	376,3	355,1	327,8	338,6	300,1	339,9	323,8	367,2
4	391,7	376,4	457,9	453,9	465,9	470,4	443,8	432,9	423,3	360,2	396,6	431,7	419,7
5	377,6	361,4	457,9	453,9	465,9	470,4	443,8	417,4	423,3	360,2	396,6	420,9	419,7
6	352,4	376,4	457,9	486,3	485,3	489,2	443,8	432,9	423,3	374,6	396,6	431,7	419,7
7	402,8	401,5	457,9	506,6	497,0	523,1	479,4	463,8	423,3	395,0	396,6	431,7	419,7
8	503,5	485,4	686,8	632,2	638,7	621,0	564,6	556,6	536,1	480,2	453,2	485,6	514,1
9	444,9	457,1	572,3	577,5	582,4	545,7	443,8	432,9	423,3	360,2	379,6	410,1	419,7
10	525,8	501,9	629,6	680,8	663,9	564,							

tabela 54 • Rendimento mediano real das mulheres não-negras ocupadas (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	362,5	376,4	457,9	506,6	524,1	526,9	497,1	471,5	493,8	468,2	453,2	485,6	524,6
0	176,2	180,7	228,9	226,9	232,9	244,6	241,5	278,3	254,0	240,1	271,9	269,8	272,8
1	201,4	241,1	228,9	263,4	258,2	244,6	241,5	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	314,7
2	262,8	241,1	251,8	263,4	232,9	244,6	241,5	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
3	262,8	241,1	274,7	303,9	291,2	282,3	266,3	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
4	262,9	251,0	343,4	364,7	368,8	366,9	355,1	321,6	310,4	300,1	317,3	323,8	367,2
5	262,9	241,7	343,4	340,4	349,4	338,7	355,1	340,1	324,5	312,2	317,3	323,8	367,2
6	266,8	241,1	343,4	364,7	368,8	368,8	355,1	324,7	310,4	324,2	339,9	323,8	367,2
7	262,9	251,0	366,3	405,3	388,2	366,9	355,1	340,1	352,7	314,6	317,3	323,8	367,2
8	392,7	361,6	457,9	486,3	465,9	470,4	443,8	448,3	423,3	360,2	396,6	399,3	419,7
9	352,4	301,2	389,2	453,9	388,2	395,2	355,1	355,6	325,9	312,2	294,6	323,8	367,2
10	382,6	361,6	457,9	486,3	465,9	470,4	426,1	386,5	395,0	360,2	339,9	377,7	367,2
11	503,5	501,9	686,8	680,8	679,4	658,6	621,4	587,5	564,3	480,2	509,9	528,8	524,6
12	604,2	552,1	732,6	790,3	776,5	752,7	710,2	647,8	644,8	600,3	589,2	647,5	629,5
13	755,2	702,7	1.030,2	911,8	970,6	940,8	887,7	773,0	705,4	720,4	679,9	647,5	734,4
14	851,9	778,0	1.144,6	1.215,8	1.164,7	1.298,4	1.171,8	927,6	987,6	874,0	793,2	863,4	860,3
15 e mais	1.158,0	1.254,8	1.717,0	1.714,2	1.762,6	1.881,7	1.775,4	1.546,0	1.693,0	1.440,7	1.359,7	1.403,0	1.573,7
Sem Declaração	315,5	251,0	343,4	405,3	485,3	430,9	362,2	375,7	352,7	353,0	396,6	388,5	367,2

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

tabela 55 • Rendimento mediano real das mulheres negras ocupadas (em R\$ de setembro/2007), por anos de estudo – Pessoas de 16 anos ou mais. Brasil, 1992 - 2006

Anos de estudo	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	262,8	241,1	251,8	287,7	291,2	282,3	277,0	282,9	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
0	115,8	100,4	183,1	202,6	174,7	188,2	177,5	170,1	169,3	144,1	170,0	172,7	188,8
1	125,9	125,5	194,6	226,9	232,9	244,6	213,0	231,9	211,6	192,1	181,3	215,8	251,8
2	151,0	150,6	228,9	226,9	232,9	244,6	241,5	247,4	254,0	240,1	226,6	226,6	228,7
3	176,2	159,8	228,9	226,9	232,9	244,6	241,5	264,4	282,2	240,1	271,9	269,8	314,7
4	251,7	241,1	228,9	243,2	232,9	244,6	248,6	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
5	261,8	241,1	228,9	235,1	232,9	244,6	255,7	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
6	262,8	241,1	228,9	243,2	232,9	244,6	241,5	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
7	262,9	241,1	233,5	259,4	271,8	282,3	246,8	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
8	266,8	245,9	343,4	344,5	349,4	342,5	319,6	309,2	307,6	288,1	294,6	323,8	367,2
9	262,9	241,1	320,5	308,0	291,2	338,7	266,3	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2
10	262,9	248,5	343,4	340,4	349,4	338,7	355,1	309,2	293,5	288,1	294,6	323,8	367,2
11	394,7	376,4	457,9	486,3	485,3	489,2	479,4	432,9	423,3	378,2	396,6	410,1	419,7
12	428,0	376,4	572,3	547,1	582,4	564,5	577,0	556,6	564,3	480,2	485,0	485,6	524,6
13	576,4	501,9	686,8	810,5	737,7	771,5	639,1	618,4	677,2	540,3	566,6	561,2	561,3
14	679,7	752,9	915,7	1.175,3	1.032,7	940,8	869,9	773,0	776,0	720,4	679,9	669,1	682,0
15 e mais	906,2	953,7	1.254,5	1.215,8	1.358,9	1.354,8	1.242,8	1.236,8	1.187,9	1.037,3	1.049,3	1.079,2	1.074,3
Sem Declaração	251,7	241,1	274,7	303,9	291,2	338,7	266,3	278,3	282,2	288,1	294,6	323,8	367,2

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração: Organização Internacional do Trabalho (OIT)

Observações: (1) - Foram considerados apenas os moradores em domicílios particulares permanentes (2) - Entre 2004 e 2006 foram excluídos os moradores das áreas rurais dos estados de AM, AC, RO, RR, PA, AP.

Bibliografia

ABRAMO, Laís. **Questionando um mito**; custos do trabalho de homens e mulheres. Brasília: OIT, 2005.

ABRAMO, Laís; RANGEL, Marta. **Negociação coletiva e igualdade de gênero na América Latina**. Brasília: OIT, 2005. (Caderno GRPE, 1).

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, María Elena. **América Latina**; brechas de equidad y progreso laboral de las mujeres en los 90. Lima: OIT, 2001. 71 p. (Documentos de trabajo, 143). Disponível em: <http://white.oit.org.pe/spanish/260ameri/publ/docutrab/dt-143/texto_completo.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2008.

_____. Inserción laboral y brechas de equidad de género en América Latina. In: _____. **Trabajo decente y equidad de género en América Latina**. Santiago de Chile, OIT, 2006. cap. 1, p. 29-62 Disponível em: <<http://www.oitchile.cl/pdf/igu026.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

AHMED, Iftikhar. Decent work and human development. **International Labour Review**, Geneva, v. 142, n. 2, p. 263-271, 2003.

AMADEO, Edward. Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho. In: POSTHUMA, Anne C. **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil**. Brasília: OIT; MTE; São Paulo: Editora 34, 1999.

AMORIM, Wilson Aparecido Costa de. **Negociações coletivas no Brasil**; uma análise do período 1990-2004. [S.l.:s.n.], 2007. Projeto CEPAL/PNUD/OIT. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>.

ARBACHE, Jorge. Informalidade, encargos trabalhistas e previdência social. Coleção Previdência Social. In: **Base de financiamento da Previdência Social**: alternativas e perspectivas. Brasília: MPS, 2003. p. 89-106 (Coleção Previdência Social, v.19).

AUER, P.; EFENDIOGLU, Ü.; LESCKHE, J. **Active labour market policies around the world**; coping with the consequences of globalization. Geneva: ILO,

2005. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2005/105B09_70_engl.pdf>. Acesso em: 8 maio 2008.

BALTAR, Paulo; MORETTO, A. J.; KREIN, José Dari. O emprego formal nos anos recentes. **Carta social e do trabalho**, Campinas, n. 3, p.3-11, 2006.

BIDERMAN, Ciro; GUIMARÃES, Nadya. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n. 2, p.177-200, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026-X2004000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Coord.). **Investimento e reformas no Brasil**: indústria e infra-estrutura nos anos 1990. Brasília: IPEA; CEPAL, Escritório no Brasil, 2002.

BONNET, Florence; FIGUEIREDO, José B.; STANDING, Guy. A family of decent work indexes. **International Labour Review**, Geneva, v.142, n. 2, p. 213-238, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 abr. 2008.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social 2006**. Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/aeps2006/15_01_20_01.asp>. Acesso em: 17 abr. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Trabalho infantil**: diretrizes para a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. (Série A. Normas e manuais técnicos). Saúde do trabalhador – edição especial – complexidade diferenciada.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Agenda Nacional de Trabalho Decente**. Brasília: MTE, 2006.

19p. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=237>> Acesso em : 5 jun. 2008.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985 – 1995). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (Org.) **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Editora 34, 2000, p. 13-18.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 110, p. 67-104, jul. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2008.

CABRAL, F. **A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência escolar na década de 90 no Brasil**, 2007. 122 p. Dissertação (Mestrado em Economia) - Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-23042007-145146/>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

CACCIAMALI, Maria Cristina. As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. **Distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.

_____. **O papel do setor privado no estímulo à geração de emprego e capacitação de mão-de-obra**. [S.l.:s.n.], 2007. Projeto CEPAL/PNUD/OIT. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>.

CAMARANO, A. A. et al. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006. Disponível em: <http://www.centrodametropole.org.br/t_seminarios.html>. Acesso em: 11 abr. 2008.

CAMARGO, J. M.; NERI, M.; REIS, M. C. Emprego e produtividade no Brasil na década de 1990. In: BAUMANN, R. (Org.). **Brasil. Uma década em transição**.

Rio de Janeiro: Ed. Campus; Brasília: CEPAL, 2000. cap. 7, p. 255-288.

CARDOSO JR., José Celso. **De volta para o futuro?**; As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para discussão, 1310). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1310.pdf>. Acesso em 29 mai. 2008.

CARDOSO JR., José Celso; FERNANDES, Suiane. A informalidade revisitada: evolução nos últimos 20 anos e mais uma hipótese de pesquisa. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise, Rio de Janeiro, Brasília, v. 5, n.14, p. 41-49, out. 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_014i.pdf>. Acesso em 29 mai. 2008.

CARDOSO JR., José Celso et al. **Políticas de emprego, trabalho e renda no Brasil**: desafios à montagem de um sistema público, integrado e participativo. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para discussão, 1237). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1237.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2008.

CECHIN, José; FERNANDES, Alexandre Zioli. Avaliação dos dados. **Boletim Informativo GFIP**; indicadores do mercado de trabalho formal das empresas, Brasília, v. 1, n. 2, p. 12-26, ago. 2000. Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/docs/pdf/boletim_informativo02.pdf>. Acesso em 29 mai. 2008.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. **Políticas ativas e passivas no mercado de trabalho**: aspectos conceituais, a experiência internacional e a avaliação do caso brasileiro. [S.l.:s.n.] 2007b. Projeto CEPAL/PNUD/OIT. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>.

_____. **Regulação do mercado de trabalho, proteção e diálogo social**: a experiência brasileira recente. [S.l.:s.n.], 2007a. Projeto CEPAL/PNUD/OIT. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>.

CHAHAD, J. P. Z.; DIAZ, M. D. M.; PAZELLO, E. T. **A elasticidade emprego-produto setorial no Brasil:** novas evidências. São Paulo: FIPE; MTE, 2002. (Estudos e análise com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro, tema 22, Relatório de pesquisa). Disponível em: <http://www.mte.gov.br/observatorio/778_tema_22.pdf>. Acesso em 29 mai. 2008.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. **A contribuição das mulheres para a igualdade na América Latina e no Caribe.** In: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE LA MUJER DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 10., 6-9 ago. 2007, Quito.

_____. **Cohesión social:** inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, CEPAL; AECI; SEGIB, 2007b.

_____. **Desarrollo productivo en economías abiertas.** Santiago de Chile, 2004a. 418p.

_____. División de Estadísticas y Proyecciones Económicas. **CEPALSTAT.** Estadísticas e Indicadores Sociales [BADEINSO]. Santiago de Chile. Disponível em: <<http://websie.eclac.cl/sisgen/consultaintegrada.asp>>. Acesso em: 5 jun. 2008.

_____. **La protección social de cara al futuro:** acceso, financiamiento y solidaridad. Santiago de Chile, 2006.

_____. **Panorama Social de América Latina – 2004.** Santiago de Chile, 2005.

_____. **Una década de desarrollo social en América Latina:** 1990-1999. Santiago de Chile, 2004b. 293p. (Libros CEPAL, 77).

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL; CENTRO LATINO-AMERICANO DE DEMOGRAFIA - CELADE. **Observatório demográfico:** América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, n.2, out. 2006. Disponível em: <http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/celade/agrupadores_xml/aes50.xml&xsl=/agrupadores_xml/agrupa_listado.xml&base=/celade/tpl/top-bottom.xml>. Acesso em: 5 jun. 2008.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL; FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER – UNIFEM. **Los desafíos del milenio ante la igualdad de género.** Santiago de Chile, 2007.

COSTANZI, Rogério. **Desenvolvimento humano e trabalho decente.** Nota Técnica. Brasília: OIT, 2007.

COUTINHO, Luciano et al. Desempenho industrial e do emprego sob a política de estabilização. In: POSTHUMA, Anne C. **Abertura e ajuste do mercado de trabalho no Brasil.** Brasília: OIT; MTE; São Paulo: Editora 34, 1999. 472 p.

DE NEGRI, João Alberto; DE NEGRI, Fernanda; COELHO, Danilo (Org.). **Tecnologia, exportação e emprego.** Brasília: IPEA, 2006.

DELGADO, Guilherme; CASTRO, Jorge Abrahão de. **Financiamento da Previdência Rural;** situação atual e mudanças. Brasília: IPEA, 2003. (Texto para discussão, 992). Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0992.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2008.

DIEESE. A Convenção 158 da OIT e a garantia contra a dispensa imotivada. **Nota técnica,** São Paulo, n. 61, mar. 2008. 12 p. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec61RatificacaoConvencao158rev.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

_____. Balanço das negociações dos reajustes salariais no primeiro semestre de 2007. **Estudos e pesquisas,** São Paulo, ano 3, n. 36, ago. 2007. 17 p. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/cju/estpesq36BalancoNegociacoes1sem2007.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

_____. **Eqüidade de gênero nas negociações coletivas;** cláusulas relativas ao trabalho da mulher no Brasil. São Paulo, 1997. (Pesquisa DIEESE, 13).

_____. **Formação profissional;** um novo espaço de negociação. São Paulo, 1998. (Pesquisa DIEESE, 14).

_____. **Negociação coletiva e eqüidade de gênero no Brasil:** cláusulas relativas ao trabalho da mulher 1996-2000. São Paulo, 2003. (Pesquisa DIEESE, 17).

_____. **O comportamento das negociações coletivas de trabalho nos anos 90:** 1993-1996. São Paulo, 1999. (Pesquisa DIEESE, 15).

_____. **O Emprego doméstico:** uma ocupação tipicamente feminina. Brasília: OIT, 2006. (Caderno GRPE, 3). Disponível em: <http://www.oit.org.br/prgatv/prg_esp/genero/seminariofinal/caderno3.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

DUFLO, E. Grandmothers and granddaughters: Old age pensions and intrahousehold allocation in South Africa. **The World Bank Economic Review,** Washington, DC, v. 17, n.1, p.1-25, 2003.

FASSA, Anaclaudia Gastal. Matriz de trabalho infantil perigoso. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Trabalho infantil;** diretrizes para a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. (Série A. Normas e manuais técnicos). Saúde do trabalhador – edição especial – complexidade diferenciada. p. 36-73.

FERNANDES, R.; MENEZES FILHO, N. Impactos dos encargos trabalhistas sobre o setor informal da economia. In: CHAHAD, José P. Z.; FERNANDES, Reinaldo. **O mercado de trabalho no Brasil:** políticas, resultados e desafios. São Paulo-Brasília: FIPE: MTE, 2002.

FERNANDES, R.; SOUZA, A. P. Reducción del trabajo infantil y aumento de la asistencia a la escuela: análisis de descomposición para Brasil en los años noventa. In: LÓPEZ CALVA, L. F. **Trabajo infantil:** teoría y lecciones de la América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 2006. p. 371-396.

FERRAZ, J. C.; KUPFER, D.; HAGUENAUER, L. **Ma-de in Brazil:** desafios competitivos para a indústria brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1996. v. 1. 386 p.

FIELDS, G. S. El trabajo decente y las políticas de desarrollo. **Revista Internacional del Trabajo,** Ginebra, v. 122, n. 2, p. 263-290, 2003.

FLORI, P. M. **Desemprego de jovens:** um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro. 2003. 77 p. Dissertação (Mestrado em Economia). Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-18122003-144416/>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

FORASTIERI, V. **Children at work:** Health and safety risks. Geneva: ILO, 1997. 138 p.

GARRO, Nora. La seguridad social y el mercado laboral en América. **Revista Seguridad Social,** Conferencia Interamericana de Seguridad Social, n. 240, p. 11-27, jan-fev. 2003.

GHAI, D. (Ed.). **Decent work:** Objectives and strategies. Geneva: ILS; ILO, 2006. Disponível em: <<http://www.oit.org/public/english/bureau/inst/download/decentghai.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2008.

GONÇALVES, Reinaldo. **Comércio externo, investimento externo e emprego:** resenha. [S.l.: s.n.], 2007. Projeto CEPAL/PNUD/OIT. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xml&base=/brasil/tpl/top-bottom.xml>>.

GRUBER, Jonathan. **The incidence of payroll taxation:** evidence from Chile. Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 1995. (Working Paper, 5053). Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w5053.pdf>>. Acesso em 29/05/08.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. Laboriosas, mas redundantes: gênero e mobilidade no trabalho no Brasil dos anos 90. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 82-102, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2008.

_____. O desafio da equidade: reestruturação e desigualdades de gênero e raça no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17, p. 237-266, 2002. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/pagu/cadernos17.html>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; COMIN, Álvaro Augusto. Vicissitudes do trabalho no Brasil nos anos 90: mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro-desemprego. In: LAVINAS, Lena; LEÓN, Francisco. **Emprego feminino no Brasil**: mudanças institucionais e novas inserções no mercado de trabalho. Santiago de Chile: CEPAL, 2002. (Serie Políticas Sociales, n.60. v.2). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/6/11036/P11036.xml&xsl=/dds/tpl-p/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; SOUZA, André Portela. **Emprego e heterogeneidade estrutural no Brasil**: refletindo sobre tendências recentes. Nota técnica. [S.l.:s.n.], 2007. Projeto CEPAL/OIT/PNUD. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>.

IBARRA, Antonio. **Pobreza, distribuição de renda e mercado de trabalho**: 1990-2006. [S.l.: s.n.], 2007. Projeto CEPAL/PNUD/OIT. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Mapa do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, 1994.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Mercado de Trabalho**; conjuntura e análise, Brasília, n.18, fev. 2002. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt018.html>>. Acesso em 30 maio 2008.

JANSEN, Marion. LEE, Eddy. **Trade and employment**: challenges for policy research: a joint study of the International Labour Office and the Secretariat of the World

Trade Organization. Geneva: ILO, 2007. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2007/107B09_13_engl.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2008.

KAPSOS, Steven. **The employment intensity of growth**: trends and macroeconomic determinants. Geneva: ILO, 2005. (Employment strategy papers, 12).

KUPFER, D. Tecnologia e emprego são realmente antagonicos? In: SICSÚ, João; DE PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. **Novo-Desenvolvimentismo**: um projeto nacional de crescimento com equidade social. Barueri, SP: Editora Manole, 2005.

LEVAGGI, V. **Democracia y trabajo decente en América Latina**. Lima: OIT, 2006.

LOVELL, Peggy. Raça, classe, gênero e discriminação salarial no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 85-98, 1992.

MENEZES-FILHO, Naercio; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme. **Previsão da oferta e demanda por trabalho no Brasil**: 2006-2015. [S.l.: s.n.], 2007. Projeto CEPAL/PNUD/OIT. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>.

MÓDULOS de auto-aprendizagem sobre saúde e segurança no trabalho infantil e juvenil. Brasília: OIT- Editora do Ministério da Saúde, 2006. (Série F. Comunicação e educação em saúde).

NEVES JR., Leonardo; PAIVA, Luis Henrique. **A relação entre crescimento econômico e emprego no Brasil**: referencial teórico, evidências empíricas e recomendações de políticas. Nota técnica. [S.l.:s.n.], 2007. Projeto CEPAL/OIT/PNUD. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>.

NEVES JR., Leonardo; PAIVA, Luis Henrique; ANTUNES, M. M. Comportamento do PIB e geração de emprego no Brasil; uma análise para os anos recentes. **Conjuntura Social**, Brasília, v. 11, nº 2, 2000.

OLIVEIRA, Ribamar. Emprego. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Org.). **A Era FHC**; um balanço. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

ORBAN, Edouard (Org.). **O trabalho no setor terciário**; emprego e desenvolvimento tecnológico. Campinas, SP: DIEESE/CESIT, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Acesso ao trabalho decente**. Brasília: OIT, 2005. (Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego, Módulo 3). Disponível em: <<http://www.oit.org.br/info/download/modulo3.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. **A igualdade de gênero é um elemento fundamental da agenda do trabalho decente**. Brasília: OIT. Escritório Brasil, 8 mar. 2006. Disponível em: <http://www.oit.org.br/prgatv/prg_esp/genero/seminariofinal/brief08marco2006.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. **Ampliar a proteção social**. Brasília: OIT, 2005. 52p. (Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego, Módulo 8). Disponível em: <<http://www.oit.org.br/info/download/modulo8.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. Employment elasticities indicator, KILM19. In: INTERNATIONAL LABOUR OFFICE. **Key indicators of the labour market**. 4th ed. Geneva: ILO, 2006.

_____. **Equality at work**: tackling the challenges: global report under the follow-up to the ILO Declaration on fundamental principles and rights at work: report of the Director-General. Geneva: ILO, 2007. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc96/pdf/rep-i-b.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. **Every child counts**: new global estimates on child labour. Geneva: ILO, 2002. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/2002/102B09_530_engl.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2008.

_____. **Generando trabajo decente en el Mercosur**: empleo y estrategia de crecimiento. Buenos Aires: Oficina de la OIT en Argentina. In: CONFERENCIA

REGIONAL DE EMPLEO DE MERCOSUR, Buenos Aires, 15-16 abr. 2004.

_____. **Global Employment Trends**. Geneva: ILO, [2007]. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/global.htm>>. Acesso em: 3 jun. 2008.

_____. **Igualdade no trabalho**: enfrentando os desafios. Brasília: OIT, 2007. Resumo Executivo do Relatório Global de seguimento à Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Relatório do Diretor-Geral. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/info/downloadfile.php?fileId=264>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. **LABORSTA** [Base de dados em linha]: estimaciones y proyecciones de la población economicamente activa 1980-2020. Disponível em: <http://laborsta.ilo.org/default_S.html>. Acesso em: 5 jun. 2008.

_____. **8 de Março**: Dia Internacional da Mulher. Brasília: OIT. Escritório Brasil, 8 mar. 2005. Disponível em: <http://www.oit.org.br/prgatv/prg_esp/genero/seminariofinal/brief08marco2005.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. **Questão racial, pobreza e emprego no Brasil**: tendências, enfoques e políticas de promoção da igualdade. Brasília: OIT, 2005. (Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego, Módulo 2). Disponível em: <<http://www.oit.org.br/info/download/modulo2.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. **Tendências, problemas e enfoques: um panorama geral**. Brasília: OIT, 2005. (Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego, Módulo 1). Disponível em: <<http://www.oit.org.br/info/download/modulo1.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. **Trabalho decente e desigualdade racial no Brasil**. Brasília: OIT. Escritório Brasil, 20 nov. 2006. Disponível em: <http://www.oit.org.br/prgatv/prg_esp/genero/seminariofinal/briefing_oit_20_novembro_2006.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. **Trabalho decente nas Américas**: uma agenda hemisférica 2006-2015. Informe do Diretor Geral. Bra-

sília: 2006. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=187>>. Acesso em: 03 jun. 2008.

_____. **Trabalho doméstico e igualdade de gênero e raça:** desafios para promover o trabalho decente no Brasil. Brasília: OIT. Escritório Brasil, 20 nov. 2005. Disponível em: <http://www.oit.org.br/prgatv/prg_esp/genero/seminariofinal/trabalhodomestico.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

_____. **World Employment Report 2004-2005.** Geneva: ILO, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Genebra. **C29 Convenio sobre el trabajo forzoso.** 1930. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/spanish/convdisp1.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2008.

_____. **C105 Convenio sobre la abolición del trabajo forzoso.** 1957. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/spanish/convdisp1.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2008.

_____. **C182 Convenio sobre la prohibición de las peores formas de trabajo infantil y la acción inmediata para su eliminación.** 1999. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/spanish/convdisp1.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

_____. **Declaração dos Direitos e Princípios Fundamentais no Trabalho.** 1998. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/info/download/declarac_port.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2008.

OSÓRIO, Rafael. **Desigualdades raciais e de gênero no serviço público civil.** Brasília: OIT, 2006. (Caderno GR-PE, 2). Disponível em: <<http://www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileId=233>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

PAIVA, Luis Henrique. **Informalidade em crescimento.** In: GONÇALVES, Antônio (Org.). **Pequena empresa:** o esforço de construir. São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

_____. **Reverendo o crescimento da informalidade e suas conseqüências previdenciárias à luz dos dados da PNAD. Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise. Rio de Janeiro: Brasília, n. 23, maio 2004.

PARREIRAS, Luiz Eduardo. **A utilização da RAIS na análise de trajetórias ocupacionais;** um estudo exploratório. 103 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

PASSOS, Alessandro; ANSILIERO, Graziela; PAIVA, Luis Henrique. **Mercado de trabalho:** evolução recente e perspectivas. **Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise. Rio de Janeiro, Brasília, IPEA, n. 26. fev. 2005.

PASTORE, J. Como reduzir a informalidade? **Mercado de Trabalho:** conjuntura e análise. Rio de Janeiro, Brasília, IPEA, n. 14, out. 2000.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios; aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios; síntese dos indicadores sociais 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

PESQUISA Nacional por Amostra de Domicílios: síntese dos indicadores 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego:** as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

_____. **Papel do Estado na geração de emprego e proteção social no Brasil.** Nota técnica [S.l.:s.n.], 2007. Projeto CEPAL/OIT/PNUD. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>.

PRADO, Antonio. **A revitalização do mercado de trabalho brasileiro. Visão do desenvolvimento,** Rio de Janeiro, n. 22, dez. 2006. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visao/visao_22.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2008.

RAMOS, C.A. **O emprego nos anos 90: o regime macroeconômico importa? Mercado de Trabalho:** conjuntura e

análise, Rio de Janeiro, Brasília, IPEA, n. 22, nov. 2003. RAMOS, L.; FERREIRA, Valéria. **Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil – 1991-2003.** Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

AS RELAÇÕES de Trabalho no Setor Público: Ratificação da Convenção 151. **Nota técnica,** São Paulo, n. 60, fev. 2008. 12 p. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec60RatificacaoConvencao151.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

REPÓRTER BRASIL. **Lista suja do trabalho escravo.** Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/listasuja/index.php>>. Acesso em: 15 abr. 2008.

RIFKIN, J. **O fim do emprego.** São Paulo: Makronbooks, 1997.

SANCHES, Solange. **O trabalho doméstico no Brasil.** Brasília: OIT, 2007.

SANTANA, V.; BOUZAS, J. **O trabalho remunerado de crianças e adolescentes. Cadernos de Saúde Pública,** [S.l.], v. 19, n. 2, p. 407-420, 2005.

SILVA, Nelson do Valle. **Cor e processo de realização socioeconômica. Dados:** revista de ciências sociais, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 391-408, 1981.

SILVA, Nelson do Valle; HASENBALG, Carlos. **Relações raciais no Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: IUPERJ-Rio Fundo Editora, 1992.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

_____. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho:** homens negros, mulheres brancas, mulheres negras. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 11 abr. 2008.

SOARES, Sergei Suarez Dillon; CARVALHO, Luiza; KIPNIS, Bernardo. **Os jovens adultos de 18 a 25 anos:** retrato de uma dívida da política educacional. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

SOARES, Sergei Suarez Dillon; SERVO, Luciana Mendes Santos; ARBACHE, Jorge Saba. **O que (não) sabemos sobre a relação entre abertura comercial e mercado de trabalho no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

TANNURI-PIANTO, Maria Eduarda. PIANO, Donald Matthew. **Relação entre o crescimento do produto, emprego e desenvolvimento humano no Brasil;** 1985 a 2005. [S.l.: s.n.], 2007. Projeto CEPAL/PNUD/OIT. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>.

TEMPO, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. **Comunicação Social,** Rio de Janeiro, 17 ago. 2007. IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_imprensa.php?id_noticia=954>. Acesso em: 10 abr. 2008.

TIGRE, Paulo Bastos; MARQUES, Felipe Silveira. **Impactos da difusão das tecnologias da informação e comunicação no emprego e qualificações.** [S.l.: s.n.]: 2007. Projeto CEPAL/PNUD/OIT. (CD anexo). Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/brasil/noticias/paginas/1/5571/p5571.xml&xsl=/brasil/tpl/p18f.xsl&base=/brasil/tpl/top-bottom.xsl>>.

TOMEI, Manuela. **Ação afirmativa para a igualdade racial:** características, impactos e desafios. Brasília: OIT, 2005. Disponível em: <http://www.oit.org.br/prgatv/prg_esp/genero/seminariofinal/caderno3.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2008.

VALENZUELA, M. E. **La situación laboral y el acceso al empleo de las mujeres en el Cono Sur.** In: _____. **Más y mejores empleos para las mujeres?** Santiago de Chile: OIT, 2000. Disponível em: <<http://www.oit-chile.cl/pdf/publicaciones/igu/igu021.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2008.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data.** Cambridge: MIT Press, 2001.

